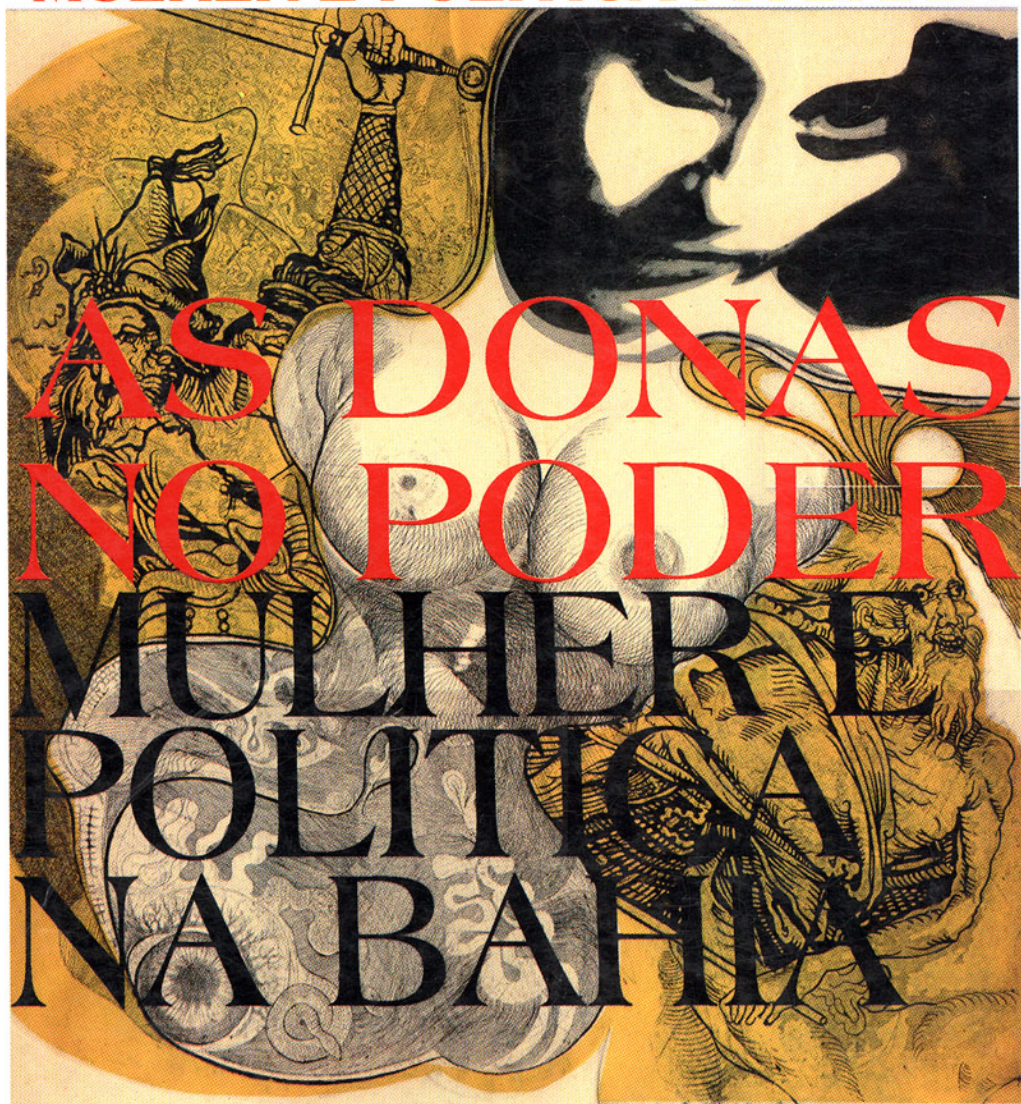


2 COLEÇÃO BAHIANAS

NUCLEO
DE ESTUDOS
INTERDISCIPLINARES
SOBRE A MULHER

ANA ALICE ALCANTARA COSTA
AS DONAS NO PODER
MULHER E POLÍTICA NA BAHIA



**AS DONAS NO PODER
MULHER E POLÍTICA NA
BAHIA**

ANA ALICE ALCANTARA COSTA

**AS DONAS NO PODER
MULHER E POLÍTICA NA
BAHIA**

Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
FFCH/UFBA

1998

Coleção: **Bahianas** – vol. 2

Comitê Assessor

Alda Britto da Motta

Ana Alice Alcantara Costa

Cecilia Maria Bacellar Sardenberg

Elizete Silva Passos

Ivã Alves

Silvia Lucia Ferreira

Capa:

Juarez Paraizo

As donas no poder. Mulher e política na Bahia. Ana Alice Alcantara Costa. – Salvador: NEIM/UFBa –Assembléia Legislativa da Bahia. 1998

248p. – (Coleção Bahianas; 02)

1. Mulher - Política, 2. Gênero, 3. Mulher – Poder Local, 4. Vereadora – Prefeitas; 5. Cidadania – Feminismo, 6. Mulher – Partidos.

Apoio:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

Somos mulheres
Mulheres guerreiras, mulheres Dianas
Adeptas a todas as religiões
Lutamos pela história
Enossos nomes foram esquecidos como um pôr-de-sol
Sendo uma Joana d'Arc ou uma Nossa Senhora
Lutamos pelo que acreditamos
Comemos maçãs porque assim estava escrito
Se fosse pêra também comeríamos,
Nos tiraram da luta, pois temiam perder.
Nosso conhecimento atravessou gerações
Efomos queimadas em fogueiras
Nunca vocamos em uassouras
Mas gostaríamos de tê-lo feito
Nos oprimem e nos reprimem
Somos um inimigo maquiavélico
Poissabemos o ponto fraco do inimigo
Começamos a juntar exércitos
Quando queimamos sutiãs
Não nos importa o que digam
Prolongaremos a espécie
Poistambém Deus pecou
Quando não deu asas às cobras

Clarice Costa Pinheiro (13 anos)

PREFÁCIO

A monografia “As donas do poder: mulher e política na Bahia”, da doutora Ana Alice Costa, é uma valiosa contribuição à história e à política contemporâneas.

O trabalho, premiado pelos seus méritos, tem como valor mais substancial o estudo de um capítulo da política nacional brasileira inexplorado: a participação da mulher baiana nas esferas do poder local.

Este valor é emprestado ao trabalho especialmente por ser a Bahia um importante centro político, econômico e cultural do Nordeste e, por isso, espaço privilegiado de sobrevivência das relações oligárquicas que marcam esta região do País.

Historicamente comprometida com o movimento feminista, a autora oferece-nos um estudo que desvela as tramas do jogo do poder e o papel desempenhado pela mulher nesta arena, ao tempo que resgata a história política da mulher baiana, suas formas de exercer e se relacionar com o poder, a família e o feminismo.

O estudo faz revelações surpreendentes, a exemplo do destaque da Bahia na eleição de mulheres prefeitas e de que, entre 1933 e 94, apenas cinco mulheres foram eleitas para a Câmara Federal, além do fato de Nita Costa ter sido autora, em 1958, de projeto objetivando alterar o decreto-lei 4657/42, que definia o homem como chefe da família.

Resgata a participação das 12 mulheres que conquistaram mandato parlamentar entre 1935 e 94. A primeira delas, Maria Luiza Bittencourt, eleita aos 25 anos de idade, articulava-se com a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, liderado por Berta Lutz. Dos partidos oposicionistas, a pioneira em eleições para o Legislativo baiano foi Abigail Feitosa, em 1982.

Por meio de uma investigação rigorosa, a autora comprova a existência de um preconceito maior nos partidos do que no seio do eleitorado em relação às mulheres, embora mencione o PCB e o PT como exceções históricas, o primeiro ao estabelecer, em 1947, mecanismos de facilitação à incorporação das mulheres no partido, e o segundo ao instituir o sistema de cotas em suas instâncias de decisão.

Ressalta que, embora a Bahia se destaque em relação a outros estados brasileiros na eleição de um número maior de mulheres para postos executivos e legislativos, tal fato não representou uma mudança ideológica significativa. Ao contrário do que possivelmente acreditou Eva Blay, ao considerar haver contradição entre a eleição de um número maior de mulheres no Nordeste e o atraso econômico

da região, Ana Alice mostra que a contradição é aparente, uma vez que neste quadro de estrutura oligárquica e patriarcal as mulheres são instrumentos estratégicos de conservação e manutenção do patriarcalismo e das oligarquias.

O livro da doutora Ana Alice amplia os conhecimentos sobre as legisladoras no Parlamento baiano e constitui-se num instrumento importante na luta das mulheres pela ampliação da sua consciência de gênero e, conseqüentemente, pela sua participação e emancipação política.

Maria José Rocha Lima

Deputada Estadual¹

¹ Maria José Rocha Lima é deputada estadual (presidenta da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher da Assembleia Legislativa) e professora (pós-graduada em Metodologia do Ensino Superior e mestranda em Educação pela UFBA – Universidade Federal da Bahia).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE O “NÃO-PODER” DAS MULHERES	19
1. O marxismo.	19
2. O patriarcado e o feminismo radical	28
3. O não “tão estranho” casamento entre feminismo e marxismo	32
3.1 Saffioti e a simbiose “patriarcado-racismo-capitalismo”	38
4. O conceito de “gênero” e as “relações de gênero”	40
2. O LUGAR DA MULHER	47
1. Público e privado: a cidadania feminina	51
1.1 A esfera de necessidade e da <i>polis</i>	51
1.2 A “sociedade”	54
1.3 O pensamento liberal	58
2. O modelo interdependente de público-privado	66
3. A MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO	71
1. Os estudos sobre a mulher na política	73
2. A especificidade da atuação pública das mulheres	76
3. A mulher no poder formal e os mitos de sua participação política	83
3.1 A mulher no poder local	89
4. AS MULHERES NO CENÁRIO NACIONAL	91
1. A luta sufragista: um direito a ser conquistado	91
2. O exercício de uma conquista	97
2.1 O “renascimento” do feminismo e seus reflexos na participação política das mulheres	107
2.2 A “bancada feminina” na Constituinte	114
3. Conclusões	132

5. AS MULHERES NO PODER LOCAL	135
1. As “políticas” municipais	141
1.1 As prefeitas	141
1.2 As vereadoras	148
2. As famílias e as candidaturas	155
3. A campanha eleitoral	161
4. O exercício do mandato	167
5. Conclusões	175
6. A QUESTÃO PARTIDÁRIA	179
1. As mulheres no partido	183
2. O partido político e as mulheres no poder local	187
2.1 O partido na campanha eleitoral	194
2.2 A prática partidária e as mulheres	196
2.3 A função da mulher no partido	201
3. Conclusões	202
7. A CONSCIÊNCIA DE GÊNERO	205
1. Visões e contextos	208
2. Feminismo e feminismos	219
3. Conclusões	225
CONCLUSÕES	227
BIBLIOGRAFIA	233

INTRODUÇÃO

A crescente participação da mulher na sociedade tem trazido à tona toda uma série de questões que mereceram e merecem a atenção de muitos estudiosos. Uma delas é sua participação na vida política.

A grosso modo, pode-se dizer que, na Bahia, como no resto do Nordeste e talvez em todo o Brasil, a participação política da mulher se realiza em três níveis: em um nível mais consciente da problemática específica da mulher e das perspectivas maiores do próprio movimento feminista; nos movimentos sociais, principalmente através das associações de moradores, onde a organização do bairro se dá ao redor da solução de questões fundamentais para a vida das pessoas que aí vivem; e, por último, a mulher que participa diretamente da política oficial, ocupando funções executivas ou legislativas.

A participação da mulher na atividade política sempre esteve limitada por ser uma atividade pública e, portanto, reconhecida socialmente como uma atividade masculina. O espaço da mulher historicamente tem sido o privado, e é por isso que, para analisar a participação política da mulher na sociedade, é necessário estudar seu papel nas duas esferas e a maneira como se entrelaçam.

Apesar de as mulheres estarem relegadas à esfera privada, são incorporadas à esfera pública sempre que sua presença se faça necessária para o desenvolvimento capitalista e/ou para as relações de dominação. Em função disso, os valores ideológicos do capitalismo e seus desdobramentos culturais se transformam, na medida em que mudam as relações de produção que lhes deram origem: a organização social da produção e a distribuição. Mãos que “nasceram para o lar”, de repente, e quase por um passo de mágica, se encontram na fábrica, no escritório, na escola, no parlamento, enfim “fora do lar”.

Essas “transformações” têm o limite nas necessidades do sistema, de modo que a mulher assume novos papéis na esfera pública, sem perder os específicos da esfera privada, que continuam sendo reforçados pela estrutura patriarcal da sociedade e através dos diversos mecanismos de controle do mesmo sistema que agora tira a mulher de casa.

Seu regresso ao antigo *status quo* de “dona de casa” ou a duplicação da jornada de trabalho, quando ela permanece na fábrica, ou na sua atuação em outras esferas da vida pública, não são muito problemáticos, já que, na verdade, continua tudo dentro dos mesmos limites. Nesse sentido, a mulher se deslocou no espaço, mas ainda não se deslocou no tempo. Este último deslocamento torna-se mais viável agora, depois de ter feito o primeiro. A saída do isolamento doméstico pode, concretamente, ser o início da transformação na sua vida como

mulher e como ser social. Como isso se realiza ou é levado a cabo, será dito pela realidade de cada situação em particular.

No Brasil, como no resto da América Latina, o desenvolvimento econômico vem sofrendo todas as distorções próprias das economias dependentes dos países centrais, que detêm hegemonicamente o capital, a tecnologia e os mercados para seus produtos¹. Esse tipo de desenvolvimento se circunscreve a determinadas áreas do país e, nelas, a um número muito limitado de pessoas, se tomamos o país na sua totalidade geográfica e social. Suas distorções internas vão desde grandes áreas rurais presas ao atraso do passado, até cidades saturadas pela imigração rural sem possibilidades de integração urbana. São as favelas e seus problemas de marginalidade e conflitos sociais.

Dentro desse contexto de desenvolvimento periférico, a incorporação da mulher ao processo de participação política não é imune a seus efeitos diretos ou indiretos. Nas cidades de grande ou mediano porte, a presença modernizadora do capitalismo se fez sentir através de seus centros de reprodução, distribuição e de toda uma gama de serviços que lhes são complementários, aí a presença da mulher como mão-de-obra empregada, ou na circulação emprego-desemprego, é muito significativa. São os contingentes dos quais saem pessoas ou grupos que formarão o movimento que conduzirá à luta por reivindicações específicas da mulher dentro do movimento geral de transformação da sociedade. É o resultado de uma consciência de gênero que essas mulheres já adquiriram de sua própria condição como grupo social distinto e, portanto, com problemas reais para resolver.

Nesse sentido, temos encontrado um número cada vez maior de mulheres que participam das direções dos sindicatos e de outras associações profissionais, ainda que, em sua maioria, em cargos burocráticos. Nos movimentos populares (em especial nos de moradores, contra o aumento do custo de vida), a mulher baiana, assim como a brasileira em geral, tem assumido a dianteira, pelo menos no que se refere à sua prática cotidiana. Muitos dos estudos realizados em Salvador sobre as associações de bairros comprovaram o peso da participação feminina na composição desses setores (GARCIA, PACHECO e SANTOS.1992). No caso específico da Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS), atualmente, uma maioria de mulheres se encontram na direção dessa entidade e com uma superioridade absoluta nos cargos diretivos das distintas entidades filiadas.

¹ “A situação de dependência e subordinação da economia brasileira com relação ao conjunto internacional no qual participa é um fato que se vincula às raízes da formação do país... Ela se organizará e funcionará em união... íntima e estreita dependência do comércio ultramarino” (PRADO JUNIOR.1976:270).

Certamente as mulheres, ainda presas em um mundo rural (seus valores e suas perspectivas de vida), estão ainda muito longe de uma verdadeira compreensão do que poderia chamar-se uma “consciência feminista”. Isoladas nos seus pequenos centros urbanos, condicionadas pelos valores do mundo rural que as envolve emocional e culturalmente, essas mulheres, inclusive se participam diretamente nas atividades políticas locais ou em outras semelhantes, ainda estão, sem dúvida, muito mais presas a esses valores de que à possibilidade de que essas atividades possam dar lugar a outras perspectivas de vida para si mesma e para as demais.

Apesar disso, é na participação política da mulher nas estruturas formais do poder onde se mostram mais claramente as relações de dominação a que as mulheres estão submetidas e, quando essa atuação se dá no âmbito dos municípios, a dominação assume formas “mais extremadas”.

A atividade política, na maioria dos municípios do Nordeste, por acontecer em um nível menor da estrutura do poder, fundamenta-se na realidade social mais imediata e concreta. As relações familiares, de compadrio, de dominação patriarcal, diluem aquelas que expressam interesses essencialmente políticos. E é no centro desse quadro de manutenção e conservação das velhas formas de dominação e utilização privada do aparelho do Estado que se dá a participação política da mulher no poder local.

Um poder local que, no Brasil, ao longo da história do país, manteve o predomínio de estruturas arcaicas de poder mesmo quando o processo de modernização foi levado pelo Estado. Essa manutenção era fruto da relação de reciprocidade e dependência existente entre o poder central e o poder local. A “modernização conservadora” realizada pelo Estado brasileiro alterou as relações de produção mas, para a maioria dos municípios, não trouxe mudanças significativas na estrutura agrária tradicional e, por conseguinte, nas relações de dominação. O controle político local permaneceu em mãos das antigas famílias e/ou grupos políticos oligárquicos, através dos novos coronéis, agora mais alinhados com a ordem capitalista (BURSZYN.1985).

Ainda que essa característica permaneça no município brasileiro, a partir da década de 60, grande parte dos estudos sobre a temática do poder local se dedicou a análise dos movimentos sociais, suas formas de organização e mobilização, suas demandas e vitórias, abandonando quase por completo os estudos sobre as elites políticas formadas pelas famílias que convertem o município brasileiro em um espaço privado para o exercício do poder.

Nosso estudo visa à análise do interior do poder local, de suas estruturas formais de poder, de como atuaram e atuam nelas os grupos políticos e familiares hegemônicos e de como o controle dessa “máquina” local foi e é utilizado no Brasil como forma de intercâmbio, controle e obtenção de regalias. É a partir

desse entendimento que estudamos a participação da mulher no Executivo e Legislativo municipal.

A definição desse contexto se deve ao fato de acreditarmos que, no Nordeste, em especial na Bahia, a grande maioria dos municípios permanece sujeita às estruturas oligárquicas do poder, prevalecendo ainda a lei do coronel. A articulação dos setores populares ainda é embrionária e sem nenhum significado no âmbito da estrutura formal do poder.

Ao iniciar o estudo sobre a mulher no poder local, nossa perspectiva era resgatar o papel desta no contexto das transformações dessa estrutura rígida de dominação, seu papel transformador na ordem patriarcal e patrimonial do Nordeste. Depois de anos de acompanhamento da atuação da mulher nessa esfera do poder, tomamos consciência de que o caminho teórico a seguir deveria tomar como base essa estrutura tradicional no município, já que a grande maioria das mulheres não tinha sua origem política vinculada aos movimentos sociais, e sim ao velho esquema de reprodução das estruturas oligárquicas. Aqui, as mulheres são uma peça a mais nesse imenso jogo de controle e utilização privada do Estado.

Nesse sentido, o núcleo central deste estudo é decifrar os laços desse jogo e o papel que a mulher tem aí. Esse objetivo se desdobra em outros, como o de resgatar o passado político da mulher baiana, as características da atuação feminina na política formal e a maneira como se dá sua relação com o poder, com a família e com o feminismo. Igualmente o papel que desempenha a estrutura familiar na participação da mulher na política municipal, assim como conhecer e compreender este presente possivelmente transformador que certamente deixará profundas marcas na chamada “identidade feminina”, a partir das mudanças ocorridas no âmbito das mentalidades e práticas políticas e o papel que vem tendo o movimento feminista nessa transformação.

Para lograr esses objetivos foi necessária a utilização de outros instrumentos metodológicos, além da revisão bibliográfica específica. Com esse fim, realizou-se um levantamento documental sistemático e uma pesquisa com as mulheres eleitas para as prefeituras e câmaras municipais da Bahia, as duas estruturas básicas do poder local.

O levantamento documental se realizou em distintos espaços, com vistas ao tratamento de diferentes dados necessários a este estudo:

a) Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE/BA) – Recopilação de dados eleitorais, através de listas de eleitos, atas de eleições municipais, boletins eleitorais;

b) Biblioteca do Congresso Nacional (Prodasen) em Brasília – Recopilação e análises de discursos, projetos de lei apresentados pelas deputadas baianas, registrados no “Diário Oficial da União” e no “Diário da Constituinte”, nos

períodos correspondentes a seus mandatos eleitorais, como fonte de informação sobre as deputadas federais;

c) Biblioteca da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia e Arquivo Público do Estado – Através dos “Diários Oficiais do Estado” e das atas das seções legislativas analisaram-se discursos e projetos apresentados pelas deputadas estaduais, em todos os anos correspondentes às legislaturas com presença feminina;

d) material enviado por vereadoras e prefeitas – Análise de discursos, projetos, material de propaganda eleitoral, material de divulgação das prefeituras, relatórios de atividades, etc;

e) jornais – Análises de entrevistas, declarações, comentários políticos, discursos, participação em eventos, etc.

A pesquisa, realizada com o objetivo de proporcionar um conhecimento mais direto sobre as mulheres, sujeitos deste estudo, foi concebida inicialmente somente com as vereadoras e, nesse sentido, foram aplicados questionários específicos às vereadoras eleitas nos anos de 1982, 1988 e 1992. Posteriormente, em função da necessidade de uma visão que abarcasse as mulheres no poder local e que se estendesse também à atuação no Executivo, a pesquisa foi ampliada também para as prefeitas eleitas em 1992. Essa é a razão da exclusão das mulheres eleitas para as prefeituras nos anos eleitorais anteriores, como ocorreu com as vereadoras.

Se bem que se utilizem, neste trabalho, os conceitos de “gênero” e “relações de gênero”, é importante que fique claro ser este um estudo sobre mulheres. Aqui, “gênero” é somente uma categoria de análise, na medida em que as mulheres são entendidas como sujeitos políticos legítimos ou, como melhor afirma Alda Motta: “Defendo, portanto, a persistência analítica da categoria mulher, pela especificidade existencial e o conteúdo político” (1993:415).

Por outro lado, isso não significa que entendemos as mulheres de forma isolada, ou separadas das relações sociais e de gênero. Entendemos a mulher localizada em um contexto de opressão e exploração, que determina seu papel na sociedade. Um papel que não é fruto da propriedade privada e muito menos de um determinismo biológico.

Também, é importante explicitar que a opção pela Bahia como o espaço geográfico privilegiado do nosso trabalho se deve a várias razões (além de sua perfeita integração na dinâmica do país e em especial do Nordeste), que merecem aqui ser enumeradas:

c) a importância da Bahia no contexto regional como centro político, econômico e cultural;

d) a sobrevivência das relações de poder baseadas nas oligarquias familiares que ainda caracterizam o comportamento autoritário das elites políticas brasileiras, em especial no Nordeste;

e) a importância da mulher na composição do eleitorado baiano (49,7% em 1992);

d) a inexistência de estudos sobre a participação política da mulher baiana nas esferas do poder formal;

e) nosso compromisso com um projeto coletivo de produzir conhecimento sobre a mulher e as relações de gênero na Bahia, desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (Neim) da Universidade Federal da Bahia, na qual realizo minhas atividades de docência e pesquisa.

Este texto está organizado em sete capítulos onde pode ser identificado dois momentos: o primeiro que pode ser identificado como a fundamentação teórica do trabalho e compreende três capítulos. Partindo de uma análise crítica da teoria marxista da opressão feminina e a incorporação de algumas premissas assinaladas pela teoria do patriarcado, chega-se a uma síntese entre o marxismo e o feminismo como base da Teoria Feminista sobre a condição subalterna da mulher. Nesse caminho, é fundamental a contribuição de conceitos como patriarcado e relações patriarcais, divisão sexual do trabalho, produção e reprodução, assim como o conceito de gênero e relações de gênero. Estas questões são a base do primeiro capítulo.

No segundo capítulo a partir do estudo da divisão sexual do trabalho e da dicotomia público e privado como conceitos interdependentes e inter-relacionados, se analisam o lugar que a mulher tem tido no processo histórico e como foi se construindo (ao longo dos séculos) o conceito de cidadania e o status da mulher dentro dele.

No último capítulo deste momento se analisam as características específicas da atuação feminina na esfera pública, com especial ênfase na sua participação política a partir da conquista da cidadania política, assim como a invisibilidade que esta atuação tem tido na Ciência Política e na Sociologia Política, a partir de uma exclusão sexista que tem tomado como referencial o modelo masculino.

Aqui, a visão apresentada e a forma como se tratam estas questões, não significam uma perspectiva homogênea da Teoria Feminista. Representam, isso sim, uma vertente do imenso leque de concepções e matizes que o feminismo incorpora e que tem como objetivo comum a superação de todas as formas de discriminação, exploração e opressão feminina.

No segundo momento, constituído por quatro capítulos, se analisam as características da participação política da mulher a partir de uma ênfase nas mulheres baianas que atuam no poder local. No quarto capítulo, se trata de localizar historicamente a participação política da mulher baiana na perspectiva nacional, com a idéia de resgatar sua importância e compromisso com a melhoria da condição feminina.

No capítulo seguinte, analisam-se as características das mulheres que atuam nas esferas formais do poder (a partir da construção de perfis) em uma perspectiva de gênero buscando localizá-la na dinâmica das relações de poder que se desenvolvem no município.

No sexto capítulo é estudado o papel do partido político na atuação de prefeitas e vereadoras, assim como a visão que estas mulheres têm sobre a prática partidária. Finalmente, no sétimo capítulo, através de questões do interesse das mulheres, se busca analisar o processo de construção de uma consciência de gênero entre prefeitas e vereadoras, assim como a contribuição do movimento feminista na formulação de uma nova identidade feminina.

Vale ressaltar que este trabalho não se propõe a esgotar o universo temático da participação política da mulher no poder local e muito menos de sua participação política em geral e por isso alguns recortes, também importantes – a exemplo da questão racial – deixaram de ser tratados. Nosso propósito se limita a contribuir com a discussão que se está processando em nível do campo de estudos sobre a mulher e relações de gênero, assim como do feminismo enquanto um movimento social, sobre a mulher e o poder.

Este trabalho é parte da tese *“La mujer en el poder local en Bahia/Brasil: la imbricación de lo público y lo privado”*, apresentada em abril de 1996 na Facultad de Ciencias Políticas y Sociales da Universidad Nacional Autónoma de México para a obtenção do grau de Doutora em Sociologia Política.

Finalmente, quero agradecer às pessoas e instituições que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, em especial ao Prof. Severo Salles, orientador da tese; aos alunos Marta Leone, Augusto Oliveira, Teresa Salles, Lúcia Passos, Adalcy Menezes e Mônica de Jesus pela colaboração como estagiários em distintos momentos; às “meninas” do Neim pelo apoio constante; à Capes, CNPq e Fapex, instituições de apoio à pesquisa, que fizeram possível este trabalho, à amiga-irmã Ana Luz pela cuidadosa revisão deste texto; **às vereadoras e prefeitas baianas** que tão gentilmente colaboraram com esta pesquisa e à Assembléia Legislativa da Bahia que tornou possível essa publicação.

1

A CONSTRUÇÃO DO PENSAMENTO FEMINISTA SOBRE O “NÃO-PODER” DAS MULHERES

Marcela Lagarde, no seu livro *Cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*, afirma: “O poder é a essência do cativeiro da mulher e dos cativeiros das mulheres” (1993:153); mais adiante, ela continua:

“O poder como fato positivo é a capacidade de decidir sobre a própria vida; como tal, é um fato que transcende o indivíduo e se plasma nos sujeitos e nos espaços sociais: aí se materializa como afirmação, como satisfação de necessidade, e como realização de objetivos (...) Mas o poder consiste também na capacidade de decidir sobre a vida do outro, na intervenção com fatos que obrigam, circunscrevem ou impedem. Quem exerce o poder se arroga o direito ao castigo e a postergar bens materiais e simbólicos. Dessa posição domina, julga, sentencia e perdoa. Ao fazê-lo, acumula e reproduz o poder.” (1993:154)

Historicamente, em geral, as mulheres têm estado do outro lado do exercício do poder, do lado da condição de subalternidade. Não puderam decidir sobre suas vidas, não se construíram como sujeitos, não exerceram ou exercem o poder e não o acumulam, mas o reproduzem, não para elas mesmas, mas para aqueles que de fato o têm controlado sempre.

As pequenas parcelas de poder ou os pequenos poderes que lhes tocam e que lhes permitem romper, em alguns momentos ou circunstâncias, a supremacia masculina, são poderes tremendamente desiguais. Analisar, à luz da construção do pensamento feminista, a opressão feminina ou o não-poder das mulheres é a tarefa deste capítulo.

1. O marxismo

A primeira tentativa de explicar, de forma sistematizada, longe dos biologismos, as causas da condição subalterna da mulher nas sociedades modernas foi feita por Karl Marx e Frederic Engels. Partindo da premissa de que a condição de dependência da mulher não é fruto de sua natureza feminina e sim o resultado

de todo um processo histórico ligado ao desenvolvimento das forças produtivas e como consequência deste, da própria evolução da família².

Na *A origem da Família, da propriedade privada e do Estado*, obra que trata detidamente a questão da opressão feminina, Engels explica essa perspectiva, ao afirmar:

“... o fator decisivo na história é, ao final de contas, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e a reprodução são de duas classes. Por uma parte, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie. A ordem social em que vivem os homens em uma época ou em um país dados está condicionada por espécies de produção: pelo grau de desenvolvimento do trabalho, por uma parte, e da família, por outra.”
(1974:204)³

Segundo Engels, o surgimento da pecuária e da agricultura, e com isso, da possibilidade de formação de excedentes, foi o passo para o surgimento da propriedade privada. O homem que, pela divisão natural do trabalho na família, é o responsável por procurar os alimentos e, portanto, o proprietário dos instrumentos de trabalho necessários para essa atividade, será também o proprietário do novo manancial de riquezas. A mulher que, pela mesma divisão natural, havia ficado como responsável pelo trabalho doméstico, estará excluída da acumulação dessa nova riqueza. Daí à derrota do direito materno foi um passo. O homem, desejoso de transmitir sua riqueza a seus descendentes, imporá seu domínio sobre a mulher, tornando-a sua escrava, como uma forma de garantir a paternidade dos filhos.

² A concepção marxista clássica sobre a condição feminina se elabora principalmente no trabalho de Engels. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Obras Escogidas, T.III. Moscou: Ed. Progreso, 1974. Se complementam nos seguintes textos:

MARX, K e ENGELS, F. *O Manifesto Comunista*. T.I, op. cit.

MARX, K e ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. T.I, op. cit.

MARX, K e ENGELS, F. *Manuscritos econômicos e filosóficos de 1844*. México, Ed. Grijalbo, 1968.

MARX, K. *A sagrada família e outros escritos filosóficos da primeira época*. México, Ed. Grijalbo, 1967.

³ Esta citação é uma tradução realizada pela autora, diretamente do texto publicado em espanhol (Obras Escogidas, T.III. Moscou: Ed. Progreso, 1974). O mesmo acontecerá com todos os outros textos do autor.

“A derrota do direito materno foi a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo. O homem empunhou também as rédeas da casa; a mulher se viu degradada, convertida na servidora, na escrava da luxúria do homem, um simples instrumento de produção.” (ENGELS.1974:245 e 146)

Assim, para o marxismo clássico, a opressão feminina é fruto da propriedade privada e do conseqüente papel de mero instrumento da reprodução que a mulher desenvolve dentro da família. Nesse sentido, “... com a abolição das relações de produção atuais desaparecerá a comunidade das mulheres que dela deriva ...” (MARX e ENGELS.1974:127) e todas as formas de opressão a que estão submetidas.

A família burguesa patriarcal, além de tornar-se a célula reprodutora da sociedade baseada na propriedade privada (classista), será a condição “*sine qua non*” para a manutenção e perpetuidade, através de gerações, da divisão da sociedade em exploradores e explorados. Será portanto, a instituição que instrumentaliza e mantém a opressão da mulher em toda a história dessa sociedade, já que a família evoluiu e se adaptou de forma mais eficiente que as outras instituições aos interesses da classe dominante.

Essa concepção desenvolvida por Marx e Engels apresenta uma série de problemas, tendo merecido uma crítica profunda, não só por parte das teóricas feministas, de antropólogos, historiadores, e outros, mas também de muitos daqueles que têm utilizado a perspectiva marxista de análise social.

Uma das primeiras críticas apresentadas relaciona-se com a questão da propriedade privada como a responsável pela opressão feminina. Em experiências socialistas ocorridas na Europa e Ásia nos últimos 70 anos, apesar da abolição da propriedade privada e da mudança nas relações de produção, não houve, de fato, mudanças significativas na condição feminina⁴. Vários antropólogos comprovaram a existência de muitas sociedades primitivas, nas quais não havia uma estrutura classista baseada na propriedade privada e as mulheres estavam submetidas a uma estrutura de dominação masculina (MEILLASSOUX.1977; SACKS.1979).

⁴ Sobre essa questão, ver: NAVAILH, Françoise. “O Modelo Soviético”. In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle (org). *Historia de las Mujeres*. Tomo 9 (El siglo XX. Guerras, entreguerras y posguerra). Madri: Taurus, 1993 (existe também uma versão em português editada, em Coimbra, Portugal pela Edições Afrontamento, em 5 volumes).

Outra questão refutada é a afirmação de ENGELS sobre a existência de um matriarcado⁵ como forma de organização familiar de caráter universal e sempre anterior ao patriarcado. Os estudos etnográficos posteriores, realizados também em várias comunidades primitivas, jamais encontraram alguma forma de matriarcado (ROSALDO.1979; ORTNER.1979; BAMBERGER.1979)⁶. A única sociedade que mais se aproxima do matriarcado é, realmente, a iroqueza estudada por Morgan, mas nem mesmo aí as mulheres ocupavam posições de liderança. Em muitas sociedades, a descendência se apresenta por linha materna (matrilinearidade), ainda que a autoridade, nesses grupos ou famílias, seja exercida pelo tio materno e nunca pela mãe (COSTA.1981:10).

Outro ponto fundamental é a crítica feminista em relação à divisão natural do trabalho, na forma apresentada por Marx e Engels. Segundo Marx, em *A Ideologia Alemã* (1974:33 e 34) e posteriormente Engels, em *A Origem da Família...* (1974:253 e 254), a primeira divisão do trabalho na família se dá através do ato sexual e da procriação. A apontam como uma divisão “natural”, como se o trabalho doméstico fosse algo inerente à condição feminina, como se fosse um fato da “natureza” e não como o resultado das relações sociais de produção. Essa premissa de uma divisão natural do trabalho é uma contradição com o próprio materialismo

⁵ A concepção de matriarcado utilizada por Engels parte dos estudos realizados por Johann Bachofen (*Das Mutterrecht*, 1961) e posteriormente por Lewes Morgan (*Ancient Society...*). “Bachofen elabora um esquema evolutivo que vai da promiscuidade, quando reinava o caos sexual, ao patriarcado, apresentando como forma intermediária uma fase matriarcal. Nela, ocorre a passagem da Natureza à Cultura que é atribuída às mulheres, pois apenas elas teriam condições, naturalmente dadas, de estabelecer uma descendência, o que lhes conferia automaticamente poder. Da ‘ginococracia’, ‘poder e controle nas mãos das mulheres’, passa-se ao patriarcado, quando se aperfeiçoa ainda mais o controle sobre a animalidade do instinto, pela regulamentação da descendência por via masculina.” (FRANCHETO; CAVALCANTE e HEILBORN. 1981:24).

⁶ “Enquanto alguns antropólogos argumentam que existem ou existiram sociedades verdadeiramente igualitárias (LEACOCK, 1972) e todos concordam que existem sociedades nas quais as mulheres alcançaram reconhecimento social e poder consideráveis, ninguém observou uma sociedade em que as mulheres tenham poder e autoridade publicamente reconhecidos, que superem ao dos homens. Em todas as partes temos observado que as mulheres estão excluídas de determinadas atividades econômicas ou políticas fundamentais, que seus papéis como esposa e mãe estão associados a menos poder e prerrogativas que os homens. Parece, portanto, razoável dizer que todas as sociedades contemporâneas são, em certa medida, dominadas pelo homem e que o grau e manifestação de subordinação da mulher seja variável, a assimetria sexual é, no momento, um fato universal da vida social humana.” (ROSALDO e LAMPHRE, 1979).

Apesar desses estudos, algumas teóricas feministas, assim como alguns antropólogos evolucionistas, se mantêm em defesa do matriarcado como uma fase anterior ao patriarcado. Nesse sentido ver: REED, Evelyn. *Sexo contra sexo o classe contra classe*. Barcelona: Fontamara, 1980.

_____. *La evolución de la mujer: Del clan matriarcal a la familia patriarcal*. México: Fontamara, 1994.

histórico, que define o homem, sua consciência, suas aspirações, enfim, sua vida, como o resultado do processo de produção de bens materiais, já que é a forma de produzir que determina a vida do homem e não somente sua natureza (COSTA.1981:11 e 12)⁷.

Essa perspectiva da divisão do trabalho na família como algo natural e inquestionável estará fortemente presente na análise que Marx faz sobre o valor da força de trabalho.

Segundo ele, com o capitalismo, a força de trabalho se converte em uma mercadoria, e assim como todas as outras, é vendida no mercado por um valor determinado pelo tempo de trabalho necessário para sua produção, isto é:

“...o tempo de trabalho necessário para produzir a força de trabalho se resume ao tempo de trabalho necessário para a produção dos meios de vida; ou o que é o mesmo dizer que o valor da força de trabalho é o valor dos meios de vida necessários para assegurar a subsistência do seu possuidor.” (MARX.1975:124[T.II]).

Mais adiante, Marx define esses meios de vida como “mercadorias” que “se tem que comprar ou pagar diariamente” (1975:125[T.II]). Prosseguindo nessa definição, Marx diz:

“O possuidor da força de trabalho é um ser mortal. Portanto, para que sua presença no mercado seja contínua, como requer a transformação continua de dinheiro em capital, é necessário que o vendedor da força de trabalho se perpetue, como se perpetua todo ser vivente, pela procriação (...) A soma dos meios de vida necessários para a produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de vida dos substitutos, isto é, dos filhos dos operários, para que esta raça especial de possuidores de mercadorias possam perpetuar-se no mercado.”

Em seguida, Marx complementa:

⁷ “... na produção social de sua existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; estas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real, sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a que correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual, em geral. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, pelo contrário, seu ser social é o que determina sua consciência.” (MARX.1977:12).

“O valor da força de trabalho inclui o valor das mercadorias indispensáveis para a reprodução do operário ou para a perpetuação da classe trabalhadora”. (1975:208[T.I]).

Assim, se pode concluir que a reposição da força de trabalho implica a transformação dos meios de vida necessários para a manutenção da família operária, e a reprodução da força de trabalho através da procriação; implica o cuidado e socialização dos futuros operários. Esses temas se vinculam com a essência do trabalho realizado pela mulher de maneira privada, na esfera doméstica, isto é, o trabalho doméstico.

Nesse sentido, Marx ao definir a produção da força de trabalho passa por cima de toda a problemática do trabalho doméstico, sem levar em conta que:

a) as mercadorias necessárias para a reprodução diária da força de trabalho não se encontram no mercado prontas para serem consumidas ou trocadas pelo salário do operário;

b) a mulher, através do trabalho doméstico, é responsável pela conservação e transformação dos alimentos (mercadorias) necessárias para a reprodução da força de trabalho, assim como para a manutenção do vestuário e do lar em condições de uso, e

c) a mulher, através do trabalho doméstico não-remunerado, contribui para o barateamento da força de trabalho e, portanto, possibilita maiores taxas de mais-valia. (COSTA.1981:20 e 21)⁸.

Em relação à segunda parte do posicionamento de Marx, a reposição da força de trabalho, nesses termos, compete quase exclusivamente à mulher. Pelo menos no que se refere à produção estritamente biológica. Apesar de incluir os dois sexos em igualdade de condições, a carga maior sempre recaiu sobre as espaldas da mulher. Essa capacidade de reproduzir a espécie, dado seu caráter natural e durante muitos séculos involuntário, sempre atuou como um elemento da opressão feminina, na medida em que a maternidade sempre esteve socialmente relegada à responsabilidade da mulher.

Nesse sentido, concordamos com a crítica feita por Zillah Eisenstein, ao analisar os vazios da concepção marxista, por não levar em conta as relações nas

⁸ “A importância da atividade econômica realizada pelas camadas maiores da população feminina sob esta forma específica de reconstituição da força de trabalho é imensa. Assinalamos que se o proletariado não descansasse sobre esta vasta base feminina que se ocupa da elaboração dos alimentos, da roupa... em um mundo onde não existem os serviços indispensáveis para uma reconstituição coletiva da força de trabalho, as horas de mais-valia que lhes arrancam as classes dominantes seriam muito menores. Se pode até dizer que o trabalho feminino no lar se expressa por meio da força de trabalho masculina na criação de mais-valia” (LARGUIA.1973:183).

quais as mulheres estão envolvidas como reprodutoras da espécie e a “estruturação sexual hierárquica da sociedade.” (1980:20). Segundo Eisenstein:

“... para Marx os problemas das mulheres são resultado de sua posição como meros instrumentos para a reprodução e daí que virá a solução na revolução socialista (...) A mulher é considerada somente como uma vítima a mais, indistinguível do proletariado em geral, da perniciosa divisão classista do trabalho. Nem a divisão sexual do trabalho, nem a definição sexual dos papéis, propósitos, atividade etc., tinham uma existência diferenciada para Marx, que tinha pouca ou nenhuma idéia de que a reprodução biológica da mulher ou as funções da maternidade eram fundamentais para a criação de uma divisão sexual do trabalho dentro da família. Em conseqüência, Marx percebia a exploração de homens e mulheres como derivada da mesma raiz e considerava que sua opressão podia ser entendida nos mesmos termos estruturais. A consciência revolucionária se limitava à compreensão da relação de classe da exploração.” (1980:20).

Mais adiante, Eisenstein conclui:

“Marx não entendeu que a divisão sexual do trabalho na sociedade dá lugar a um trabalho pouco criativo e solitário sobretudo para as mulheres.” (1980:22).

Eisenstein prossegue na sua crítica, ao dizer que provavelmente para Marx e Engels a mulher continuaria como responsável pelo trabalho doméstico depois da transformação das relações de produção e talvez o trabalho doméstico público permaneceria sendo uma tarefa específica das mulheres (1980:26). Segundo ela:

“... não há razão para duvidar de que em uma sociedade comunista (na qual todos alcançarão uma existência segundo a espécie) a vida ainda estaria estruturada segundo uma divisão sexual do trabalho que acarretaria diferentes opções de vida para homens e mulheres.” (1980:22).⁹

⁹ Eisenstein tomou como base para sua conjectura a afirmação de Engels “...a emancipação da mulher e sua igualdade com o homem são e seguirão sendo impossíveis enquanto permaneça excluída do trabalho produtivo social e confinada dentro do trabalho doméstico, que é um trabalho privado. A emancipação da mulher não é possível senão quando ela possa participar em grande escala, em escala social, na produção, e o trabalho doméstico não lhe ocupe senão um tempo insignificante. Esta condição só pode se realizar com a indústria moderna, que somente permite o trabalho da mulher em larga escala, e até que o exige e tende mais e mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma indústria pública.” (1974:337).

Outra teórica feminista, Batya Weinbaum, vai mais longe na crítica ao marxismo clássico, ao afirmar que Marx partia de concepções patriarcais para analisar a economia política da sociedade capitalista, na medida em que fazia abstrações das diferenças baseadas em sexo e idade, sem levar em conta suas formulações anteriores com respeito à divisão do trabalho. Segundo essa autora:

“A divisão do trabalho por sexos e idades é um dos mecanismos fundamentais que fazem que o peso do sistema econômico, de igual forma que o da estrutura de parentesco e o de um consciente debilitado, recaia sobre nós mulheres. A primeira divisão do trabalho (por sexos) cria a base material para a opressão da mulher ao nos impor a dependência econômica dos homens; a segunda divisão do trabalho (por idade) cria a base material para o patriarcado ao impor a dependência econômica dos pais. Ambas dependências são tanto genéricas como biológicas.” (1978:23).¹⁰

A crítica de Weinbaum é no sentido de que a utilização por Marx do conceito de “operário médio” alternativamente com o de “operário adulto”, na análise da força de trabalho, é inadequada, na medida em que se pagam salários distintos aos trabalhadores segundo o sexo e a idade; portanto, não se pode falar de “operário médio” partindo de realidades distintas.

Além disso, Marx não incluía na sua perspectiva, o trabalho não-remunerado das mulheres na família, assim como os aportes na renda familiar do operário, dos salários obtidos por muitos grupos de sexo e idade.

Nessas análises do posicionamento patriarcal do marxismo, Weinbaum tratou também da estratégia para a mudança na posição social da mulher, partindo da localização do contexto político social, dentro de uma perspectiva feminista, que foi publicado no livro de Engels *A origem da família...*, em 1884.

¹⁰ Weinbaum se refere a afirmação de Marx: “O valor da força de trabalho está determinado pelo valor dos meios de subsistência que habitualmente necessita o operário médio. A massa desses meios de subsistência, ainda que possa mudar sua forma, numa época determinada e para uma determinada sociedade, está dada, e, por conseguinte, pode ser tratada com uma magnitude constante. O que varia é o valor dessa massa. Outros dois fatores entram na determinação do valor alcançado pela força de trabalho. Por uma parte, seus custos de desenvolvimento, que variam com o modo de produção; por outra parte, sua diferença de natureza, segundo se trate de força de trabalho masculina ou feminina, madura ou jovem. O emprego dessas forças de trabalho diferentes, condicionado, por sua vez, pelo modo de produção, ocasiona uma grande diferença nos custos de reprodução da família operária e o valor do operário adulto. Ambos fatores, apesar disso, ficaram excluídos da presente investigação.” (MARX.1975:489[T.I]).

Esse era um momento em que o movimento feminista internacional já desenvolvia suas próprias estratégias de mudanças.¹¹ Marx fala do “indivíduo” da classe operaria, e não do “indivíduo” em abstrato, como até então era tratado na teoria social. Nas palavras da autora:

“... o feminismo do século XIX já havia falado durante muito tempo do fato de que os direitos do indivíduo (burguês ou não) não incluíam os direitos da mulher. A partir daqui, a *Vindication of the rights of woman* de Mary Wollstonecraft, em 1792, chegou rapidamente à conclusão de que as mulheres deveriam organizar uma luta especial para conseguir os mesmos direitos que os outros indivíduos. E a estratégia começou com o direito básico, o direito ao saber, encarnado no direito ao voto.” (1978:32 e 33).¹²

A esse respeito, o livro de Engels ao afirmar que a questão da mulher estava vinculada à propriedade e que, portanto, seria resolvido com a revolução socialista, de fato propunha o abandono da luta direta em favor da igualdade feminina e a incorporação das mulheres à “grande luta”. O “...argumento de Engels partia da conclusão política de que as mulheres deviam lutar com todos os demais para se apoderar dos meios de produção.” (WEINBAUM,1978:33).

Essa crítica de Weinbaum pode fundamentar-se melhor se tomamos como base a prática política desenvolvida pelas internacionais e pelos partidos (socialdemocratas e, posteriormente, socialistas e comunistas), em especial os relatos das práticas de seus associados, no que se refere à questão feminina. De fato, teremos uma história de rechaços, boicotes às demandas específicas das mulheres, assim como o impedimento à organização independente das mulheres¹³.

¹¹ Weinbaum cita como exemplo a convocatória de Edith Hurwitz no artigo “The International Sisterhood”, da formação de uma Internacional de Mulheres no final do século, o surgimento das teorias patriarcais e a criação, em 1869, da primeira organização feminista alemã. (1978:32).

¹² Acrescenta-se aqui a publicação da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã por Olympe de Bouges, em 1791, em meio a toda a mobilização das mulheres na Revolução Francesa.

¹³ Sobre a prática das Internacionais, ver: HEINEN, Jacqueline. *De la 1ª a la 3ª Internacional: La cuestión de la mujer*. Barcelona:Fontamara.1978.

Para o caso específico do Partido Comunista no Brasil, ver: COSTA P.,AnaAlice. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (Tese de Mestrado). México: UNAM.1981 (ver especificamente o Capítulo II).

A tomada de consciência de que o marxismo não podia responder a todas as demandas e questionamentos da problemática feminina, na medida em que a liberação feminina requeria mais que uma mudança nas relações de produção, levou muitas feministas a buscarem outras concepções que pudessem suprir essa carência. A teoria do patriarcado foi um passo nessa busca.

2. O patriarcado e o feminismo radical

Kate Millett foi a primeira teórica feminista que buscou, nos conceitos de poder e dominação patriarcal desenvolvidos por Max Weber¹⁴, a base para uma explicação da subordinação feminina, apesar de considerar esses conceitos insuficientes para uma análise da política sexual. Segundo ela,

“...é imprescindível conceber uma teoria política que estude as relações de poder em um terreno menos convencional que aquele ao qual estamos habituados.” (MILLETT.1975:32).

Na verdade, Millett retorna também a Simone de Beauvoir que, em 1949, havia publicado o Segundo Sexo (um marco no pensamento feminista), no qual buscou ampliar as análises de Marx e Engels, incorporando as dimensões psicológica e cultural. Sua famosa afirmação “...não se nasce mulher, se torna mulher”, definia claramente seu posicionamento. “...nenhuma mulher nasce, psíquica ou mentalmente falando mulher, porém nos convertem, a tradição, os

¹⁴ Para Weber, o poder “...significa a probabilidade de impor a própria vontade, dentro de uma relação social, mesmo que contra toda resistência e qualquer que seja o fundamento dessa probabilidade.” Já a dominação ele define como “...a probabilidade de encontrar obediência a um mandato de determinado conteúdo entre pessoas dadas.” (1992:43).

Segundo Weber, o domínio patriarcal é o tipo mais puro de dominação. “Obedece-se à pessoa em virtude de sua dignidade, santificada pela tradição, cuja violação por parte do senhor poria em questão a legitimidade do seu próprio domínio, baseado exclusivamente na santidade das tradições.” (708 e 709). Em outro capítulo, Weber explica que a estrutura patriarcal de dominação “Em sua essência não se baseia no dever de servir a uma ‘finalidade’ impessoal e objetiva e na obediência às normas abstratas, mas justamente ao contrário: na submissão em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal. Seu germe radica na autoridade de um *dominus* dentro de uma comunidade doméstica” (753). O fundamento dessa autoridade doméstica são “...as antiquíssimas situações naturais (que) constituem a fonte da crença na autoridade fundada na piedade. Para todos os que estão submetidos à autoridade familiar, é a convivência pessoal, permanente e especificamente íntima dentro do lar, com a comunidade de destino externo e interno. Para a mulher, é a superioridade moral da energia física e espiritual do homem...” (753).

costumes, a cultura, em mulher..” Uma afirmação de que a autonomia física não era o destino. Mais adiante, Beauvoir complementa:

“...a mulher não poderia considerar-se simplesmente como um organismo assexuado; só são importantes os dados biológicos que adquirem na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire sobre si mesma não se define só por sua sexualidade, mas reflete uma situação que depende da estrutura econômica da sociedade, estrutura que traduz o grau de evolução técnica à qual chegou a humanidade.” (1976:77).

Para Millett, a relação que se estabelece entre homens e mulheres é uma relação política, e o domínio do homem sobre a mulher se baseia na crença generalizada de sua supremacia biológica sobre esta. Como podemos ver, uma clara referência a Weber.

Para essa autora, o patriarcado é uma instituição construída na base da força e da violência sexual exercida contra as mulheres, na qual a violação é seu mecanismo principal de domínio. O patriarcado, na concepção de Millett, é “... uma instituição revestida de aspectos ideológicos e biológicos que têm a ver com a divisão social, os mitos, a religião, a educação e a economia”. (LUNA.1994:29)

Outra importante teórica do patriarcado, Shulamith Firestone, vê na função reprodutiva da mulher (e, em função disso, a família biológica) a base de sua opressão. Para ela, “...o desequilíbrio sexual do poder está fundamentado biologicamente” (1970:9), portanto, somente com a liberação da mulher das cadeias da maternidade, através dos progressos na tecnologia da reprodução, deixaria de existir esse desequilíbrio (1970:11).

Em geral, as teóricas do patriarcado concentraram sua atenção nessa perspectiva desenvolvida por Firestone, que vê a subordinação da mulher em função de sua capacidade reprodutiva e na “necessidade” que tem o homem de garantir sua descendência (O'BRIEN.1981; MILLETT.1975). Apesar disso, pode-se encontrar outras vertentes, como a de Catherine Mackinnon (1982), que vê na sexualidade a resposta à dominação patriarcal. Segundo essa autora:

“O trabalho, é para o marxismo, como a sexualidade é para o feminismo. São socialmente construídos enquanto construtores, universais como atividades historicamente específicas, construídos ao mesmo tempo de matéria e espírito. Assim como a apropriação organizada do trabalho de alguns em benefício de outros define uma classe (trabalhadores), a expropriação organizada da sexualidade de uns para o uso de outros define

o sexo para as mulheres. A heterossexualidade é sua estrutura: gênero e família são suas formas cristalizadas, papéis dos sexos são suas qualidades generalizadas para a pessoa social; a reprodução é uma consequência; o controle é seu problema.” (1982:516).

Em geral, essas “feministas radicais”, como costumam ser identificadas, definem o patriarcado como um sistema sexual do poder, como a organização hierárquica masculina da sociedade que se perpetua através do matrimônio, da família e da divisão sexual do trabalho. Esse sistema sexual de poder está fundamentado mais na biologia que na economia ou na história.

Acreditamos que a “Resolução” elaborada pelas feministas radicais no Encontro Internacional de Feministas, realizado em Amsterdã, em junho de 1977, traduz muito bem as bases dessa corrente de análise da condição feminina:

“Temos buscado as origens da opressão específica da mulher no caráter específico que tem as relações da mulher com a produção, que a fazem produzir gratuitamente e sem receber em troca mais do que sua subsistência. Estas relações de produção são comuns a todas as mulheres, seja qual for a classe a qual pertence seu marido. Estas relações de exploração constituem a base material do sistema que oprime as mulheres: o patriarcado. Seus beneficiários são os homens, entendidos como grupo social (e não como grupo biológico) da mesma forma que o salário é a base material do capitalismo, cujo beneficiário é o grupo social dos patrões e dos proprietários. A luta de classes combate este último sistema, mas não contra o primeiro.”

Apesar da contribuição realizada pelas feministas radicais na construção da teoria do patriarcado e, com ela, a da existência de uma estrutura hierárquica masculina do poder ao qual estão sujeitas todas as mulheres, independentemente de sua condição de classe (ou raça), seus posicionamentos sofreram uma série de críticas, em especial por seu caráter biologistas e não histórico.

A crítica realizada por Gayle Rubin consiste no fato de que o termo patriarcado obscurece as outras distinções presentes na sociedade. Usar o termo patriarcado é o mesmo que usar o termo capitalismo para designar todos os modos de produção, e é

“... manter a distinção entre a capacidade e as necessidades humanas de criar um mundo sexual e as formas empíricas opressivas nas quais

mundos sexuais têm se organizado. O conceito de patriarcado resume os dois significados no mesmo termo.” (1993:6).

Rubin propõe a utilização do termo “sistemas sexo/gênero” como forma de explicitar melhor essa relação de dominação.

Não concordamos com essa crítica e com a proposta feita por Rubin, já que acreditamos que o termo patriarcado deixa clara a existência de um sistema de dominação distinto do sistema de dominação classista, enquanto que o de sexo/gênero pode trazer em seu bojo concepções biologistas.

A crítica realizada por Eisenstein dirige-se à utilização que fez do “conceito de classe sexual” (mulheres e homens constituem classes distintas enquanto sexo) como um conceito fundamental para entender as relações de poder. Um conceito construído a partir do modelo clássico do marxismo de classe como uma categoria econômica (1980:29).¹⁵ Na crítica que Eisenstein faz especificamente a Firestone, afirma que aquela teórica radical

“... separa de maneira artificial as esferas sexual e econômica, substituindo o capitalismo pelo patriarcado como sistema opressor (...) prefere referir-se à sexualidade como a opressão principal dos tempos modernos em lugar de vê-la como uma realidade mais complexa. Isso não quer dizer que Firestone não veja a opressão econômica como problemática para as mulheres, e sim que não a considera como chave fundamental da opressão.” (1980:30).

Eisenstein critica também a idéia de que o corpo da mulher define sua existência. Apesar de reconhecer que a sexualidade é a opressão específica das mulheres, isso não significa dizer que a sexualidade possa explicar toda a “complexidade das relações de poder na nossa sociedade”.¹⁶

¹⁵ Essa mesma crítica faz Seyla Benhabid e Drucilla Cornell, ao afirmar que o que faltava a essas formulações era um questionamento mais radical da própria teoria marxista. Elas “deixaram o marxismo com todos os seus problemas da teoria das classes intactos, e preferiram uma linguagem da teoria que, em muitos casos, desfigura suas próprias experiências históricas.” (1992:8).

¹⁶ “Saber que existem elementos universais na opressão das mulheres é importante, mas tem pouco sentido quando a especificidade de nossa existência se relega ao universal. Toda a história pode haver sido patriarcal, mas isto não quer dizer que as diferenças entre os períodos históricos não sejam importantes. São precisamente as especificidades que permitem clarificar o significado geral da existência patriarcal. O patriarcado, nesse sentido, deveria entender-se não simplesmente como um sistema biológico mas como imã político, com uma história específica.” (EISENSTEIN. 1980:31).

Por outro lado, Joan Scott, historiadora norte-americana, apesar de ver com importância os questionamentos sobre a igualdade entre homens e mulheres elaborados pelas teóricas do patriarcado, apresenta duas dificuldades básicas para a utilização dessa concepção nas análises históricas:

“Primeiro, enquanto estas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, afirmaram igualmente a primazia desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Mas as teorias do patriarcado não explicaram o que a desigualdade de gênero tem a ver com as outras desigualdades. Segundo, que a dominação venha na forma da apropriação masculina do labor reprodutivo da mulher, ou que ela venha pela reificação sexual das mulheres pelos homens, a análise baseia-se na diferença física. Toda a diferença física tem um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levaram em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero. Uma teoria que se baseia na variável única da diferença física é problemática para os(as) historiadores(as).” (1992:6 e 7[a]).

Apesar das importantes críticas dirigidas às teóricas do patriarcado, é inegável sua contribuição para a construção do pensamento feminista, não só no sentido de trazer para a cena novos elementos de análise que possibilitaram às feministas socialistas avançar nos parâmetros da concepção materialista da opressão feminina, incorporando outras dimensões da vida humana e, posteriormente, na construção do conceito de gênero.

3. O não “tão estranho” casamento entre feminismo e marxismo¹⁷

Conscientes da incapacidade da teoria marxista para explicar a totalidade de implicações que dizem respeito à condição feminina nas sociedades modernas, as primeiras feministas engajadas nessa corrente de pensamento tentaram preencher os vazios deixados por Marx e Engels, partindo exatamente de onde Engels a

¹⁷ Essa citação é uma referência aos seguintes artigos que tratam esta questão:

BRIDGES, Amy e HARTMANN, Heidi. *El infeliz matrimonio entre el marxismo y feminismo. Capital and Class*. Lima: Centro Flora Tristan. s/d.

WEINBAUM, Batya. *El curioso noviazgo entre feminismo y socialismo*. Madri: Siglo XXI Ed. 1978.

BURHAM, Linda e LOUIE, Mirian. *The impossible marriage. A marxism critique of socialist feminism*. Line of march. 1985.

Também os outros artigos sobre esta temática que fazem parte da coletânea:

SARGENT, Lydia (org) *Women and Revolution*. Boston: South and Press. 1981.

havia deixado. Neste sentido, essas teóricas trataram em especial da questão da produção e da reprodução dentro de uma perspectiva do modo de produção. Nesses debates, a questão do trabalho doméstico foi para muitas o ponto de partida (LARGUIA.1975; LARGUIA e DUMOULIN.1975; BENSTON.1975; DUPONT.1975; MCAFFE e WOOD.1975; DALLACOSTA e JAMES.1977).

Simultaneamente ao feminismo radical, que tomava rumos distintos, como vimos anteriormente, as feministas “socialistas”¹⁸ não conseguiram manter-se afastadas das contribuições da teoria do patriarcado, apesar das críticas que faziam e, principalmente, do rechaço ao essencialismo daqueles que afirmavam as exigências da reprodução biológica como determinantes na divisão sexual do trabalho nas sociedades capitalistas.

Uma dessas contribuições assimiladas pelas feministas socialistas era a idéia de que a subordinação da mulher é anterior ao capitalismo (EISENSTEIN.1980; MITCHELL.1974; ROWBOTHAN.1978 e 1981; WEINBAUMB.1978; COMBES e HAICAULT.1987)¹⁹ e que a mudança econômica resultante da socialização dos meios de produção não é suficiente como estratégia de eliminação da subordinação da mulher, isto é, “a liberação da mulher requer algo mais que uma mudança no sistema econômico.” (WEINBAUM.1978:18).

A partir dessas formulações, merece destaque a contribuição de Juliet Mitchell para a construção do feminismo socialista. A partir de uma visão crítica da teoria marxista clássica sobre a condição da mulher e da crença de “... viabilidade de sua metodologia para proporcionar esta análise e para quem a teoria classista da sociedade e a exigência de uma revolução é fundamental” (1974:124), postula que as estruturas-chaves da situação da mulher são: a produção, a reprodução, a

¹⁸ Apesar de não se tratar, neste trabalho, de todas as correntes do pensamento feminista, é necessário registrar a existência de uma terceira vertente chamada teoria psicanalista, constituída por várias escolas psicanalistas, em especial a anglo-americana das “relações objetivas”, que limitam o conceito de gênero à esfera da família e a essência doméstica (Nancy Chodorow e Carol Calligan) e a escola francesa, baseada no pós-estruturalismo francês e na lingüística (influenciada principalmente por Lacan) apresentando a oposição binária com um certo caráter fixo, eterno, inevitável (Sally Alexander e Denise Riley).

¹⁹ “... eu sustento que o patriarcado precede o capitalismo através da existência da organização sexual da sociedade que deriva de interpretações ideológicas e políticas das diferenças biológicas. Em outras palavras, os homens decidiram interpretar e utilizar politicamente o fato de que as mulheres são as reprodutoras da humanidade. Esta característica da reprodução e do controle político que os homens fizeram dele, as relações de reprodução surgiram como uma formulação específica da opressão da mulher. Uma cultura patriarcal trasladada de um período histórico a outro somente para proteger a hierarquia sexual da sociedade.” (EISENSTEIN.1980:36).

sexualidade e a socialização das crianças, que, combinadas, produzem a “unidade complexa” de sua opressão. (1974:125).

A diferença biológica dos sexos e a divisão do trabalho nela baseada parecem ser, na história, uma necessidade entrelaçada, mas, de fato, a

“... coerção social tem sido um fator de ação recíproca na sua relação com uma verdadeira divisão do trabalho, baseada na capacidade biológica, em um grau muito maior do que geralmente se admite.” (MITCHELL.1974:126).

A coerção implica uma relação distinta entre o que obriga e o obrigado na relação implícita da exploração. Sua debilidade social se converte em natural, e no caso da mulher, é mais marcada.

O papel de reprodutora converteu a mulher, no capitalismo, em complemento espiritual do papel do homem na produção. Na medida em que a maternidade se converteu em uma necessidade histórica da família e da reprodução da força de trabalho, a mulher ficou excluída da produção social. A função da mãe é como a essência da vocação natural da mulher. No capitalismo, onde o trabalho constitui uma alienação na elaboração de um produto social que é confiscado pelo capital, a reprodução adquire um aspecto também de exploração, isto é:

“A maternidade é freqüentemente uma caricatura dessa situação. O produto biológico (a criança) com freqüência é tratado como se fora um produto sólido. A paternidade se converte em algo semelhante a um substituto do trabalho, uma atividade na qual a criança é vista como um objeto criado pela mãe, da mesma maneira em que uma mercadoria é criada por um operário. Naturalmente, a criança não escapa literalmente, mas a alienação da mulher pode ser muito pior que a do trabalhador, cuja produção é confiscada pelo patrão.” (MITCHELL.1979:123[a]).

Para Mitchell, é na sexualidade que tradicionalmente a mulher tem sido mais oprimida: “através da história, a mulher tem sido apropriada como objeto sexual, tanto como progenitor ou produtor.” (1974:135) A mulher foi sempre uma espécie de propriedade privada do homem na relação familiar.

No que se refere à socialização das crianças como uma das estruturas-chaves na opressão feminina, Mitchell é mais complacente, ao afirmar que a adaptabilidade da mulher para a socialização é, em princípio, por sua condição fisiológica (sua habilidade para produzir leite e sua inabilidade relativa e ocasional

para realizar trabalhos pesados). A partir daí surge, a divisão de papéis entre pai e mãe. “O destino biológico da mulher, como mãe, se converte em vocação cultural no seu papel como socializadora.” (1974:141)

Para Mitchell, a família também é um reforço na opressão da mulher à medida que, através do seu papel ali, ela participa em três estruturas distintas, como vimos anteriormente: reprodução, sexualidade e socialização das crianças (1974:131). Apesar das mudanças que sofreu a família, esta permaneceu como “unidade ideológica e econômica determinante” (1974:194). Econômica, no sentido de que proporciona um tipo específico de força de trabalho produtivo e o cenário para o consumo; e ideológica, ao reproduzir os ideais de igualdade e liberdade para desfrutar a propriedade privada individual, personificar os conceitos mais conservadores, “petrifica velhos ideais e os apresenta como os prazeres do presente.” (1974:198).

Essa autora assinala, como condição para a liberação da mulher de sua posição de opressão, uma luta específica contra o patriarcado.

“As mulheres devem se organizar, enquanto mulheres, para mudar a ideologia fundamental da sociedade humana. Para ser efetiva, essa ação pode ser uma oposição dirigida simplesmente contra a dominação do homem (embora isso desempenhe um papel tático)... as mulheres podem ser as pontas de lança da mudança ideológica geral, da mesma forma que a classe operária é o agente da superação do modo de produção capitalista.” (1979:431[b]).

A importância principal de Mitchell foi a de ver a situação de opressão e exploração da mulher em um contexto mais amplo, não somente enquanto produtora mas também nas outras dimensões nas quais está envolvida.

Essa questão da relação opressão/exploração foi um dos principais problemas teóricos em torno do qual as feministas socialistas tiveram que enfrentar-se. Para Marx e Engels, era a condição de força produtiva enquanto trabalhador explorado a que determinava a situação de opressão do operário na sociedade capitalista. Já a mulher, como membro da classe operária, estava sujeita ao mesmo tipo de exploração/opressão do operário, mas não estava integrada à força de trabalho, senão que estava sujeita à escravidão doméstica (não assalariada), reduzindo, assim, a opressão e a exploração à mesma esfera econômica.

Para as feministas socialistas, a opressão e a exploração eram resultado de esferas distintas de poder. A opressão estava baseada na organização sexual da sociedade (o patriarcado), enquanto que a exploração estava baseada na estrutura

classista da sociedade.²⁰ As duas estruturas (patriarcado e capitalismo) convivem, assim, na sociedade, através da divisão sexual do trabalho na família e na produção social, em um processo de dependência mútua: um se adapta às necessidades do outro (MITCHELL.1974 e 1979; ROWBOTHAN.1978 e 1981; COMBES e HAICAULT.1987; EISENSTEIN.1980; SAFFIOTI.1988).

Eisenstein explica melhor essa relação de interdependência, ao afirmar que o capitalismo (e os sistemas que o antecederam) necessita da ordem e do controle estabelecidos pela supremacia masculina, resultante do sistema hierárquico sexual, como forma de garantir o funcionamento uniforme da sociedade (1980:39). Apesar disso, o patriarcado está também “...determinado pelas necessidades do capital”, na medida em que é ele o que

“... proporciona a organização sexual hierárquica da sociedade necessária, para o controle político, enquanto sistema político, não pode reduzir-se à sua estrutura econômica; enquanto que o capitalismo como sistema econômico de classe, impulsionado pela busca de riquezas, alimenta a ordem patriarcal. Juntos formam a economia política da sociedade.” (1980:40)

Esse sistema inter-relacional, que Eisenstein chama “Patriarcado capitalista”, tem seu início histórico a partir do século XVIII na Inglaterra e no século XIX nos Estados Unidos, períodos caracterizados pelo desenvolvimento da relação entre patriarcado e o novo capitalismo industrial.

“Por definição, o patriarcado capitalista abre passo entre as dicotomias de classe e sexo, esfera pública e privada, trabalho doméstico e assalariado, família e economia, o pessoal e o político, e a ideologia e as condições materiais (...). Se a existência das mulheres está determinada pelo capitalismo e o patriarcado através das ideologias e das instituições dominantes, resulta uma compreensão isolada do capitalismo (ou do

²⁰ “Para as feministas socialistas, a opressão e a exploração não são conceitos equivalentes no que se refere às mulheres e aos membros das raças minoritárias, como eram para Marx e Engels. A exploração tem a ver com a realidade econômica das relações capitalistas de classe para homens e mulheres, enquanto que a opressão se refere às mulheres e às minorias definidas dentro das relações patriarcais. A exploração é o que sucede aos operários homens e mulheres na força de trabalho; a opressão da mulher se deve à sua exploração como trabalhadora assalariada e também precede aquelas relações que determinam sua existência dentro da hierarquia patriarcal sexual: enquanto mãe, trabalhadora doméstica, consumidora (...). A opressão inclui a exploração mas reflete uma realidade mais complexa. O poder – ou seu inverso: a opressão – deriva do sexo, a raça e a classe, e este se manifesta através das dimensões hierárquicas da divisão sexual e racial do trabalho e da sociedade.” (EISENSTEIN.1980: 33 e 34).

patriarcado) que não poderia abarcar o problema da opressão da mulher.” (EINSENSTEIN.1980:35).

Nesse sentido, as socialistas recuperam a teoria do patriarcado sem isolá-lo da estrutura econômica, como faziam as feministas radicais.

A partir dessas contribuições, Danièle Combes e Monique Haicault (1987) puderam ir mais longe nos seus estudos sobre produção e reprodução.²¹ Segundo essas autoras, no seio de toda sociedade coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos (a reprodução) que, apesar de serem distintas, estão, ao mesmo tempo, relacionadas uma com a outra, indissolivelmente (1987:24 e 25).

O surgimento do capitalismo veio confirmar a subordinação já existente da reprodução à produção fundamentada em outra subordinação: das mulheres aos homens, resultante da divisão sexual do trabalho. (COMBES e HAICAULT.1987:25). Antes do capitalismo, homens e mulheres participavam de forma desigual na produção e reprodução. Segundo essas autoras:

“Essa partição dos sexos na produção e na reprodução traduz então uma divisão sexual, que estrutura assim as relações entre os sexos sobre uma base tanto política quanto econômica. Com efeito, a designação prioritária das mulheres para a reprodução sempre foi acompanhada de sua exclusão do campo sóciopolítico.” (1987:26)

A família, como um espaço específico da reprodução, é a expressão da dominação capitalista e, ao mesmo tempo e de forma inseparável, também a expressão da dominação patriarcal, coexistindo, assim, relações antagônicas de classe e de sexo na esfera familiar (COMBES e HAICAULT.1987:28)²².

²¹ Sobre esta questão ver também:

CHABAU, Danielle e FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominiqi. “Sobre a autonomia relativa da produção e da reprodução”. In. KARTCHEVSKY-BULPORT et al. *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

²² “A família, tal como a conhecemos, e, mais amplamente, o conjunto dos aparelhos atuais de reprodução são também o resultado de uma delegação crescente de poder dos capitalistas ao Estado, em tal questão. O resultado de uma intervenção tentacular e multiforme do Estado, assenhorando-se das esferas da habitação, da educação, da saúde e da previdência, etc. mantendo e desenvolvendo um aparelho policial e judicial, normas legislativas, em síntese, tudo o que contribua para fixar as condições sociais da reprodução. A família é também, e de forma indissociável, o resultado de um Estado – e, de forma mais geral, de um poder político onipresente – que produz os suportes ideológicos, morais e simbólicos, reforçando a exploração e a superexploração das mulheres indiscriminadamente; permitindo ou facilitando a interiorização das normas sociais de sexo e de classe, particularmente, através de um discurso que, paradoxalmente, valoriza a esfera privada e o individualismo, talvez seja a esse nível que se manifesta com mais intensidade a osmose capitalismo-patriarcado, os quais se produzem e reproduzem mutuamente.” (COMBES e HAICAULT.1987:28).

A relação antagonica entre os sexos se manifesta tanto na produção como na reprodução. Não está circunscrita à família, do mesmo modo que a relação capital/trabalho não está restrita à produção.

“É preciso, portanto, banir qualquer visão idílica de uma aliança entre os sexos na luta de classes: trabalhadores e trabalhadoras unidos contra o capital, esquecendo suas divergências como se fossem brigas de casal para serem resolvidas em outra instância, nos bares, ou como se costuma dizer, na esfera privada, até mesmo nas alcovas...ou para serem resolvidas mais tarde, em dias futuros (...). É necessário, igualmente, abandonar a alternativa: luta de sexos ou luta de classes. As mulheres, em suas práticas, nunca são confrontadas a tal dilema, pelo menos nesses termos.” (COMBES e HAICAULT.1987:29)²³.

Acreditamos que foi Heleieth Saffioti (1992) quem conseguiu aproximar-se mais da essência da relação entre patriarcado e capitalismo, na intenção de explicar a desigualdade social da mulher. A partir de uma nova análise do patriarcado, em uma perspectiva do materialismo histórico, Saffioti chega ao que denomina “a simbiose patriarcado-racismo-capitalismo”.

3.1. Saffioti e a simbiose “patriarcado-racismo-capitalismo”

A partir do resgate do termo patriarcado, excluindo dele qualquer semelhança com a teoria weberiana, na medida em que esse termo “...não constitui propriedade da teoria weberiana”, Saffioti redefine seu significado (1992:194). Para ela, o conceito de patriarcado pode entender-se:

²³ Sobre essa questão da aliança entre os sexos, Saffioti assinala: “Se a aliança é estabelecida entre seres socialmente desiguais, é óbvio que as relações de oposição contraditória permeiam os acordos. Logo, a consciência de classe assume outro caráter quando se pensa a heterogeneidade sexual deste agrupamento social. Para a ciência androcêntrica, que ignora mais da metade da humanidade, a consciência de classe é atingida quando os membros desta classe se tornam capazes de defender seus próprios interesses. Trata-se, como se sabe, da passagem da classe em si para a classe para si. Este tipo de ciência não se pergunta a respeito das oposições contraditórias vividas no seio da mesma classe social. A existência das alianças desiguais revela que os interesses de gênero tornam fragmentada a consciência de classe. Talvez ‘fragmentada’ seja um termo muito forte. O importante a reter é que a organização de gênero promove fraturas no edifício da consciência de classe, exatamente por ser ignorado pela ciência falocêntrica. Quando levadas em consideração, as contradições de gênero podem elevar o nível de consciência de classe, já que as fraturas desta não significam poros vazios, mas fissuras recheadas de desigualdades entre homens e mulheres.” (1992:206 e 207).

“... como um dos esquemas de dominação-exploração componentes de uma simbiose da qual participam também o modo de produção e o racismo (...) Pode, por conseguinte, ser utilizado para designar outra concepção de relações de gênero (simbiose patriarcado-racismo-capitalismo), diferente das resultantes das posturas dualistas” (1992:194) como as de Weber (1964) e Rubin (1975)²⁴.

Não se pode entender o patriarcado e o capitalismo como sistemas autônomos ou independentes²⁵; os dois são duas faces de um mesmo sistema produtivo e devem examinar-se como formas integradas já que: “Classe e gênero são construídos simultaneamente ao longo da história.” Por isso, é “...impossível separar, para fins exclusivamente analíticos, discriminações de que são alvo as mulheres, segundo sua ‘filiação’ ao patriarcado ou ao capitalismo” (SAFFIOTI.1992:195).

Prosseguindo nesse caminho, Saffioti critica as posições das feministas socialistas, em especial Einsenstein (1980), Combes e Haicault (1987), e inclusive suas próprias posições anteriores (1985 e 1988), no que se refere à concepção do patriarcado capitalista. Segundo ela, essa concepção parte da crença da existência autônoma de relações de gênero (patriarcado) de um lado e relações de classe do outro, o que anula a premissa fundamental de que “...classe e gênero são mutuamente constitutivos.” (1992:196).

Para ela, apesar da importância da contribuição de Einsenstein no que se refere à imbricação do patriarcado com o capitalismo, mantém, em sua teoria,

²⁴ Para um conceito mais próximo a essa formulação de Saffioti, ver também:

AMORÓS, Celia. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Madri: Anthropos, 1985.

AMORÓS, Celia. *Feminismo. Igualdade y diferencia*. México: PUEG/UNAM, 1994.

²⁵ Saffioti faz referencia a: ARMSTRONG, Pat e ARMSTRONG, Hugh. “Beyond sexless and classless sex: towards feminist marxism”. *Studies in political economy*. nº10, p.743. 1983, que se direciona nesta mesma linha de pensamento e SHAVER, Sheila. “Gender, class, and the welfare state: the case of income security in Australia”. *Feminism Review*. Londres: nº 32, p.90-110, 1989, que, ao estudar as questões de gênero no Estado de bem-estar social, conclui: “capitalismo e patriarcado são formas mutuamente constitutivas de dominação, um dimensão do outro: gênero e relações sociais de gênero são integrantes da organização social de classe e, similarmente, a classe é constitutiva de gênero. Isto é verdadeiro para as instituições ‘públicas’ do Estado do bem-estar social, para as estruturas ‘privadas’ da economia social nas quais este Estado intervém e para as relações construídas entre elas. (...) Como gênero e classe definem-se mutuamente, ambos definem o Estado do bem-estar social e são definidos por este Estado. Eis porque o Estado não pode ser entendido como simplesmente patriarcal (MACKINNON.1983) ou diretamente capitalista (GOUGH.1979): como suas funções e formas políticas concretas englobam as interações mútuas do capitalismo patriarcal.” (SAFFIOTI.1992:195 e 196).

“uma concepção dualista, impondo a percepção das necessidades específicas de cada um dos dois sistemas em presença e da contribuição de cada um para a constituição da economia política da sociedade. O patriarcado é concebido como sistema político, enquanto o capitalismo é captado apenas em sua dimensão econômica. O sistema de classes não se realiza exclusivamente no plano econômico, pois se trata de uma realidade multifacética, onde tem lugar outros tipos de dominação: social, cultural, política, ideológica, além da econômica. De outra parte, o patriarcado não pode ser reduzido a um sistema de dominação política, porquanto em seu seio também fluem os demais tipos de dominação, inclusive o econômico.” (1988:145).

Isso implica considerar patriarcado e capitalismo como faces distintas do mesmo modo de produzir e reproduzir a vida. Combes e Haicault conseguiram ir mais adiante que Einsenstein, ao identificar a osmose existente entre o capitalismo e o patriarcado em suas análises do sistema de produção-reprodução, este entendido como um sistema único, apesar de se continuar concebendo o patriarcado como um sistema político:

“... prejudicando, assim a própria idéia de osmose (...) A nível estrutural, imputam a responsabilidade pela inferiorização da mulher nas duas esferas mencionadas a uma dominação ideológico-política e de apropriação.” (SAFFIOTI.1988:146).

Entendemos que esse conceito desenvolvido por Saffioti de “simbiose” não implica obscurecer os efeitos dos dois processos (patriarcado e capitalismo), como assinala Cristina Bruschini (1990:52), na medida em que o próprio termo utilizado **simbiose**, implica “**associação de organismos** – leiam-se sistemas – diferentes na qual estes tiram proveito da vida em comum” (LAROUSSE.1995) [grifo nosso].

A concepção da “simbiose patriarcado-racismo-capitalismo”, na perspectiva desenvolvida por Saffioti, adapta-se perfeitamente ao conceito de relações de gênero, o qual trataremos adiante.

4. O conceito de “gênero” e as “relações de gênero”

Apesar do avanço do pensamento feminista no entendimento da relação entre patriarcado e capitalismo, incorporando, assim, em um mesmo nível, as

relações de produção e reprodução, relações políticas, econômicas, sociais, raciais, enfim, relações de poder nas quais a desigualdade social das mulheres é determinante. Na década de 80, em meio a uma crise de paradigmas nas ciências sociais, buscava-se um conceito que pudesse sintetizar essas relações hierárquicas que se estabelecem entre homens e mulheres, em todos os níveis da vida social. Um conceito que, ao mesmo tempo, representasse um rechaço ao determinismo biológico implícito no uso da palavra “sexo” ou “diferenciação sexual” (SCOTT.1992:1). Buscava-se, assim, um conceito que em uma perspectiva histórico-analítica e relacional pudesse fornecer os instrumentos de análise adequados ao estudo das desigualdades das mulheres.

Primitivamente, com base na diferença visível de seu sexo, os homens atribuíram gênero ao mundo visível que os rodeava.

“A constituição biofísica da diferença entre corpo feminino e masculino é a origem da classificação da natureza, do mundo e do mundo das coisas. A mitologia tem narrado que os mitos cosmogâmicos eram bipartidos em masculino e feminino. Céu masculino, terra, lua, água femininos. Na certeza visual que seus corpos portavam uma diferenciação significativa, reguladora de uma precária organização social, foi que primitivamente a espécie humana ordenou, classificou, nomeou o caos aparente do universo. A ‘performance’ e a imagem do corpo feminino percebido pelos homens pareciam ser uma das ‘chaves do tamanho’ de sua precária organização social e a essência da magia da reprodução da espécie. Mulheres e homens intercambiavam ao redor desta diferença. Talvez para estabelecer um regime de igualdades. Talvez as mulheres não tivessem a consciência da dimensão do seu poder.” (OLIVEIRA, N.1994:4[a])²⁶

²⁶ Neuza Oliveira, em um estudo sobre os travestis na Bahia, realizado em 1986, assinala que “a diferença entre o corpo feminino e o masculino é portadora da ordem cultural e o primeiro instrumento de diferenciação social. É sobre o corpo que a norma inicia sua aplicação, distinguindo o natural do cultural, o primado biológico socialmente construído.

Ao idealizar a imagem feminina e masculina, a cultura acrescenta a seus corpos signos, símbolos, sinais, que se tornam extensão anatômica e são somados ao sexo do indivíduo a partir do seu nascimento. A adição simbólica garante um consenso social sobre a imagem ideal da ‘performance’ corporal masculina e feminina.” (1994:25[b]).

Sobre a “construção” e socialização dos gêneros, ver também:

OAKLEY, Any. *La mujer discriminada: Biología y sociedad*. Madri: Debates.1977.

CHADOROW, Nancy. *Psicanálise da maternidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos,1990

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo sexo*. São Paulo: Nova Fronteira.1980

Millett (1975) usou, pela primeira vez, o conceito de gênero na teoria feminista, na sua tese de doutoramento apresentada em 1969, na qual utiliza o conceito de gênero trabalhado pelos psiquiatras Money e Stoller, para rechaçar o argumento biologista da subordinação feminina na elaboração de sua “política Sexual”. Somente na segunda metade da década de 80 incorporou-se esse conceito à análise feminista.

“O termo gênero faz parte das tentativas levadas pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo campo de definição, para insistir sobre o caráter inadequado das teorias existentes em explicar desigualdades persistentes entre mulheres e homens.” (SCOTT.1992:13[a]).

Assim, o conceito de gênero é um conceito relacional enquanto uma categoria de análise e deve ter as condições de captar a rede de relações sociais, assim como as mudanças históricas sofridas através dos mais diferentes processos sociais.

“As relações de gênero não resultam da existência de dois sexos, macho e fêmea... O vetor direciona-se, ao contrário, do social para os indivíduos que nascem. Tais indivíduos são transformados, através das relações de gênero, em homens ou mulheres, cada uma destas categorias-identidades excluindo a outra.” (SAFFIOTI. 1992:187)²⁷

Esse conceito de gênero traz-nos de volta a conhecida afirmação de Simone de Beauvoir, “não se nasce, se torna mulher”. Exatamente a palavra “tornar” que, no primeiro momento de formação do pensamento feminista, representou um marco, com a construção do conceito de gênero, passou a ser esse o ponto crítico do pensamento de Beauvoir. A palavra “tornar”, na forma como a trata essa

²⁷ Nesse sentido, a definição de Marta Lamas pode clarificar mais seu significado: “Uma oposição binária básica, a mulher/homem, gera uma simbolização de todos os aspectos da vida. O gênero é o conjunto de idéias sobre a diferença sexual que atribui características “femininas” a cada sexo, a suas atividade e condutas, e às esferas da vida. Esta simbolização cultural da diferença anatômica toma forma no conjunto de práticas, idéias, discursos e representações sociais que dão atribuições à conduta objetiva e subjetiva das pessoas em função do seu sexo. Assim, mediante o processo de constituição do gênero, a sociedade fabrica as idéias do que devem ser os homens e as mulheres, do que é ‘próprio’ de cada sexo.

Em cada cultura, a oposição binária homem/mulher é chave na trama dos processos de significação. A diferença sexual, recriada na ordem representativa, contribui ideologicamente à essência da feminilidade e da masculinidade; também produz efeitos no imaginário das pessoas. A diferença sexual nos estrutura psiquicamente e a simbolização cultural da mesma diferença, o gênero, não só marca os sexos, mas também marca a percepção de todo os demais: o social, o político, o religioso, o cotidiano.” (1994:8).

autora, significa, de fato, uma mudança do corpo biológico ao corpo cultural, isto é: do sexo ao gênero, de uma existência a outra. Para Beauvoir, as estruturas simbólicas definem o masculino e o feminino dentro de padrões universais, dialeticamente opostos, não detectando assim, o caráter de relação de gênero.²⁸

Acreditamos que a melhor construção do conceito de gênero foi feito por Joan Scott. Segundo ela, para entender a condição de desigualdade da mulher, é necessário

“...tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança. Enfim, precisamos substituir a noção de que o poder social é unificado, coerente e centralizado por alguma coisa que esteja próxima do conceito foucaultiano de poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais constituídas pelo discurso nos ‘campos de forças’. No seio desses processos e estruturas, tem espaço para um conceito de realização humana como um esforço (pelo menos parcialmente racional) de construir uma identidade, uma vida, um conjunto de relações, uma sociedade dentro de certos limites e com a linguagem - conceitual - que ao mesmo tempo coloque os limites e contenha a possibilidade de negação, de resistência e de reinterpretação, o jogo de invenção metafórica e de imaginação.” (1992:14[a]).

Para Scott, nem sempre o movimento e as teóricas feministas fizeram um uso correto desse conceito. Em um primeiro momento, as feministas usaram o conceito de gênero para referir-se às relações sociais desiguais entre os sexos. Essa forma de uso tinha por objetivo afastar-se de uma visão naturalista e biologizante, que marcava a maioria das explicações sobre a subordinação da mulher.

Outra forma de utilização incorreta do conceito de gênero foi feita por feministas com uma tradição marxista, que colocavam limites na compreensão de que a subordinação é anterior ao capitalismo e que as desigualdades de gênero se

²⁸ Para uma crítica mais profunda da proposição “tornar-se” mulher em Beauvoir ver: BUTLER, Judith. “Variações sobre sexo e gênero. Beauvoir, Witting e Foucault”. In. BENHABIB, S. e CORNELL, D. (org.). *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SANDAY, Peggy Reeves. “A reprodução do patriarcado na Antropologia feminista”. In. GERGEN, M.M. (org.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. Brasília: EDUNB. 1993.

encontram também fora da divisão do trabalho (SCOTT.1992:27[a]), como já vimos anteriormente.

Outra crítica feita por Scott, e com a qual também concordamos, é aquela sobre os estudos que explicam a subordinação universal da mulher somente pela variante do tabu do incesto e das teorias antropológicas de parentesco, como a desenvolvida por Rubin (1993), cujo eixo central são os estudos de Levi-Strauss em comunidades primitivas. Para Scott, é necessária uma visão mais ampla que inclua o parentesco, porém não só isso, que inclua, também, a organização política²⁹.

O conceito de gênero desenvolvido por Scott se compõe de duas partes que se subdividem em várias subpartes ligadas entre si, sem que uma possa operar sem as outras, ainda que também não operem simultaneamente, como se uma fosse um simples reflexo do outro (1992:16[a]). Assim, o conceito de gênero se estrutura através de duas premissas básicas:

1. o gênero como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas (representações simbólicas) entre os sexos;

2. gênero como forma nova de significar as relações de poder (1992:14[a]).

A primeira premissa se constitui de quatro elementos relacionados entre si:

a) os símbolos culturalmente disponíveis para as pessoas e que evocam representações múltiplas e freqüentemente contraditórias. Ex. Eva e Maria, como símbolos que podem servir à mesma mulher: a puta e a santa;

b) conceitos normativos que expressam interpretações dos símbolos e que limitam suas possibilidades metafóricas; estes conceitos se expressam na religião, na educação, na ciência, na política, no jurídico e, geralmente, tomam a forma de oposição binária (masculino-feminino);

c) as organizações e instituições sociais;

d) a identidade subjetiva.³⁰

²⁹ Sobre os usos incorretos do conceito de gênero ver também:

IZQUIERDO, María Jesús. “Uso y abuso del concepto de género”. In: VILLANOVA, Mercedes (org). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Seminário Interdisciplinar Mujeres y Sociedad/Universidad de Barcelona, 1994

COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. “Teoria e Praxis feminista na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras”. In: *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ (nº especial) 2º sem. 1994.

³⁰ Apesar de reconhecer a importância da psicanálise na elaboração do conceito de gênero, Scott faz uma advertência aos historiadores que “precisam trabalhar de forma mais histórica. Se a identidade de gênero é unicamente e universalmente baseada no medo da castração, a pertinência da interrogação histórica é negada.” (1992:16[c]).

No que se refere à segunda premissa, o gênero como relação de poder, a autora reafirma que o gênero é um

“... campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter constituído um meio persistente e recorrente de tornar eficaz a significação do poder no ocidente, nas tradições judaica-cristãs e islâmicas.” (SCOTT.1992:16[a])³¹.

Nessa perspectiva, o conceito desenvolvido por Scott envolve os símbolos culturalmente disponíveis para evocar as diferenças contraditórias, uma luta da linguagem ao redor de conceitos normativos, evidenciados no campo religioso, político, pedagógico, jurídico, científico, que formam, afirmam e legitimam, sem equívocos, o sentido subjetivo de pertencer a uma espécie e a uma classe de gênero distinto.

Em direção a essa mesma linha de construção do conceito de gênero, se encaminha Teresita de Barbieri, ao afirmar que

³¹ Esse conceito articulado por Scott é sintetizado com toda sua plenitude por Jane Flax: “As ‘relações de gênero’ são uma categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como a se referir a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis. O gênero, tanto como categoria analítica quanto como processo social, é relacional. Ou seja, as relações de gênero são processos complexos e instáveis (ou ‘totalidades’ temporárias na linguagem dialética) constituídos por e através de partes inter-relacionadas. Essas partes são interdependentes, ou seja, cada parte não tem significado ou existência sem as outras. As relações de gênero são divisões e atribuições diferenciadas e (por enquanto) assimétricas de traços e capacidades humanas. Por meio das relações de gênero, dois tipos de pessoas são criadas: homem e mulher (...). O conteúdo real de ser homem ou mulher e a rigidez das próprias categorias são altamente variáveis de acordo com épocas e culturas. Entretanto, as relações de gênero, tanto quanto temos sido capazes de entendê-las, têm sido (mais ou menos) relações de dominação. Ou seja, as relações de gênero têm sido definidas e controladas por um de seus aspectos inter-relacionados – o homem.”(1991:248)

Nessa mesma linha de conceitualização do gênero trabalham:

IZQUIERDO, María Jesús. op. cit. 1994

IZQUIERDO, María Jesús “Un marco teórico para las relaciones de sexo y de género”. In: LUNA, Lola (org.) *Mujeres y sociedad. Nuevos enfoques teóricos metodológicos*. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres e Sociedad/ Universitat de Barcelona. 1991

SORJ, Bila. “O feminismo na encruzilhada da modernidade”. In. COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. 1992

SAFFIOTI, Heleieth. “Rearticulando gênero e classe social”. In. COSTA, A.O. e BRUSCHINI, C. op. cit.

“... os sistemas de gênero/sexo são conjuntos de práticas, símbolos, representações, normas e valores sociais que as sociedades elaboram a partir da diferença sexual anatômico-fisiológica e que dão sentido à satisfação dos impulsos sexuais, à reprodução da espécie humana, e em geral, à relação entre as pessoas. Em termos durkheimianos, são as redes de relações sociais que determinam as relações dos seres humanos enquanto pessoas sexuadas (...). se trata de uma categoria mais neutra que patriarcado, como assinala Rubin (...) um conceito de maior generalidade e compreensão (...) já que deixa aberta a possibilidade de existência de distintas formas de relações entre mulheres e homens, entre o feminino e o masculino, dominação masculina (patriarcal, mas também outras possíveis não necessariamente patriarcais), dominação feminina ou relações igualitárias” (1992:30).

Apesar disso, o conceito de gênero não substitui a perspectiva da simbiose patriarcado-racismo-capitalismo e, no presente trabalho, esse conceito será utilizado somente como um instrumento de análise da subordinação feminina. Não será utilizado para “esconder” uma vez mais as mulheres, nem tampouco para buscar uma falsa legitimação dos estudos nessa temática. Risco presente em muitos dos trabalhos sobre gênero, como assinalam Scott (1992[a]), Izquierdo (1994) e Costa e Sardenberg (1994).

2

O LUGAR DA MULHER

Em todas as sociedades humanas conhecidas, independentemente da época, existe uma divisão sexual do trabalho, uma diferenciação entre as atividades realizadas por homens e mulheres. Uma divisão sexual estabelecida por regras específicas de cada grupo social associadas ao gênero e à idade (BANBERGER.1979). A guerra e a política, em todas as sociedades, são atividades tipicamente masculinas, nas quais as mulheres somente participam de forma secundária e complementar. Por outro lado, o cuidado com as crianças é sempre uma atividade feminina, e os homens somente participam dela de forma secundária e complementar (DURHAN.1983).

A origem dessa divisão sexual do trabalho tem merecido a preocupação de muitos estudiosos. Para Marx e Engels, essa divisão se realiza naturalmente, através do ato sexual e da procriação (como vimos anteriormente). Já Claude Meillassoux (1977), nos seus estudos sobre a comunidade doméstica, assinala a vulnerabilidade social das mulheres e a necessidade de proteção contra o rapto, em função do valor que tinham como reprodutoras da espécie, propiciando seu isolamento no mundo doméstico e nas tarefas específicas desse mundo. Maurice Godelier (1980) é outro antropólogo preocupado com essa questão. Para ele, as dificuldades de locomoção que a gravidez e a amamentação implicam para as mulheres impuseram a elas (nas sociedades de caçadores) as atividades de recolher os alimentos, a cozinha, a agricultura e aos homens as atividades de maior risco.

Por outro lado, concordamos com Eunice Durhan, ao afirmar que

“... a construção cultural da divisão sexual do trabalho se elabora sobre diferenças biológicas. Com isso não quero dizer que haja uma explicação “natural” para a distinção entre papéis masculinos e femininos, mas que, nesse particular, a cultura organiza, orienta, modifica, ressalta ou suprime características que possuem fundamentação biológica”(1983:17).

Mas, independentemente da explicação sobre a gênese ou a própria definição da divisão sexual do trabalho, o fato fundamental é que, em todas as sociedades, as atividades masculinas são invariavelmente reconhecidas como mais importantes que as atividades realizadas pelas mulheres, isto é, aquelas que os homens realizam são socialmente mais valorizadas, de maior prestígio (ROSALDO.1979;

AMORÓS.1994; DURHAN.1983; PETIT.1994). Quando uma tarefa é reconhecida socialmente como feminina, tende a valorar-se e a masculinizar-se.³²

Para a perspectiva de análise do marxismo clássico, é com a família patriarcal que essa divisão sexual do trabalho perde seu caráter coletivo. O trabalho, que até então era realizado pelo conjunto da comunidade, adquire um caráter privado e passa a ser realizado por cada mulher isoladamente, dentro de seu lar, de sua célula familiar, que se vê transformada, assim, em uma unidade produtiva de bens necessários para o consumo imediato de seus membros.

O trabalho realizado nessa pequena unidade de produção perde seu valor social. Já não é mais um trabalho considerado socialmente necessário e, por não criar valor, torna-se, portanto, um trabalho improdutivo.³³ A mulher, através do trabalho de produzir valores de uso imediato, necessários para a reprodução e manutenção da força de trabalho, e por sua função estritamente biológica de reproduzir a espécie, será responsável pela produção e reprodução da força de trabalho. Apesar disso, essa sua dupla função somente tem servido para reforçar a situação de dominação a que esta submetida a partir da existência de uma organização sexual da sociedade (o patriarcado).

Com as transformações ocorridas na organização do trabalho, produzidas pelo capitalismo, que concentrou a produção social nas fábricas, a família sofreu profundas mudanças e deixou de ser uma unidade produtiva, como havia sido até então. Todos os produtos necessários para a subsistência da família passaram a estar disponíveis no mercado sob a forma de mercadorias. Com essa transferência, houve uma separação entre produção e reprodução. Enquanto a produção social se concentrou nas fábricas, a reprodução ficou cada vez mais privada, mais isolada

³² Amorós cita o exemplo dos rituais de “La Cavada”, um costume existente em algumas regiões da Espanha, no qual o homem simula as dores e movimentos do parto enquanto a mulher está em trabalho de parto. As outras mulheres dão a ele os cuidados, os carinhos e as felicitações pelo parto. À mulher é deixada muitas vezes em segundo plano. Segundo Amorós, isso ocorre nas sociedades onde a reprodução é importante e valorizada, produzindo-se, assim, uma redefinição cultural e simbólica da maternidade (1994:24).

³³ “... somente é produtivo aquele trabalho (...) que diretamente produz mais-valia; por tanto somente aquele trabalho que seja consumido diretamente no processo de produção com vistas à valorização do capital.

Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, nos era apresentado como produtivo aquele trabalho que se realizava em um produto, mais concretamente, em uma mercadoria. Do ponto de vista do processo capitalista de produção, se agrega a determinação mais precisa de que é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia, ou seja, que se realiza sem equivalente para o operário, para seu executante - uma mais-valia representada por um plus-produto.” (MARX.1978:77).

na família. A industrialização não somente fez o divórcio entre produção e reprodução, mas também as separou em espaços físicos diferenciados, longe uma da outra (DURHAN.1983).

A mulher, principal responsável pela reprodução, ficará isolada na vida doméstico/privada. A ela será negada qualquer forma de participação social. O isolamento doméstico privará da experiência de organizar e planejar suas lutas, uma fonte básica de educação³⁴. Essa submissão se vê reforçada ainda mais pela ideologia da “feminilidade”. O sistema patriarcal mantém estereótipos que caracterizam a “personalidade feminina”, tais como: emotividade, conservadorismo, passividade, consumismo, etc. Estereótipos que permitem à mulher desenvolver satisfatoriamente seu papel na esferas domésticas, onde as relações sociais se desenvolvem de forma afetiva/emocional e não a preparam totalmente para a atividade política, essência da esfera pública, onde as relações se dão à imagem e semelhança do mundo masculino.

Segundo os investigadores marxistas, essa separação de duas esferas satisfaz interesses do capitalismo, na medida em que o sistema de gênero no trabalho contribui para manter o contínuo rebaixamento do valor da mão-de-obra. Em função dos interesses da acumulação do capital, introduzem-se novas formas de divisão sexual do trabalho, que se reflete nas relações sociais e nas estruturas da família.

“A invisibilidade das mulheres, segundo esta perspectiva, se deve a que a ideologia das esferas separadas as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participar na vida pública, política. Tão grande tem sido o poder da ideologia que ainda quando trabalhem ou tenham uma atuação política, suas atividades são definidas como extraordinárias ou anormais e, por isso, alheias ao âmbito da política autêntica ou séria. A desvalorização das atividades da mulher (como fonte de mão-de-obra barata no mercado e de trabalho livre no lar) desvalorizou também a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança.” (SCOTT.1992:48 e 49[b]).

³⁴ “Quando se priva as mulheres da ampla experiência de organizar e planejar coletivamente lutas industriais e de massas, se lhes negam outras fontes básicas de educação: a experiência da rebelião social. E esta experiência consiste primordialmente em apreender as capacidades próprias de cada um, isto é, seu poder e as capacidades, o poder, da classe a qual se pertence” (DALLA Costa e JAMES.1977:35)

Em realidade, mesmo quando as características do que constituem o público e o privado são bem distintas de uma sociedade a outra, em função de suas especificidades culturais, pode-se estabelecer um padrão definidor das duas esferas, demarcando claramente seus limites e atividades. Segundo Joan Kelly Godal, quando as atividades familiares coincidem com as públicas, a posição da mulher é comparável, ou muitas vezes superior, à dos homens. Nas sociedades onde os limites do público e privado estão mais fortemente demarcadas, a opressão da mulher é mais acentuada (1992:135). Essa diferenciação cultural entre o público e o privado nas distintas sociedades tem permitido que, em muitas delas, as mulheres exerçam atividades típicas da esfera pública, por exemplo, o exercício do poder político (NICHOLSON.1992:153).

A utilização desse conceito dicotômico de público e privado tem merecido críticas por parte de algumas teóricas feministas, por entenderem que essa explicação tende a reforçar um conceito das mulheres como vítimas de sua própria biologia (ROSALDO.1980; NICHOLSON.1992), ao invisibilizar as experiências distintas das mulheres fora do mundo privado do lar e somente ver a esfera pública como a esfera do poder e da autoridade, esquecendo-se de situações tais como as existentes nas sociedades camponesas, nas quais as mulheres se constituem na unidade social principal e detém o controle do poder e da autoridade (NICHOLSON.1992:153).

Apesar dessas críticas, consideramos que o uso dos conceitos de público e privado é um instrumento de análise muito útil para o tema que aqui tratamos, na medida em que possibilita uma demarcação mais clara dos espaços e atividades, ao mesmo tempo que permite identificar as interrupções existentes entre essas duas esferas e destacar, aí, o papel da mulher.

Usar esse conceito, como afirma Barbieri, não

“... significa necessariamente que se o justifica ou que se trata a mulher como objeto; não descarta o reconhecimento e a análise das mulheres como atores sociais, sempre e quando não se transfira à análise teórica, certa conotação subvalorativa atribuída ao privado. Desta maneira, o conceito inclusive ajuda a entender as particularidades das atividades e práticas políticas e sociais que cada sexo tende a realizar, já que a identificação dos dois sexos com distintas esferas (e papéis imanentes a elas), assim como o grau de acesso que se tem a elas, constituem condições objetivas que influem nas possibilidades e formas de ação política.” (1992:46).

Neste estudo, buscamos tratar esses conceitos na perspectiva histórica, ou, como diz Linda Nicholson, “... como algo que brotou de uma forma mais antiga de organização social e que tem passado por mudanças contínuas ao longo da sua história.” (1992:166).

1. Público e privado: a cidadania feminina

Na perspectiva de atender aos objetivos teóricos de nosso estudo, consideramos que a questão básica da exclusão das mulheres da esfera pública está ligada ao conceito de cidadania. Um conceito construído através de toda a história do pensamento universal, a partir de um modelo masculino e voltado para os interesses dos homens, na medida em que refletem, em todos os processos históricos de sua constituição, a hierarquia sexual da sociedade, isto é, do patriarcado.

Nesse sentido, é fundamental resgatar esse processo de construção do conceito de cidadania e sua relação com as duas esferas da vida social, desde a Antiguidade clássica com o surgimento da *polis*, sempre buscando destacar ou resgatar o lugar da mulher nesse processo.

1.1. A esfera da necessidade e da *polis*

Segundo Hannah Arendt, nos seus estudos sobre a esfera pública, a construção da *polis* foi precedida pela destruição da organização social baseada no parentesco, às custas da esfera privada familiar (1993:39 e 43).

A esfera doméstica, na Grécia Antiga, era o espaço onde os homens viviam juntos, em função de suas necessidades e exigências vitais. A manutenção individual da família era responsabilidade do homem, e à mulher cabia a sobrevivência da espécie. Essas duas funções eram fundamentais à vida. “Assim pois, a comunidade da família nasceu da necessidade, e isto regeu todas as atividades desempenhadas em seu seio” (ARENDT.1993:43). A esfera privada era o lugar de trabalho e de vida das mulheres e escravos.³⁵

Apesar disso, o homem, o cabeça da família (*o paterfamilias*), governava com poderes despóticos e absolutos.

“A força e a violência se justificam nesta esfera porque são os únicos meios para dominar a necessidade (por exemplo, governando aos escravos) e chegar a ser livre.” (ARENDT.1993:43 e 44).

³⁵ Para uma visão mais profunda da esfera privada e a condição feminina na Grécia Antiga, ver: LEDUC, Claudine. “Como darla en matrimonio? La novia en Grécia. Siglos IX-IV A.C.” In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol.2
ZAIDMAN, Loise Bruit. “Las hijas de Pandora. Mujeres y rituales en las ciudades”. In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. ibden

Já a esfera da *polis*, a que Aristóteles³⁶ chamou de “*bios politikos*”, estava constituída das duas únicas atividades, necessárias para a vida humana, consideradas políticas: a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*) (ARENDT.1993:39). Qualquer coisa que fosse econômica, relacionada com a vida do indivíduo ou a sobrevivência da espécie, não era político, tratava-se de assunto familiar, pré-político (42). “Ser político, viver em uma *polis*, significava que tudo se dizia por meio de palavras e persuasão, e não com a força e a violência”(40). *Apolis* era o espaço da liberdade e da democracia, um espaço exclusivamente masculino, segundo Aristóteles, um espaço do “Verdadeiro homem”³⁷. Segundo Arendt:

“A polis se diferenciava da família na medida em que aquela somente conhecia iguais, enquanto que a segunda era o centro da mais estrita desigualdade. Ser livre significava não estar submetida à necessidade da vida nem sob o mando de alguém e não mandar sobre ninguém, isto é, nem governar nem ser governado. Assim, pois, dentro da esfera doméstica, a liberdade não existia, já que o cabeça da família só era considerado livre enquanto tinha a faculdade de abandonar o lar e entrar na esfera política, onde todos eram iguais.” (1993:44 e 45)

Ninguém podia ser livre, se não o era entre seus iguais. A liberdade somente existia e era real quando observada, julgada e conservada na memória do outro, de um igual. A igualdade só existia na *polis*, onde os homens conviviam uns com

³⁶ Na releitura que faz do livro de Aristóteles, *A Política*, a partir de uma análise que chama de “eu cogniscente”, Amparo Sarda afirma que “...na política se fala que a vida social se organiza em torno da *oikonomia* e *apolitike*. A *oikonomia*, ou patrimônio doméstico, aparece como o espaço no qual cada homem se apropria privadamente de um conjunto de mulheres e homens de distintas condições e de um conjunto de bens que lhe permitem não só viver, mas viver bem; o espaço no qual se produzem os bens que este homem se considera com direito de usar para dispor de tempo de ócio e dedicar-se à vida política. Enquanto que a política constitui a atividade por meio da qual o conjunto de homens que possuem patrimonialmente o território negociam entre si as próximas fases expansivas” (1991:96).

Para uma análise mais completa da obra de Aristóteles numa perspectiva não-andocêntrica, ver, da mesma autora: *La outra “Política” de Aristóteles*. Madri: Icaria, 1988.

³⁷ Segundo Amorós., o “Verdadeiro homem” de Aristóteles “... é o homem (frente à mulher), é grego e não bárbaro, é livre e não escravo, é adulto e não criança. São os distintos cidadãos os que constituem o âmbito dos iguais e, portanto, o espaço da igualdade ante a lei” (1994:32 e 33). Já a mulher nos escritos de Aristóteles, segundo a mesma autora “... é tipificada como o homem que não chegou à sua entelêquia, ficou na metade, não alcançou o telos, é um homem não logrado, uma espécie de aborto de homem ou homem abortado, e a genealogia chega a ser geração segundo o logos até no sentido literal de que Minerva sai toda armada da cabeça de Zeus.” (1994:37).

os outros como cidadãos, e não como pessoas privadas. A igualdade era uma característica da *polis*, dada pela cidadania, não dos homens, por sua natureza. (ARENDT.1988:25).

Por outro lado, a riqueza privada era a condição básica para que um homem fosse admitido na vida pública, não pelo fato de poder acumulá-la, mas sim, porque era a garantia de que ele não teria que prover para si mesmo os meios de uso e de consumo, e portanto, era livre para exercer a atividade política.³⁸ A propriedade era a família, no sentido mais amplo, incluindo-se aí não só os parentes, mas também os escravos, seu dinheiro.

Jurgen Habermas, ao tratar dessa questão, complementa a idéia anterior de Arendt, ao afirmar que

“A posição na polis baseia-se, portanto, na posição de déspota doméstico: sob o abrigo de sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte; o reino da necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada. Contraposta a ela, destaca-se a esfera pública – e isso era mais que evidente para os gregos – como um reino da liberdade e da continuidade.” (1984:16).

Com a Idade Média essa dicotomia entre público e privado perde muito do seu significado. O ascenso da Igreja Católica e a conseqüente ascensão do secular e do religioso, em muitos aspectos, corresponde também ao ascenso do privado e do público. No feudalismo, o secular passa a representar o mesmo que a esfera privada representava para a antiguidade grega. O padrão doméstico de organização se estendeu a todas as outras formas de organização (os grêmios, as companhias mercantis, as organizações profissionais etc.) (ARENDT.1993:45 e 46), e o próprio feudo se estrutura como base do poder patriarcal e, dentro dele, a organização econômica e social do trabalho. Diluindo-se, assim, de certa forma, a dicotomia rígida do público e do privado dominante na Idade Clássica.

³⁸ “Viver uma vida privada por completo significa acima de tudo estar privado de coisas essenciais a uma verdadeira vida humana: estar privado da realidade que provém de ser visto e ouvido pelos demais, estar privado de uma objetiva relação com os outros que provém de encontrar-se relacionado e separado deles através do intermediário de um mundo comum de coisas, estar privado de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação do privado radica na ausência dos demais; até onde concerne aos outros, o homem privado não aparece e, portanto, é como se existisse. Qualquer coisa que realiza, carece de significado e conseqüência para os outros, e o que lhe importa não interessa aos demais.” (ARENDT.1993:67).

De fato, houve uma mudança no âmbito da estrutura de poder na esfera privada. O poder do senhor feudal sobre sua família e a vassalagem não se pode comparar ao poder despótico do *paterfamilias* ou do *dominus* romano, na medida que a dominação agrária não dispõe de autonomia (*imperium*). Existem autoridades superiores e inferiores, privilégios maiores e menores.

“... a autoridade privada e pública fundem-se numa inseparável unidade, já que ambas são a emanação de um único poder, sendo também compreensível que estejam ligadas aos bens fundiários e que possam ser tratadas como direitos privados bem adquiridos.” (HABERMAS.1984:18).

Independentemente disso, as mulheres permaneciam excluídas da cidadania, sujeitas a toda uma série de restrições e normas legais, que limitam seus direitos dentro e fora da família.³⁹

1.2. A “sociedade”

Com a chegada da modernidade, o conjunto das atividades econômicas e quase todas as outras atividades que até então se identificavam com a esfera privada se converteram em interesse coletivo, pois a economia moderna mercantil

³⁹ “A expressão legal mais chamativa da inferioridade das mulheres foi a instituição da tutoria exercida pelo sexo masculino sobre o feminino, presente em quase a totalidade dos sistemas legais, que supõe uma diminuição de sua capacidade legal. Os direitos gentílicos, por exemplo, excluíam as mulheres livres dos assuntos públicos. Não estavam autorizadas a comparecer sozinhas a um julgamento, mas deviam deixar-se representar por um homem, seu mentor. No caso de mulheres solteiras este costumava ser o pai, no das casadas, o esposo. Se estes faleciam, sua representação judicial recaía sobre o parente homem mais próximo pertencente à família paterna. Este mentor, além de ocupar-se da representação judicial de sua protegida, exercia o direito de disposição e desfrutava de seu patrimônio, assim como o poder de castigá-la, podendo chegar ao caso extremo de matá-la. Também lhe correspondia a decisão sobre seu matrimônio e, inclusive, o direito de vendê-las.” (OPITZ.1992:324).

Sobre a vida privada e a condição feminina na Idade Média ver:

DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vols. 3 e 4, em especial os seguintes trabalhos:

CASAGRANDE, Carla. “La mujer custodiada”. Vol. 3.

VECCHIO, Silvana. “La buena esposa”. Vol. 3.

WEMPLE, Suzanne Fonay. “Las mujeres entre finales del siglo V e finales del siglo X”. Vol. 3.

L'HERMITTE-LERCLERCO, Paulette. “Las mujeres en el orden feudal (siglos XI e XIII)”. Vol. 3.

OPITZ, Claudia. “Vida cotidiana de las mujeres en la Baja Edad Media (1250-1500)”. Vol. 3.

PIPONNIER, Françoise. “El universo de la mujer: espacio y objetos”. Vol. 4.

já não se orientava ao *oikos*⁴⁰, e sim pelo mercado. A nova classe que recém começava a formar-se (a burguesia) será a responsável por profundas transformações na estrutura do poder, trazendo à esfera pública o próprio processo da vida, emergindo do que ARENDT chama “sociedade”. Para ela, a sociedade é “... a organização pública do próprio processo da vida.” Um exemplo disso é a transformação muito rápida de “... todas as comunidades modernas em sociedades de trabalhadores e empregados”. (1993:56). Com a sociedade, as atividades relacionadas com a sobrevivência, por exemplo, do trabalho, adquirem um caráter público. A família já não define a propriedade, como na Grécia antiga; agora é a propriedade que a define. Com isso, a atividade política se transforma e “... mais que ação, discurso e pensamento são fundamentalmente superestruturas relativas ao interesse social.” (1993:45)⁴¹.

Assim, ao surgir a sociedade, além de anular a antiga diferença entre público e privado, produz uma mudança em seu significado. Privado passa a ser somente uma esfera da intimidade.

“O fato histórico decisivo é que o privado moderno na sua mais apropriada função, a de proteger ao íntimo, se descobriu como o oposto não à esfera política mas à social, com a que se encontra mais próximo e autenticamente relacionado.” (ARENDT.1993:49).

O social não é mais que uma redefinição do público em função do privado. A nova classe, baseada numa economia de mercado, já não se satisfaz com o comércio citadino. A necessidade da ampliação dos mercados é a perspectiva de maiores lucros. Para atender a essas exigências do capital, são necessárias políticas mais garantidas, uniformes e estáveis, possíveis somente através da existência de uma autoridade única e forte. Para garantir as bases necessárias ao desenvolvimento do capital, a burguesia recente não mede esforços para garantir a formação de

⁴⁰ Aqui, utilizamos *oikos* no sentido desenvolvido por Weber: “Um *oikos* não é, no sentido técnico, toda ‘grande’ comunidade doméstica ou toda a que obtém por si mesma produtos industriais e agrícolas, mas a grande fazenda doméstica, autoritariamente dirigida, de um príncipe, senhor territorial, patricio, cujo motivo último não reside na aquisição capitalista de dinheiro, mas na cobertura natural e organizada das necessidades do senhor. Para isto, pode servir-se de todos os meios em amplíssima medida, sem descuidar a troca com o exterior. O decisivo é que para ele o princípio informador é o ‘aproveitamento do patrimônio’ e não a ‘valorização do capital’. O *oikos* significa, segundo sua natureza essencial: cobertura organizada de necessidades, ainda que para este objetivo tenha que incorporar explorações de índole lucrativa.” (1992:311 e 312).

⁴¹ A essa concepção de sociedade Habermas chama de esfera pública burguesa, uma esfera constituída por pessoas privadas (os burgueses), que, como tal, não governam (1984:43), mas que, posteriormente, terão como tarefa política a “regulamentação da sociedade civil” (69) e o controle político através da “Opinião Pública”.

estados nacionais e, portanto, de territórios nacionais fixos, sob o domínio de um único senhor, o monarca, ao qual todos os outros antigos senhores estão subordinados e o único com capacidade de legislar e, principalmente, de definir impostos e outras cobranças. Esses estados se consolidam no período que vai da metade do século XV a meados do século XVII, marcando, segundo MARX, o princípio da era capitalista.⁴²

É o Estado moderno que se constitui, e com ele, o conceito de Nação. Uma unidade política na qual a administração financeira, necessária à cobrança dos impostos, é a base de uma crescente organização burocrática, mudando substancialmente o significado da esfera pública, que passa a identificar-se com a esfera do poder público.

O poder público está ao alcance somente daqueles que formam parte do corpo burocrático desse Estado que se constitui, e a ele são subordinados. Através deles o poder central e absoluto se manifesta e estende seu poder a todo o território nacional e a todos os súditos. Os que não formam parte desse corpo estão excluídos da participação no poder público, e portanto, da esfera pública. Nesse sentido,

“... público torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à corte representativa, com uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força.” (HABERMAS.1984:32).

Os privilégios das corporações profissionais dão lugar aos privilégios concedidos pelo monarca absoluto.

⁴² Acreditamos que Nicos Poulantzas define bem as características deste Estado: “O Estado absolutista é caracterizado pelo fato de que o titular do poderio estatal, em geral um monarca, concentrar nas suas mãos um poder incontável pelas outras instituições, e cujo exercício não é contido por nenhuma lei limitativa, seja esta lei de ordem positiva ou natural-divina: o titular do poder é *legibus solutus*. (...) o Estado aparece-nos como instituição centralizada, fonte de todo o poder ‘político’ no interior de um domínio territorial-nacional. É assim que progressivamente se forma a noção de soberania do Estado: exprime a dominação institucionalizada exclusiva e única, propriamente pública, sobre um conjunto territorial-nacional e o exercício efetivo do poder central sem as restrições ‘extra-políticas’ de ordem jurídica, eclesiástica, ou moral que caracterizavam o Estado feudal. (...) Em resumo, o caráter fundamental do Estado absolutista é representar a unidade propriamente política de um poder centralizado em um conjunto nacional, ao contrário de uma fragmentação e de uma partilha do poder em domínios territoriais, constituindo paralelamente células econômico-políticas estanques, cujas relações consistem em uma hierarquia de poderes exclusivos uns dos outros e sobrepostos.” (1977:158 e 159).

Todo esse processo de transformação pelo qual passa a sociedade, tanto no nível das relações de produção, como no das relações de poder, terá seus reflexos também no nível cultural. A mentalidade dinâmica e mercantil da burguesia urbana daquela época terá sua base ideológica no humanismo.

O humanismo retoma os valores da racionalidade greco-romana (Renascimento), rompendo com as velhas crenças e dogmas da Idade Média, criando, assim, as bases para o questionamento da intolerância e o autoritarismo da Igreja católica medieval e o surgimento de vários movimentos contestatórios (protestantes) e reformadores, como, por exemplo, a Reforma e a Contra-Reforma.

Para as mulheres, o Renascimento trouxe a possibilidade de acesso à educação, à participação no mundo literário e, em especial, abre as portas dos salões à sua atuação. Nesse momento, os salões se constituíam em uma espécie de esfera pública paralela àquela do poder político estatal.

Apesar disso, o poder político, como um poder formal, se manteve afastado das mulheres. À exceção das rainhas e princesas, que tinham acesso ao poder formal por força da hereditariedade e da dinastia, as mulheres não assumiram cargos públicos, a não ser quando eram reconhecidas oficialmente como cidadãs (direitos municipais) e estavam sob proteção de leis urbanas.

Segundo Natalie Zemon Davis, apesar disso, as mulheres sempre influenciavam nas designações para esses cargos na burocracia estatal, desde que estivessem bem relacionadas e gozassem de prestígio, o qual adquiriam, principalmente, através de sua atuação nos salões⁴³, em especial como anfitriãs e nos períodos e países em que o governo era exercido por rainhas, as mulheres se destacavam muito na vida política.

“As mulheres participaram no cerimonial da corte e se uniram a relações de patronato e de facção: realizaram petições de cargos, pensões e perdões para membros de suas famílias e clientes, sem nenhuma diferença com respeito aos homens.” (1993:219).

⁴³ Sobre os salões e suas práticas, os mais famosos e sua importância para o desenvolvimento cultural da época ver:

DULONG, Claude. “De la conversación a la creación”. In. DUBY e PERROT. op. cit. Vol. 6

Segundo essa autora: “Como a Universidade, fechada no seu dogmatismo e na sua soberania, rechaçava com hostilidade tudo o que contradizia os sacrossantos antigos (o que equivale a dizer todos os descobrimentos), o cultivo do espírito se produzia nos círculos privados, onde se comentavam as novas teorias, se recebia e se protegia aos autores. A estas curiosidades se unia o atrativo que experimentavam as mulheres, pelo fruto proibido, posto que todas as disciplinas propriamente científicas haviam ficado totalmente excluídas do ensino que elas tinham podido receber.” (DULONG.1993:174).

Na Inglaterra protestante, apesar de não ter uma representação na Câmara dos Lordes e na Câmara dos Comuns, as mulheres da aristocracia participavam ativamente na vida pública apoiando a candidatos, colaborando na imprensa jornalística e na militância. No que se refere às mulheres dos setores mais pobres, já estavam acostumadas a intervir, inclusive participando nos motins contra os aumentos no custo de vida e dos impostos, quando eram violadas suas justas reivindicações. (DAVIS.1993:224).

Do mesmo modo que na esfera privada da Grécia Antiga, a mulher através da família, era a garantia da atenção às necessidades básicas para a atuação do homem na *polis*. Também nessa época, de certa forma, a atuação da mulher na esfera pública (nos salões) atendia aos mesmos interesses e, de fato, formavam parte da esfera privada. Finalmente, é seu papel como anfitriã, organizadora de encontros literários e, muitas vezes, sua sexualidade (atividades típicas da esfera privada), o que garantia as condições materiais necessárias para o desenvolvimento da intelectualidade e, em especial, a divulgação e intercâmbio cultural, fundamentais para o desenvolvimento do pensamento político de então, possibilitando, ao mesmo tempo, às mulheres romper com o isolamento e as cadeias do mundo privado.

Por outro lado, esse esforço das mulheres em romper com as cadeias do mundo privado tinha uma forte oposição por parte das igrejas, no auge dos enfrentamentos e controvérsias da Reforma e Contra-Reforma, dos jesuítas, puritanos, liberais⁴⁴, assim como daqueles que defendiam o direito das mulheres à instrução.

1.3. O pensamento liberal

A burguesia já constituída como classe economicamente hegemônica não permaneceu contente com a supremacia do Estado absoluto e começou sua luta

⁴⁴ “A literatura católica estabelece deveres religiosos ligados diretamente à sua condição de mulheres. ‘Suavidade, compaixão, amor maternal’ formam parte das virtudes inatas do seu sexo. Às mulheres correspondem as obras de misericórdia e caridade, o cuidado dos doentes, dos pobres, dos velhos; a elas que produzem os filhos, toca a responsabilidade de sua primeira educação, da instrução religiosa e das regras do saber viver; e também a elas, destinadas à casa, e que reinam no universo doméstico, compete a boa gestão deste último, as ocupações úteis, um olho vigilante sobre a servidão. Obediência e castidade terminam de formar boas esposas, após ter feito filhas submissas. O discurso protestante, mais igualitário e mais exigente, converte a esposa quase em *alter ego* de seu marido, mas rapidamente lhe ordena amamentar seus filhos, vigiar estritamente sua educação e seus costumes, a associa a seu marido na gestão do patrimônio e, na sua ausência ou falecimento, lhe confia o culto doméstico, o matrimônio dos filhos; em resumo, a honra da família.” (DESAIVE, Jean-Paul.1993:17 e 18).

pelos direitos políticos e pela liberdade econômica. De fato, suas reivindicações atacavam o próprio princípio da organização política dominante.

Já na segunda metade do século, fazem-se presentes, em especial na Inglaterra, uma série de movimentos transformadores da esfera pública estatal, não só no âmbito estrutural, mas também ideológico, garantindo, assim, até final do século, a hegemonia burguesa.⁴⁵

Todo esse processo tinha suas bases filosóficas assentadas no Iluminismo, um movimento que surge no final do século XVII, mas que teve seu apogeu no século XVIII, identificado como o Século das Luzes.

Segundo Cristina Molina Petit, no seu magistral estudo sobre o Iluminismo de uma perspectiva feminista⁴⁶, o espírito iluminado representou a emancipação e a libertação intelectual e moral do indivíduo. O homem se liberta do medo à autoridade e todos os direitos e deveres são deduzidos de maneira racional e aceitos livremente. (1994:32).⁴⁷

O Iluminismo é a base filosófica do pensamento político liberal, que tem suas raízes no processo revolucionário inglês iniciado em 1640 e que culminou com a “Revolução Gloriosa” de 1688, a qual garantiu a implantação de uma monarquia constitucional sob o controle do parlamento.

O liberalismo, como doutrina política, ressalta a importância do indivíduo, a defesa das liberdades individuais, a garantia da livre iniciativa, econômica sem a intervenção do Estado e, sobretudo, o direito à propriedade privada. O indivíduo se redefine como proprietário, a propriedade passa a ser uma espécie de “outro

⁴⁵ Essa periodização é distinta em outros países da Europa. Na França, esse processo teve seu auge nos eventos da Revolução Francesa.

⁴⁶ Registro aqui minha dívida com Cristina Petit, em cujo livro *Dialéctica feminista de la Ilustración* se baseiam fundamentalmente as reflexões contidas neste item.

Para uma análise do Iluminismo na perspectiva não andocêntrica, ver:

CRAMPE-CASNABET, Michèle. “Las mujeres en las obras filosóficas del siglo XVIII”. In: DUBY, G. e PERROT, M. op. cit. Vol. 6

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra. 1993.

⁴⁷ “O pensamento iluminista pode entender-se também como um esforço por defender a razão da sem-razão, por dominar a Paixão com a inteligência, por subjugar o Desejo, por adquirir enquanto antes uma segunda natureza social-civil, batismo de humanidade frente ao estágio anterior de selvagerismo. (...) Assim, frente aos ditames da Paixão se estabelece a racionalidade de um contrato. A liberdade de cada um se afirma frente à necessidade, e a igualdade se realiza na Razão, na qual todos encontram seu lugar comum porque a paixão é o reino do incontrolável, onde não pode dar-se a igualdade nem a legalidade, na medida em que nela todos os homens diferem.” (PETIT. 1994:32 e 33).

eu” do proprietário, uma extensão do indivíduo, já que é o autêntico sujeito da vida pública. Os homens são livres porque são proprietários.⁴⁸

Assim, a teoria liberal institucionaliza a dicotomia público/privado. A distinção entre atividades específicas do “público” e do “privado” é o que conforma o princípio político do liberalismo (PETIT.1994:22). Privado já não tem mais o sentido clássico da privação (ver Capítulo I, nota 38) e adquire um sentido do “próprio”, da intimidade, do oposto ao social, ao “comum”, ao público.

Entre tanto, para as mulheres, mesmo quando eram proprietárias, continuavam fechadas as portas do mundo público. Elas são somente uma propriedade a mais do homem, tendo como qualquer outro tipo de propriedade, a função de

“... produzir as condições para dar ao homem sua entrada ao ‘político’. Sem a mulher na esfera privada que guarde o âmbito da necessidade, não poderá dar-se o cidadão nem o negociante. Sem a Sofia doméstica e servil, não poderia existir o Emílio livre e autônomo. Sem a mulher privatizada, não poderia dar-se o homem público. Se encerra a mulher no privado doméstico como uma condição de possibilidade para que o homem tenha acesso, sem problemas, ao reino do público-político” (PETIT.1994:23).

Aqui, na concepção liberal, do mesmo modo que na *polis* grega, a esfera privada será um espaço das mulheres, com o objetivo de atender às necessidades do homem e garantir as condições básicas para sua atuação na esfera pública.

O liberalismo busca, nas teorias do “contrato social”, as bases para explicar a gênese do poder político e a constituição da sociedade civil. Segundo John Locke, o principal teórico do pensamento liberal, os homens, através de um ato racional e livre, acordam constituir a sociedade civil e, nela, o Estado⁴⁹, renunciando,

⁴⁸ “...no século XVIII, e especialmente nos países de língua inglesa, propriedade e liberdade ainda eram coincidentes: falar em propriedade era falar em liberdade, e recuperar ou defender os direitos de propriedade de alguém era o mesmo que lutar pela liberdade”. (ARENDT.1988:145)

⁴⁹ “Sempre que, portanto, qualquer número de homens se reúne em uma sociedade de tal sorte que cada um abandone o próprio poder executivo da lei da natureza, passando-o ao público, nesse caso e somente nele haverá uma sociedade civil ou política. E tal se dá sempre que qualquer número de homens, no estado de natureza, entra em sociedade para constituir um povo, um corpo político, sob um governo supremo, ou então quando qualquer indivíduo se junta ou se incorpora a qualquer governo já constituído; porque, por esse meio, autoriza a sociedade ou, o que vem a dar no mesmo, o poder legislativo dela a fazer leis para ele conforme o exigir o bem público da sociedade, para a execução das quais pode-se pedir-lhe o auxílio, como se fossem decretos dele mesmo. E por este modo os homens deixam o estado de natureza para entrarem no de comunidade, estabelecendo um juiz na Terra (...) juiz esse que é o legislativo ou os magistrados por eles nomeados”.(LOCKE.1979:67 e 68).

assim, ao estado natural, onde, sob as leis da natureza, viviam em completa liberdade⁵⁰ para ordenar seus atos e dispor de suas propriedades. Os homens, ao elaborarem o pacto, não renunciam à sua própria autonomia e fazem-no exatamente para preservar, melhorar e ampliar seus bens.

Locke, o intransigente defensor da liberdade, da racionalidade, da autonomia do indivíduo, defende a sujeição da mulher na sociedade conjugal, separada e à parte da sociedade política. Segundo ele, a sociedade conjugal se estabelece por um contrato entre o homem e a mulher para a procriação, a ajuda mútua e a provisão e acumulação de bens (1979: 64 e 65). Mas aqui, ao contrário do contrato social, que se realiza na esfera pública, independentemente de ser uma união voluntária, a mulher fica submetida ao homem. Na sociedade familiar, a autoridade “naturalmente” recai sobre o homem, por ser “mais capaz e mais forte” (65).

Nesse sentido, é muito pertinente a crítica feita por Petit, ao assinalar que

“... assim como para a sociedade política a dominação ‘natural’ patriarcal é negada por não ter outra base que os argumentos naturalistas e a apelação da Vontade Divina, na sociedade conjugal, estas mesmas bases são utilizadas para instituir a ‘natural’ sujeição da mulher” (1994:49).

Segundo a autora, essa assimetria, na sociedade, manifesta-se sobretudo nos assuntos da “propriedade conjugal”. De fato, ao contrário da *polis* grega (como vimos anteriormente), *opaterfamilias*, no pensamento Lockeniano, não dispõe sobre a vida da mulher, e sua autoridade sobre os filhos é compartilhada com a mãe. Sua autoridade se refere à propriedade familiar.

“A importância extrema que reveste a propriedade no pensamento de Locke é, a nosso juízo, a razão principal pela qual o contrato conjugal é pactuado em tais condições de desvantagem para a mulher. É absolutamente necessário na teoria lockeniana que o *paterfamilias* possa

⁵⁰ “A liberdade natural do homem consiste em estar livre de qualquer poder superior na Terra, e não sob a vontade ou a autoridade legislativa do homem, tendo somente a lei da natureza como regra. A liberdade do homem na sociedade não deve ficar sob qualquer outro poder legislativo senão o que se estabelece por consentimento na comunidade, nem sob o domínio de qualquer vontade ou restrição de qualquer lei senão o que esse poder legislativo promulgar de acordo com o crédito que lhe concedem. (...) a liberdade dos homens sob governo importa em ter regra permanente pela qual viva, comum a todos os membros dessa sociedade e feita pelo poder legislativo nela erigido: liberdade de seguir a minha própria vontade em tudo quanto a regra não prescreve, não ficando sujeita à vontade inconstante, incerta e arbitrária de qualquer homem; como a liberdade de natureza consiste em não estar sob qualquer restrição que não a lei da natureza” (LOCKE. 1979:43).

dispor, sem discussão e sem ingerência, da propriedade que ganhou com 'seu trabalho' e que a possa legar a qualquer um de seus herdeiros. É, precisamente, esta capacidade de dispor da propriedade o que confere o autentico poder ao pai dentro da família" (PETIT.1994:52).

Através do controle da propriedade, o homem compra a obediência dos filhos e mantém a mulher subjugada. Na qualidade de despossuída, está sujeita ao poder despótico, pois, como afirma Locke, no Segundo Tratado sobre o governo, o poder político existe "... quando os homens têm propriedade à sua disposição; e o despótico, sobre os que não possuem qualquer propriedade" (1979:103).

Jean-Jacques Rousseau, outro dos importantes teóricos do liberalismo, o ideólogo da Revolução Francesa, defensor do sufrágio universal, das liberdades individuais e da racionalidade como Locke, da "Vontade Geral", o mais democrata entre os liberais⁵¹, é o mais patriarcal entre eles, no que se refere à família e ao papel da mulher.

As regras que propõe para a sociedade civil liberal não se aplicam à família. Ali prevalece a lei do mais forte. Na sua obra *Discurso sobre a economia política*, Rousseau afirma que "Por ser o pai fisicamente mais forte que seus filhos (...) o poder paterno parece com razão estabelecido pela natureza". Uma afirmação contraditória, se tomamos em conta sua afirmação, no *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, de que a "desigualdade física não implica em desigualdade moral ou do poder" (1978:251).

O poder absoluto do homem na família, baseado na natureza, nada tem a ver com a "Vontade Geral", a vontade que fez possível o contrato social, a vontade de todos e de cada um dos sujeitos do pacto, a "entidade supraindividual que se lança sobre os interesses particulares de cada um dos componentes"

⁵¹ Merece registro aqui a exceção que foi Condorcet, um dos principais filósofos da Revolução Francesa. Fiel aos princípios do Iluminismo, afirmava, em seu artigo *Sobre a admissão das mulheres à cidadania*, publicado em 1770, dizia que os filósofos e legisladores haviam violado o direito natural de cada um e a igualdade ao privar "...a metade do gênero humano do direito de participar na formação das leis, excluindo as mulheres da cidadania". Condorcet combateu os preconceitos que cercavam a mulher como exemplo de sua suposta debilidade física e sua incapacidade política e intelectual. Foi um defensor da instrução e da cidadania feminina, em nome da igualdade de direito da espécie humana. Segundo ele: "Porque os seres expostos à gravidez e a indisposições passageiras não podiam exercer direitos dos quais jamais sonhou-se sequer em privar a quem sofresse de gota nos invernos ou a quem se resfria facilmente?".

Para uma análise mais detalhada da obra de Condorcet em relação às mulheres, ver:

CARNABET, Michéle. op. cit.

GODINEAU, Dominique. "Hijas de la libertad e ciudadanas revolucionarias". In. DUBY e PERROT. op. cit. Vol.7.

(PETIT.1994:73). A Vontade Geral não se aplica à família, à mulher, e os filhos estão sujeitos ao homem “naturalmente”, com a função de trabalhar para ele e por ele, em troca da manutenção. E, como diz Rousseau no Discurso sobre a economia política,

“... o principal objetivo de todos os trabalhos da casa é o de conservar e incrementar o patrimônio do pai para que este possa reparti-lo um dia entre seus filhos” (PETIT.1994:77)⁵².

Segundo Petit, no pensamento liberal-ilustrado,

“...a esfera do privado-familiar, e a mulher que por ela se define, permanece regida por uma espécie de lei divina ou natural e presa ao antigo direito sacrossanto. Isto é, assim como a legitimidade do poder civil dos governantes se explica através do contrato, o poder familiar que exerce o homem sobre a mulher não encontra entre os teóricos do iluminismo nenhuma justificativa válida fora da apelação ao natural e à vontade divina” (1994:37).

É exatamente essa explicação não “natural”, ou baseada na “vontade divina”, que Carole Pateman busca através da análise do que ela chama “pacto original”. Esse garantiu ao homem o poder sobre a mulher, através do “contrato sexual”, a origem do poder familiar.

A história do contrato sexual também se refere à gênese do poder político e sua legitimação, mas trata esse poder político como um direito patriarcal, um poder que os homens exercem sobre as mulheres. Essa é a ordem da nova sociedade criada através do contrato social (PATEMAN.1993:16). A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas a história do contrato social somente trata de uma delas, a pública, a da liberdade civil. A outra, a esfera privada, “não é vista como politicamente relevante” (PATEMAN.1993:18). Para essa autora,

“O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido

⁵² Para uma análise crítica da obra de ROUSSEAU na perspectiva feminista, ver:

COBO, Rosa. *Fundamentos del patriarcado moderno. Jean Jacques Rousseau*. Madri: Edições Catedra, 1995.

sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal - é um atributo masculino e depende do direito patriarcal” (1993:17).

Para essa autora, o conceito de cidadania, no pensamento liberal, é uma categoria patriarcal, construída a partir do modelo masculino de dominação. Sua história (e também do próprio modelo sexual)

“...revela que a construção patriarcal da diferença entre masculinidade e feminilidade é a diferença política entre a liberdade e a sujeição, e que o domínio sexual é o principal meio pelo qual os homens afirmam a sua masculinidade” (PATEMAN.1993:303).

A cidadania liberal universal é uma categoria masculina, construída com base na exclusão feminina a partir da definição do privado como o lugar da mulher, o lugar das diferenças, da paixão, da natureza. *Apolis* sobreviveu através das esferas de representação pública da sociedade iluminada, como o lugar dos homens livres, livres por serem proprietários. Para as mulheres, no pensamento liberal não existe igualdade, fraternidade e muito menos liberdade, permanecem fechadas no campo das necessidades, onde prevalecem a paixão, o instinto, a irracionalidade e, principalmente, a reprodução da espécie.

No quadro filosófico patriarcal do liberalismo, sobre o qual se construiu a sociedade moderna, sob a hegemonia da burguesia, as mulheres não ficaram satisfeitas e não gostaram do papel que lhes foi atribuído de mera propriedade do homem, a serviço do atendimento de suas necessidades, de simples sustentação, através do privado, de suas atividades na esfera pública.

E, foi com base nessa mesma “universalidade da razão” iluminada que as mulheres buscaram a fundamentação filosófica para sua libertação, para rejeitar todas as explicações “naturais” ou “divinas” do porquê deveriam ficar isoladas no privado, excluídas de qualquer possibilidade de cidadania.

A Revolução Francesa foi o cenário por excelência para iniciar de maneira pública⁵³, essa luta, a luta feminista. Até então a mulher havia participado dos diversos motins e movimentos insurrecionais, em especial na Inglaterra, na segunda

⁵³ Resgatamos aqui todas as manifestações anteriores realizadas pelas mulheres (e alguns poucos homens) no trabalho de valorização feminina e de necessidade de sua liberação. Manifestações que se desenvolveram através da literatura, das cartas pessoais, dos salões e, principalmente, da resistência cotidiana das mulheres à opressão e exclusão, lutas travadas essencialmente na esfera privada.

metade do século XVII⁵⁴. Mas são nos eventos da Revolução Francesa que as mulheres atuam como cidadãs de fato, trazendo para a cena política a questão da desigualdade feminina e a necessidade de realizar também uma revolução na relação entre os sexos. A Revolução Francesa, a partir das lutas das mulheres, “... se atreveu, mediante uma decisão política, a reconsiderar a hierarquia dos sexos” (SLEDZIEWSKI.1993:44).

Em pouco tempo, as mulheres conseguiram mudanças significativas e inimagináveis nos direitos civis⁵⁵ e nos costumes⁵⁶; era a liberação da mulher em quase todos os sentidos. Mas essa liberação tem limites: não chega à estrutura do poder. À mulher, é concedida a autonomia civil, mas não a autonomia política, a cidadania. A igualdade só é possível na sociedade e no matrimônio, mas o poder político continua pertencendo exclusivamente aos homens. É necessário manter a prerrogativa patriarcal. As mulheres conseguem penetrar no espaço da Revolução, mas não logram transformá-la de fato.

⁵⁴ Sobre a atuação das mulheres nesses movimentos, assim como nos eventos do século XVIII na França e Estados Unidos ver:

GODINEAU, Dominique. op. cit. Vol.7

Sobre a Revolução Francesa em especial, ver:

HUHET, Paule Marie. *Las mujeres y la Revolución (1789-1794)*. Barcelona. Península.1984.

⁵⁵ Em 1789, a Declaração reconhece a igualdade de direitos dos indivíduos (homens e mulheres) à liberdade, à propriedade, à segurança, à resistência à opressão;

Em 1791, a Constituição define, de idêntica maneira, a maioria civil para homens e mulheres;

Em 1793, o Projeto de Código Civil apresentado à Convenção propõe as mesmas prerrogativas para o exercício da *patria potestad* a homens e mulheres;

Em 1792, as leis sobre o estado civil e o divórcio estabelecem a igualdade de direito entre cônjuges (SLEDZIEWSKI.1993:44)

⁵⁶ Richard Sennet, no seu estudo sobre a construção do “público” na sociedade burguesa, faz uma referência à rebelião nos costumes e, em especial na moda nesse período. Segundo esse autor: “...uma revolta contra a linguagem do corpo no Antigo Regime, acontecida em Paris, em 1795: seu propósito era o de liberar o caráter natural, a fim de permitir que ‘la nature spontanée’ (a natureza espontânea) se expressasse em público (...)Ao invés do encobrimento do corpo e das feições, as pessoas começaram a se vestir de modo a expor seus corpos nas ruas. A liberdade não se expressava mais concretamente nos uniformes: aparecia então uma idéia de liberdade de vestir que permitisse ao corpo movimentos livres. Aquilo que as pessoas desejavam ver nas ruas era o movimento espontâneo e natural do corpo de cada um. A aparência négligée do lar, do século XVIII, devia sair a público.

Um corpo de mulher, sob o Antigo Regime, era um manequim a ser envolvido em tecidos. No primeiro ano do Termidor, foi desvestido até a quase nudez, e se tornou carne. A Merveilleuse, a mulher da moda, vestida dessa maneira, usava um tecido de musselina leve, que revelasse amplamente os seios, não cobrisse braços, nem pernas abaixo dos joelhos” (1993:230 e 231).

Apesar da “Declaração da mulher e da cidadã” de Olympe de Gouges de 1791 (uma versão feminina da “Declaração dos direitos do homem e do cidadão” de agosto de 1789), as mulheres permaneceram afastadas da esfera pública do poder nas chamadas democracias liberais até as décadas de 1920 e 1930 do século XX, quando, depois de muitas lutas, adquiriram finalmente a cidadania plena (como veremos em outro momento deste trabalho), pelo menos no nível formal.

Mesmo que as mulheres não conseguissem garantir a cidadania necessária para a atuação na esfera pública do poder neste momento, as cadeias do patriarcado não foram suficientemente fortes para mantê-las encerradas no mundo privado, e as mulheres invadiram, como as antigas amotinadas e insurretas só século XVII, o espaço público, principalmente através do trabalho assalariado.

2. O modelo interdependente de público-privado

As modernas noções de público e privado, apesar de apresentarem diversas perspectivas de interpretação, mantêm intacta a dicotomia entre esfera pública e esfera privada. Jürgen Habermas, através dos estudos realizados nesse campo⁵⁷ estabelece o melhor modelo de interpretação da dicotomia desses dois espaços. Segundo esse autor, a vida social se organiza através de uma diferenciação entre “sistema” e “mundo da vida”.

O sistema, ou contextos de ação sistematicamente integrados, é aquele no qual as ações dos indivíduos são coordenadas mutuamente pelo entrelaçamento funcional de conseqüências não intencionais, enquanto que cada ação individual se apresenta em função de interesses próprios de dinheiro e poder.

Essas esferas da vida social são organizadas por uma lógica e métodos próprios que não são frutos do desejo de alguma pessoa em particular, isto é, “por meio de um controle não normativo de decisões particulares carentes subjetivamente de coordenação” (HABERMAS. 1989:213). Como exemplos, temos o próprio sistema econômico capitalista e o Estado Administrativo moderno.

Já o mundo da vida, ou contexto de ação socialmente integrada, é constituído pelos diferentes agentes que coordenam suas ações mútuas baseados em alguma forma de consenso intersubjetivo implícito ou explícito, sobre normas, valores e

⁵⁷ HABERMAS desenvolve os estudos sobre esferas pública e privada basicamente em dois livros:

Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984;

Teoría de la Acción Comunicativa (Crítica a la razón funcionalista). Vol.II. Buenos Aires:Taurus, 1989.

objetivos. “...o mundo da vida é o subsistema que define a consistência do sistema social em seu conjunto”(HABERMAS.1989:217). A família nuclear moderna é seu melhor exemplo.

Na sociedade burguesa, o mundo da vida, “definido por tradições culturais, ordens legítimas e indivíduos socializados” (HABERMAS. 1989:258), adquire, frente ao sistema, a forma de duas esferas que proporcionam os meios complementares apropriados aos dois contextos:

- A **esfera da vida privada** da família nuclear moderna, que está vinculada ao sistema econômico por meio de um sistema de mudanças realizados no âmbito do dinheiro. É ela que proporciona a força de trabalho socializado e adequado em troca de salários, além de constituir um mercado consumidor de bens e serviços. Essas relações se realizam através do papel do trabalhador e do consumidor.
- A **esfera da opinião pública** é a esfera dos debates e da formação de opinião, o espaço público é ligado ao aparelho estatal.⁵⁸

Nesse sentido, também para Habermas, a estrutura institucional das sociedades modernas é dualista. Por um lado, permanecem as ordens institucionais do mundo moderno da vida, os domínios integrados socialmente, especializados na socialização da criança, na transmissão cultural e na formação dos valores da solidariedade, isto é, a família nuclear e a esfera da participação política. De outro lado, estão os sistemas, os domínios integrados sistematicamente, especializados na produção material, isto é, a economia capitalista oficial e o aparelho estatal moderno.

As duas esferas do mundo da vida,

“...representam âmbitos de ação estruturados comunicativamente, âmbitos, pois, que não estão regulamentados sistematicamente, isto é, que não vêm regulados através de meios de controle. As relações de intercâmbio só podem percorrer através dos meios. Desde a perspectiva do mundo da vida, em torno a estas relações de intercâmbio se cristalizam os papéis sociais de trabalhador e consumidor, por um lado, e de cliente das burocracias públicas e cidadão” (HABERMAS.1989:453)

⁵⁸ Segundo Habermas, o núcleo institucional da esfera da opinião pública “constitui aquelas redes de comunicação reforçadas inicialmente pelas formas sociais em que se materializa o cultivo da arte, pela imprensa, e mais tarde pelos meios de comunicação de massas, que possibilitam a participação do público de consumidores da arte na reprodução da cultura e a participação do público cidadão na integração social mediada pela opinião pública” (1989:452).

Para esse autor, uma das diferenças fundamentais na dicotomia do público e do privado é que, enquanto a esfera pública está aberta ostensivamente e igualmente à participação de todos como agentes econômicos, cidadãos políticos e pessoas jurídicas, a esfera privada está fechada exclusivamente à intimidade, à sexualidade e à afetividade baseada nos laços especiais, não universais, entre os indivíduos. Apesar de pertencer ao mundo da vida, a esfera da participação política é uma esfera pública por excelência.

Para Seyla Benhabib e Drucilla Cornell, essa distinção entre público e privado desenvolvida por Habermas

“...contrasta alguma concepção aceita do bem comum com interesses parciais ou individuais na sociedade civil. A esfera econômica, quando contrastada como o aparelho administrativo estatal e a esfera de participação política e formação de opinião, é ‘privada’ nesse sentido. A norma nas modernas sociedades capitalistas, de economia de mercado, é a busca do bem-estar e lucro individuais. Por contraste, o Estado e seu aparelho são tidos como representantes de alguma concepção do bem estar geral, matéria pública, uma *res publica*, que transcende interesses de grupos e individuais parciais e egoísticos”. (1992:13)

As esferas que constituem o mundo da vida proporcionaram os meios complementares apropriados aos dois sistemas. Do mesmo modo que a família nuclear moderna (ou esfera privada) se encontra vinculada ao sistema econômico oficial por meio de uma série de mudanças realizadas no âmbito do dinheiro, brindando a economia com força de trabalho socializada adequadamente, ao mesmo tempo que garante um mercado de bens e serviços transformados em mercadorias, a “esfera pública” (ou espaço de participação política) se encontra ligada ao sistema administrativo estatal, isto é,

“...desde a perspectiva dos sistemas Econômicos e Estado, as interações com as esferas do mundo da vida com que limitam em cada caso, se efetuam em formas de relações de intercâmbio conectadas em paralelo; o sistema econômico intercambia salário por trabalho (como *input* específico) e bens e serviços (como *output* específico) pela demanda de consumidores. A administração pública intercambia realizações organizativas por impostos (como *input* específico) e decisões políticas (como *output* específico) pela lealdade da população” (HABERMAS. 1989:452 e 453).

Nas análises críticas que faz da Teoria da Ação Comunicativa, Nancy Frazer resgata a importância do modelo elaborado por Habermas, na medida em que ele oferece, de fato, uma correção aos enfoques dicotômicos comuns do público/privado nas sociedades capitalistas. Segundo a interpretação dessa autora, Habermas

“...conceitua o problema como uma relação entre quatro termos: família, economia (oficial), Estado e ‘esfera pública’. Seu modo de ver insinua que no capitalismo clássico há de fato duas separações distintas público-privado no nível dos ‘sistemas’, a saber, a separação do Estado ou sistema público da economia (oficial) capitalista ou sistema privado. Há outra separação público-privado no nível do ‘mundo da vida’, a saber, da família ou esfera privada do mundo da vida, do espaço da formação da opinião e participação política ou esfera pública do mundo da vida. Além disso, cada uma dessas separações entre público e privado coordena-se com a outra. Um dos eixos da troca corre entre o sistema privado e a esfera privada do mundo da vida, isto é, entre a economia capitalista (oficial) e a família nuclear moderna, restrita” (FRASER.1992:49 e 50).

Prosseguindo com essa interpretação, Fraser afirma que Habermas designa a esfera pública como o espaço no qual os cidadãos comuns deliberam sobre seus assuntos comuns, isto é, é um terreno de interação discursiva cuja participação política se representa por meio da fala. Esse espaço é conceitualmente distinto do Estado e da economia oficial, é “um teatro para debater e deliberar” (1993:25).

Segundo Habermas, a concepção burguesa do âmbito público se baseava em uma diferenciação muito clara do Estado e da nova economia de mercado privatizado, isto é, uma clara separação entre sociedade e Estado. Mas, na medida em que o estrato não burguês começa a ganhar acesso ao âmbito público, traz a tona à questão social, polarizando a sociedade com a luta de classe e, por conseguinte, fragmentando esse âmbito em uma massa de grupos de interesses que competiam entre si; posteriormente, com a “democracia de massas do estado benfeitor”, a sociedade e o Estado se entrelaçam mutuamente (FRASER.1993:28).

Nesse sentido, Habermas resgata o caráter existente entre as duas esferas como uma espécie de mútua dependência. Uma perspectiva na qual trabalharemos ao analisar o caráter da participação política da mulher nas estruturas formais do poder local na Bahia, tema central deste estudo.

Apesar da importante contribuição de Habermas ao estudo do público e privado, uma crítica, na perspectiva feminista, que se faz à sua teoria é a omissão

da questão de gênero. Uma crítica que também se pode fazer aos estudos de Arendt (1993). De fato Habermas, trata questões relacionadas diretamente com os papéis de gênero (por exemplo a esfera privada e a produção simbólica) sem fazer nenhuma referência a eles.

Neste sentido Fraser, afirma que o cidadão que atua na esfera pública descrito por Habermas, tem um papel tipicamente masculino.

“...o cidadão é fundamentalmente um participante do debate político e da formação da opinião pública. Significa isso que a cidadania, a seu ver, depende decisivamente das capacidades de consentir e falar, a capacidade de participar do diálogo em igualdade de condições com outros. Mas essas são capacidades que se acham ligadas à masculinidade no capitalismo clássico de dominância masculina. São capacidades negadas às mulheres de várias maneiras e julgadas estranhas à feminilidade” (1992:52).

Essa tentativa de Habermas de construir uma teoria social neutra de gênero vai mais longe, ao tratar a questão da reprodução, distinguindo reprodução material de reprodução simbólica. A reprodução material é o trabalho social. A reprodução simbólica é a socialização dos jovens, a transmissão e continuidade das tradições culturais, isto é, essencialmente o trabalho não remunerado realizado pelas mulheres na família. Aqui, a crítica de Fraser se encaminha no sentido de que a criação dos filhos não é só socialização e transmissão de cultura, e sim, ao mesmo tempo, uma atividade típica da reprodução material, na medida em que implica também controle e proteção da interação da criança com a natureza física. A atividade de criar os filhos seria mais acertadamente, uma atividade de “duplo aspecto” (1992:41).

Apesar das lacunas referentes às questões de gênero apresentadas por seus estudos, a importância do pensamento de Habermas se dirige ao caráter interrelacional entre a esfera pública e a esfera privada, as duas como espaços fundamentais do mundo da vida. Isto é, público e privado são conceitos interdependentes, estritamente relacionados e complexos, que se manifestam de forma diferenciada em cada sociedade e cultura.

3

A MULHER NO ESPAÇO PÚBLICO

Como vimos nos capítulos anteriores, na organização sexual da sociedade, as mulheres ficaram relegadas à esfera privada, impedidas, assim, de atuar no mundo público e, como consequência, sem acesso às estruturas do poder político.

A partir da incorporação das mulheres na produção social e com ela a possibilidade da “experiência da rebelião social” (DELLA COSTA e JAMES.1977:35), as mulheres dão início à dura batalha pela conquista da cidadania, isto é, a conquista da esfera pública.

Essa batalha, que se inicia com os acontecimentos da Revolução Francesa no século XVII, somente terá vitórias significativas a partir da segunda metade do século XX, assumindo intensidade e características peculiares em cada país. Na maioria das nações, as mulheres conquistaram primeiro a cidadania política e só posteriormente a cidadania civil.⁵⁹

Essa cidadania arduamente conquistada, ao bater-se com os limites da sociedade patriarcal, trouxe consigo muitas limitações e impedimentos para seu efetivo exercício. Tal cidadania, construída numa perspectiva patriarcal, a partir da imagem masculina, implica que as mulheres, para exercer-la, devem atuar segundo o modelo masculino. Chantal Mouffe, referindo-se a Carole Pateman, afirma:

“...insistir que os atributos, as especificidades e atividades distintas das mulheres se lhes dê expressão e sejam valorizadas como forjadoras da cidadania é pedir o impossível, já que tal diferença é exatamente o que a cidadania patriarcal exclui” (MOUFFE.1993:11 e PATEMAN.1993).

Susan James assinala que a concepção liberal da cidadania independente, que requer cidadãos livres e capazes de exercer seus direitos civis, não considera a condição de opressão à qual estão submetidas as mulheres. Na prática, resulta que, para as mulheres: 1) sua condição de gênero oprimido as impede e obstaculiza o exercício pleno da cidadania; 2) sua vulnerabilidade física, no medo da violência sexual e a possibilidade de serem golpeadas no lar, obstaculiza o seu envolvimento nas atividades públicas e as exclui do exercício dos direitos civis; 3) ao não dispor

⁵⁹ Na maioria dos países, as mulheres casadas continuaram sob a tutela dos maridos, o que as privava de direitos pessoais e patrimoniais importantes, isto é: capacidade civil, direito a trabalhar fora do lar, direito de compra, administrar e alienar bens, exercer a patria potestade etc. No Brasil a mulher somente adquire parte desses direitos a partir de 1962, com o Estatuto da Mulher Casada, após a lei do divórcio. Na verdade, a igualdade jurídica somente será conquistada com a Constituição de 1988.

de ingresso monetário próprio, estão submetidas à vontade e às ameaças do marido; 4) a ideologia da feminilidade, à qual estão submetidas, é contraditória com a racionalidade do mundo político; 5) a dupla jornada de trabalho lhes deixa com menor disponibilidade para dedicar-se à vida política como cidadã (1992:)

Esses e outros fatores determinam características específicas na atuação política da mulher. Uma participação afastada dos conceitos de participação política estabelecidos pela Ciência Política e pela Sociologia Política. Conceitos que somente incluem as atividades realizadas no âmbito do aparelho estatal, isto é, processos eleitorais, atividades parlamentares e atuação em órgãos do executivo. A omissão da categoria “gênero feminino” dos estudos nessa área foi e permanece uma constante em muitos deles.⁶⁰

A Sociologia Política e a Ciência Política têm sido os campos do saber mais resistentes à teoria feminista. Enquanto as outras áreas das humanidades têm incorporado o “gênero” como categoria de análise em muitos dos seus estudos, essas duas ciências (com maior relevância no caso do Brasil) se fecharam a essa nova maneira de ver e entender o poder e as relações de poder. Os grandes teóricos políticos continuam elaborando suas teorias como se nada houvesse mudado no mundo, nos últimos 30 anos. A mudança nos paradigmas científicos, no que se refere à Ciência e à Sociologia Política, ainda não chegou ao “sujeito feminino”.

Para Jean Scott, a teoria política só tem utilizado de forma literal ou analógica o gênero para justificar ou criticar o reinado de monarcas ou expressar relações entre governantes e governados, mas sempre para demonstrar a incompatibilidade das mulheres com a vida pública.⁶¹ Mas essa postura da Ciência Política não é somente o reflexo da ideologia das esferas separadas que define as mulheres

⁶⁰ A necessidade de uma reconceitualização da participação política, de forma que não somente incorpore os diversos tipos de atuação política das mulheres, mas que também incorpore os outros sujeitos políticos (negros, índios, homossexuais, etc) foi tratada por Tabak em vários estudos. Segundo essa autora, esta necessidade “...não é sentida por numerosos cientistas sociais, apesar do fato de os movimentos sociais e políticos, no campo e na cidade, terem assumido no Brasil, nos últimos anos, níveis extremamente significativos” (1989:25[a]).

⁶¹ “As analogias com a relação marital constituem uma estrutura para os argumentos de Jean Bodin, Robert Filmer e John Locke. O ataque de Edmond Burk contra a revolução francesa se desenvolve em torno de um contraste entre as harpias feias e matadoras dos ‘sans culottes’ (‘as fúrias do inferno sob a forma desnaturada da mais vil das mulheres’) e a ‘Feminilidade Doce’ de Marie-Antoinette, que escapa à multidão para ‘procurar refúgio aos pés de um rei e de um marido’ e cuja beleza tinha antigamente inspirado o orgulho nacional (...). Mas a analogia não diz respeito sempre ao casamento, nem mesmo à heterossexualidade. Na teoria política da Idade Média islâmica, o símbolo do poder político faz mais freqüentemente alusão às relações sexuais entre um homem e um menino, sugerindo não só a existência de formas de sexualidade aceitáveis (...) mas também, à irrelevância das mulheres com qualquer noção de política ou de vida pública” (SCOTT.1992:18[a]).

como seres exclusivamente privados. O poder dessa ideologia é tão grande, que, quando as mulheres trabalham ou desenvolvem uma atividade política,

“... suas atividades se definem como ‘extraordinárias’ ou ‘anormais’ e por isto alheias ao âmbito da política ‘autêntica’ ou séria. A concepção das mulheres como mão de obra barata ou de trabalho não remunerado no lar ‘também desvalorizou a visão das mulheres como sujeitos históricos e como agentes de mudança’” (1992:49[b]).

1. Os estudos sobre a mulher na política.

Kathleen Jones (1992. in: MASSOLO.1994:20-1), nos seus estudos sobre a mulher, distingue três etapas na área da Ciência Política:

1) Invisibilidade – Constitui a ausência das mulheres dos marcos teóricos, escolas de pensamento predominantes e projetos de pesquisa para além, inclusive, das Ciências Sociais e humanidades.

2) Visibilidade limitada – Consiste em demonstrar essa ausência sexista e explicar os diferentes padrões da participação e comportamento feminino. Mas, segundo Jones, essa explicação se deu a partir de definições e registros tradicionais de participação política, tomando como ponto de referência o modelo masculino de cidadania.

3) Visibilidade – Corresponde ao desenvolvimento de uma ciência crítica feminista e na utilização de um vocabulário político

“... que possa expressar as formas específicas e diferentes em que as mulheres têm exercido o poder ocupando postos de autoridade, praticando a cidadania e compreendendo a liberdade” (JONES.1992:239).

Hoje em dia, a crítica à invisibilidade da mulher se faz mais intensa nos estudos sobre os novos movimentos sociais (que, como se verá mais adiante, caracterizam-se por ser um espaço privilegiado da atuação feminina) em que o sujeito político e o próprio movimento são vistos como assexuados. Eleonora Oliveira cita o exemplo do trabalho de Maria da Glória Gohn⁶² sobre a luta por creches em São Paulo, no qual sequer menciona a problemática da mulher.

“São os moradores da periferia, as classes populares, o povo, diluindo as especificidade do ator mulher e esquecendo que o ‘novo’ destes movimentos é a construção do sujeito político mulher, que se foi pensado alheio à política, é porque, evidentemente essa mesma política sempre foi considerada como esfera da vida que não diz respeito à competência da mulher” (1988:4).

⁶² Menecucci se refere ao trabalho: GONH, Maria da Glória. *A força da periferia. A luta das mulheres por creches em São Paulo*. Petropolis: Vozes. 1985.

No mesmo caminho vai Souza-Lobo, ao afirmar que são pouco frequentes os estudos sobre os movimentos sociais, no quais se estuda o fato de as mulheres serem os atores principais desses movimentos. Apesar de as mulheres estarem presentes nos movimentos de ocupação dos terrenos urbanos, de levarem adiante praticamente sozinhas os movimentos de saúde, assim como aqueles por melhorias de transportes coletivos, só são considerados movimentos de mulheres aqueles centrados em questões específicas da condição feminina (1991:264), bem como aqueles centrados em questões que correspondem à esfera da reprodução.

Naomi Brito faz um questionamento semelhante sobre estudos da classe operária e suas lutas sindicais, onde predominam a visão tradicional da sociologia do trabalho, e a classe operária aparece como homogênea, assexuada e sem distinção de idade e cor. Segundo essa autora, muitos estudos empíricos têm contestado essa visão, ao demonstrar como

“...homens e mulheres são definidos diferentemente a partir de uma construção social de sexo, de papéis e valores que os constituem em determinado momento histórico em uma sociedade particular” (1985:3).

Essa visão assexuada da classe operária e de seus movimentos, fez com que se omitisse a participação da mulher, se menosprezasse suas vitórias, reforçando, assim, a idéia da pouca participação feminina nas lutas sindicais.

O mesmo acontece com os estudos sobre a participação feminina nas esferas da política institucional. Segundo Pateman, quando se incluem as mulheres nos estudos eleitorais, não se atendem a seus direitos de cidadania ou a atividades políticas *stricto-sensu*, não se discute o significado político da diferença sexual e se ignora a separação entre esfera pública e privada. Esses são assuntos das estudiosas feministas (1993).

Apesar disso, a temática da participação política da mulher é também a área menos desenvolvida dos estudos feministas. Enquanto existem avanços significativos nos estudos sobre as mulheres na produção social, nas questões de saúde, sexualidade, violência, artes e literatura e mesmo na direção da construção de uma teoria feminista, a problemática da participação política da mulher tem ficado relegada a um segundo plano, apresentando-se ainda fragmentada e pouco esclarecedora. Poucos estudiosos tem se dedicado a essa questão, menos ainda no que se refere a participação feminina nas esferas do poder formal.

Na América Latina, a controvérsia sobre a exclusão das mulheres da esfera pública e dos estudos da Ciência Política e da Sociologia Política começou a surgir timidamente na década de 80. Esses estudos se desenvolveram com maior ênfase sobre a participação das mulheres nos movimentos e organizações sindicais,

feministas, de lutas democráticas e de direitos humanos, de melhores condições de vida (os chamados movimentos sociais) etc. As questões relacionadas a visibilidade da participação política da mulher no processo político institucional tem despertado pouco interesse por parte desses estudiosos.

Para Jussara Prá, essa predileção na América Latina, por determinados temas, resulta do contexto sócio-político dos países que viveram sob regimes militares. Esse contexto originou respostas tanto no que se refere à perspectiva da organização social, como à da produção intelectual.

“Da mesma forma, a resposta empírica da inexpressividade da representação política da mulher (ainda que semelhante à observada nos países desenvolvidos) serviu, e em alguns casos ainda serve, para justificar o desinteresse dos estudiosos da ciência política por esta temática” (1992:41).

Essa tendência apontada por Prá tem contribuído para dirigir os estudos sobre a mulher e a política para áreas não consideradas tradicionalmente como políticas e/ou públicas, por exemplo, os movimentos de bairros, movimentos por direitos humanos, feministas, raciais etc., ou seja, os novos movimentos sociais. Essa tendência predomina nos estudos realizados no Brasil, Argentina e Uruguai durante a década de 70, até meados de 80; em outros países como Equador, Colômbia e Venezuela, essa situação vai até fins da década de 80 (1992:41).⁶³

⁶³ Sobre as mulheres nos movimentos sociais, merece destaque os trabalhos de:

JELIN, Elizabeth. *Los nuevos movimientos sociales*. Buenos Aires: Centro Ed. de América Latina. 1985;

_____ (org). *Ciudadania e identidad. Las mujeres en los movimientos sociales latinoamericanos*. Genebra: INRISD. 1987;

FEIJÓ, Maria del Carmen. *Mujer y política en América Latina: el estado y el arte*. Buenos Aires (mimeo). 1985;

HERZER, Maria Hilda e FEIJÓ, Maria del Carmen (orgs). *Las mujeres e la vida de las ciudades*. Buenos Aires: Grupo Ed. Latinoamericano. 1991;

CARDOSO, Ruth. “Movimentos sociais urbanos: balanço crítico”. In: SORJ, Bernardo e TAVARES, Maria H. (orgs) *Sociedade e política no Brasil pós 64*. São Paulo: Brasiliense, 1983;

DURHAN, Eunice. *Movimentos sociais - a construção da cidadania*. Novos Estudos CEBRAP, nº10. São Paulo: CEBRAP. 1984;

MASSOLO, Alejandra (org). *Mujeres y ciudades. Participación social, vivienda y vida cotidiana*. México: PIEM/Colégio de México. 1992;

_____, *Por amor y coraje. Mujeres en movimientos urbanos de la ciudad de México*. México: PIEM/Colégio de México. 1992;

PABLOS, Esperanza Tuñón. *Mujeres en escena: de la tramoya al protagonismo. El quehacer político del movimiento amplio de mujeres en México: 1982/1992*. México: UNAM. 1994.

No Brasil, os acontecimentos da década de 70 e início dos anos 80 constituíram-se em um campo promissor de estudos sobre a participação política da mulher. O regime militar, ao não permitir a existência de canais efetivos de participação popular na estrutura do poder, possibilitou uma maior intensidade no desenvolvimento dos movimentos sociais. Nesse contexto destaca-se a atuação feminina e, nesse sentido, os estudos sobre a mulher passam a explicar essa presença das mulheres nos diversos movimentos reivindicatórios. Isso não significou que os outros estudiosos desses movimentos também tenham tido a preocupação de explicar a presença feminina.

No que se refere à participação das mulheres nas esferas formais do poder, esse tema pouco interesse despertou e poucos estudos foram realizados⁶⁴, deixando, assim, à margem, importantes questões sobre a atuação da mulher na esfera pública institucional, que poderiam esclarecer a relação público/privado, por constituir-se essa esfera em um espaço onde as práticas estão mais demarcadas e especificadas, isto é, teoricamente mais polarizadas em relação às daquelas do mundo privado.

2. A especificidade da atuação pública das mulheres

Ao ingressar na esfera pública, a maioria das mulheres desenvolve atividades análogas às que realiza na esfera doméstica. Ao incorporar-se ao mercado de trabalho, por exemplo, a mulher desempenha atividades que refletem o trabalho que tradicionalmente realiza no lar, ou seja, tarefas que, em geral, representam um projeção social do trabalho doméstico (Tabela III-1), quando não é simplesmente o próprio trabalho doméstico realizado com remuneração, como é o caso das empregadas domésticas.

⁶⁴ Dos poucos estudos realizados no Brasil, merecem destaque:

TABAK, Fanny. *A mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989;

_____, *O perfil da vereadora brasileira*. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1987;

_____, et. al. *A mulher como objeto de estudos*. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1982;

_____, *A nova ordem legal. Mulheres na Constituinte*. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1989;

_____, *Autoritarismo e participação política da mulher*. Rio de Janeiro: Graal, 1987;

_____, e TOSCANO, Moema. *Mulher e Política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BLAY, Eva. *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 1981

_____, "A participação das mulheres na redemocratização: aspectos das eleições de 1982". *VII Reunião Anual da ANPOCS*. Aguas de São Pedro/SP, 1983;

_____, "A participação das mulheres na redemocratização". In: FLEISCHER, David (org). *Da distensão à abertura; as eleições de 1982*. Brasília: UNB, 1988;

AVELAR, Lúcia. "Participação política da mulher: o conservadorismo político feminino". In: *Mulheres: da domesticidade à cidadania*. Brasília: CNDM/ANPOCS, 1987;

_____, *O voto feminino no Brasil*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Paulo: PUC, 1985.

Tabela II-1
MULHERES EM OCUPAÇÕES DO SETOR
FORMAL NO BRASIL

GRUPO OCUPACIONAL	TOTAL DE EMPREGOS	% DE MULHERES
Costureiro	243.436	93,7
Professor de Primeiro Grau	779.677	89,6
Secretário	206.177	89,2
Telefonista/telegrafista	74.007	86,3
Pessoal de enfermagem	329.002	84,3
Recepcionista	151.865	80,6
Professor de Segundo Grau	369.602	72,4
Datilógrafo/Estenógrafo	70.930	67,9
Cozinheiro	241.422	65,9
Trabalhadores de Serventia	92.514	65,2
Funcionário público superior	344.928	63,0
Trab. em conservação edifícios	763.553	59,5
Tecelões	64.879	59,1
Auxiliar de Contab./Caixa	424.337	58,6
Agente Administrativo	582.252	54,8
Auxiliar de escritório	1.588.901	51,0

FONTE: Ministério do Trabalho. RAIS. In: Bruschini. 1994.

No Brasil, as mulheres representam 99% dos 3 milhões, 800 mil trabalhadores domésticos; representam 36,6% das mulheres ocupadas no setor informal da economia, sendo que para as mulheres não brancas, esse percentual se eleva a 43,0%. A grande maioria (74,4%) não tem carteira profissional, não contribui para previdência social (77,9%) e recebe uma média de dois salários mínimos, média que baixa para 1,6 no caso daquelas que não são brancas, enquanto que os poucos homens ocupados nesse setor recebem 3,4 salários mínimos (SORJ; JORGE e ABREU. 1994:43).

Quando trabalham na indústria, estão empregadas nos setores têxtil, farmacêutico, confecção e alimentos. Desenvolvem tarefas não especializadas ou de pequena especialização, que se caracterizam pela monotonia de sua execução e pelos baixos salários.

Muitas vezes, contrata-se a mulher que alcançou determinado grau de especialização para trabalhos inferiores à sua capacidade e, portanto, com salários inferiores aos que lhe corresponderia (Tabelas III-2 e III-3). Além disso, quando as mulheres têm acesso a determinadas carreiras consideradas até então como

masculinas, a tendência é baixar salários, piorar as condições de trabalho e uma perda de prestígio. Um exemplo muito conhecido é o processo de desvalorização que teve a carreira de professor do ensino fundamental, ao deixar de ser exclusivamente masculina e se converter em uma profissão predominantemente feminina. (COSTA.1981:30). Esse mesmo processo está começando agora, com as profissões de médico e professor do ensino superior.

Ao ocupar postos públicos, a atuação da mulher segue este mesmo padrão, isto é, gravita ao redor de atividades que, de certa forma, refletem também o mundo privado. Quando raramente alcançam os altos postos da hierarquia burocrática do aparelho estatal, são como secretárias de educação e bem-estar social. No Brasil, poucas foram as mulheres que conseguiram chegar aos altos escalões dos ministérios considerados de maior importância para a estrutura político-administrativa, ou mesmo romper o bloqueio na área jurídica, ascendendo aos tribunais superiores.

Tabela III-2
MÉDIA SALARIAL MENSAL DOS EMPREGADOS
DO SETOR FORMAL POR GRUPO OCUPACIONAL
E SEXO NO BRASIL

GRUPO OCUPACIONAL	MÉDIAS DE RENDIMENTOS		
	TOTAL	HOMEM	MULHER
Profissionais de saúde	5,5	8,9	3,8
Professores	3,6	4,2	3,4
Funcionário público nível superior técnicos e gerentes	9,2	11,8	5,2
Ocupações burocráticas, administrativas	5,0	5,8	4,2
Profissionais de venda	3,4	4,1	2,2
Prestações de serviço/segurança	2,2	2,7	1,6
Ocupações no meio rural	1,6	1,6	1,4
Ocupações industriais/têxtil, alimentação	3,6	4,9	2,0
Ocupações industriais, mecânica e elétrica	4,2	4,5	1,9
Outras atividades industriais	3,4	3,5	2,2
TOTAL	4,4	4,8	3,4

FONTE: BRISCHINI.1994

Em geral, também sucede o mesmo com a atividade política das mulheres, que tendem a dedicar-se a realizar ações “femininas” com uma forte preocupação maternal. Essa é a principal característica da participação política da mulher, tanto nos movimentos sociais como nas instituições estatais.

Tabela III-3
MÉDIA SALARIAL MENSAL POR SEXO NAS OCUPAÇÕES
MELHOR REMUNERADAS NO SETOR FORMAL NO BRASIL

GRUPO OCUPACIONAL	MÉDIAS DE RENDIMENTOS		
	TOTAL	HOMEM	MULHER
Gerente, finanças e comércio	14,7	15,8	7,9
Gerente, administração	14,1	15,2	8,3
Chefe, administração	12,3	13,5	9,1
Técnico, eletroeletrônica	11,2	11,4	7,4
Médico	10,7	11,3	9,2
Mestre, manutenção e construção	10,3	10,6	5,0
Chefe financeiro	08,9	09,9	6,5
Vendas, representação	08,8	09,4	4,5
Mecânico, manutenção de máquinas	06,0	06,0	3,1
Torneiro	06,4	06,4	3,3

FONTE: BRISCHINI.1994

Elza Chaney, com base numa pesquisa realizada no Chile e no Peru, no final da década de 80, entre mulheres ocupantes de postos públicos em diversas esferas do poder, apresenta duas teses sobre a natureza “maternal” da participação política da mulher:

1) ao ingressar no governo, as mulheres percebem, quase sempre de igual maneira que os homens, seu desempenho como uma extensão de seu papel doméstico na vida privada, como um reflexo na instituição pública de suas tarefas na família.

“Muitos concebem às mulheres nos postos públicos (...) reproduzindo as tarefas de criar e dar o afeto que a sociedade designa às mulheres, em vez do poder viril que se define como mais agressivo, autoritário e orientado ao êxito” (CHANEY.1983:38).

2) A intervenção política das mulheres sempre se apresenta nos momentos de crises históricas de seus países, nos momentos de perigo, e imediatamente retornam à apatia, quando passa a emergência.

“A pauta típica da participação é de entrada e saída. Em uma crise, a conduta deixa atrás as crenças, e, quando regressa a normalidade, a imagem do papel da mulher não mudou suficientemente para permitir que mais

mulheres, e não somente umas poucas, permaneçam ativas em um nível de responsabilidades” (CHANEY.1983:43).⁶⁵

Essas especificidade da atuação feminina na política representam a simples manifestação dos efeitos da estrutura patriarcal à qual estão submetidas as mulheres e que forjam culturalmente a “ideologia da feminilidade”. Uma ideologia que determina a maternidade como o elemento constitutivo da identidade cultural e da personalidade feminina.

Não obstante, a própria cidadania, conquistada pelas mulheres no marco da sociedade patriarcal, se dá dentro dos limites do seu “roll” materno. São como mães, como reprodutoras, que se lhes concede a cidadania e a maioria dos direitos civis. Essa certamente não foi a cidadania reivindicada pelas mulheres. Nesse sentido, a atuação política das mulheres é um reflexo da sua condição social. Assim, a incorporação das mulheres nos movimentos sociais se realiza a partir de seu papel como mãe de família. É o exercício do seu papel de gênero como mães e donas de casa que as levará a assumir lutas políticas e a ocupar espaços públicos na defesa de suas reivindicações.

Esse é o exemplo das **“Mães da Praça de Maio”** na Argentina, das **“Mães de heróis e mártires”** na Nicarágua, das mulheres das **“painéis vazias”** no Chile, do **“Movimento Feminino pela Anistia”** aqui no Brasil, dos movimentos contra a aumento do custo de vida em vários países da América Latina e muitos outros.

A mesma prática se pode detectar entre as mulheres eleitas para cargos do legislativo e executivo. Como teremos oportunidade de ver mais adiante, as mulheres eleitas para a Câmara Federal e as Assembléias Legislativas, no Brasil, concentram sua atividade parlamentar em ações dirigidas à melhoria das condições das mulheres, crianças, velhos, à saúde pública, educação, etc. Essa também é a característica que distingue a prática política das mulheres no poder local.

No que se refere à segunda tese de Chaney, como afirma a própria autora, ela se relaciona estreitamente com a primeira. As mulheres se mobilizam sempre

⁶⁵ “Depois da segunda guerra mundial, por exemplo, os europeus entraram em um período de fomento político e fervor idealista, quando reconstruíram-se seus sistemas políticos. Havia 40 mulheres na Assembléia de 630 membros que redigiu a constituição de 1946 na França, e 23 no Senado. Para 1970, os números haviam baixado a 8 e 5, numa assembléia reduzida a 487 membros. A Itália tinha só 5 senadoras e 25 deputadas em 1970 (nas Câmaras com 249 e 596 membros respectivamente). Mas, imediatamente depois da guerra, havia 45 mulheres italianas no parlamento (...) O Japão é o país onde essa tendência foi mais marcada, pois elegeram-se 39 mulheres à primeira assembléia de pós-guerra (de 410 postos), para 1970 o número havia declinado a 8 de 467”. (CHANEY.1983:45)

que sentem que está sob risco a segurança e o bem-estar de sua família. Esse tipo de prática é a origem de muitos movimentos sociais e geralmente tornam vulnerável as mulheres e suas mobilizações às manipulações por parte dos governos e de partidos políticos. A autora cita o exemplo dos movimentos de conquista do Oeste norte-americano, a própria abolição dos escravos nos Estados Unidos, assim como as guerras mundiais e muitos outros exemplos.

“A sociedade aceita a ajuda das mulheres em uma emergência, mas sua colaboração permanente sobre bases não-igualitárias, ainda tem que legitimar-se ou institucionalizar-se em todo o mundo” (1983:44).

Um exemplo muito explícito para o caso brasileiro foi o movimento das mulheres de classe média conhecido como “**Deus, Pátria e Família**”, promovido pela direita nos meses que antecederam o golpe militar de 1964, sob a bandeira de conter o avanço comunista e a destruição da família e da propriedade.

Solange Simões, no seu estudo sobre esse movimento, detectou, através das entrevistas realizadas com muitos dos seus organizadores, que tanto os homens como as próprias mulheres identificavam o “...preconceito e o estereótipo da política como negócio de homem...”, como um dos fatores do distanciamento das mulheres da atividade política. Para essas mulheres, a atividade política se mostrava como

“... ‘algo muito difícil’ que exige instrução e preparo, capacidade natural de liderança além da capacidade racional e de uma opção ideológica, quando a motivação das mulheres é emocional, afetiva e moral e suas capacidades são delimitadas como sensitivas, instintivas e intuitivas” (1985:21).

Apesar disso, as mulheres foram organizadas e mobilizadas pelos líderes do golpe militar. Assumindo de maneira integral a imagem de donas de casa e mães de família, levaram às classes médias urbanas o apelo político-emocional da salvação da pátria contra o comunismo. Assim mesmo, discriminadas no universo político do patriarcado capitalista, as mulheres foram chamadas a participar da luta política, “...mas, note-se bem, ‘para ajudar os homens responsáveis pelo destino da nação’...”. De fato,

“... esperava-se que a presença de ‘dona de casa’ na ação política ao mesmo tempo que provocasse impacto, gerasse também grande confiabilidade nas ‘motivações cívicas’ dos militares, em oposição aos

‘interesses pessoais’ e a corrupção que, na crença geral, moviam os políticos e governantes” (SIMÕES.1985:38).

Os organizadores do golpe não mobilizaram as mulheres como cidadãs, mas como “... figuras ideológicas santificadas como mãe”. Não queriam promover uma participação política igualitária para as mulheres, pelo contrário, resgatavam a “mística feminina”. Para eles,

“A ‘mulher dona de casa’ que respeitava, no lar, a autoridade do chefe da família, deveria, enquanto mulher-cidadã, procurar a autoridade no Estado – autoridade que residia principalmente no seu braço armado” (SIMÕES.1985:39).

Assim, as mulheres deviam transferir à esfera pública a posição de subalternidade que já tinham na esfera privada. Nesse sentido, como bem expressa Simões, são as características femininas que condenam a mulher ao mundo privado as que, paradoxalmente, irão promovê-la no espaço público,

“... aquelas mulheres ao se lançarem na política não rompem com seu papel idealizado de mães e esposas e com os modelos idealizados de mulher. Pelo contrário, é através desses ‘atributos’ que se julgam capazes de militar e que dão ‘autoridade’ à sua presença na esfera da política. (...) elas se alienavam recriando e reproduzindo uma ‘imagem mística de mulher’.” (1985:139).

Ao final, vitorioso o golpe, como sempre acontece, as mulheres regressaram a seus lares sem que houvesse mudado sua condição de subalternidade.

Esse, um caso singular de utilização da mulher, encontra paralelo em outros movimentos, os quais, apesar de muitas vezes, ter sua origem nas próprias inquietude das mulheres, apresentam características semelhantes. São os movimentos construídos de cima para baixo, nos quais a intervenção feminina se baseia na sua diferenciação sexual. Nesse tipo de convocação das mulheres, geralmente,

“... se misturam os interesses do Estado com os deveres assumidos desde a diferença sexual pelas próprias mulheres, mostrando às mulheres publicamente seu direito a intervir por sua responsabilidade maternal e doméstica. É o poder materno o que lhes dá direito a interferir no fato histórico” (LUNA.1994:54).

É nesse sentido que Pateman assinala a necessidade da construção de uma cidadania que contemple a diferenciação sexual, que reconheça as “... mulheres como mulheres, com seus corpos e tudo o que eles simbolizam”, isto é, uma cidadania que dê significado político à maternidade. Uma concepção

“... que dado peso devido à diferenciação sexual em um contexto de igualdade civil, requer o abandono de uma concepção unitária (isto é, masculina) do individual que faz abstração de nossa existência corpórea, e da divisão patriarcal entre o privado e o público” (1986:24 apud MOUFFE, 1993:12).

Apesar da tentação que essa proposta de Pateman apresenta, como uma forma simples de resolução da questão da cidadania feminina, concordamos com a crítica feita por Chantal Mouffe, ao apontar a perspectiva essencialista que ela contém. Para Mouffe,

“... as limitações de uma concepção moderna de cidadania não prosperarão se na sua definição se torna relevante politicamente a diferenciação sexual, e sim ao se construir uma nova concepção de cidadania na qual a diferença sexual se converta em algo efetivamente não pertinente” (1993:13).

Pateman, ao tentar desarmar a concepção patriarcal de cidadania e da vida privada a partir da determinação do valor político da maternidade, reafirma, de fato, a oposição entre homens e mulheres, caindo na mesma armadilha que busca destruir. Afinal, a cidadania liberal moderna, construída numa perspectiva universalista e relacional, impede o reconhecimento do antagonismo e a própria divisão existente o público e o privado, que relegou ao privado toda a diferença e particularidade, atuando como um princípio de exclusão e subordinação das mulheres.

3. A mulher no poder formal e os mitos de sua participação política

Depois da conquista do voto, da intensidade, radicalismo e mobilização que a luta sufragista alcançou, em muitos países, foi insignificante o número de mulheres postulantes aos cargos eletivos no legislativo e no executivo, sem corresponder às perspectivas previstas. De fato, poucas mulheres se lançaram à prática eleitoral como candidatas. Por outro lado, a tendência geral, em todos os países, foi um grande número de alistamentos femininos que rapidamente passou a representar importante parcela do eleitorado.

Porque essa disparidade? Porque as mulheres, ao adquirirem o direito de voto, não se candidatam aos postos públicos? São perguntas que necessariamente surgem ao se estudar a incorporação política das mulheres. Perguntas que merecem respostas simples.

A mudança nas leis não é suficiente, por si só, para promover uma mudança nos comportamentos, na estrutura social. Com o sufrágio universal, as mulheres permaneceram submetidas à estrutura patriarcal da sociedade. Como já vimos, a cidadania conquistada foi uma cidadania de segunda categoria, estruturada à imagem masculina. As mulheres necessitavam de um prazo maior de adaptação e aprendizagem para atuar nessa nova realidade. Mudanças mais profundas na sua realidade cotidiana, eram necessárias.

Para elas, a filiação eleitoral não tinha o mesmo significado de exposição pública que implicava uma candidatura a determinado cargo. A insegurança, o desconhecimento das regras do mundo público, os condicionamentos culturais e psicológicos, as práticas partidárias excludentes, continuavam atuando sobre as mulheres, mantendo-as afastadas da estrutura formal do poder político.

Foi por isso que a participação feminina na estrutura formal do poder permaneceu, de certa forma, um longo tempo, esquecida (com exceção dos momentos conjunturais de crises políticas, por exemplo as guerras mundiais) até que, a partir da década de 60, teve um forte impulso, com o surgimento de um novo feminismo questionador da estrutura patriarcal da sociedade e, nela, o *status* da mulher.

Essa tendência mostrou-se acentuada em quase todos os países. No Brasil, assume uma maior força a partir das eleições de 1978, ainda sob a ditadura militar (como veremos adiante). O feminismo como movimento transformador buscará alcançar as estruturas formais do poder a partir da incorporação das mulheres e da demanda de políticas públicas específicas.

Apesar desses avanços, a própria estrutura dominante no aparelho do Estado e os condicionamentos ideológicos patriarcais ainda existentes mantêm as mulheres afastadas do poder político.

Os dados eleitorais de diversos países confirmam a baixa participação política da mulher nas estruturas formais do poder, o que independe do nível de desenvolvimento econômico e industrial do país. Países como Estados Unidos, França e Reino Unido apresentam percentuais muito baixos (6,4%; 5,7% e 6,3% respectivamente). Já os chamados países nórdicos alcançam índices significativos a exemplo da Finlândia (38,5%), Suécia (38,5%), Noruega (35,7%) e Dinamarca (33,0%). Na América Latina, onde os preconceitos sobre a participação da mulher na esfera pública permanecem mais internalizados, esses percentuais permanecem muito baixos.

Essa baixa participação nas estruturas do poder formal promoveu o surgimento de certas **crenças** sobre a participação feminina entre os teóricos políticos e outros estudiosos. Essas crenças, ou **mitos da participação feminina**, têm servido como justificativa para o abandono dos estudos sobre a participação das mulheres na política e, ao mesmo tempo, servem para manter as mulheres afastadas dos cargos públicos através do reforço dessas crenças, numa espécie de ciclo vicioso.

Em 1955, sob a direção de Maurici Duverger e o patrocínio da UNESCO, foram publicados os resultados de uma grande pesquisa sobre a participação política da mulher na França. Desse estudo destacam-se principalmente duas conclusões:

1. As mulheres tendem a votar nas forças conservadoras modernas (com exclusão da extrema direita);
2. As mulheres se abstêm de votar em maior proporção que os homens (apoliticismo).

Essas conclusões direcionaram, durante muitos anos, as afirmações sobre o voto feminino, influenciando a maioria dos estudos nessa área, muitos dos quais não fazem referência à observação feita por Duverger de que a diversidade de situações da vida cotidiana feminina interferem na sua orientação política. Segundo esse autor, o maior grau de conservadorismo se encontrava entre as mulheres não profissionais, ou seja, as donas de casa, que, isoladas no lar, se encontravam mais vulneráveis a ação conservadora da igreja e de grupos similares.

Posteriormente, em 1985, com base em um estudo eleitoral realizado na Espanha, Judith Astelarra chegou a conclusões semelhantes. Nesse país, as mulheres preferiam votar nos partidos da Coalizão Popular e na União do Centro Democrática, a escolher os partidos de esquerda, como o Socialista e o Comunista. Essa tendência também se apresentava com maior frequência entre as donas de casa (1986:8).

Não obstante, em muitos outros estudos, realizados em diversos países (onde se confirmou essa característica de conservadorismo), detectou-se que essa tendência não representa uma defesa de valores conservadores, uma convicção ideológica ou a intenção de preservar o *status quo*, e sim uma expressão consciente de seus interesses.

“... proteger as necessidades e o bem-estar dos seres queridos, a família, é uma atitude que responde à ordem tradicional em que as mulheres se socializaram, e a partir da qual percebem, avaliam e aceitam as ofertas políticas dos partidos” (MASSOLO.1994:29).

Em geral, as propostas dos conservadores vão mais nesse sentido.

Sobre a falta de interesse e motivação política das mulheres, Astelarra assinala que 75,0% das espanholas não estão interessadas em política e são poucas (10,0%) as que estariam dispostas a desempenhar alguma atividade nesse sentido. Pode-se caracterizá-las como mulheres que vivem em grandes cidades, são solteiras ou divorciadas, trabalhadoras com estudos completos de primeiro grau ou mais, com idade entre 25 a 34 anos, de classe média e pouco apego religioso (1986:13).

No Brasil, os estudos realizados por Lúcia Avelar, durante as eleições de 1982, nas diversas regiões do país, revelam que homens e mulheres profissionais estão mais interessados em política. A idade reforça essa tendência, pois são mais claras as diferenças entre os mais velhos. O estrato com menor interesse político é o das donas de casa, em especial entre as com mais idade. Para Avelar, é entre essas mulheres que se encontram "... de modo mais intacto os princípios da sociedade patriarcal..." (1985:96). Um menor interesse se detecta entre as mulheres que trabalham no setor dos serviços.

Um fato importante a destacar nessa pesquisa é o grande interesse pela política detectado nas zonas rurais em todos os grupos de idade. A proporção de interessados aumenta com a escolaridade, assim como no caso das donas de casa⁶⁶

Assim, não obstante detectar um maior conservadorismo entre as donas de casa, como assinalava Duverger e Astelarra, as mulheres demonstram o mesmo grau de interesse político que os homens.

Estudos eleitorais mais recentes registraram que, a partir da década de 70, o conservadorismo e o abstencionismo das mulheres tendeu a diminuir na maioria dos países. Num primeiro momento, começou-se a descobrir que as mulheres estavam mais politizadas e que tinham mais opções eleitorais na esquerda. Posteriormente, na década de 1980, começou o processo de esquerdização do voto feminino (*o gender-gap*). Esse é um fenômeno bem demarcado nas eleições presidenciais dos Estados Unidos em 1980, quando somente 10,0% das mulheres e 25,0% dos homens votaram em Reagan. Isso se estendeu ao Canadá (onde o Partido Conservador recebeu 22% dos votos masculinos para 13% dos votos femininos), a Dinamarca, Noruega, Suécia, Holanda e na França Católica, onde 37% das mulheres e só 31% dos homens votaram em Mitterrand em 1988 (SENEAU.1993:141 e 142).

Na América Latina, Chaney assinalou que, no Chile, nas eleições de 1970, as mulheres da classe trabalhadora, residentes em algumas municipalidades, tinham

⁶⁶ A "... conclusão a que se chega é que os papéis sociais, vistos pela variável sexo, apresentam importantes diferenças no que se refere ao interesse dos indivíduos pela política. O que está correlacionado ao maior interesse pela política são os papéis sociais ligados ao trabalho e um maior nível de escolaridade. A idade reforça esta tendência, sendo mais clara na população mais jovem". (AVELAR.1985:100).

votado em Allende, em uma proporção de 147 votos para cada 100 votos do adversário (1983:162). No plebiscito de outubro de 1988, 51,2% das mulheres chilenas rejeitaram a continuidade da ditadura de Pinochet (MASSOLO.1994:29 e 30).

Nesse mesmo sentido direcionam-se as conclusões de Avelar, com relação ao Brasil. Tomando como ponto de partida a questão da filiação partidária para definir o grau de conservadorismo, a autora aponta que a população mais jovem (homens e mulheres profissionais) forma o grupo onde há um maior número de filiados a partidos. Os percentuais diminuíram significativamente em relação às donas de casa. Entre a população mais jovem, é menor o apoio ao partido governista, em especial entre as mulheres profissionais. São elas também que, proporcionalmente, apoiaram mais o Partido dos Trabalhadores, o partido mais à esquerda. Entre a população mais velha, o apoio ao partido governista é maior, em especial nos estados do nordeste. Em geral, não há distinção entre homens e mulheres nessa categoria (1985:148 a 155), isto é, no Brasil, não detectou-se a característica apontada por Duverger e Astelarra de um maior conservadorismo entre as mulheres.

Já o mito do abstencionismo é uma questão muito relativa e, portanto, perigosa para ser utilizada como uma afirmação da condição feminina. Para Chaney, no Chile, os índices de abstencionismo entre as mulheres sempre foram mais baixos do que entre os homens, o mesmo acontecendo nas eleições de 1965 para o Congresso Nacional Argentino.

“De fato existem índices altos, intermediários e baixos entre as 21 repúblicas americanas, provavelmente relacionados com os países, ou o grau em que se consideram significativas as eleições” (1983:145).

Um exemplo da relatividade do abstencionismo feminino é o caso mexicano, onde, as eleições de 1988 e 1990, o índice de abstencionismo das mexicanas foi de 47,6 e 50,5%, respectivamente. Para Massolo, o abstencionismo, no México, em geral, é muito grande. Numa pesquisa realizada com a população mexicana de 1993 detectou-se que 59,0% dos entrevistados informaram não participar em atividades partidárias; 56% tinham pouco ou nenhum interesse pela política e 47% não acreditavam ou acreditavam pouco que os partidos representem os interesses do povo. Para essa autora, a explicação para esses dados no México é o “... rechaço ou conformidade com o sistema político e os partidos – particularmente com o PRI, denominado oficial, ou hegemônico, ou do Estado, ou ‘quase único’.” (1994:26).

No Brasil, a questão se apresenta de forma distinta. Além do fato de o voto ser obrigatório e o abstencionismo estar sujeito a multas relativamente pesadas,

há, comprovadamente, uma certa predisposição por parte do eleitorado em participar das eleições. Uma tendência que é encontrada em todas as categorias, independentemente de sexo, idade e escolaridade (AVELAR.1985:105).

Durante o período militar, diante da impossibilidade de outros tipos de participação política, o exercício do voto foi uma arma fundamental de expressão da sociedade civil, não só de seus desejos de mudanças, mas também o de não legitimar o poder dos militares.

Assim, o abstencionismo não é uma questão exclusivamente feminina, e sim que passa pelo grau de interesse e a própria visão que tem a população em geral sobre os processos eleitorais e as possibilidades de interferência na constituição do poder, isto é, na crença na democracia existente de fato.

É nesse sentido que Lúcia Avelar, a partir de seus estudos eleitorais centrados no voto feminino no Brasil, rechaça o mito do apoliticismo e conservadorismo das mulheres, a partir da hipótese de que essas características “...refletem realidades observadas em sociedades nas quais é ainda aguda a diferenciação dos papéis sexuais”. Para ela, as mulheres são menos apolíticas ou conservadoras se têm mais acesso à educação ou estão integradas em um contexto de trabalho profissional (1985:29). A baixa participação das mulheres na vida política é o reflexo da desigualdade feminina na sociedade, dos “... obstáculos sociais e psicológicos que incidem sobre a motivação feminina para superar as barreiras seculares que bloqueiam seu acesso ao poder.” (1985:68)

Segundo essa autora, não obstante as mulheres estarem hoje, no Brasil, desempenhando novos papéis, apresentando novas orientações e opções, mantêm valores da antiga ordem patriarcal. Suas crenças políticas permanecem sendo específicas na medida em que para elas a família constitui o eixo das mudanças que vive em relação com seus papéis na sociedade (1985:5).

Essa é uma característica geral na participação política da mulher. Sua atuação na esfera pública ainda não conseguiu romper as determinações do mundo doméstico, de suas responsabilidades familiares e de seu componente “**maternal**”, como bem destaca Chaney. Uma atuação que expressa uma espécie de cultura constituída com base na desigualdade e na condição subalterna.⁶⁷

“À cultura política da mulher, hoje em dia, necessitaria considerá-la como uma forma de sub-cultura da dominante do sistema, já que é específica de um setor da sociedade. Dado que o conjunto das mulheres não forma um todo homogêneo, a cultura dominante da mulher contém várias subculturas. A idade, ocupação, *habitat*, nível de estudos, a dicotomia rural-urbano, o *status* sociopolítico, classe social, religiosidade, etc. são características que condicionam a cultura cívica dos indivíduos, em geral, e das mulheres, em particular, determinando tipos específicos e diferenciados” (CORRULLA.1990:150 apud MASSOLO.1994:33).

Essa especificidade se manifesta também através de uma espécie de divisão vertical do poder formal com base nos sexos, isto é, na medida em que os cargos públicos se aproximam do poder central, diminui o número de mulheres. As mulheres tendem a ocupar, em maior número, os postos mais baixos na hierarquia estatal. Neste sentido, elas têm um maior acesso (se bem que esse número não seja tão significativo) ao legislativo municipal.

3.1. A mulher no poder local

Na prática, os municípios são os espaços onde as mulheres se destacam um pouco mais na sua atividade política formal, constituindo-se em um espaço privilegiado de sua atuação política. Isso é o resultado, em grande parte, das facilidades que a mulher encontra para conciliar sua atividade política com as responsabilidades e afazeres domésticos, já que as mulheres, ao atuarem na esfera pública (seja na produção social ou na política formal e/ou informal), não conseguem livrar-se de seus labores domésticos. A **dupla jornada** está presente também na vida das mulheres, que exercem cargos públicos, militam em partidos ou sindicatos, atuam no parlamento etc. Para elas, muitas vezes, a atividade política vem a constituir-se em uma jornada a mais de trabalho além das duas que já têm.

Algo diferente sucede com a representatividade na esfera Federal e Estadual, onde, seu exercício implica uma série de deslocamentos e, por ser uma esfera maior do poder de decisão, é de acesso mais difícil para as mulheres.

A atividade política no município, por dar-se em um nível menor da estrutura do poder, fundamenta-se na realidade social mais imediata e concreta. As relações familiares, de compadrio, de dominação patriarcal diluem aquelas que exprimem interesses partidários, tendências políticas e concepções.

O município, na estrutura político-administrativa de um país, tem, para as mulheres, o mesmo sentido que o bairro, isto é, uma espécie de prolongamento do lar, onde as atividades ali realizadas e as lutas travadas se refletem nas condições de funcionamento do seu lar e no bem-estar de sua família.

Para Massolo, a cultura política feminina tende a valorar os microespaços de seu *habitat* cotidiano, as práticas políticas comunitárias, a preocupar-se mais com os problemas que tenham uma relação direta com as condições de vida de sua família, a vizinhança e a localidade.

“As evidências confirmam que é em torno do âmbito municipal onde a maioria das mulheres se socializam e interatuam politicamente, estabelecem constantes relações com as autoridades locais enquanto

gestoras dos equipamentos, subsídios, etc. e realizam múltiplas atividades que vinculam a problemática da vida cotidiana com demandas coletivas e associações comunitárias” (1994:33).

Nesse sentido, o município representa um valioso espaço para o estudo da participação política da mulher e a análise de suas especificidade, pois é a esfera do poder formal onde se destingue, de forma mais tênue, a relação entre o público e o privado.

Não obstante, tem sido pequena a produção teórica referente a esse espaço de exercício do poder formal. Como se viu anteriormente, parte significativa dos estudos sobre a política feminina nos municípios tratam da atuação das mulheres nos movimentos sociais. A participação da mulher no poder formal do município representa todo um campo do saber a ser construído. Nesse sentido, buscar-se-á, ao longo deste trabalho, resgatar as contribuições existentes, assim como apresentar algumas formulações que possibilitem um maior conhecimento sobre essa problemática.

Apesar disso, a participação política da mulher nas estruturas do poder formal vai muito mais adiante das especificidades aqui tratadas. Nos estudos preliminares realizados entre as vereadoras, tivemos a oportunidade de identificar algumas mudanças sintomáticas no comportamento e na mentalidade dessas mulheres, em relação à sua atuação política. São mudanças que podem refletir influências modernizadoras do feminismo, ao mesmo tempo em que há sinais de transformações na própria condição feminina e sua especificidade.

Por isso e por outras características específicas do agir político feminino aqui tratadas, é necessário ter presente, ao realizar estudos sobre essa temática (assim como outras também relacionadas à questão feminina) o contexto de submissão ao qual estão submetidas as mulheres. Ter presente, também, os efeitos da simbiose patriarcado-capitalismo e racismo, com as características assinaladas por Saffioti sobre as mulheres no sentido de mantê-las subjugadas e isoladas no mundo doméstico-privado.

Ao tratar do comportamento político feminino tem-se, necessariamente, que tratar a diferença dos papéis sexuais, suas vivências, enfim, as relações de gênero. Isto é, deve-se ter presente uma teoria feminista que proporcione os instrumentos metodológicos adequados a uma compreensão real do sistema de relações de poder na qual a mulher está envolvida.

AS MULHERES NO CENÁRIO NACIONAL

A história tradicional e oficial do Brasil é uma história das elites políticas, do homem branco, das classes dominantes. Uma história onde os pobres, os negros e os índios são somente coadjuvantes eventuais, e as mulheres (sem distinção de raça ou classe social) simplesmente não existem.

Apesar dessa “inexistência”, as mulheres estiveram presentes em todos os momentos significativos da formação nacional, através de ações políticas isoladas, de mobilizações que não implicassem continuidade, de participação junto a grupos marginalizados, ou através de ações políticas de resistência cotidiana (como as mulheres negras dos quilombos).

Entretanto, poucas mulheres conseguiram romper o anonimato ao participar de atividades políticas nos mais diversos momentos da história brasileira. Mulheres que, como assinala Simões, apareceram na cena política como presenças individuais, como mulheres isoladas:

“Pode-se dizer que marcaram com força sua presença na vida pública e política brasileira apenas certos tipos especiais e mitificados de mulher: **heroínas históricas**, como Maria Quitéria ou Barbara Heliodora; **amantes** de homens de destaque público, como Chica da Silva e Dona Beija ou **companheiras** de marginais e **marginais** elas mesmas, como a cangaceira Maria Bonita; mulheres **libertárias** na política e/ou no comportamento que vão de artistas ousadas para os padrões de suas épocas, como Chiquinha Gonzaga, Luz del Fuego ou Tarsila do Amaral a militantes de esquerda como Patrícia Galvão (Pagu), Ernestina Lésina e Elizabetta Valentini”.(1985:11)

Nos últimos anos, muitas estudiosas da condição feminina e das relações de gênero têm buscado resgatar a participação feminina na história brasileira. Em certo sentido, esse é um dos objetivos deste capítulo: resgatar a participação da mulher baiana e sua inserção nas lutas pela conquista e pelo exercício da cidadania.

1. A luta sufragista: um direito a ser conquistado

A luta das mulheres pelo direito ao voto (com se viu anteriormente) tem início “público” nos acontecimentos da Revolução Francesa. No Brasil, a

manifestação pública dessa reivindicação só se deu na primeira metade do século XIX, através de um homem, José Bonifácio, que advogou por essa causa junto à Primeira Câmara dos Deputados Gerais do Império, ao falar sobre o voto de qualidade, no qual incluía as mulheres tituladas pela escola superior (TABAK.1989:37).

Na segunda metade do século, começaram a surgir as primeiras manifestações femininas pelo direito de voto, em especial através dos jornais femininos. Em 1852, foi criado o “**Jornal das Senhoras**”, em 1873 o “**Sexo Feminino**” e, em 1880, a revista “**A Família**”. Todos tratavam do problema da emancipação feminina (COSTA P.1981:55).

O fato mais significativo nesse momento foi a ação realizada pela dentista **Isabel de Mattos Dillon** (ainda sob o Império), que com base na Lei Saraiva⁽⁸⁾ – que garantia o direito de voto aos portadores de títulos científicos –, requereu seu alistamento eleitoral. Conseguiu ganhar a demanda judicial em segunda instância, o que lhe deu a possibilidade do exercício do voto. Mais tarde, Isabel Dillon tentou candidatar-se a primeira Constituinte Republicana, argumentando que a Constituição em vigor e a lei Eleitoral de fevereiro de 1890 não excluíam as mulheres (ALVES.1980:91).⁽⁹⁾ Sua pretensão foi rechaçada imediatamente pelo Ministro do Interior do Governo Provisório, Cesário Alvin, através do decreto nº 511 de junho de 1890 (O Regulamento Alvin), que proibia explicitamente o voto feminino.

Durante os trabalhos constituintes, o deputado baiano Lopes Trovão apresentou uma emenda, subscrita também por Nilo Peçanha, Epitácio Pessoa e Hermes da Fonseca (os dois últimos futuros presidentes da República), concedendo o direito de votos às mulheres. Apesar da defesa feita pelos deputados Cezar Zama e Costa Machado, a emenda foi rechaçada, e o Art. 97 da Constituição que trata do tema, estabelece que “... são eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistassem na forma da lei”. Dessa maneira, não há nenhuma referência à

⁽⁸⁾ A lei Saraiva foi editada em 9 de janeiro de 1881, baseada em um projeto de Ruy Barbosa. Restabelecia o voto distrital uninominal para a eleição de deputados à Assembléia Geral, reduzia o sufrágio a um só grau, tornando diretas as eleições, procurava organizar o sigilo do voto, ampliava os casos de inelegibilidade e, principalmente, aumentava o valor da renda mínima exigida como condição para o alistamento eleitoral, ao tempo em que dispensava a comprovação de renda a muitas categorias específicas da classe média, possuidora de diplomas de nível superior.

⁽⁹⁾ A lei eleitoral de fevereiro de 1890 estabeleceu o voto direto para os maiores de 21 anos que soubessem ler e escrever e não fazia nenhuma referência explícita aos direitos das mulheres. Ver texto da lei eleitoral em: COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira. Histórico, comentários e sugestões*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

inclusão ou exclusão das mulheres. Essa omissão permaneceu na maioria das constituições estaduais, inclusive na baiana.

Essa omissão da Constituição de 1891 foi um bom motivo para que algumas mulheres tentassem exercer o direito de voto, sob o argumento de constitucionalidade do sufrágio feminino. Esse foi o caso da Dra. **Myrtes de Campos** (primeira advogada aceita pelo Ordem dos Advogados), que teve seu requerimento recusado. Três mulheres de Minas Gerais, Alzira Vieira Ferreira Neto (mais tarde formada em medicina), Cândida Maria dos Santos (professora de escola pública) e Clotilde Francisca de Oliveira conseguiram exercer o direito de voto com o mesmo argumento (ALVES.1980:94-5). Na Bahia, um artigo do jornal A Tarde de 9/12/1919 faz referência à decisão de Anísia Ferreira Campos de exercer o direito de voto por conta própria (SAMPAIO.1992:132).

Em 1910, a luta pelo sufrágio tomou força com a criação do Partido Republicano Feminino pela professora **Leolinda Daltro** (que também teve sua solicitação de alistamento eleitoral rechaçada). Esse partido, que tinha por objetivo mobilizar as mulheres na luta pelo sufrágio, conseguiu organizar, em novembro de 1917, uma grande marcha no Rio de Janeiro.

Nesse mesmo ano, o deputado Maurício Lacerda apresentou à Câmara Federal um projeto que estabelecia o voto feminino. Esse simplesmente foi engavetado. Posteriormente, em 1919, o senador Justo Chermont apresentou um projeto que estabelecia a capacidade eleitoral da mulher maior de 21 anos. Esse foi aprovado em primeira instância, mas não foi convertido em lei. No dia em que foi votado, muitas mulheres acompanharam a sessão do Congresso, inaugurando, assim, a técnica de pressão política, principal tática utilizada pelo sufragismo brasileiro (ALVES.1980:96).

Em 1920, e novamente em 1922, o deputado Maurício Lacerda voltou a apresentar seu projeto, dessa vez na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, o qual foi rechaçado nas duas ocasiões. O mesmo destino teve a proposta constitucional apresentada em março de 1926 na Assembléia de Minas Gerais, que garantia o direito de voto às mulheres nas eleições estaduais.

Em termos organizativos, somente com a criação da **Federação Brasileira para o Progresso Feminino** (FBPF) é que o movimento sufragista ganhou um impulso maior.

Após seu regresso dos Estados Unidos, onde participou como representante brasileira na Conferência Pan-americana de Baltimore e no Conselho Feminino Internacional do Trabalho, em 1919, Bertha Lutz cria a **Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher**, a qual se transformaria, em 1922, na Federação Brasileira para o Progresso Feminino.

“A Liga pela Emancipação da Mulher era composta por um grupo pequeno de mulheres que se conheciam entre si e pertenciam a famílias da burguesia. Este era seu principal trunfo. A partir de sua posição de esposas, filhas, amigas de homens da classe dominante, tinham acesso aos centros de poder. Por este meio alcançavam o Congresso, a Presidência e tinham em geral o respeito da imprensa. Encontravam-se em reuniões sociais com pessoas que podiam influenciar a causa. Desta forma, conseguiram convencer a certo número de deputados e senadores, de modo a fazer avançar no Congresso as emendas que já existiam” (ALVES.1980:105).

Ao transformar-se em FBPF, esse grupo será o principal responsável pela luta sufragista no Brasil. Essa luta se travava quase exclusivamente na esfera parlamentar e, apesar da influência do sufragismo norte-americano, jamais adotou a tática do “terrorismo feminista”, tão utilizado nos Estados Unidos e na Inglaterra.

Em 1927, a FBPF conseguiu sua primeira vitória, graças à atuação do senador Juvenel Lamartine, destacado defensor da emancipação feminina no Congresso Nacional, o qual, ao candidatar-se ao governo do Rio Grande do Norte, incorporou as reivindicações femininas a seu programa eleitoral. Uma vez eleito, interveio junto à Assembléia Legislativa daquele Estado, que, na ocasião, discutia a reforma constitucional para a incorporação do direito de voto para as mulheres nas eleições municipais e estaduais. Esse direito incorporou-se à Constituição do Rio Grande do Norte através do Art.77 das Disposições Gerais, que dizia: “No Rio Grande do Norte, poderão votar e ser votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunam as condições exigidas por esta lei”. Essa lei entrou em vigor a 25 de outubro de 1927.

Um mês depois, incluiu-se na lista de eleitores do Estado o nome de Celina Guimarães Viana. Em 1929, foi eleita para a Prefeitura do município de Lages Alzira Soriano, a primeira mulher a ocupar um cargo eletivo na América Latina.⁷⁰ A seu lado, outras mulheres foram eleitas para as Câmaras Municipais.

Animadas por essa vitória, as feministas tentaram estender o direito de voto ao âmbito federal e conseguiram, através da Comissão de Justiça do Senado, que o projeto do voto feminino voltasse a ser discutido. Uma vez mais, o projeto foi aprovado por essa Comissão. Como forma de pressão, as mulheres mandaram ao Senado uma lista de assinaturas (2 mil mulheres) apoiando o voto feminino, uma quantidade significativa para a época (ALVES.1980:118). Ainda em 1927, o

⁷⁰ Sobre Alzira Soriano ver: SOUZA, Heloisa Maria Galvão. *Luisa Alzira Teixeira Soriano. Primeira mulher eleita na América do Sul*. Natal: CCHLA, 1993.

projeto foi ao plenário, mas não foi votado, porque um dos senadores apresentou emendas, obrigando o retorno à Comissão de Justiça para um novo parecer. E lá, o projeto foi mais uma vez engavetado.

Em 1929, com o apoio dos votos femininos, elegeu-se José Augusto Bezerra de Medeiros (em substituição a Lamartine) junto com Alzira Soriano. Esses votos, permitidos na instância estadual, não foram reconhecidos na instância federal, pois foram considerados ilegais para a eleição de um cargo federal, e, por isso, recusados pela Comissão de Poderes do Senado.

Como forma de protesto, a FBPF lançou o “*Manifesto Feminista*”⁷¹, onde defende os direitos da mulher e a igualdade entre os sexos. Nesse documento, sente-se a influência do feminismo norte-americano, detectado por sua semelhança com os princípios contidos na “*Proclamação dos Direitos da Mulher*” conhecida como a “*Declaração de Seneca Falls*”, publicada em Nova York em 1824, no começo do movimento sufragista nos Estados Unidos (COSTA P.1981:62)⁷²,

Não obstante, essa recusa por parte do Congresso Nacional foi benéfica para a luta sufragista, já que, durante três semanas, tempo que durou a disputa, conseguiu ocupar importantes espaços nos meios de comunicação, com quase toda a imprensa apoiando a luta das mulheres. Além disso cada vez mais mulheres, animadas pela vitória no Rio Grande do Norte, solicitaram alistamento eleitoral.

⁷¹ O Manifesto Feminista se constituía dos seguintes pontos: “As mulheres, assim como os homens, nascem membros livres e independentes da espécie humana, dotados de faculdades equivalentes e igualmente chamados a exercer, sem peias, os seus direitos e deveres individuais; 2) Os sexos são interdependentes e devem, um ao outro, a sua cooperação. A supressão dos direitos de um acarreta, inevitavelmente, prejuízos para o outro e, conseqüentemente para a Nação 3) Em todos os países e tempos, as leis, preconceitos e costumes, tendentes a coarctar a mulher, a limitar sua instrução, a entravar o desenvolvimento de suas aptidões naturais, a subordinar sua individualidade ao juízo de uma personalidade alheia, foram baseados em teorias falsas, produzindo, na vida moderna, intenso desequilíbrio social; 4) A autonomia constitui o direito fundamental de todo indivíduo adulto; a recusa deste direito à mulher, uma injustiça social, legal e econômica que repercute desfavoravelmente na vida da coletividade, retardando o progresso geral; 5) As nações que obrigam ao pagamento de impostos e à obediência à lei os cidadãos do sexo feminino sem lhes conceder, como aos do sexo masculino, o direito de intervir na elaboração dessas leis e votação desses impostos, exercem uma tirania incomparável com os governos baseados na Justiça; 6) Sendo o voto o único meio legítimo de defender aqueles direitos, a vida e a liberdade, proclamados inalienáveis pela Declaração da Independência das Democracias Americanas, e hoje reconhecidas por todas as nações civilizadas da Terra, à mulher assiste o direito ao título de eleitor”. In: *Revista de Educação*. Diretoria Geral de Instrução Pública e Sociedade de Educação de São Paulo, nº2, vol.III, maio de 1928, p.121. Citado por SAFFIOTI.1977:261 e 262).

⁷² Ver texto integral da Declaração de Seneca Falls em: FRIEDAN, Betty. *La mística de la feminidad*. Barcelona: Sagitário. 1965.

Alistaram-se mulheres em Minas Gerais e Rio de Janeiro. A Revolução de 1930, encontrou mulheres eleitoras em 10 Estados do Brasil (ALVES.1980:121).

Na década de 1930 a FBPF conseguiu ampliar-se e congregar 12 associações de mulheres em vários Estados. Na Bahia, a **Federação Baiana pelo Progresso Feminino** foi criada em 1931. Imediatamente o feminismo ganhou espaço nos jornais e em eventos culturais da capital. Senhoras importantes, moças de famílias de bem (para escândalo dos conservadores), a exemplo de **Amélia Rodrigues, Lili Tosta, Edith Gama Abreu**, Dra. **Praguer Froés**, declararam-se publicamente como feministas em uma pesquisa realizada pelo jornal “A Tarde” (COSTA.1994[a]). Um feminismo essencialmente sufragista, bem comportado, católico. Um feminismo “**feminino**”, como se costumava identificá-lo.

“Com tal feição, a própria Igreja tornou-se uma defensora do movimento, pois, não via nele nenhum perigo para a situação da família e para os interesses sociais. Ao contrário, ele representava um novo aliado nas obras sociais católicas, uma vez que as mesmas se identificavam com aquelas assumidas pelas mulheres”. (PASSOS.1993:19)

Com a Revolução de 1930, a FBPF sofre seu primeiro problema político interno. Contrariando as normas estabelecidas, **Nathercia da Silveira**, do Rio Grande do Sul, participa de uma manifestação da Aliança Liberal e pronuncia um discurso de oposição ao governo. A repercussão interna foi grande. Como consequência, Nathercia abandona a FBPF e cria a **Aliança Nacional de Mulheres**, uma entidade feminista com maior identidade com as classes populares (ALVES.1980:122). Rapidamente, a Aliança consegue ampliar-se, chegando a ter três mil associadas, ao contrario da FBPF, que jamais ultrapassou o contingente de mil mulheres associadas.

A luta pelo sufrágio feminino continuou até 1932, quando essa reivindicação foi atendida pelo novo governo implantado, fruto da Revolução de 1930, e como parte de uma nova estratégia de dominação. O voto feminino, da mesma forma que o voto secreto, foi estabelecido através do Decreto nº 21.176 de 24 de fevereiro de 1932.⁷³

⁷³ Através deste Decreto, criou-se a Justiça Eleitoral que, com a Constituição de 1934, passou a constituir-se como órgão do Poder Judicial, com atribuições privativas de controle do processo das eleições federais, estaduais e municipais, até a proclamação dos eleitos. Esse decreto estabelecia também o sufrágio universal, estendendo o direito de voto às mulheres, retirava as restrições econômicas, dava garantias ao sigilo do voto. Sobre o texto integral desse decreto ver: COSTA. Edgard. *A legislação eleitoral brasileira. Histórico, comentários e sugestões*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1964. p.135-46.

2. O exercício de uma conquista

Posteriormente, ainda em 1932, o governo criou uma comissão responsável pela elaboração do anteprojeto constitucional e, por pressão da FBPF, **Bertha Lutz** e **Nathercia Silveira** passaram a fazer parte dessa comissão.

Imediatamente foram criadas as **Ligas Eleitorais**, espalhadas por vários Estados, com o objetivo de estimular as candidaturas femininas.

Na Bahia, as mulheres letradas se agruparam em torno de **Edith Gama Abreu**, presidenta da Federação Baiana⁷⁴ e candidata à Assembléia Nacional Constituinte pela Concentração Autonomista, uma nova versão da Liga de Ação Social e Política que aglutinava a oposição ao interventor Juracy Magalhães.⁷⁵

Entretanto, não foi dessa vez que as baianas teriam sua primeira representante. Para a Assembléia Nacional Constituinte foi eleita somente **Carlota Pereira Queiróz**⁷⁶, médica paulista. **Bertha Lutz** foi eleita deputada suplente, através da Liga Eleitoral Independente, assumindo o mandato em 1936 com a renúncia do deputado Cândido Pessoa⁷⁷.

A Constituição de março de 1934, no seu Art. 108, incorporava o direito de voto feminino, conquistado em 1932, com o seguinte texto: “São eleitores os brasileiros de um ou de outro sexo, maiores de 18 anos, que se alistarem na forma da lei”. Esse direito foi reforçado no Art. 113, que determina:

⁷⁴ Sobre a atuação de Edith Gama Abreu à frente da Federação Baiana pelo Progresso Feminino ver: ALMEIDA, Maria Amélia Ferreira. *Feminismo na Bahia: 1930-1950* (Dissertação de mestrado em Ciências Sociais). Salvador: UFBa, 1986.

⁷⁵ Sobre esse momento na política baiana ver:

SAMPAIO, Consuelo. *Poder e Representação. O Legislativo da Bahia na Segunda República*. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado, 1992.

SAMPAIO, Nelson. “Diálogo democrático na Bahia”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Rio de Janeiro, 1960.

MAGALHÃES, Juracy. *Minhas memórias provisórias*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1930. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁷⁶ Sobre a atuação parlamentar de Carlota Queiróz ver: TABAK, Fanny. *A mulher brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

⁷⁷ Sobre a atuação de Bertha Lutz como feminista e parlamentar ver:

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis. Vozes, 1980.

COSTA P., Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (Tese de mestrado em Sociologia). México: FCPyS/UNAM, 1981

“Todos são iguais perante a lei, não haverá privilégios nem distinções por motivo do nascimento, sexo, raça, profissão própria ou dos pais, classe social, riqueza, crença religiosa ou idéias políticas”.

Durante os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, as feministas baianas ficaram marginalizadas do processo. Prática que era comum nas relações autoritárias e centralizadoras da FBPF.

“As baianas se limitaram a conscientizar aos legisladores para que apoiassem suas demandas. Neste sentido se destacam Aloísio de Carvalho Filho, Medeiros Neto, J.J. Seabra, Marques Reis e Pacheco de Oliveira, pelas promessas de apoio aos ideais feministas. O saldo dessa campanha, no âmbito nacional foi mais positivo” (ALMEIDA.1986:96).

Além do direito ao voto, as mulheres conseguiram incorporar muitas propostas na constituição, por exemplo, o acesso aos cargos públicos sem distinção de sexo e estado civil, a definição das atribuições da União, dos Estados e Municípios na proteção da criança.

Em 1934, a FBPF realizou sua “**II Convenção Feminina**” em Salvador, para estruturar uma plataforma de lutas para a participação nas eleições. A decisão principal foi a de recomendar aos partidos nomes de mulheres a saírem candidatas às constituintes estaduais e apoiar candidatos comprometidos com os interesses femininos.

Para a Assembléia Constituinte da Bahia candidataram-se **Maria Luiza Bittencourt** e **Edith Gama Abreu**. Essa última não conseguiu eleger-se. Já Maria Luiza elegeu-se como suplente e assumiu o mandato em maio de 1935, com o afastamento do deputado Humberto Pacheco Miranda. Maria Luiza, nesse momento, tinha apenas 25 anos de idade.

Em todo o Brasil, poucas mulheres foram eleitas deputadas estaduais: Lili Lages em Alagoas; Alayde Borba em São Paulo; Quintina Diniz de Oliveira em Sergipe e Marta Miranda Jordão no Amazonas.

A primeira deputada baiana, **Maria Luiza Bittencourt**, nasceu em Paripe, subúrbio de Salvador e diplomou-se em direito pela Faculdade do Rio de Janeiro. Aos 20 anos, uniu-se a FBPF, onde desenvolveu fortes laços afetivos com Bertha Lutz. Foi uma das fundadoras da Associação Brasileira de Mulheres Universitárias. Depois do seu retorno a Bahia, incorporou-se ao feminismo local, onde exerceu forte liderança.

Vinculada ao grupo de Juracy Magalhães, interventor da Bahia, Maria Luiza teve importante atuação na Constituinte Estadual, participando ativamente na “Comissão dos Nove”, grupo responsável pela elaboração do texto constitucional, sendo a relatora dos capítulos da Educação e Ordem Econômica e Social. Sua atuação parlamentar caracterizou-se pela defesa da democracia.

Mas essa “alegria democrática” foi passageira. Os sonhos eleitorais das mulheres, como de todos os brasileiros, foram adiados por longo tempo, até que passou o temporal do Estado Novo, e as luzes da democracia ressurgiram no Brasil, depois de 1945. Maria Luiza foi a última voz que se manifestou na Assembléia Legislativa do Estado da Bahia em um discurso em defesa da democracia e contra a ditadura que se estabeleceu antes do fechamento do legislativo em 1937 (Assembléia Legislativa.1989:89).

Com a redemocratização em 1945 e a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, apesar de 18 mulheres se candidatarem em todo o país, nos diferentes estados da Federação, somente uma conseguiu eleger-se (Tabelas IV-1 e IV-2). Na Bahia, a intensa participação das mulheres nas lutas pela democratização, pela anistia aos perseguidos políticos e em oposição à guerra e ao avanço fascista no país não se converteu em candidaturas. Nenhuma mulher candidatou-se a Câmara Federal.

“Assim, a mulher, que 14 anos antes havia começado a exercer o direito do voto, elegendo à Constituinte uma deputada e uma suplente (que logo assumiu a cadeira), recuara, em 1946, para uma atuação eleitoral inexpressiva, em termos de representatividade, e que não refletia, em absoluto, seu desempenho nos agitados anos que antecederam a deposição de Vargas. Então a mulher representara papéis destacados, seja nas ligas feministas e nas associações de classe, seja nos movimentos de rua, comícios, passeatas de protestos, desfiles patrióticos. Enfim, acompanhara, em pé de igualdade com o homem, toda a movimentação política que culminou com a vitória dos aliados na guerra e com o fim do autoritarismo do Estado Novo” (TOSCANO.1982:66).

Nos comícios para as Assembléias Constituintes dos Estados, a situação não era melhor. Na Bahia, cinco mulheres candidataram-se: Edith Gama Abreu (UDN); Jacinta Passos (PCB); Ana Dantas Martins (PRP); Eulalia Miranda Motta (PRP) e Nita Costa (PTB). Nenhuma conseguiu eleger-se (Tabela IV-3). Nacionalmente, apesar de não se contar com um dado totalmente confiável, existe o registro da candidatura e não-eleição de Carlota Pereira de Queiróz por São Paulo; Adalgisa Cavalcante que foi eleita como suplente em Pernambuco pelo PCB⁷⁸ e no antigo Distrito Federal (Rio de Janeiro) onde se candidataram sete

⁷⁸ Toscano registra a agitada atuação de Adalgisa Cavalcante na Assembléia Legislativa de Pernambuco, “... onde os representantes do coronelismo vigente não podiam admitir a possibilidade de discutir, em pé de igualdade, com uma mulher assuntos de natureza política. Ainda mais, que não poderiam refutar as áspers críticas da deputada com os tradicionais argumentos do esforço físico a que estavam habituados” (1982:67).

mulheres, das quais se elegeram somente quatro, sendo duas do Partido Comunista. Assim, tem-se somente o registro de 14 candidatas no país, quatro eleitas e uma suplente.

Tabela IV-1
MULHERES ELEITAS PARA A CÂMARA FEDERAL
POR ESTADOS E REGIÕES

ESTADOS DO BRASIL	ANOS ELEITORAIS													
	1 9 3 4	1 9 4 5	1 9 5 0	1 9 5 4	1 9 5 8	1 9 6 2	1 9 6 6	1 9 7 0	1 9 7 4	1 9 7 8	1 9 8 2	1 9 8 6	1 9 9 0	1 9 9 4
R.Norte														
Acre	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	2
Amapá	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	2
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	1
Ceará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Pará	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	-	1	3
Piauí	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
R.G..Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Rondônia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	1
Roraima	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	-
R.Nordeste														
Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Bahia	-	-	-	1	-	1	1	1	-	-	1	2	-	1
E. Santo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	3	1
Paraíba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-
Pernamb.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-
Sergipe	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
R.Sudeste														
M. Gerais	-	-	-	-	-	-	1	-	-	1	1	-	1	2
R. Janciro	-	-	-	-	-	-	1	-	1	1	1	3	7	6
São Paulo	1	-	1	2	1	1	1	-	-	-	3	3	1	3
R.C. Oeste														
D. Federal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2	1
Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	2
M. Grosso	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
M. Gr. Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	2
Tocantins	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
R. Sul														
S.Catarina	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	2	-
Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio Gr. Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
S/inform.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	1	-	1	3	2	2	6	1	1	4	8	26	28	33

FONTE: TOSCANO.1982; TABAK.1989; FEMEA.1994; Folha de São Paulo.1994

As eleições de 1950 (seguidas das eleições complementares de 1951) trouxeram poucas mudanças na representação feminina. Somente **Ivete Vargas** do PTB de São Paulo é eleita para a Câmara dos Deputados⁸⁰ de um total de nove candidatas. Uma vez mais, nenhuma mulher se candidatou às 27 vagas a que a Bahia tinha direito na Câmara Federal. Nos outros Estados, TOSCANO registra a candidatura de 10 mulheres e oito eleitas (1982:67)⁷⁹.

Tabela IV-2
MULHERES ELEITAS PARA A CÂMARA FEDERAL
PELO ESTADO DA BAHIA DE 1933 A 1994

ELEI- ÇÕES	MULHERES ELEITAS		TOTAL ELEITAS	TOTAL ELEITOS	% MU- LHERES	TOTAL DE CAN- DIDATAS	TOTAL DE CAN- DIDATOS
	NOME	PARTIDO					
1933	—	—	—	21	—	01	S/I
1945	—	—	—	S/I	—	—	S/I
1950	—	—	—	27	—	—	S/I
1954	LEONINA BARBOSA SOUZA COSTA	PTB	01	27	03,7	02	57
1958	—	—	—	27	—	01	68
1962	NECY NOVAIS	AT	01	31	03,2	02	73
1966	NECY NOVAIS	ARENA	01	31	03,2	01	52
1970	NECY NOVAIS	ARENA	01	22	04,5	01	35
1974	—	—	—	26	—	01	53
1978	—	—	—	32	—	01	65
1982	—	—	—	39	—	01	78
1986	LÍDICE DA MATTA MARIA ABIGAIL FREITAS FEITOSA	PC do B PMDB	02	39	05,1	16	158
1990	—	—	—	39	—	19	247
1994	SIMARA ELLERY	PMDB	01	39	02,5	11	194

FONTE: “Boletins Eleitorais”. Resultado das Eleições para o Senado e Câmara dos Deputados. Serviço de Documentação e Divulgação do TRE/Ba. (dados agregados pela autora). Jornais: Tribuna da Bahia. 14/10/86. A Tarde. 03/10/1990 e 12/10/1994.

⁸⁰ Eleita por primeira vez aos 22 anos de idade, começou a interessar-se pela política na casa de seu tio-avô Getúlio Vargas, ainda no Estado Novo. Foi reeleita em 1954, 1958, 1962, 1966. Seu mandato foi cassado pelo governo militar em 1969, através de Ato Institucional, por suas duras críticas ao regime militar. Em 1982, foi novamente eleita para a Câmara Federal por São Paulo.

⁷⁹ A falta de registros confiáveis sobre a participação política da mulher nas Assembléias Legislativas dos vários Estados foi uma das dificuldades encontradas neste trabalho. As grandes distâncias e a impossibilidade de obter esse tipo de informação através dos meios de comunicação mais simples – cartas, telefones, etc. – e a inexistência de dados sistematizados na grande maioria dos Estados são os motivos de muitas omissões que aqui se fazem sentir.

Em 1954/55, o panorama sofre uma pequena alteração com a candidatura de 16 mulheres para as assembleias legislativas e sete eleitas, das quais quatro eram do Distrito Federal. Na Bahia, houve quatro candidatas mas nenhuma eleita. No âmbito federal, a situação melhorou um pouco, com a eleição de três deputadas – para um total de 13 candidatas –, principalmente na Bahia, que conseguiu eleger sua primeira deputada federal.

A deputada baiana **Leonita Barbosa de Souza Costa**, a **Nita Costa**, como era conhecida na Bahia, eleita pelo PTB, não conseguiu destacar-se na sua atuação parlamentar. Seus pronunciamentos limitavam-se as comemorações do dia das mães, sempre com um conteúdo conservador, como se pode ver a seguir:

“... distinguida mais uma vez, pela generosidade de meus dignos colegas da mesa com a incumbência de falar às mães brasileiras em nome desta ilustre Assembleia, sinto-me muito feliz ao assumir responsabilidade de tal vulto, embora reconhecendo que essa escolha e minha decisão encontram apenas uma única justificativa, que reside precisamente no fato de eu ser mãe, e mãe que se orgulha de sê-lo e tê-lo sido sempre, no seu mais amplo, elevado e verdadeiro sentido (...) necessário se torna que as mulheres sejam mães antes de tudo e acima de tudo, mães em todos os sentidos e em quaisquer circunstâncias, porque é no lar que se formam os destinos de um povo e das mães dependem principalmente os rumos que tomam tais destinos (...) A sociedade é uma consequência lógica, uma resultante imediata da orientação recebida pelos membros que a compõem em seus respectivos lares. Numa família bem constituída, num lar edificado sobre sólidos alicerces éticos, morais, religiosos, orientado por uma mãe consciente de seus altos deveres, dificilmente surgem os desajustados sociais” (Diário do Congresso. 12/05/1956).

Nos seus quatro anos de mandato, Nita Costa apresentou uma série de projetos relacionados com a aplicação de recursos em determinados setores (assistência, saúde e cultura), mas se destacou por sua importância para a mulher, pela proposição do **Projeto nº 3.915 de 1958**, que regulamenta os direitos civis da mulher casada. Tal projeto propunha uma alteração nos Art. 233, 329, 330, 380 e 393 do Decreto Lei nº 4.657 de setembro de 1942, que definia o homem como o chefe supremo da família. O projeto de Nita, ao propor a alteração na estrutura do poder na família, traz à tona uma das demandas mais avançadas do feminismo

de então, que somente com a Constituição de 1988 (trinta anos depois) as mulheres conquistariam.⁸¹

Em 1958, Nita Costa tenta reeleger-se pelo PTB, como única candidata do Estado, mas não alcança a vitória (Tabela IV-2). Essa dificuldade refletiu-se também na Assembléia Legislativa, onde cinco mulheres se candidataram sem lograr êxito. Nacionalmente, houve um impulso no número de candidatas estaduais. Dessa vez, 39 mulheres se candidatam em vários Estados, apesar de somente quatro conseguirem eleger-se. No Congresso Nacional, houve uma redução no número de mulheres: das oito candidaturas, somente duas mulheres conseguiram eleger-se, dentre elas Ivete Vargas para seu terceiro mandato.

As eleições de 1962 foram boas para a mulher baiana, já que conseguiu-se eleger **Ana Oliveira** para a Assembléia Legislativa e **Necy Novais** para ao Congresso Nacional (Tabela IV-3). Junto com Necy Novais, é eleita, mais uma vez, Ivete Vargas. Em todo o país, nove mulheres saem candidatas à Câmara Federal, mas o fato importante foi o aumento significativo no número de candidatas às assembleias legislativas, que atingiu 92 mulheres. Dessas somente 11 foram eleitas, inclusive Ana Oliveira.

A deputada **Ana Oliveira** nasceu no município de Serrinha e foi eleita pela Aliança Trabalhista constituída pelo Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Republicano e o Libertador. Anteriormente havia se candidatado em

⁸¹ Projeto nº 3.915, de 1958: regula os Direitos Civis da Mulher Casada e dá outras providencias. “O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – A sociedade conjugal é regida de comum acordo, pelos cônjuges.

Compete-lhes:

I – A representação legal da família.

II – A administração dos bens comuns.

III – O direito de fixar e mudar de domicílio.

IV – Prover a manutenção da família, dividindo-se proporcionalmente a obrigação, de acordo com os recursos financeiros de cada um dos cônjuges.

Art. 2º – Poderá o Juiz retirar os filhos da companhia do pai, quando ficar provado que ele ou a madrasta não os trata convenientemente.

Art. 3º – O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob o poder do progenitor que terá todos os direitos, o pátrio poder sobre os filhos havidos do casamento. Na falta ou impedimento de um, passará o outro a exercê-lo.

Art. 4º – A mulher que contrair novas núpcias continuará exercendo o pátrio poder e administrando os bens correspondentes aos filhos havidos do matrimônio anterior, com inteira independência do novo cônjuge” (Diário do Congresso. 16/04/1958).

1954 e 1958, pelo Partido Libertador, sem conseguir eleger-se. Esse foi seu primeiro mandato como deputada estadual na Bahia, e foi reeleita em 1966, 1970 e 1974 (Tabela IV-3), totalizando 16 anos de mandatos consecutivos. Anteriormente, havia sido vereadora em Juazeiro durante quatro legislaturas. Seu primeiro mandato eletivo foi em 1934, depois que as mulheres conquistaram o direito de voto. Vinculada aos grupos oligárquicos baianos, em especial ao Senador Luís Viana Filho, apoiou imediatamente o golpe de 1964 e, posteriormente, com o bipartidarismo integrou-se ao partido governista – ARENA. Exerceu diversos postos de direção na Assembléia Legislativa da Bahia⁸². Apesar disso, não existe registro de projeto de sua autoria que trate da questão feminina.⁸³

A deputada federal **Necy Novais** foi reeleita em 1966 e 1970, pela mesma Aliança Trabalhista, constituída nacionalmente também com a participação do Partido de Representação Popular. Ao contrario de Ana Oliveira, Necy não tinha uma história política. Suas sucessivas eleições se devem ao prestígio do seu marido Manuel Novais, um dos deputados federais de maior número de mandatos no país, detentor de um grande curral eleitoral, que garantia não só sua eleição, mas também de sua mulher.

Seus 12 anos de atuação no poder legislativo federal caracterizaram-se pela inexpressividade na política baiana e nacional, além dos seus compromissos oligárquicos. Fez poucos discursos na Câmara, quase todos em homenagem ao dia das mães, do mesmo modo que sua antecessora Nita Costa.

De interesse para as mulheres, apresentou o **Projeto nº 805 de 1963**, que propunha a aposentadoria especial à mulher-mãe, funcionária pública ou empregada de empresa privada, com 20 anos de serviço efetivo. Esse projeto não foi aprovado. Em 1966, Necy tenta mais uma vez aprová-lo sob a forma de proposta de emenda constitucional. Fez também uma indicação ao poder executivo sobre a:

⁸² Ana Oliveira foi Vice-presidente da Assembléia Legislativa de 1969 a 1970; Presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia da Assembléia em 1971 e 1972; Presidente da Comissão de Economia em 1973 e 1974; Vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça em 1975 e 1976 e terceiro Secretário da Assembléia em 1977 e 1978.

⁸³ É importante esclarecer que não foi possível encontrar a documentação sobre os projetos e discursos de Ana Oliveira na Assembléia Legislativa. Segundo informações do setor de documentação, todo esse material foi perdido em consequência de um incêndio no arquivo.

“... criação no Ministério do trabalho de um Departamento para Assuntos Femininos, dirigidos por mulheres e destinado ao encaminhamento dos problemas e reivindicações da Mulher”

É curiosa a justificativa dessa indicação, na qual a deputada assinala:

“... é que a mulher que trabalha, que luta, que sofre, a mulher que já tem seu calvário de deveres e problemas a resolver, se sentirá muito mais tranqüila, muito mais a vontade se tratar com outra mulher. Não quero dizer com isso que não encontrem atenção nos funcionários masculinos. Mas não é só isso, a mulher precisa ter mais liberdade para expor seus problemas e somente outra mulher poderá compreender” (Diário do Congresso.15/05/1963).

Argumento semelhante foi também utilizado pelas feministas na década de 1980, quando lutaram pela criação de delegacias especiais de atendimento à mulher vítima da violência.

Nas eleições de 1966, já sob o autoritarismo militar e as regras do bipartidarismo imposto, a representação feminina no Congresso Nacional assumiu características bem peculiares. Pela primeira vez, seis mulheres foram eleitas. Além de Ivete Vargas, que tinha seu próprio eleitorado e exercia já seu quarto mandato, todas as demais foram eleitas pelo prestígio dos maridos, incluindo-se a governista Neco Novais. As outras quatro deputadas, eleitas pelo MDB, ingressaram na Câmara Federal com o apoio do eleitorado de seus respectivos maridos, impossibilitados de candidatarem-se por terem tido seus mandatos parlamentares cassados pelos militares (TOSCANO.1982:68 e TABAK.1989:86).⁸⁴

Essas quatro deputadas não tiveram a oportunidade de terminar seus mandatos, pois foram cassadas em 1969, através do Ato Institucional nº5. Junto com elas, também foi cassado o mandato de Ivete Vargas. Assim, das seis deputadas federais eleitas em 1966, somente a Neco Novais foi permitido terminar o mandato.

⁸⁴ Esse foi o caso da deputada Nisya Carone, esposa do ex-prefeito de Belo Horizonte, Jorge Carone; da deputada Maria Lúcia Araújo, eleita pelo Estado do Acre, esposa do ex-governador do Acre, José Augusto de Araújo; a Deputada Lígia Doutel de Andrade, eleita por Santa Catarina, esposa do ex-deputado Armindo Marcílio Doutel de Andrade e a deputada Júlia Steinbruch, eleita pelo Rio de Janeiro, esposa do ex-senador Ararão Steinbruch.

Tabela IV-3
MULHERES ELEITAS PARA A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PELO ESTADO DA BAHIA DE 1935 A 1994

ELEI- ÇÕES	MULHERES ELEITAS		TOTAL ELEITAS	TOTAL ELEITOS	° DE ELEITAS	TOTAL DE CAN- DIDATAS	TOTAL DE CAN- DIDATOS
	NOME	PARTIDO					
1935	MARIA LUIZA BITTENCOURT	PSD	01	42	02,3	01	S/I
1947	—	—	—	60	—	05	S/I
1951	—	—	—	60	—	S/I	S/I
1954	—	—	—	60	—	04	247
1958	—	—	—	60	—	05	312
1962	ANA OLIVEIRA	AT	01	60	01,6	03	355
1966	ANA OLIVEIRA	ARENA	—	—	—	—	—
	ARAGUACY GONÇALVES	ARENA	02	60	03,3	03	156
1970	ANA OLIVEIRA	ARENA	01	46	02,1	01	89
1974	ANA OLIVEIRA	ARENA	01	50	02,0	02	129
1978	—	—	—	56	—	02	189
1982	Mª ABIGAIL FREITAS FEITOSA	PMDB	01	63	01,5	05	198
1986	AMABILIA ALMEIDA	PMDB	01	63	01,5	26	394
1990	MARIA JOSÉ ROCHA LIMA	PC do B	—	—	—	—	—
	MARIA LUIZA DIAS LAUDANO	PTB	—	—	—	—	—
	MARGARIDA M.A.L. OLIVEIRA	PFL	—	—	—	—	—
	IRIS GOMES	PFL	—	—	—	—	—
	ZELINDA NOVAES SILVA	PTB	05	63	07,9	51	612
1994	MARIA LUIZA LAUDANO	PTB	—	—	—	—	—
	ZELINDA NOVAES	PTB	—	—	—	—	—
	MARIA JOSÉ ROCHA	PC do B	—	—	—	—	—
	MARIA DEL CARMEM	PSDB	—	—	—	—	—
	AUCÉ PORTUGAL	PC do B	05	63	07,9	32	441

FORNTE: “Boletins Eleitorais”. Resultado das eleições de 1954,1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982,1986, 1990 SCE/TRE/Ba. (dados agregados pela autora). Jornais: Tribuna da Bahia, A Tarde.

Nas Assembléias Legislativas Estaduais, 11 mulheres foram eleitas entre 39 candidatas. Na Bahia, foi reeleita Ana Oliveira e eleita **Araguacy Gonçalves**. A Deputada Estadual Araguacy Gonçalves da Silva foi professora primária antes de ingressar na política formal e candidatar-se à Câmara Municipal de Campo Formoso em 1954, com o apoio do seu marido Ulisses Gonçalves da Silva, chefe político local. Na Assembléia Legislativa, teve um exercício parlamentar inexpressivo, limitando-se a alguns pronunciamentos na defesa de melhores condições para o exercício do magistério primário.

Em 1970, já sob os efeitos do Ato Institucional nº 5 e da Lei de Inelegibilidade, que vedava o acesso de mulheres de políticos com mandatos cassados às candidaturas legislativas, muitas “esposas” já não puderam candidatar-se. O reflexo disso foi muito claro na diminuição do número de mulheres aspirantes à Câmara Federal. Em todo o país, somente candidataram-se quatro mulheres, sendo a baiana Neco Novais a única vitoriosa.

Nas Assembléias Legislativas não houve muita alteração no número de candidaturas femininas, que passou de 39, em 1966, a 37, em 1970. Mas essa relação baixou, no que se refere ao número de eleitas, que foram somente oito. Por outro lado, ao se levar em conta que, nesse período, o eleitorado do país quase duplicou (passando de 18.528.847 em 1962 para 34.141.132 em 1974), pode-se notar que, proporcionalmente, a diminuição no número de candidatas foi maior do que a diminuição do número de eleitas. Na Bahia, duas mulheres candidataram-se à Assembléia Legislativa, mas somente Ana Oliveira conseguiu eleger-se para seu terceiro mandato.

Um fato que merece registro, nas eleições de 1970, foi a candidatura, pela primeira vez, de uma mulher para o Senado. Candidata à suplência pelo MDB do Acre, não conseguiu eleger-se.

Nas eleições de 1974, mantém-se o mesmo quadro de inexpressividade da representação feminina no Congresso Nacional. Apesar de representarem 50,25% da população do país e 35,30% do eleitorado, as mulheres só conseguiram eleger uma deputada federal (Lygia Lessa Bastos, do Rio de Janeiro), o que representava somente 0,27% da totalidade de deputados na Câmara Federal.

Nessas eleições, 11 mulheres foram eleitas para as assembléias legislativas, num total de 15 candidatas. Na Bahia, Ana Oliveira logra eleger-se para seu quarto mandato, que seria o último. Nely Novais não conseguiu reeleger-se dessa vez para a Câmara Federal.

A partir das eleições de 1978, o quadro da representação feminina no legislativo começa a mudar substancialmente, não em termos quantitativos, mas qualitativamente.

2.1. O “renascimento” do feminismo e seus reflexos na participação política das mulheres.

O país começava a entrar em um processo de abertura política. A oposição continuava avançando e ampliava-se o rechaço ao governo militar, acuado pela crise do “milagre”. O MDB, naquele momento já identificado pela sociedade civil como um partido de oposição, concentra todas as forças contrárias ao regime.

Por outro lado, as organizações de mulheres adquiriam novos contornos. Baseados no “novo feminismo”, começavam a questionar a divisão sexual do trabalho e, conseqüentemente, os papéis tradicionais que a sociedade patriarcal havia imposto. Organizadas em torno da bandeira “**o pessoal é político**”, surgem

muitos grupos feministas no país, naquele momento (COSTA e SARDENBERG.1994:103[b]).

Um marco nesse início da nova luta feminista foi a realização de um seminário promovido pela Organização das Nações Unidas, no Rio de Janeiro em 1975, como parte das comemorações do Ano Internacional da Mulher. Esse seminário reuniu mulheres interessadas em discutir a condição feminina, muitas das quais estavam já vinculadas aos grupos feministas de “auto consciência” existentes.

O feminismo se amplia, sustentando a tese de que a opressão feminina não é um simples efeito da economia, da biologia, nem algo que seria “naturalmente” resolvido em uma “fase posterior” ao processo de transformação social. As feministas recusavam-se a relegar as lutas da mulher a um segundo plano, diluídas e pulverizadas nas “lutas gerais” (COSTA e SARDENBERG.1994:104[b]).

Baseadas nesse princípio, as diversas correntes do movimento feminista autônomo buscaram construir formas de articulação entre si e com os setores populares, que permitissem a reflexão sobre a problemática feminina e o feminismo, definir novos rumos e estabelecer pautas de reivindicações e lutas. Com esse objetivo, realizaram-se vários encontros de mulheres como os “Encontros Nacionais Feministas”, os “Encontros da Mulher Trabalhadora” – o primeiro em março de 1977 e o segundo em março de 1978 (COSTA P.1981:90 a 96).

Em 1975, foi criado o jornal “Brasil Mulher”, como um órgão do **Movimento Feminino pela Anistia**⁸⁵. Já no seu terceiro número, o “Brasil Mulher” começa a demonstrar sua preocupação para com o feminismo. Porém é somente no nº 5 (em 1976), já separado do MFA, que esse periódico assume publicamente, em seu editorial, o objetivo do jornal de atingir “...o maior número possível de mulheres, mostrando a necessidade de participação, para que juntas levemos adiante a luta por nossa emancipação” (COSTA P.1981:97). No nº6, o “Brasil Mulher” deixava explícito que era um jornal feminista.

Em junho de 1976, cria-se outro jornal feminista de circulação nacional, o “Nós Mulheres”, que se caracterizou por sua articulação com as mulheres da classe trabalhadora.

Esses jornais, juntamente com outros instrumentos de comunicação mais restritos, limitados, geralmente, a suas cidades de origem, foram os mecanismos

⁸⁵ “Um grupo feminino direcionado à luta pela anistia para os prisioneiros, banidos e perseguidos políticos, formado por mulheres de classe média, liderados pela Dra. Terezinha Zerbine. O MFA utiliza a imagem maternal da mulher como pacificadora para legitimar sua convocação em favor da anistia, (...) contrariando, assim, os princípios do feminismo atual, que combate o uso dessa imagem tradicional da mulher, por ser um símbolo da sua opressão” (COSTA P.1981:96).

principais de organização e articulação do movimento de mulheres nesse momento.⁸⁶

Ao realizarem-se as eleições de 1978, o contexto feminino no país já era outro, e isso refletiu-se nos compromissos das candidaturas e na prática das eleitas, bem como no rechaço por parte do eleitorado a determinadas candidaturas femininas.

Para a Câmara Federal, elegeram-se quatro deputadas: Lygia Lessa Bastos (reeleita pela Arena do Rio de Janeiro); Cristina Tavares (MDB de Pernambuco); Junia Marize Azeredo (MDB de Minas Gerais) e Lúcia Daltro Viveiros (MDB do Pará). As quatro estavam comprometidas de distintas formas com a luta das mulheres, o que influenciou significativamente nas suas práticas legislativas.

Lygia Bastos vinha de uma longa experiência parlamentar, eleita vereadora em 1945 no Rio de Janeiro, reeleita em 1950, 1954 e 1958. Em 1960, foi eleita deputada constituinte no recém-criado Estado da Guanabara (Rio de Janeiro) e, em 1962, foi eleita Deputada Estadual nesse Estado. Em todos seus mandatos, sempre esteve vinculada à UDN, com o bipartidarismo entra na ARENA pela qual é eleita deputada federal em 1974 e 1978. Sua atuação sempre esteve voltada para os interesses das mulheres, em especial das professoras do ensino fundamental, sua principal base eleitoral. Foi fundadora da União de Professores de Ensino Primário da Guanabara, da Associação Cristã Feminina, da Associação de Professores de Educação Física do Estado da Guanabara e da Associação de Mulheres Universitárias. Em todos seus mandatos, lutou pelos direitos trabalhistas dessa categoria, pela melhoria nas condições de ensino e pelos direitos da mulher. Foi defensora da lei do divórcio e, no seu primeiro mandato na Câmara Federal, destacou-se como relatora da CPI da Mulher (TABAK.1989:105-111[a]).⁸⁷

⁸⁶ Sobre o movimento feminista e suas formas de articulação neste momento, ver: COSTA P. Ana Alice. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (Tese de Mestrado em Sociologia Política). México: FCPyS/UNAM.1981.

COSTA. Albertina. “É viável o feminismo nos trópicos” *Seminário Nacional: O Feminismo no Brasil, reflexões teóricas e perspectivas (anais)*. Salvador: NEIM/UFBa.1988.

FIGUEIREDO, Mariza de Atayde. A evolução do feminismo no Brasil. *Seminário Nacional: O feminismo...* op. cit.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes.1980.

ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In. STEPAN, Alfred (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.1988.

⁸⁷ A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito foi criada atendendo ao requerimento nº15/76 do senador Nelson Carneiro e realizada em 1977, com o objetivo de “examinar a situação da mulher em todos os tipos de atividade”. A CPI se constituiu em um importante instrumento de denúncia das diferentes formas de discriminação das mulheres brasileiras em todas as atividades.

Cristina Tavares, jornalista e empresária pernambucana, pertencente a várias associações de mulheres em Recife, destacou-se como uma lutadora pela causa feminista. Em seus três mandatos na Câmara Federal, sobressaiu-se pelo imenso labor parlamentar e pela quantidade de emendas constitucionais, projetos de lei ordinárias e outros que apresentou. Todos direcionados à melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, das liberdades democráticas, pela defesa da propriedade pública e dos serviços públicos e pelos direitos das mulheres. Desempenhou importante papel na Comissão Especial de Revisão do Código Civil, ao apresentar e defender inúmeras propostas encaminhadas pelos grupos feministas e diferentes organizações interessadas na melhoria da condição feminina em todo o país (TABAK.1989:95[a]). Cristina Tavares foi uma firme defensora da legalização do aborto, o que lhe causou muitos problemas com a Igreja Católica e setores conservadores de Pernambuco.

Junia Marize desenvolveu intensa atividade na defesa dos direitos da mulher, foi vereadora duas vezes em Belo Horizonte e foi o deputado federal mais votado nas eleições de 1978 em Minas Gerais. Apresentou diversos projetos para a aposentadoria das mulheres aos 25 anos de trabalho, ampliação para as funcionárias públicas do direito de creches, equiparação, para fins de aposentadoria, da dona de casa ao trabalhador autônomo e defendeu a criação do Ministério da Família e do Menor (TABAK.1989:95 a 97[a]). Posteriormente, em 1986, foi eleita vice-governadora do Estado e, em 1990, foi eleita senadora. Em 1994, candidatou-se ao governo do seu Estado, mas foi derrotada no segundo turno.

Lúcia Daltro de Viveiros, radialista, participante de várias organizações de mulheres, foi considerada pela imprensa como um dos deputados federais mais atuantes. “Em 1981 quebrou uma tradição mais que secular: presidiu os trabalhos da Câmara dos Deputados, por ter sido eleita para a Mesa Diretora...” (TABAK.1989:98[a]). Em 1979, propôs, através da Lei Delegada, a criação do Ministério da Mulher e da Criança, que, apesar do apoio de 142 deputados e 25 senadores, não foi implantado. Lúcia Viveiros apresentou vários projetos referentes a creches, alteração do Código Civil, com o objetivo de garantir a igualdade das mulheres, aposentadoria especial para a mulher com 25 anos de contribuição à previdência social e muitas outras propostas de legislação trabalhista de proteção ao trabalho feminino. Foi reeleita em 1982.

Como se pode observar, houve uma mudança qualitativa na prática das deputadas eleitas. Essa mudança aumentaria nas eleições seguintes. Segundo Tabak,

“As candidatas já contavam com prestígio próprio, decorrente do desempenho profissional ou da militância política e tinham, portanto, sua própria identidade, não estando ligadas à política somente por seus laços familiares, como acontecia no passado...” (1989:91).

Ainda nas eleições de 1978, são eleitas 20 deputadas estaduais, nenhuma na Bahia, apesar do registro de duas candidatas. No total do país, foram 87 mulheres candidatas às Assembléias Legislativas. Para o Senado Federal, essas eleições trouxeram como novidade a eleição de várias mulheres como suplentes:

– **Eunice Michiles**, formada em pedagogia e enfermagem, suplente pela ARENA de Amazonas, foi a primeira mulher que chegou ao Senado e assumiu o mandato em 1980. Anteriormente, havia sido Secretária de Serviços Sociais da Amazonas, e no Senado seu trabalho legislativo esteve direcionado para as questões ligadas ao planejamento familiar e a reformulação do Código Penal;

– **Laélia Angra Alcantara**, médica obstetra, suplente pelo MDB do Acre, assumiu o mandato parlamentar em fins de 1982. Apesar de nunca haver exercido um mandato eleitoral, tinha uma larga experiência de militância partidária;

– **Maria Shirley Donato**, advogada, suplente pelo MDB de Santa Catarina, ocupou provisoriamente uma cadeira no Senado em 1981;

– **Dulce Salles Cunha Braga**, suplente pelo PDS de São Paulo, teve uma permanência muito rápida no Senado (TABAK. 1989:105[a]).

As eleições de 1982 realizaram-se em um contexto partidário distinto. A reforma partidária (levada a cabo pelo governo com o fim de conter o avanço da oposição) estabelece o pluripartidarismo e, com ele, as forças políticas se articulam em vários partidos. Essa foi uma das maiores eleições do país, por realizarem-se simultaneamente na esfera local, estadual e federal, elegendo vereadores e prefeitos (exceto nas capitais e municípios de segurança nacional), governadores e vice-governadores, deputados estaduais, federais e senadores, num total de 5.549 candidatos em todo o país. Desses, somente 3,9% eram mulheres, ainda que essas representassem, em dezembro de 1981, 41,19% do eleitorado brasileiro.

Somente duas mulheres foram candidatas ao Senado, sem lograr elegerem-se, as duas no Amazonas. No total, 10 mulheres foram candidatas à primeira suplência e três à segunda suplência no Senado. Somente a candidata à segunda suplência pelo Ceará conseguiu eleger-se.

Tanto para as assembleias legislativas como para a Câmara Federal houve aumento significativo no número de candidatas. 134 mulheres se candidataram a deputadas estaduais, mas somente 28 foram eleitas. Para a Câmara Federal, foram 58 candidatas para 8 eleitas. Foram reeleitas: Cristina Tavares (PMDB de Pernambuco); Junia Marize (PMDB de Minas Gerais); Lúcia Viveiros (PDS do Pará) e Ivete Vargas (PTB de São Paulo). É importante mencionar o mandato de Beth Mendes e Irma Passoni (do PT de São Paulo), eleitas com o apoio das Comunidades Eclesiais de Base da periferia de São Paulo.

Na Bahia, **Abgail Feitosa** foi a única eleita entre cinco candidatas à Assembléia Legislativa. A única baiana candidata à Câmara Federal não teve êxito.

A Deputada Estadual Abgail Feitosa foi a primeira mulher vinculada a um partido de oposição (PMDB) eleita na Bahia. Ainda que tivesse uma posição conservadora em relação a determinadas bandeiras do movimento feminista (COSTA, 1983), seu mandato na Assembléia se caracterizou por sua combatividade, pela defesa dos interesses populares e pelo compromisso com a luta pelos direitos da mulher. Apresentou diversos projetos de caráter social como construções de escolas, creches, hospitais públicos, saneamento básico. Pronunciou-se em defesa das eleições diretas para as prefeituras, pela criação da Delegacia Especial de Atendimento a Mulheres vítimas de violência, cumprimento do direito de creches (Art. 389, IV, 1º e 2º da Consolidação das Leis Trabalhistas), reforma agrária, etc.

Um fato também significativo, nessas eleições, foi a candidatura de mulheres ao governo dos Estados de Rio de Janeiro, Santa Catarina e Minas Gerais. Seis mulheres foram candidatas a vice-governadoria, mas somente a candidata do Acre foi eleita.

Ao estudar a proporção do número de candidatos por partido, TABAK verificou que o partido que apresentou um maior número de candidatas no país foi o Partido dos Trabalhadores, com 8,7% de seus candidatos. Também foi esse partido o que apresentou uma maior proporção de mulheres eleitas, 14,2% do total de eleitos. É importante mencionar que, entre os grandes partidos, o PMDB elegeu 622 deputados federais e estaduais, dos quais só 3,0% eram mulheres. O PDS, com 738 eleitos, teve uma proporção menor, com 1,3% de mulheres (1989:117[a]).

Essa diferença do número de mulheres nos partidos menores se deve, em grande parte, à concentração de políticos tradicionais (que se consideram sempre como candidatos “naturais”) nos grandes partidos com maiores possibilidades de serem eleitos. Nesses partidos, a luta interna, pre-eleitoral, por uma vaga nas listas de candidatos é intensa. Essas listas geralmente são realizadas através de acordos entre os grupos que controlam o aparelho partidário. As mulheres aspirantes aos cargos eletivos estão em posições mais desfavoráveis em relação a esses políticos tradicionais, a menos que estejam vinculadas a esses grupos.

Já nos pequenos partidos, como o PT e o PDT, o processo de elaboração das listas de candidatos é distinta. Nesses, a preocupação em ampliar as bases eleitorais através de candidatos mais representativos dos setores que se quer alcançar, além do fato de não terem que enfrentar a disputa com os políticos tradicionais, facilitam a candidatura das mulheres. Aí elas têm maiores possibilidades de exercer uma liderança política.

No caso do PT, sua prática, desde a criação, tem sido a de estimular a incorporação das mulheres no conjunto de seus militantes. Um exemplo disso foi a deliberação do seu Congresso, em 1993, de estabelecer o sistema de cotas, com

uma participação mínima de 30% de mulheres em todas as suas instâncias de deliberação.

As eleições de 1986 assumiram um significado muito importante para o país. Havia terminado o regime militar e, com ele, as leis de exceção (Emenda Constitucional nº 25 de maio de 1985). O Congresso Nacional a ser eleito, assim como as assembleias legislativas, tinham a responsabilidade de elaborar a nova Constituição Federal e as constituições estaduais respectivamente.

O número de candidatas aumentou sensivelmente. No Rio de Janeiro, 48 mulheres candidataram-se à Assembleia Nacional Constituinte. Na Bahia, foram 16 candidatas, um fato incomum, pois o número médio de candidatas, desde 1933, era de uma mulher por eleição. Para a Assembleia Legislativa da Bahia, 26 mulheres candidataram-se, para uma média anterior de 2,8 candidatas (Tabela IV-3).

Tabak apresenta três razões básicas para essa ampliação:

1 – o trabalho político de denúncia da violência sexual contra a mulher, de exigência da igualdade de direitos, de salários iguais, etc;

2 – a criação de organismos públicos, dentro do aparelho estatal, com a função específica de defender os direitos da mulher e combater discriminações por motivo de sexo (os conselhos da mulher e as delegacias especiais de atendimento às mulheres vítimas da violência);

3 – as manifestações públicas de denúncia e protesto organizados pelos grupos feministas (1987:37)

De fato, essa ampliação é fruto do trabalho realizado pelo movimento feminista brasileiro, não só junto às mulheres, mas também nos meios de comunicação, com os setores organizados da sociedade civil, em especial os partidos políticos, ao forçar a incorporação das demandas femininas nos seus programas e plataformas eleitorais, impor a presença feminina nos seus grupos, assim como alterar as hierarquias de gênero aí existentes. Também foi o resultado da pressão exercida conjuntamente com os diversos organismos estatais, garantindo conquistas e ampliando direitos.

Essa “assimilação” das demandas femininas por parte desses setores não significou o surgimento de uma consciência feminista. No que se refere aos partidos políticos, foi somente a “consciência” da força do eleitorado feminino e da necessidade de conquistar esses votos. Muitos dos partidos inscreveram mulheres somente para atrair votos femininos, já que, internamente, a estrutura partidária, a utilização dos recursos financeiros na campanha, assim como o acesso ao “horário gratuito” da propaganda eleitoral nos meios de comunicação, continuavam fechados às mulheres.

Apesar disso, esses avanços (ainda que não tão profundos ao nível de uma consciência feminista) refletem a consolidação do movimento feminista como sujeito coletivo e interlocutor das mulheres com o Estado e com os setores organizados da sociedade civil.

“A questão dos **direitos** já não é apenas tema de reivindicações, mas passa a ser objeto de políticas públicas: as relações entre gêneros deixam a esfera da naturalidade, enquanto questões da vida privada, para ocupar espaços públicos e visíveis onde são discutidas. A violência doméstica, a contracepção, a divisão sexual do trabalho, o aborto, a educação diferenciada configuram as várias faces da dominação das mulheres ao mesmo tempo como objeto de denúncia e como tema de demandas e questões de política social...” (SOUZA-LOBO.1991:230).

2.2. A “bancada feminina” na Constituinte

Nas eleições de 1986, foram eleitas 26 mulheres para a Câmara dos Deputados (nenhuma foi eleita para o Senado⁸⁸) com a tarefa de elaborar a nova Constituição. Essas mulheres, que representavam somente 5,33% da Câmara Federal, pertenciam a diversos partidos (Tabela IV-4) e Estados da Federação. Era um grupo que apresentava todos os matizes da participação política da mulher no legislativo brasileiro nestes últimos 54 anos de exercício de voto. Elegeram-se nove mulheres em função do prestígio de seus maridos ou pais, muitas sem nenhuma experiência política, algumas com grande prestígio conquistado pelo trabalho social realizado durante a gestão dos maridos⁸⁹; outras mulheres tinham uma larga experiência parlamentar ou prestígio adquirido junto aos movimentos populares e atuação partidária (TABAK.1987).

⁸⁸ Eva Blay foi eleita primeira suplente do Senador Fernando Henrique Cardoso e assumiu o mandato por diversos períodos. Destacada Cientista política, feminista militante, Eva foi presidente do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo. No Senado apresentou diversos projetos de interesse da mulher e “comprou” a briga do aborto.

⁸⁹ Rita Camata (esposa do ex-governador do Espírito Santo); Wilma Maia (esposa do ex-governador e senador, pertencente a uma das famílias mais importantes do Rio Grande do Norte); Dirce Tutu Quadros (filha do ex-presidente da República e, na época, prefeito de São Paulo, Janio Quadros); Marcia Kubitschek (filha do ex-presidente da República Juscelino Kubitschek); Lúcia Vânia Abraão (esposa do ex-governador de Goiás); Lúcia Braga (esposa do ex-governador da Paraíba); Miriam Portela (esposa do ex-governador do Piauí); Maria Lúcia Araújo (viúva do primeiro governador do Acre e prima do governador na época); Ana Maria Rattes (esposa do então prefeito de Petrópolis).

Um enquadramento ideológico da atuação parlamentar dessas mulheres com base na sua filiação partidária seria impossível. As classificações do partido de centro, direita e esquerda não se adequam aos posicionamentos adotados durante as votações, do mesmo modo que sua experiência anterior ou localização familiar.

Em um estudo realizado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), que tomava como ponto de análise as votações em questões de interesse da classe trabalhadora nos dois turnos⁹⁰, pode-se destacar que o posicionamento de muitas delas e, conseqüentemente, o valor de sua nota não têm coerência com as características conservadoras do seu partido em relação às demandas da classe trabalhadora (Tabela IV-5). Exemplo disso foram as atuações das Deputadas Maria de Lourdes Abadia (PFL); Myriam Portela (PDS), Wilma Maia (PDS), Raquel Cândido (PFL) e Dirce Quadros (PTB) que, apesar de estarem filiadas aos três partidos conservadores do país, e algumas delas, vinculadas aos grupos oligárquicos regionais, votaram em um grande número de demandas da classe trabalhadora.

Tabela IV-4
DISTRIBUIÇÃO PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS FEDERAIS

PARTIDOS POLÍTICOS	ANOS ELEITORAIS			
	1982	1986	1990	1994
Partido Democrático Social (PDS)	02	02	—	—
Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)	03	11	03	09
Partido da Frente Liberal (PFL)	—	06	05	02
Partido Democrático Trabalhista (PDT)	—	01	03	02
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	01	01	02	—
Partido dos Trabalhadores (PT)	02	02	05	07
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	—	—	01	05
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	—	01	—	01
Partido Social Cristão (PSC)	—	01	—	01
Partido Comunista do Brasil (PC do B)	—	01	02	02
Part. Socialista Trabalhadores Unificados (PSTU)	—	—	01	—
Partido Reedificação da Ordem Nacional (PRONA)	—	—	01	—
Partido Progressista Renovador (PPR)	—	—	01	03
Partido Popular (PP)	—	—	04	02
TOTAL	08	26	28	34

FONTE: BLAY.1988; TABAK.1986; FEMEA.1995

⁹⁰ O estudo do DIAP levou em conta as votações dos parlamentares em questões de interesse da classe trabalhadora estabelecendo notas (valores) ao final de cada turno e estabelecendo, ao final dos trabalhos constituintes, uma média final à cada deputado.

Tabela IV-5
QUALIFICAÇÃO DAS DEPUTADAS CONSTITUENTES
SEGUNDO O DIAP

DEPUTADAS	PARTIDO	NOTAS PARCIAIS		NOTA FINAL
		1ª etapa	2ª etapa	
Maria Lúcia Araújo	PMDB	05,0	06,0	05,50
Raquel Capiberibe	PSB	09,5	04,0*	06,75
Bete Azize	PSB	10,0	10,0	10,00
Eunice Michiles	PFL	02,0	01,0	01,50
Sadie Hauache	PFL	02,0	zero	01,00
Abgail Feitosa	PSB	10,0	10,0	10,00
Lídice da Matta	PC do B	10,0	09,0	09,50
Moema São Tiago	PDT	10,0	10,0	10,00
Márcia Kubitschek	PMDB	04,5	03,0	03,75
Mt. de Lourdes Abadia	PFL	08,5	10,0	09,25
Rita Camata	PMDB	09,5	07,0	08,25
Rose de Freitas	PMDB	07,5	07,0	07,25
Lúcia Vânia Abraão	PMDB	06,5	zero*	03,25
Lúcia Braga	PFL	09,5	zero*	04,75
Cristina Tavares	PMDB	10,0	enfema	10,00
Myriam Portela	PDS	07,5	10,0	08,75
Wilma Maya	PDS	09,5	10,0	09,75
Ana Maria Rattes	PMDB	06,5	10,0	08,25
Benedita da Silva	PT	10,0	10,0	10,00
Sandra Cavalcante	PFL	05,0	zero	02,50
Raquel Cândido	PFL	07,5	08,0	07,75
Rita Furtado	PFL	zero	zero	zero
Marluce Pinto	PTB	05,0	03,0	04,00
Beth Mendes	PMDB	**	**	**
Dirce Quadros	PTB	10,0	10,0	10,00
Ima Passoni	PT	10,0	10,0	10,00

FONTE: Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – DIAP. 1988

Observações: * – baixas qualificações em função de ausências nas votações

** – licenciou-se para assumir a Secretaria de Cultura de São Paulo

Outra questão demonstrada pelos estudos do DIAP foi a qualidade do trabalho parlamentar realizado pelas deputadas durante a Constituinte. Segundo esse instituto, o grupo feminino (Tabela IV-6),

“...demonstrou, em comparação com a prática parlamentar dos homens, e independente do posicionamento ideológico, uma melhor assiduidade, maior decisão e, portanto, um índice mínimo de abstenção, e finalmente, uma melhor média de emendas apresentadas e aprovadas” (1981:109)

Não obstante, foi na defesa das propostas do movimento de mulheres que esse grupo se destacou e mereceu o reconhecimento de todas as mulheres do país. Atuando como um verdadeiro “bloco de gênero”, a bancada feminina, independentemente de sua filiação partidária e de seus distintos matizes políticos, que iam da esquerda radical à extrema direita, superando suas divergências ideológicas, apresentou, em bloco, a maioria das emendas propostas de forma suprapartidária, garantindo a aprovação, na nova Constituição, de aproximadamente 80% das demandas do movimento de mulheres.

A atuação da bancada feminina com essas características se deu como resposta à forte pressão do movimento feminista, que, durante todo o período da Constituinte, atuou como um “*lobby*”, o “**lobby do baton**”, como ficou conhecida essa prática.

O movimento de mulheres, articulado através dos grupos feministas e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher⁹¹, sob a bandeira “**Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher**”, organizou eventos em todos os Estados durante o ano de 1986, com o fim de estruturar e sistematizar as propostas das mulheres, que seriam apresentadas na Constituinte. As propostas regionais foram sistematizadas em um encontro nacional promovido pelo CNDM, com a participação de 2 mil mulheres, onde se elaborou a “Carta das Mulheres brasileiras”. A Carta agrupava as propostas sobre família, saúde, educação, trabalho, violência, discriminação, cultura e propriedade da terra.

A partir desse momento, as mulheres invadiram (literalmente) o Congresso Nacional, brancas, negras, índias e mestiças, intelectuais, operárias, professoras, artistas, camponesas, empregadas domésticas e patroas...

“A partir de 1986 centenas de mulheres camponesas saíram de seus grotes, lotaram ônibus, apinharam boléias e passaram a circular, com a maior desenvoltura, pelos corredores do Congresso. Representavam uma força de trabalho até então invisível. Eram 2 milhões de marias-ninguém: classificadas como donas de casa, não tinham registro profissional,

⁹¹ Criado em 1985, o CNDM atendia a uma demanda do movimento de mulheres e constituía um organismo estatal vinculado ao Ministério da Justiça, responsável por propor e elaborar políticas públicas especiais para as mulheres. Sua prática foi de fortalecimento e respeito à autonomia do movimento de mulheres, merecendo, por isso, o reconhecimento de toda a sociedade.

O CNDM coordenou todo o processo de articulação do movimento de mulheres na definição de suas propostas e, posteriormente, durante os trabalhos da Constituinte, todo o processo de articulação da bancada feminina e de pressão junto aos parlamentares. O compromisso do CNDM com o movimento de mulheres foi também o motivo de sua condenação. Atendendo a interesses conservadores e desvinculados da democracia e da participação popular, o governo Sarney, ao finalizar seu mandato, resolveu destruir o único órgão do governo federal que tinha o respaldo e respeito popular, principalmente do setor ao qual estava vinculado (COSTA e SARDENBERG.1994:106[b]).

permaneciam excluídas dos benefício da Previdência e seus nomes não poderiam sequer constar dos títulos de posse ou propriedade das terras. Pois as lobistas da enxada hoje se chamam trabalhadoras rurais. E têm seus direitos reconhecidos" (Veja, agosto/setembro. 1994:20).

O CNDM, apesar de ser um órgão do governo federal, atuou como um verdadeiro interlocutor do movimento, destacando-se no trabalho de pressão, articulação e convencimento das deputadas para as demandas das mulheres, sempre respeitando a autonomia do movimento feminista. Nessa atuação do "lobby do batom", além da participação de inumeráveis mulheres, merece destaque especial o trabalho de articulação desenvolvido pelas feministas (naquele momento, técnicas do CNDM) Jacqueline Pitanguy, presidente do CNDM, Maria Aparecida Shumacker (Shuma), diretora de articulação política, Marlene Libardone, coordenadora da Comissão de Trabalho, Suely Carneiro, coordenadora da Comissão da Mulher Negra.

Tabela IV-6
DEMPENHO DAS MULHERES NA
ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE

DEPUTADAS	PARTIDO	FREQUÊNCIA		ABSTENÇÃO		EMENDAS	
		Nº	%	Nº	%	APRES	% PROV
Abigail Feitosa	PSB	712	78	01	0,1	162	17,9
Anna Maria Rattes	PSDB	835	91	04	0,5	427	28,1
Benedicta da Silva	PT	879	96	03	0,3	092	27,2
Beth Azize	PSDB	895	98	03	0,3	043	27,9
Cristina Tavares	PSDB	682	74	03	0,4	227	41,8
Dirce Quadros	PSDB	682	74	03	0,4	227	41,8
Eunice Michiles	PFL	602	66	44	7,3	193	28,5
Ima Passoni	PT	850	93	05	0,6	226	31,4
Lídice da Matta	PC do B	888	97	01	0,1	196	15,8
Lúcia Braga	PFL	329	36	—	—	117	27,4
Lúcia Vania	PMDB	527	57	02	0,4	133	36,1
Márcia Kubiśchek	PMDB	636	69	10	1,6	044	38,6
Ma Lourdes Abadia	PSDB	833	91	09	1,1	070	30,0
Maria Lúcia Araújo	PMDB	730	80	10	1,4	011	18,2
Marluce Pinto	PTB	701	76	04	0,6	053	30,2
Moema São Tiago	PSDB	840	92	08	1,0	096	32,3
Myrian Portella	PDS	703	77	01	0,1	175	30,3
Raquel Candido	PDT	488	53	15	3,1	075	30,7
Raquel Capiberebe	PSB	767	84	01	0,1	133	33,1
Rita Camata	PMDB	766	84	15	2,0	218	30,3
Rita Furtado	PFL	361	39	11	3,1	066	28,8
Rose de Freitas	PSDB	428	46	01	0,2	086	16,3
Sadie Hauache	PFL	548	60	06	1,1	132	38,6
Sandra Cavalcante	PFL	794	97	30	3,8	214	29,9
Wilma Maia	PMDB	674	73	—	—	081	32,1

FONTE: DIAP.1988:109

“A presença constante das feministas no cenário da Constituinte e a conseqüente ‘conversão’ da bancada feminina apontam para formas de participação distintas da exercida pelo voto, formas estas que não podem ser ignoradas e que talvez constituam a forma mais acessível de participação política das feministas. Este tipo de ação política, própria dos movimentos sociais, não passa pela representação. Constitui-se em pressão organizada, tem tido retornos significativos em momentos de mobilização e pode ser entendida como uma resposta à falência do sistema partidário como espaço de participação.” (PINTO, C. 1994:265).

Além disso, não se pode negar o compromisso político de muitas deputadas com a transição democrática, com a melhoria das condições da maioria da população brasileira. Mulheres que dedicaram sua militância partidária e sua atuação legislativa em defesa da classe trabalhadora e das minorias.

Neste sentido, merece destaque a atuação das deputadas baianas: **Lídice da Matta** e **Abigail Feitosa**, pelo seu compromisso com as lutas populares e, em especial, com a luta das mulheres.

Lídice da Matta, eleita pelo PC do B aos 32 anos de idade, economista, foi vereadora em Salvador em 1982 e destacou-se no movimento estudantil como presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia. Como vereadora, apresentou à Câmara Municipal o projeto de criação do Conselho Municipal da Mulher, após ter realizado uma ampla consulta ao movimento organizado de mulheres de Salvador. No Congresso Nacional, Lídice destacou-se por sua combatividade e defesa dos interesses femininos. No seu primeiro discurso na Assembléia Constituinte, deixou claro seu compromisso ao afirmar:

“... ocupo esta tribuna pela primeira vez, na qualidade de mulher que aqui vem representando o povo baiano, mas também, é com orgulho e honra que me coloco nesta tribuna como a primeira mulher comunista constituinte da História do Brasil. Assim tenho a dupla tarefa de vencer as amarras que se colocam à participação política da mulher, e de romper os preconceitos gerados pela campanha anticomunista que sempre existiu, sustentada pelas forças conservadoras. Como mulher comunista buscarei, junto com as demais companheiras mulheres constituintes dos mais diversos partidos, construir uma frente em torno da luta pela emancipação da mulher. Uma luta que se traduz de forma concreta em nosso país, na batalha pela igualdade de direitos na sociedade. Sendo assim, defenderemos temas ligados aos direitos essenciais da mulher como assistência integral à saúde, direito de creche, ao trabalho com todas as garantias. Levantaremos nossa voz contra a discriminação e a violência que se abate sobre nós, nos quatro cantos do Brasil”. (Diário da Constituinte, 13/02/1987).

Em junho de 1987, sobe mais uma vez à tribuna para denunciar a atuação dos setores conservadores que tentavam reverter algumas conquistas femininas

aprovadas nas Comissões de Trabalho. Em seu discurso, faz uma análise exemplar da composição política da Constituinte⁹². Seu mandato parlamentar caracterizou-se pela firmeza na defesa das demandas do movimento de mulheres, mesmo quando essas reivindicações eram fruto de grandes controvérsias, como a questão do aborto⁹³. Fez discursos contra as condições de trabalho das mulheres operárias,

⁹² "... com 26 mulheres num Congresso de 533 Constituintes homens, preparamo-nos para enfrentar a batalha de transformar esta Constituição numa Carta moderna, capaz de responder aos apelos de uma nação em desenvolvimento, como o Brasil, que exige participação igualitária das mulheres na sociedade. Apesar de diluídas em 24 Subcomissões, num trabalho quase silencioso, mas participativo, na maioria das Comissões que integramos às vezes mais significativo até do que dos 533 representantes masculinos que formam a maioria ruidosa, conseguimos aprovar questões como a ampliação do direito de licença-maternidade para quatro meses; assistência integral à saúde da mulher, aposentadoria à mulher dona de casa, com uma compreensão de que o casamento e a instituição familiar devem ser respeitados independentemente do contrato social assumido, mas como uma união estável existente na sociedade moderna, hoje. E qual a nossa surpresa quando vemos que há certos segmentos que buscam golpear as vitórias conquistadas nessas Subcomissões, já no debate, na discussão nas Comissões, forçando um retrocesso no pequeno avanço que conseguimos obter.

Quanto à participação das mulheres nesta Constituinte, não nos tem dado sequer a possibilidade de aparecer no **Diário da Constituinte**, que, no geral, tem destacado apenas os integrantes masculinos desta casa. Tomei parte na discussão do Relatório do Constituinte Paulo Bisol, na Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, e vi, com muita surpresa, quase uma turba de homens furiosos a se contraporem à ideia de que a união estável deve ser reconhecida independente do casamento à ideia do direito que devem ter os filhos fora do casamento; à ideia do direito que deve ter a mulher que também não é casada. Todas essas ideias são contestadas por homens ali presentes, sem falar em outros que tentam transformar esta Constituinte na definição e na organização de um código de moral segundo as suas religiões, alheios ao fato de que o que nos move é o aspecto social existente na sociedade brasileira, que deve ser o referencial para a elaboração das leis. O posicionamento com discursos reacionários, atrasados e conservadores pela proibição do aborto é tomado sem que se trave uma discussão ampla no seio da sociedade brasileira sobre a questão...(Diário da Constituinte, 01/06/1987).

⁹³ "... o último domingo, dia 28 de maio, foi o **dia Internacional de Luta contra a Mortalidade Materna**. Falar em mortalidade materna é, sem dúvida, particularmente no Brasil, falar na mortalidade decorrente de abortos clandestinos, sem condições seguras de garantia da saúde da mulher.

Relatório da Organização Mundial de Saúde, divulgado em Junho do ano passado na Suíça, aponta o Brasil como o responsável por 10% do total de abortos praticados no mundo. É, com certeza, o campeão internacional em números de abortos. Esses dados podem ser considerados subestimados, se levarmos em conta que a imensa maioria dos abortos praticados no Brasil são clandestinos.

A experiência mostra que nos diversos países do mundo onde o aborto foi legalizado o seu número foi extremamente reduzido. A prática do aborto hoje, no Brasil, está intimamente vinculada à pressão que o sistema capitalista exerce sobre a mulher trabalhadora, negando-lhe o direito à maternidade. (...)

De imediato, precisamos, nós mulheres, aqui do Congresso Nacional, aliadas aos homens progressistas, ampliar na lei as conquistas registradas no novo texto constitucional. Particularmente precisamos, pelo menos, num primeiro estágio, conseguir ampliar o debate e descriminalizar o aborto, evitando assim, o alto preço cobrado de diversas mulheres, especialmente aquelas das camadas sociais mais baixas de nossa sociedade, que não dispõem de qualquer recurso ou assistência à sua saúde." (Diário do Congresso Nacional (Seção I), 31/05/1989).

contra a perseguição e destruição do CNDM por parte do Ministério da Justiça, sobre os direitos das mulheres, etc.

Lídice apresentou, além das 196 emendas constitucionais, das quais 31 foram aprovadas (UNESC.1989:147), o projeto de lei nº 2.350, que trata da proteção ao mercado de trabalho da mulher; o projeto de lei nº 973 de 1988, que propunha alterações no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; o projeto de lei nº 2.784, que fixa as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB).

Maria Abigail Feitosa, eleita pelo PMDB, como se viu anteriormente, foi Deputada Estadual no período de 1982/85. Defensora dos direitos dos trabalhadores e das mulheres. Teve uma atuação exemplar nos trabalhos constituintes: por seu compromisso com os interesses populares, mereceu a maior nota nos estudos do DIAP (Tabela IV-5). Esse compromisso ficou registrado no seu primeiro discurso ante a Assembléia Constituinte:

“Meu compromisso é com os trabalhadores do meu país, o meu compromisso é com as mulheres para acabar com a discriminação que sofrem e com a terrível situação em que está o trabalhador no Brasil”.
(Diário da Constituinte.13/02/1987)

No seu discurso comemorativo do Dia Internacional da Mulher, expressa seu entendimento sobre a situação da mulher, bem como as discriminações de gênero que sofreu na sua vida pessoal:

“Considero que a luta contra a discriminação da mulher e a conseqüente defesa dos nossos direitos é um compartimento da grande luta geral dos oprimidos, contra uma sociedade capitalista injusta que só favorece exploradores e seus testas-de-ferro, sejam homens ou mulheres. A nossa luta é de natureza econômica, política, social e cultural. A História nos mostra o caráter opressivo por parte dos que detêm o poder econômico e se reflete nas mulheres que são discriminadas desde os tempos remotos (...) como médica, enfrentei preconceitos, desde os de natureza familiar aos de natureza profissional, onde a máxima há 30 anos passados era de que a Medicina seria uma carreira profissional só para homens. Enfrentei estes preconceitos lutando dia a dia e os venci. Jurei, a mim mesma, que continuaria a luta em defesa dos nossos direitos não admitindo, em nenhum momento, qualquer discriminação contra as mulheres. Considero que o machismo, como fenômeno sócio-cultural, é uma conseqüência direta do tipo de sociedade exploradora em que sempre vivemos” (Diário do Congresso Nacional.09/03/1990).

Abgail fez vários discursos sobre assuntos de interesse para a classe trabalhadora, na defesa da empresa nacional, contra o programa de privatização realizado pelo governo federal e sua política econômica e sobre a saúde pública, além da defesa dos direitos da mulher. Apresentou vários projetos, entre os quais se destaca o Projeto de lei nº 5.756 de 1988, que requer a proporcionalidade na contratação de mão de obra masculina e feminina. Na Assembléia Constituinte, apresentou 162 propostas das quais 29 foram aprovadas (INESC.1989:113).

As eleições de 1986 não só foram importantes para a Assembléia Nacional Constituinte. Nos Estados, a agitação política e a esperança de mudanças também estiveram presente nas Constituições estaduais.

Na Bahia, 26 mulheres se candidataram à Assembléia Legislativa, representando 6,6% dos candidatos inscritos, um fato inusitado. **Amábília Almeida**, do PMDB, foi a única eleita, isto é, a bancada feminina na assembléia Constituinte baiana representava 1,6% de todos os eleitos. Mas isso não foi impedimento para Amábília, com o respaldo do Fórum de Mulheres de Salvador, enfrentar todos os preconceitos e interesses oligárquicos ali presentes e garantir a conquista das demandas femininas.

Antes de assumir o mandato, Amábília Almeida havia sido aposentada compulsoriamente aos 16 anos de serviço público, pelo regime militar como consequência de sua liderança e luta pelos professores. Anistiada em 1979, foi reintegrada à sua função de professora de escola pública. Foi vereadora de Salvador no período de 1982 a 1986, destacando-se por sua vinculação a defesa dos interesses do movimento de mulheres. Por sua iniciativa, foi criada a Comissão Especial da Mulher na Câmara Municipal de Salvador. Participou ativamente das lutas do movimento de mulheres na Bahia, pela criação da Delegacia Especial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência (Jornal do Comitê.1986:2).

Apesar de ser a única mulher na Assembléia Legislativa, Amábília destacou-se na elaboração da Constituição Estadual de 1989. Através de uma forte articulação com o movimento de mulheres, conseguiu incorporar, ao texto constitucional, a maioria das demandas das mulheres, que passaram a constituir um capítulo especial. Graças ao trabalho legislativo de Amábília Almeida, pode-se dizer que a Constituição da Bahia é uma das mais avançadas do país no que se refere à questão feminina.

Consciente da opressão feminina, Amábília aproveitou a tribuna para denunciar as discriminações de que as mulheres são vítimas. No seu primeiro discurso, em homenagem ao dia Internacional da mulher, em 1988, afirmou:

“Ao longo da nossa história, as mulheres tiveram decisiva participação política, ainda que essa participação tenha sido minimizada pelas forças mais retrógradas da sociedade (...) São inúmeras as bandeiras levantadas e defendidas pelas mulheres, como são inúmeras as frentes de luta. Nos bairros ou nos locais de trabalho, em associações ou em sindicatos, as mulheres somam-se à luta geral por melhores condições de vida e trabalho, quando não tomam a iniciativa dessas lutas. Nos clubes de mães, nas associações de donas-de-casa, nos movimentos por creches, nos grupos feministas - engrossam as fileiras e dão corpo às reivindicações sociais mais prementes.

A essa participação, contudo, não tem correspondido um reconhecimento por parte dos poderes públicos, no sentido de incorporar a representação feminina aos órgãos de decisão (...) No Brasil, a mulher é excluída do poder, mesmo em áreas em que reconhecidamente costuma ter mais vivência e melhores chances de contribuir” (D.O.08/03/1988).

Sempre consciente da violência que as mulheres sofrem em seu cotidiano, Amábilia fez vários discursos denunciando os crimes praticados contra às mulheres, como fruto da sociedade patriarcal:

“... há uma tendência à legitimação da violência que decorre, de um lado, da tradição do patriarcalismo brasileiro – onde a honra sempre foi lavada com sangue e, de outro, do esforço feito para se perdoar aos criminosos, através dos argumentos de que o “crime foi um acidente” na vida de um homem de bem, que foi cometido por cegueira ou loucura momentânea, causada por uma paixão violenta. Não podemos encarar esses crimes como fatos isolados. São, na verdade, evidências mais brutais de uma sociedade onde as relações entre homem e mulher parecem se inscrever como potencialmente violentas. Ao conceder ao homem o dever de proteger e sustentar (econômica e moralmente) a mulher, a sociedade parece lhe conceder também o poder de controlar gestos e atos e de punir as transgressões à regra”. (D.O. 22/04/1987)

Finalmente, é importante destacar que, por primeira vez, mulheres baianas se candidataram ao governo do Estado e ao Senado Federal nas eleições de 1986. Agostinha Barbosa Rocha e Delma Gama candidatam-se ao governo do Estado e Geracina Aguiar, vereadora de Salvador, candidata-se ao Senado. Porém não seria dessa vez que baianas ocupariam esses cargos (Tabelas IV-7 e IV-8).

Tabela IV-7
CANDIDATAS AO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

ELEIÇÕES	CANDIDATAS		TOTAL CANDI- DATAS	TOTAL CANDI- DATOS	% DE CAN- DIDA-
	NOME	PARTIDO			
1986	Agostinha Barbosa Rocha	PDC	02	04	50,0
	Delma Gama e Nirici	PMB			
1990	Lídice da Matta (*)	FP (**)	01	06	16,6
1994	—	—	—	05	—

(*) Vice-governadora – Salete Lacerda

(**) Frente Popular (PC do B/PCB/PSB)

FONTE: Jornais: Tribuna da Bahia 4/10/86. A Tarde. 03/10/1990 e 02/10/1994

Tabela IV-8
CANDIDATAS AO SENADO FEDERAL PELA BAHIA

ELEIÇÕES	CANDIDATAS		T. DE CANDI- DATOS	T. DE CANDI- DATAS	T. DE ELEI- TOS	T. DE ELEI- TAS
	NOME	PARTIDO				
1986	Geracina Aguiar	PT	08	01	02	—
1990	Beth Wagner	FP	06(*)	01	01	—
1994	—	—	06	—	02	—

(*) Maria Celeste da Silva candidata a segunda suplência pelo PMN

FONTE: Jornais: A Tribuna da Bahia, 14/10/86. A Tarde, 03/10/1990 e 02/10/1994

Em 1990, o trabalho realizado pelas mulheres na legislatura anterior se veria refletido no número de mulheres candidatas e nos resultados eleitorais. Pela primeira vez na história republicana do Brasil, duas mulheres foram eleitas para o Senado Federal (Tabela IV-9), Junia Marize pelo PRN de Minas Gerais e Marluce Pinto do PTB de Roraima. Junia (como se viu anteriormente) com uma larga experiência parlamentar, e Marluce com a experiência de um mandato na Assembléia Legislativa do seu estado.

Tabela IV-9
CANDIDATOS E ELEITOS PARA O SENADO FEDERAL
POR ESTADO E SEXO EM 1990/1994

ESTADOS BRASILEIROS	SENADO FEDERAL							
	1990 ⁹⁴				1994 ⁹⁵			
	CANDIDATOS		ELEITOS		CANDIDATOS		ELEITOS	
	H.	M.	H.	M.	H.	M.	H.	M.
Acre	04	01	01	—	05	01	01	01
Alagoas	03	—	01	—	07	01	02	—
Amapá	12	02	01	—	06	—	02	—
Amazonas	03	01	01	—	08	—	02	—
Bahia	05	01	01	—	07	—	02	—
Ceará	02	—	01	—	06	02	02	—
Distrito Federal	06	—	01	—	08	01	02	—
Espírito Santo	06	—	—	—	10	02	02	—
Goiás	04	—	01	—	08	—	02	—
Maranhão	03	—	01	—	06	—	02	—
Mato Grosso	04	01	01	—	04	—	02	—
Mato Gr. do Sul	03	—	01	—	07	—	02	—
Minas Gerais	09	01	—	01	08	—	02	—
Pará	95	—	01	—	06	—	02	—
Paraíba	05	—	01	—	08	—	02	—
Paraná	07	01	01	—	08	—	02	—
Pernambuco	04	—	01	—	06	—	02	—
Piauí	03	—	01	—	06	—	02	—
Rio Grd. Norte	04	—	01	—	08	—	02	—
Rio Grd.do Sul	04	—	01	—	09	01	01	01
Rio de Janeiro	06	—	01	—	12	01	01	01
Rondônia	06	—	01	01	09	—	01	—
Roraima	16	03	01	—	05	—	01	01
Santa Catarina	04	—	01	—	03	01	02	—
São Paulo	07	01	01	—	09	01	02	—
Sergipe	04	—	01	—	10	01	02	—
Tocantins	04	—	01	—	08	02	02	—
TOTAL	143	12	27	02	197	14	49	04 ⁹⁶

FONTE: Jornal “Folha de São Paulo”. São Paulo: 1/10/1990, p.10; 06/06/1994, p.8-9; 18/10/1994, p.10

⁹⁴ renovação de um terço do Senado

⁹⁵ renovação de dois terços do Senado

⁹⁶ Senadoras Eleitas: Em 1990: Junia Marize(PRN) e Marluce Pinto(PTB). Em 1994: Emília Fernandes (PTB), Benedita da Silva (PT) e Marina Silva(PT).

Para a Câmara Federal foram eleitas 28 mulheres, representando 15 Estados; dessas, oito foram reeleitas. Na Bahia, as mulheres não tiveram tanta sorte: das 19 mulheres candidatas às 39 cadeiras na Câmara dos Deputados, nenhuma conseguiu eleger-se, nem mesmo Abgail Feitosa, apesar da importância de sua atuação parlamentar como deputada federal e estadual.

A “sorte” foi melhor na Assembléia Legislativa (Tabela IV-3), com a eleição de 5 mulheres entre 51 candidatas, representando 7,9% dos deputados eleitos. Foram eleitas **Maria José Lima, Maria Luiza Laudano, Margarida Oliveira, Maria de Fátima Nunes e Zelinda Novais.**

Maria José Rocha Lima, negra, foi eleita pelo PC do B com o apoio dos professores do ensino público, em cujo sindicato teve destacada atuação. Seu mandato se caracterizou pela combatividade e enfrentamento com o governo do Estado. Em fevereiro de 1992, ingressa no PT. Apesar de não ter nenhuma vinculação com o movimento feminista, posicionou-se firmemente na defesa das mulheres. No seu discurso de 11 de março de 1991, afirmava

“... é criminosa a política de esterilização praticada e ela é semelhante à concepção de que é preferível matar os pobres a acabar com a pobreza, resolvendo questões estruturais no nosso país. Nós entendemos que a pobreza tem que ser combatida fazendo-se reforma agrária, redistribuindo-se a renda no nosso país, deixando-se de pagar a dívida externa brasileira e garantindo-se direitos sociais fundamentais. Não podemos aceitar essa política, imposta inclusive, que se abate, principalmente, sobre as mulheres negras, sobre as mulheres pobres, porque a concepção é essa concepção, que poderíamos dizer fascista de acabar com os pobres para acabar com o pobreza...” (Atas da Ass.Legislativa, 11/03/91).

Seus pronunciamentos vão dirigidos contra as precárias condições do ensino público, o arrocho salarial, o massacre aos índios ianomanes, as contratações de professores sem concurso público, na defesa da escola pública, dos direitos da mulher, etc. Durante seu mandato, apresentou inúmeros projetos de lei sobre a política salarial, a melhoria das condições do ensino, assim como a proteção ao trabalho feminino.

No discurso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, em 1994, Maria José se autodefine e expressa sua experiência de mulher oprimida.

“Eu acho que foi na política que eu percebi e venho sentindo, de forma mais profunda, a discriminação em relação às mulheres. Mas quero dizer, deputados, que, na política, se por um lado eu aprendi onde fica o calvário das mulheres, aprendi também onde fica o paraíso, porque as

mulheres se revelam, na sua plenitude, exercendo política no mesmo nível, em condição igual à dos homens. E é exatamente por isso que, neste momento, estou aqui me manifestando ao dizer para os senhores que não preciso de força física, não preciso de músculos para lutar pela vida, para enfrentar os homens e para enfrentar a sociedade opressora, porque esta é a era da ciência, da tecnologia e o que vale é o cérebro, não é mais a força física, não é mais ser homem, não é ser forte... Mas, hoje, estamos nós, mulheres, aqui. Eu a Deputada Maria José, que além de deputada preta e pobre, estou falando para os senhores na condição de uma bancada ...” (Atas da Ass. Legislativa, 08/3/94).

Maria Luiza Laudano foi prefeita do Município de Pojuca pela ARENA em 1976, eleita pelo PTB. Seu mandato não teve muita expressão, seus discursos se limitaram quase que exclusivamente a tecer elogios ao governo do Estado. No seu discurso na Seção Comemorativa do Dia Internacional da Mulher, em 1994, deixou bem clara sua visão conservadora sobre o papel da mulher na sociedade e a “natural” subordinação ao homem. Para ela, a mulher

“... é um instrumento que tem a sua tarefa muito árdua, a sua tarefa do dia a dia, a sua tarefa em casa, quando ela desempenha um trabalho brilhante como dona de casa”.

Nesse seu discurso afirma

“Ainda há muito preconceito contra a mulher... Mas quem não nasceu de uma mulher? Todo homem veio ao mundo através de uma mulher. Então esta mulher tem de ser realmente respeitada, tem que ser elogiada, tem de ser realmente deslumbrada e considerada... Superior e sábia, a mulher deixa que seus filhos aprendam por si só que não podem ir de encontro à harmonia da existência. Assim, a mulher soube esperar para ver maduro esse entendimento, e tão-somente passou a conquistar o mundo dos homens, por saber que estes já não queriam mais um mundo só para eles, porque eles já tinham a certeza de que esse mundo era desigual, face a ausência da mulher” (Atas Ass. Legislativa, 08/03/94).

Em outra comemoração do 8 de março, afirmava

“... o Dia da Mulher são todos os dias, a mulher mãe, a mulher amiga, a mulher que leva com seriedade tudo aquilo que assume, porque é mais dócil, é mais responsável. Não queiram os senhores homens levar em consideração o que eu estou dizendo, que o homem é irresponsável, não, mas a mulher tem mais senso de responsabilidade, tem mais amor

pela causa que defende,(...) A mulher, apesar dos seus afazeres do lar, por natureza, a mulher sempre abraça suas causas com paixão, muita seriedade, dedicação, desenvoltura e amor”. (Atas Ass. Legislativa, 10/03/92)

Em 1992, Maria Luiza Laudano apresentou um projeto de lei que trata da inclusão do Planejamento Familiar nos programas de ensino do Primeiro e Segundo Grau, com a justificativa que:

“Esta é uma medida (o planejamento familiar) enérgica, urgente, diante da calamidade da situação, gerada em função de um crescimento desordenado da população, face à carência do Planejamento Familiar. É preciso embutir na mente da criança, do adolescente, que ela será responsável, em breve, pela qualidade de vida que levará, na medida em que rateará com os seus, o que produzir. Ela terá em mente o seu limite de produção, portanto da sua renda, para saber o limite da sua prole” (Atas Ass. Legislativa, 03/11/1992).

A Deputada entendia, assim, o crescimento da populacional como responsável pela situação de miséria em que vive a maioria da população do país. Não levava em conta a perversa distribuição de renda existente no país e muito menos o fato de que as taxas de fecundidade têm decrescido drasticamente nos últimos anos.⁹⁷

Íris Gomes, também teve um mandato inexpressivo. Atuando sempre em bloco na bancada governista, fez pouco para destacar-se nos trabalhos legislativos. No que se refere à questão da mulher, mesmo sem ter contato com o movimento de mulheres, apresentou, em abril de 1993, um projeto de excelente qualidade, com o objetivo de impor

“... sanções à firma individual e à empresa jurídica de direito privado em cujo estabelecimento seja praticado ato vexatório, discriminatório ou atentatório contra a mulher...”

Na justificativa do projeto, a Deputada afirmava

“Apesar das leis vigentes do país já protegerem a mulher na sua atividade profissional, muitas empresas agem burlando a legislação. Dessa

⁹⁷ Segundo dados da Revista Veja, a taxa de fecundidade no Brasil era de 6,28 em 1960, passou para 5,76 em 1970, baixou a 4,35 em 1980 e em 1991 havia decrescido a 2,7. (agosto/setembro, 1994:75).

maneira, estamos apresentando agora um projeto de lei oferecendo condições ao Estado de coibir a firma individual e a empresa jurídica de direito privado que desenvolva sua atividade discriminando a mulher".⁹⁸

Margarida Oliveira, eleita pelo PFL, foi a deputada que mais espaço teve nos meios de comunicação, ao presidir a Comissão de Inquérito para a Investigação dos Convênios e obras no governo de Nilo Coelho. Funcionou na Assembleia Legislativa como uma espécie de "testa de ferro" do governo do Estado. Seus pronunciamentos se limitavam a elogiar o governador e atacar a oposição. Apesar de suas posições conservadoras e governistas, em março de 1994 fez um forte posicionamento contra a reforma constitucional e alertava as mulheres sobre os riscos que essa revisão significava para a manutenção dos direitos conquistados. Em 1991, apresentou um requerimento propondo a instalação de uma Comissão especial para regulamentar o Capítulo dos direitos específicos da mulher na Constituição do Estado (D.O.15/03/1991:20).

Zelinda Novais E. Silva, protestante, eleita pelo PTB, no seu primeiro discurso na Assembleia afirmava:

"As conquistas femininas, em todos os segmentos, aconteceram até hoje por imposição de uma minoria, enquanto as demais, lamentavelmente, vivem resignadas e sujeitas às condições medíocres que lhes são impostas, sem aspirações e perspectivas. Urge que a sociedade reconheça o trabalho da mulher como necessário e útil à população. A nossa, organização social deverá facilitar a sua vida profissional, tornando-a possível sem que venha a prejudicar as suas responsabilidades e tarefas inerentes às suas funções de mãe, esposa e dona de casa (...) É preciso apagar de uma vez por todas, da consciência coletiva, os tabus herdados de uma concepção patriarcal, porque já não é mais possível excluir as mulheres dos espaços por elas conquistados, cabendo-lhes portanto aceitar, assumir e conduzir as mudanças resultantes das suas conquistas que deverão

⁹⁸ O projeto da Deputada Iris Gomes previa as seguintes infrações:

Atos vexatórios – práticas de exames ou revistas contra a mulher, a manutenção de instalações sanitárias inadequadas à privacidade das suas usuárias e o não oferecimento de vestuário feminino...

Atos discriminatórios – a exigência da empresa para a admissão no emprego do estado civil, da inexistência de filhos, do exame de gravidez, da prova de esterilização e do exame HIV, além da rescisão do contrato de trabalho por motivo de gravidez ou casamento.

Ato atentatórios – aqueles praticados por proprietário, ou gerente da empresa que atinjam a liberdade sexual, a dignidade e pudor pessoais, especialmente os que caracterizarem como obtenção de vantagem de natureza sexual, tais como, estupro, atentado violento ao pudor e favorecimento à prostituição, nas dependências da empresa. (Atas da sessão Ass. Legislativa, 01/04/1993)

ser acompanhadas de uma tomada de consciência do seu papel e da sua responsabilidade social” (D.O. 02/04/1991).

Ao tempo em que denuncia a dominação patriarcal, utiliza argumentos que só servem de reforço a essa dominação. Essa é uma contradição muito presente nos pronunciamentos da Deputada Zelinda, mesmo nos mais combativos em defesa dos direitos das mulheres. Um outro ponto a registrar foi a completa ausência de qualquer tipo de projeto apresentado pela Deputada no sentido de combater essas discriminações.

Essa é também uma característica comum às três últimas deputadas mencionadas anteriormente. Vinculadas às oligarquias regionais, tentaram dar vãos mais largos no sentido da emancipação feminina, mas permaneciam presas a velhos preconceitos e esquemas de dominação. Por outro lado, Maria José, vinculada ao pensamento de esquerda, na sua prática política não consegue libertar-se da camisa de força do economicismo, que lhe impedia de ver a condição feminina como uma consequência além do capitalismo.

Em fevereiro de 1993, devido ao afastamento do titular, assume o mandato como suplente, a Deputada Maria de Fátima Nunes, eleita pelo PSDB. Sua atuação parlamentar, nos dois anos de mandato, concentrou-se na defesa dos trabalhadores pobres. Fez vários discursos defendendo a necessidade de uma política agrícola, denunciando as perseguições sofridas pela oposição, a existência do trabalho escravo, o desvio de recursos públicos, etc.

No processo eleitoral de 1990, merece destaque a candidatura da chamada “Chapa Cor de Rosa” ou “Chapa Feminina”. Pela primeira vez na história do Brasil, três mulheres se lançam como candidatas aos cargos majoritários do Estado, assumindo um discurso e uma proposta feminista. **Lídice da Matta**, candidata ao governo do Estado, **Salete** para vice-governadora e **Beth Wagner** para o Senado Federal pela Frente Popular constituída pelo Partido Comunista do Brasil, o Partido Socialista Brasileiro e o Partido Popular Socialista.

Juntas, realizaram uma das campanhas eleitorais mais inovadoras, mobilizando mulheres e jovens em todo o Estado, apresentando e discutindo, através dos programas eleitorais nos meios de comunicação, a problemática feminina em uma perspectiva feminista. No seu programa eleitoral, o “Alerta Mulher” deixavam sentir sua percepção sobre a condição feminina ao afirmar que:

“... não basta tornar visível a importância do trabalho da mulher, do seu riso, de sua forma de ser. Ha que afirmar o reconhecimento do valor da mulher no lar, na rua, nas artes, na feira, na fabrica, no escritório. ALERTA, MULHER! Por que se contentar em ser somente representada por outros? Por que delegar e não assumir o poder político diretamente?

Lugar de mulher é em todos os lugares, em especial, na política, por uma outra política, **com voz de mulher pela mulher**. É hora de políticas públicas que tenham como norte a igualdade social entre homens e mulheres, valorizando-se a especificidade da mulher” (Frente Popular, 1990).

Não obstante, a sociedade baiana (com seu sentido conservador, com parcela significativa do eleitorado ainda submetido aos currais eleitorais, aos compromissos clientelistas) ainda não estava preparada para uma mudança tão radical nas relações de poder.

Nas eleições de 1994, a representação feminina continuou seu processo de ampliação: três mulheres foram eleitas para o Senado Federal, de um total de 16 candidatas. Através do PT, foram eleitas duas mulheres vinculadas aos setores populares: Benedita da Silva, negra, ex-empregada doméstica, vereadora em 1982, deputada federal em 1986 e 1990, e Marina Silva, a senadora mais jovem da República. Marina foi a vereadora mais votada em Rio Branco, pertenceu à vice-coordenação da CUT e ao movimento dos seringueiros da região Amazônica. Pelo PTB foi eleita a professora Emília Fernandes do Rio Grande do Sul, cujo prestígio foi conquistado através da sua atuação no Sindicato de Professores. Essas três senadoras, junto com Junia Marize e Marluce Pinto, eleitas em 1990, formam agora a bancada feminina no Senado Federal (Tabela IV-9). As cinco senadoras declararam-se dispostas a integrar a “bancada feminista” no Congresso Nacional (Fêmea, janeiro/1995).

Para a Câmara Federal, 188 mulheres se candidataram em todo o país, sendo eleitas 33 deputadas, que representavam 6,4% da totalidade dos deputados, em sua grande maioria mulheres de reconhecida atuação política em seus Estados e no âmbito nacional. Treze deputadas já tinham experiência de mandatos anteriores na Câmara Federal; as outras cinco haviam sido deputadas estaduais e vereadoras. Uma foi prefeita de São Paulo, outra foi Ministra do Planejamento em 1993, duas são reconhecidas militantes feministas e quatro foram eleitas em função do trabalho social realizado como “primeira dama” de governadores e prefeitos.

Nessa última situação estava Sinara Ellery, eleita pelo PMDB da Bahia. Única entre 11 candidatas, Sinara é estreante na política partidária e deve sua eleição à atuação do seu marido, prefeito de Camaçari na ocasião e anteriormente prefeito nomeado pelo governo militar durante 11 anos. Segundo a Deputada

“... não gosta de radicalismos e acredita que a mulher tem que aproveitar a sensibilidade e a intuição próprias de sua natureza para somar com o homem e não para entrar em disputa com ele. Sinto muita agressividade por parte de alguns movimentos feministas” (A Tarde, 14/10/1994).

A Deputada Sinara pretendia lutar na Câmara Federal pelos direitos das mulheres, mas não queria integrar-se à “bancada feminista” ou outros movimentos feministas (Fêmea, janeiro/1995).

Para a Assembléia Legislativa da Bahia, foram eleitas cinco mulheres, três delas reeleitas (tabela IV-3). A novidade foi a eleição de Alice Portugal, pelo PC do B, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores da UFBa e Maria del Carmen, pelo PSDB, ex-secretaria de Ação Social da Prefeitura de Salvador.

No âmbito do executivo, nacionalmente, 13 mulheres foram candidatas ao governo do Estado, para um total de 100 candidatos. Quatro conseguiram chegar ao primeiro turno, mas só Roseana Sarney, do PFL, foi eleita para o governo do Maranhão. Essa foi a primeira vez que uma mulher foi eleita governadora no Brasil.

Foi também nas candidaturas ao executivo que o movimento feminista teve que agüentar amargamente um exemplo concreto de utilização das mulheres para fins políticos. Conscientes da força do eleitorado feminino, Orestes Quercia do PMDB e Espiridião Amim do PPR, candidatos a presidência da República, apresentaram como candidatas a vice-presidente nas suas chapas a Íris Resende (uma “dona de casa” como ela se autodefiniu), esposa do ex-governador de Goiás e Maria Gardênia Santos Gonçalves, ex-prefeita de São Luís (que se autodefinia como “somente uma flor de lapela de meu marido” o ex-governador do Maranhão) respectivamente (Veja, agosto/setembro.1994:54). O objetivo das duas candidaturas era atrair o voto das donas de casa que se identificavam com elas.

3. Conclusões

Como se pôde observar anteriormente, as altas esferas do poder político formal no Brasil jamais foram espaços acessíveis à participação política da mulher. As poucas que conseguiram ocupar os cargos no legislativo atendiam a interesses familiares dominantes nas varias regiões do país, como no caso das eleições de 1966, em que as mulheres ocuparam os espaços fechados a seus maridos.

A partir da segunda metade da década de 1970, com o surgimento do movimento feminista moderno, preocupado em questionar a divisão sexual do trabalho e o conseqüente *status* subalterno das mulheres na sociedade, essas começaram a ver a participação nas esferas do poder político institucional como uma possibilidade real de produzir transformações na condição feminina, pelo menos em termos legais.

Com o feminismo moderno, volta-se à velha tática da pressão política sobre os parlamentares, tão utilizada pelas sufragistas. A diferença agora é a existência

de um forte movimento de mulheres, que respalda e garante as ações realizadas no legislativo.

Paulatinamente, começa a crescer o número de mulheres no parlamento, o número de candidatas se amplia, mas as dificuldades de acesso às mulheres ainda são muitas, é necessário lutar contra a cultura patriarcal que determina às mulheres os espaços privados, e não as prepara para atuar no espaço público, o qual é essencialmente masculino. É necessário romper as barreiras internas dos partidos, preocupados em garantir espaços para seus antigos dirigentes, o boicote, o descrédito, a indiferença da militância, a falta de confiança do eleitorado, condicionado por velhos preconceitos, as dificuldades financeiras que o alto custo das campanhas eleitorais proporciona e muitos outros obstáculos que atuam para manter as mulheres alijadas do poder político formal.

Aliado a isso, há o controle exercido pelas antigas oligarquias, pelos velhos e novos coronéis, os chefes políticos que mantêm sob controle o eleitorado no interior do país, e que ainda dominam a direção política. Segundo um estudo preliminar realizado pelo DIAP sobre a composição do Congresso Nacional no início da legislatura de 1995/1999, estimava-se que pelo menos 30 clãs de 22 Estados brasileiros conseguiram eleger mais de 70 parlamentares para a Câmara Federal e Senado. A família Cunha Lima, da Paraíba conseguiu eleger um senador, dois deputados federais (Cadernos do Terceiro Mundo, janeiro.1995:7). Na Bahia, o ex-governador Antônio Carlos Magalhães, além de garantir sua eleição para o Senado, elegeu um de seus filhos para sua suplência, outro filho e o irmão para a Câmara Federal, um sobrinho e vários agregados políticos para a Assembléia Legislativa. Já a família Sarney elegeu um Senador, um deputado federal e uma governadora.

Apesar do avanço do movimento de mulheres e a ampliação da representação feminina no legislativo Federal e Estadual, um fenômeno que se mantém é o da “candidata esposa”. Em todas as legislaturas é substancial o percentual de mulheres que se elegem em função do prestígio do marido ou por suas práticas assistencialistas no exercício da função de “primeira dama”. Essas mulheres funcionam nesses espaços de representação política como verdadeiras representantes dos interesses do marido e/ou família, de seus interesses privados.

Não obstante, faz-se necessário mencionar que algumas mulheres que chegam ao Congresso por esse caminho conseguem realizar seu mandato parlamentar com autonomia e compromisso com os interesses da nação. Tal foi o exemplo de Ana Maria Rattes no Congresso Constituinte, e Rita Camata que, por sua atuação no Congresso Nacional, adquiriu o reconhecimento da sociedade brasileira, em especial do movimento de mulheres.

AS MULHERES NO PODER LOCAL

Segundo o censo brasileiro de 1991, existiam naquele momento, no país, 4.491 municípios, na sua grande maioria (89,6%) com uma população igual ou menor a 50 mil habitantes. Somente 10,4% do total de municípios podem identificar-se como de grande porte, isto é, com uma população superior a um milhão de habitantes. São nesses grandes municípios onde está concentrada a maior parte da população e onde se apresentam os maiores índices de crescimento demográfico.

A esse respeito, merece destaque também o crescente processo de urbanização pelo qual passa o país. Em 1970, as cidades e vilas concentravam 56,9% da população; em 1980, esse número passou a 67,7% e, para 1991, a cifra já era de 75,0% (IULA/CELCADEL.1993:14).

Nas eleições municipais de 1992, foram eleitos, portanto 4.491 prefeitos em todo o país. Desses, somente 178 foram mulheres, isto é, 3,9% do total. Um número insignificante em relação à totalidade do país; mas, em termos percentuais, esse número representou um importante avanço em relação às eleições anteriores.⁹⁹

Em 1958, as mulheres eram 0,2% do total de prefeitos brasileiros; nas eleições de 1972, passaram a ser 1,2%. Em 1988, o percentual já estava em torno de 2,4%; mas, apesar disso, os índices estavam longe de uma representação mais democrática, ou pelo menos eqüitativa, com relação a distribuição do eleitorado com base no sexo.

Ao nível geral do país, não há uma relação direta entre o tamanho do município e a eleição de prefeitas. Pode-se detectar uma incidência um pouco maior entre os municípios com populações entre 10 mil e 50 mil habitantes, ainda que isso não chegue a definir-se como uma tendência, já que, nas três últimas eleições municipais, as mulheres foram eleitas para a chefia do município em grandes capitais e importantes cidades. Nas eleições complementares de 1995, Maria Luiza Fontinelle foi eleita prefeita de Fortaleza, uma das mais importantes cidades do Nordeste. Na eleição de 1988, Luiza Erundina foi eleita em São Paulo.

⁹⁹ No âmbito da América Latina, esse percentual não difere muito. No Equador, no mesmo ano, o percentual foi de 3,1 (ARBOLEDA.1993); no Paraguai, foi de 6,0% em 1991 (SOTO.1993:109). Já na França, as mulheres eram, em 1989, 6% das prefeitas e 16,5% das vereadoras, predominantemente nos pequenos municípios rurais (SENEAU.1993:148).

Nesse mesmo ano, Telma de Souza foi eleita prefeita em Santos e, em 1992, Lídice da Matta foi eleita prefeita de Salvador.

No que se refere à composição do eleitorado, não se detectou uma supremacia feminina nos municípios que elegeram mulheres para suas prefeituras, mantendo-se, aí também, a tendência geral do país de uma ligeira supremacia no tamanho da população masculina sobre a feminina. A exceção só ocorre nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, São Paulo e Ceará, onde o número de mulheres é ligeiramente superior ao de homens na população, o que não chega a alterar o quadro dominante no país, já que, somente em 33,0% dos municípios que elegeram mulheres, a população feminina é superior à masculina (PINTO, M. 1993).

A inexistência de pesquisas confiáveis sobre a opção eleitoral das mulheres quanto ao sexo dos candidatos¹⁰⁰ nos impede afirmar que, no Brasil, seguindo a tendência mundial apontada por Seneau, esteja ocorrendo uma feminização do voto, isto é, que exista uma tendência crescente a que as mulheres votem em mulheres, numa espécie de “*gender bloc*” como o denomina essa autora (1993:143-151).

O que se nota claramente no Brasil, em especial a partir da década de 1970, é uma crescente valorização do eleitorado feminino por parte dos partidos, não só através da indicação de candidatas, mas, em especial, pela incorporação das demandas femininas aos programas partidários e plataformas eleitorais.

Outra questão importante na análise da caracterização dos municípios que elegeram mulheres para suas prefeituras, é sua concentração regional. Em vários estudos realizados sobre as mulheres no poder local, Eva Blay aponta a supremacia do número de mulheres eleitas nos Estados do Nordeste, em relação ao resto do país. Nas eleições de 1958, quatro das cinco prefeitas eram do Nordeste. Já em 1976, o percentual dessa região era de 71,4%; em 1988 e 1992, essas taxas estavam em torno de 65,4% (BLAY, 1977; 1981; 1990; 1992). Predomina, assim, a eleição de mulheres nas regiões agrárias e comerciais, com menor nível de desenvolvimento econômico e educacional.

A Bahia tem sido um dos Estados onde se têm apresentado maiores índices de mulheres prefeitas (Tabela V-1) e ocupa, junto com São Paulo, o primeiro lugar entre os Estados com maior número de mulheres eleitas.

¹⁰⁰ No Brasil, apesar dos esforços realizados por setores acadêmicos dedicados aos estudos sobre o comportamento político ou política de gêneros, assim como pela pressão de muitos grupos de mulheres ou órgãos de governo responsáveis de políticas públicas para mulheres (Conselhos de Mulheres), até o momento não se conseguiu que o Tribunal Superior Eleitoral autorize a utilização de urnas separadas para a coleta dos votos de homens e mulheres.

Ainda que as mulheres obtivessem o direito de voto em 1934 (como vimos anteriormente), somente em 1945 passaram a exercê-lo de fato, em consequência do cerceamento imposto pela ditadura do Estado Novo de 1937. Porém, foi somente nas eleições municipais de 1958 que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para a prefeitura de um município baiano: **Dejanira Resende**, eleita no município de Belmonte, pelo Partido Social Democrático.

Tabela V-1
MULHERES ELEITAS PARA AS PREFEITURAS BAHIA
1958/1996

ANO ELEITORAL	TOTAL DE ELEITOS	TOTAL DE PREFEITAS	% DE MULHERES
1968	194	01	0,5
1962	335	—	—
1966	336*	02	0,6
1970	336*	03	1,0
1972	336*	07	2,0
1976	336*	05	1,5
1982	336*	10	3,0
1985	31**	01	3,2
1988	415	11	2,6
1992	415	19	4,5
1996	415	24	5,6***

* inclui prefeitos nomeados pelo governo militar (todos homens)

** eleições complementares

*** dados preliminares do TRE/Ba

FONTE: Boletins Eleitorais. Secretaria de Coordenação Eleitoral – TRE/Ba (dados agregados pela autora).

Antes de Dejanira, outra mulher havia exercido o cargo de prefeita em um município baiano, mas não na condição de eleita e sim nomeada: Nair Guimarães Lacerda, que dirigiu a prefeitura de Urandi, nomeada em 1936 pelo governador Juracy Magalhães, segundo consta na imprensa da época, atendendo uma indicação da então Deputada Estadual Maria Luiza Bittencourt.

A partir da eleição de Dejanira, em 1958, não se pode dizer que houve um crescimento no número de mulheres eleitas nos municípios baianos. O que se pode observar é um crescimento significativo nos anos eleitorais de 1966, 1972, 1982 e 1992. Em 1962, nenhuma mulher foi eleita; em 1976 e 1988, houve uma diminuição em termos percentuais, apesar de haver um crescimento em termos absolutos.

Distintamente da característica apresentada para o Brasil como um todo, na Bahia pode-se identificar uma clara definição na relação entre o tamanho do município e a eleição de mulheres. Aqui as mulheres são eleitas fundamentalmente nos pequenos municípios (em torno de 90%), e um mínimo em municípios de tamanho médio, mais próximos aos pequenos que aos grandes. A única exceção à regra, desde 1934, foi Salvador, que elegeu, em 1992, pela primeira vez, uma mulher para sua prefeitura.

Apesar de esses municípios que elegeram mulheres para suas prefeituras estarem localizados dispersamente em todo o território baiano, pode-se detectar uma maior concentração na região centro-sul, onde predomina uma economia baseada na monocultura do café ou do cacau e, em consequência, há uma forte crise econômica que se arrasta pelas duas últimas décadas.

No que se refere ao legislativo municipal, o tratamento dos dados no âmbito nacional sempre foi difícil, mesmo que somente em termos quantitativos, em função da inexistência de centralização de dados ou estatísticas globais por parte do Tribunal Superior Eleitoral. Ao anterior soma-se o fato da existência de um grande número de nomes comuns aos dois gêneros que demandam uma checagem direta e individualizada nos cadastros eleitorais dos Tribunais Regionais Eleitorais em cada Estado. Assim, continua sendo impossível definir um número exato de vereadores existentes no país.

Segundo uma estimativa do Instituto Brasileiro de administração Municipal (IBAM), tomando como base o tamanho dos municípios, a composição média das Câmaras Municipais é de 13 vereadores. Poucos são os municípios com Câmaras compostas por nove membros. Com base nesse dado, o IBAM chegou à definição de um número estimado de 53.482 vereadores em todo o país (IULA/CELCADEL.1993:35).

Fanny Tabak, tomando como base um levantamento feito em 1982, conclui que, nesse ano, foram eleitas 1.672 vereadoras (1988:22-37), o que segundo a estimativa do IBAM, representaria 3% do total do país. Esses mesmos percentuais manter-se-iam nos anos de 1988 e 1992.

Também em relação ao legislativo municipal, mantém-se a mesma tendência da concentração de mulheres eleitas no Nordeste. Os dados sobre a Bahia são muito significativos nesse sentido. A participação da mulher baiana no legislativo municipal ainda é muito pequena, mas superior aos índices apresentados para a participação nas outras esferas do poder (federal e estadual). Além disso, apresenta

um crescimento significativo de um ano eleitoral ao outro (Tabela V-2), passando, em um intervalo de 20 anos, de 4,3% a 10,5%.

De forma distinta da tendência apresentada para o caso dos municípios que elegeram prefeitas, há uma incidência ligeiramente maior de vereadoras nos municípios de médio porte.

Tabela V-2
MULHERES ELEITAS PARA AS CÂMARAS MUNICIPAIS
BAHIA 1972/1996

ANO ELEITORAL	TOTAL DE ELEITOS	TOTAL DE VEREADORAS	% DE MULHERES
1972	3.294	143	4,3
1976	3.338	191	5,7
1982	3.424	206	6,0
1988	4.168	340	8,1
1992	4.436	467	10,5
1996	4.638	507	10,9*

* Dados preliminares do TRE/Ba. Estes dados podem ser alterados pois deixam de fora 30% referentes a nomes dúbios aos dois sexos.

FONTE: Atas Eleitorais. Serviço de Documentação e Informação do TRE/Ba

Até 1982, em torno de 64% dos municípios baianos tinham menos de 10 vereadores em suas Câmaras; cerca de 1% podiam considerar-se grandes municípios com mais de 15 vereadores. A partir de 1988/89, com a reestruturação municipal estabelecida pela nova Constituição Federal e pelas Constituições estaduais, a maioria dos municípios (64,3% em 1988/89 e 58,7% em 1992) passaram a ter uma Câmara Municipal composta de 10 a 14 membros. Somente 16% dos municípios em 1992 tinham 15 ou mais vereadores. Na Bahia, portanto, a estimativa do IBAM de uma composição média de 13 vereadores não se aplica. Nesse Estado, o número médio para o ano de 1992 foi de 11,42.

Outra especificidade interessante na análise da composição das Câmaras Municipais da Bahia é a distribuição mais ou menos equilibrada do número médio de mulheres, apesar de uma pequena incidência nos municípios de tamanho médio (Tabela V-3). Outro dado significativo foi a diferença muito acentuada apresentada nos municípios de tamanho médio e grande no ano de 1982, quando o número médio de mulheres na Câmara era de 1,26 e 2,2 respectivamente, número jamais alcançado na história da participação política da mulher baiana no legislativo municipal.

Tabela V-3
MÉDIA DE VEREADORAS EM RELAÇÃO AO TAMANHO
DA CÂMARA MUNICIPAL, BAHIA 1972/1992

TAMANHO DA CÂMARA MUNICIPAL	ANOS ELEITORAIS				
	1972	1976	1982	1988	1992
Menos de 10 vereadores	0,40	0,45	0,33	0,73	1,00
De 10 a 14 vereadores	0,36	0,55	1,26	0,91	1,19
Mais de 15 vereadores	—	—	2,25	0,77	1,16

FONTE: Serviço de Documentação e Informação do TRE/Ba (dados agrupados pela autora)

Esse fato não foi um caso isolado na Bahia, mas sim um reflexo de uma situação bem peculiar, específica na história política brasileira, quando a oposição, concentrada no MDB, proporcionou uma grande derrota ao governo militar, em especial através do eleitorado das grandes cidades. Isso repercutiu também no grande número de mulheres eleitas, assim como no reconhecimento da atividade política desenvolvida por elas, especialmente através dos movimentos sociais.

Entretanto, retomando à questão anteriormente apontada por Blay a respeito de ser no Nordeste onde historicamente mais mulheres foram eleitas e que isso poderia significar uma contradição com a condição de atraso sócio-econômico, assim como uma predominância de estruturas patriarcais de poder que caracterizam a região, consideramos que essa contradição é somente aparente, já que acredito que esses dados refletem exatamente a força da estrutura de dominação patriarcal existente ainda no Nordeste brasileiro. Isso quer dizer que as mulheres, nessa região, formam parte da estratégia de conservação e manutenção desse poder patriarcal e oligárquico. Elas são chamadas a participar na estrutura do poder local (tanto no âmbito federal como estadual), para garantir a continuidade de controle do poder. São chamadas sempre que os interesses do grupo familiar ao qual pertencem estão em risco.

Para as mulheres, a atividade política é somente mais uma tarefa a ser cumprida dentro da família e só uma atividade a mais entre as que tradicionalmente fazem parte de seus afazeres cotidianos. Não é coincidência que um número significativo delas jamais teve algum tipo de experiência política e/ou profissional anterior às candidaturas.

Na Bahia, assim como nos outros estados do Nordeste, a atuação política feminina no poder formal, em especial no município, reflete exatamente a dinâmica política dominante em toda a região. É nesse sentido que um estudo mais detalhado e profundo sobre a atuação política das mulheres baianas pode contribuir de forma significativa para o entendimento do contexto regional.

1. As “políticas” municipais

Nossa pesquisa, realizada com 42% das prefeitas eleitas na Bahia em 1992, assim como 127 vereadoras eleitas nos anos eleitorais de 1982, 1988 e 1992, permite-nos desenhar um perfil representativo das mulheres “políticas” nos municípios baianos e, dadas as semelhanças regionais, podemos ir mais adiante, extrapolando para a definição de um “modelo” dominante no Nordeste brasileiro.

É necessário ressaltar o risco que pode significar a generalização desse perfil para o resto do país, assim como para todas as mulheres que atuam no poder local. A grande diferenciação socio-cultural e econômica do país, que traz, por consequência, reflexos na composição do eleitorado, nas práticas políticas, na estrutura do poder, na divisão social e sexual do trabalho e também na própria manifestação da dominação patriarcal no capitalismo, nos impede de tentar tal generalização. Para salvaguardar essas especificidades regionais e culturais do Nordeste, faremos, sempre que possível, referência a estudos mais amplos realizados no Brasil.

1.1. As prefeitas

Se desenhássemos o perfil da mulher eleita em 1992 para a chefia do executivo municipal na Bahia, diríamos que ela tem 47 anos, é católica, nascida na Bahia, casada, com três filhos já adultos, cursou o primeiro grau completo e desenvolvia uma atividade profissional antes de candidatar-se à prefeitura do seu pequeno município.

Esse perfil tem uma exceção: a prefeita de Salvador, Lídice da Matta, eleita por uma coligação de centro-esquerda em 1992¹⁰¹. Divorciada, mãe de um filho maior de 10 anos, não tem religião, é formada em economia pela UFBA. Eleita prefeita aos 42 anos, depois de uma longa trajetória política que teve seu início com a presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia, posteriormente foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFBA durante os duros anos da ditadura militar. Em 1982, Lídice foi eleita vereadora e, em 1986, deputada federal, participando ativamente da Assembléia Constituinte, como vimos no capítulo anterior.

¹⁰¹ Na nossa amostra estatística, optamos por não incluir a prefeita de Salvador, em função da extrema disparidade existente entre essa cidade e as características sócio-econômicas e políticas dominantes nos pequenos municípios que elegeram 90% das prefeitas, o que determina contextos muito distintos. Além do mais, a própria história pessoal de Lídice da Matta, no âmbito da sua militância político-partidária, a distingue do padrão dominante na região. Apesar disso, Lídice fez parte da nossa amostra de vereadoras, ao ser eleita para a Câmara Municipal de Salvador em 1982.

Durante muitos anos, Lídice esteve filiada ao Partido Comunista do Brasil (PC do B) e, enquanto este partido esteve na clandestinidade, exerceu sua atividade política legal através do MDB e, posteriormente, PMDB, pelo qual foi eleita vereadora. Em 1992, saiu do PC do B e ingressou no PSDB, por não concordar com a linha política traçada pelo partido para as eleições desse ano.

Apesar de não ser objetivo deste trabalho a análise das mulheres eleitas como vice-prefeitas, merece destaque também a exceção de Beth Wagner, a vice-prefeita de Salvador, eleita na mesma chapa de Lídice. Originária do movimento sindical, Bete exerceu durante muitos anos a liderança no Sindicato dos Bancários da Bahia. Em 1988, foi eleita vereadora em Salvador e, nas eleições de 1994, ficou na suplência para a Câmara Federal. Divorciada, 43 anos, mãe de quatro filhos, Bete teve sua trajetória política vinculada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e, em 1990, seguindo a tendência majoritária do partido, participou da criação do Partido Popular Socialista, no qual permanece filiada. Essa diferenciação entre o perfil da prefeita de Salvador e de sua vice-prefeita, em relação aos outras prefeitas baianas, é o reflexo da própria exceção que Salvador representa no contexto da Bahia. Com um grande desenvolvimento urbano, Salvador, a quarta maior cidade do país, se caracteriza pela existência de um eleitorado historicamente identificado como de oposição, que funciona como uma espécie de resistência às práticas políticas tradicionais dominantes na maioria dos municípios do Estado e que mantém sob controle a Assembléia Legislativa, a representação baiana na Câmara Federal e no Senado, assim como o governo do Estado.

O perfil da prefeita de Salvador se adequa mais ao perfil apresentado para o Brasil por François Bremaeker, a partir de uma pesquisa realizada em 1988. Segundo essa autora, 52,3% dos prefeitos brasileiros tinham educação de nível superior e 41,1% exerciam profissões liberais. Perfil similar se apresenta para as mulheres. Quase todas possuíam o nível superior ou o segundo grau, eram geralmente professoras ou funcionárias públicas e tinham idade entre 36 e 45 anos (1990:35).

Porém, além de Lídice, entre as prefeitas da nossa amostra somente uma tinha curso superior. Nesse sentido o perfil baiano se aproxima mais do traçado por Blay no seu estudo sobre as prefeitas eleitas em 1976, no qual 50% delas não tinham mais do que o curso primário e muitas sequer o haviam concluído. Somente 1,7% das mulheres estudadas por Blay tinham o nível superior, em compensação 16,7% dos homens eleitos tinham esse mesmo nível.

No que se refere às atividades profissionais, também as baianas diferem das características apresentadas por Bremaeker, já que estão nas ocupações de menor prestígio social: duas são professoras de primeiro grau; três têm atividades ligadas ao comércio e três jamais exerceram qualquer atividade profissional, definindo-se como donas de casa.

O mesmo apresenta Blay, ao afirmar que as prefeitas de 1976 estavam em ocupações socio-econômicas mais baixas, enquanto que 71,5% dos homens ocupavam categorias profissionais mais importantes (fazendeiros, profissionais liberais, industriais), só 25,4% das mulheres estavam nessas categorias. Quanto às ocupações identificadas como medianas (servidoras públicas, professoras, comerciantes, militares) 37,7% das mulheres estavam aí, para somente 24% dos homens.

Outro dado interessante apresentado por Blay, no que se refere à ocupação das prefeitas, é a quantidade de mulheres na categoria “outras profissões”, representando 32,7% do seu total. O alto percentual nessa categoria se deve, em grande parte, ao fato de que a autora classificou aí a todas aquelas mulheres que se auto-definiam como donas de casa.

Apesar da auto-definição das prefeitas, Blay rechaça essa informação a partir da suposição de que essas mulheres, na realidade, desenvolvem outras atividades econômicas, mas “privilegiam os estereótipos em vigor a respeito dos papéis que ‘devem’ ser desempenhados pelo sexo feminino” (1977:15)¹⁰², identificando-se como donas de casa mas em realidade não o são.

Blay, ao não acreditar que, de fato, essas mulheres sejam donas de casa, não leva em conta o corte regional presente em sua pesquisa, na medida em que 71,4% das prefeitas pertenciam à região Nordeste, onde as relações patriarcais dominantes atuam com maior rigidez na divisão sexual do trabalho. Essas mulheres são realmente donas de casa e, eventualmente, realizam alguma outra atividade que não chega a alterar seu *status* doméstico. Sua atuação política é só uma a mais nas tarefas de sua responsabilidade no espaço doméstico privado e, por isso, não representa um rompimento com a ordem estabelecida. O alto percentual de donas de casa detectado por Blay é o reflexo exato da composição da força de trabalho feminina empregada na região.

Em relação à participação política, o perfil das prefeitas também é muito específico. A metade das que faziam parte da nossa amostra não tinham qualquer tipo de experiência em cargos eletivos antes de sua candidatura. A outra metade já havia exercido o mandato de prefeita ou exercido a direção do Partido no município. Um índice superior ao apresentado por Blay, segundo o qual somente 26,4% dessas mulheres já haviam ocupado cargos eletivos anteriormente, para 66,7% dos homens nessa situação (1977:22).

¹⁰² “A mulher com muita frequência na sociedade brasileira, tende a se identificar com a posição ocupacional do marido reservando, para si, mesma, o exercício de atividades domésticas. (...) ao se identificar desse modo, a mulher preenche expectativas que ela sente existirem para si. Ela declara desempenhar papéis que de fato não desempenha.” (BLAY.1977:14)

No nosso levantamento sobre o número de mulheres eleitas para as prefeituras a partir da conquista do voto feminino (Tabela V-4), destaca-se o fato de uma quantidade importante de mulheres conseguirem reeleger-se por várias vezes para essa mesma função. Em 1972, o percentual das mulheres eleitas que realizavam seu segundo mandato era de 57,1%. Em 1982 essa proporção passa para 70%; já em 1992, o percentual de reeleitas foi de apenas 31,5%.

Entre essas mulheres reeleitas, destacam-se **Dalila Araújo Vasconcelos**, prefeita de Aurélio Leal e **Célia Rebouças**, prefeita de Mutuípe, que, nas eleições de 1992, começaram seu terceiro mandato na chefia do executivo municipal.

A reeleição é uma prática muito comum no nordeste, onde os membros das famílias que controlam o poder nos municípios se revezam entre si, ano após ano, no controle dos cargos. A novidade está no fato de as mulheres fazerem parte também desse jogo.

Muitas prefeitas começaram sua atuação política participando das eleições (37,5%), ajudando ou apoiando a candidatura de algum membro da família, amigo ou correligionário. Outras (25%) iniciaram sua vida política no momento da candidatura. Existem também aquelas que começaram sua atuação política a partir do casamento ou através do exercício do papel de “primeira dama”, como é o caso da entrevistada:

“... quando me casei, sendo meu esposo o prefeito de..., na condição de primeira dama, não poderia fugir ao contato direto com a população”.

Sobre sua experiência anterior a candidatura essa prefeita afirma:

“... como esposa de um político sempre participei, durante décadas, na atividade política como membro do Diretório do Partido, das campanhas eleitorais, etc.”

Esse perfil inicial das prefeitas permite resgatar a atualidade que ainda persiste na tipologia elaborada por Blay em 1977. Segundo essa autora, a partir de certas semelhanças, podem-se aglutinar as prefeitas brasileiras em três tipos básicos: a **prefeita coronel**, a **prefeita esposa** e a **prefeita por iniciativa própria** (1977 e 1981).

A **prefeita coronel**—é aquela que, na ausência de um homem mais apto, assume a liderança da família extensa, a direção dos negócios, do grupo político e da clientela, através da utilização de velhas práticas clientelistas do “mandonismo”. Pertencente às oligarquias locais, assim como os homens, é

socializada para assumir a direção política do grupo familiar (no sentido mais amplo) sempre que se faça necessário.

A **prefeita esposa** – assume o lugar dos maridos na política formal, em função de algum impedimento legal, como, por exemplo, em caso de aposentadoria compulsória, mudança de partido, acumulação de cargo, exercício de mandato anterior etc, ou como forma de continuar controlando o poder. Outras vezes, o prestígio adquirido no exercício de seu papel de “esposa de político”, através de atividades assistencialistas, garante a constituição de uma base eleitoral que é sabiamente aproveitada.

Nesses casos

“... exercer o cargo é em verdade uma delegação do marido. Quando é necessário tomar uma decisão importante para o município se consulta ao **marido**” (BLAY.1977:35)

Tabela V-4
MULHERES ELEITAS PARA AS PREFEITURAS
BAHIA – 1958/1992

ANO	P R E F E I T A S			TOTAL ELEITOS	% DE ELEITAS
	NOME	MUNICÍPIO	PARTIDO		
1958	Dejanira Resende de Souza	Belmonte	PSD	194	0,5
1962	—	—	—	335	—
1966	Olga Laranjeiras B.Azevedo Noemia Meireles Ramos	Igaporã Simões Filho	Arena Arena	336 ¹	0,6
1970	Nilza Barbosa Silzuita Silva Mimoso Marialda Gomes Matos	Ibiquera Ibitapitanga Mucugê	Arena Arena Arena	336 ¹	1,0
1972	Dalila Araújo de Vasconcelos Lurdes Duarte Silva Clélia Chaves Rebouças Adalmeide Ribeiro de Novais Nilda Valença Baptista Ireny Dourado Ely Santos Rocha	Aurelino Leal Morporã Mutuípe Piripá Rio Real Irecê Itaberaba	Arena Arena Arena Arena Arena Arena Arena	336 ¹	2,0
1976	Maria Aurelia Souza Santos Ma. dos Prazeres Almeida P. Ma. Luiza Dias Laudano Ma. Eunice Dutra Soares Adair Miranda Cabral e Silva	Dário Meira Entre Rios Pojuca Santa Terezinha Santo Estevão	Arena Arena Arena Arena Arena		

- continua

- continuação -

ANO	PREFEITAS			TOTAL ELEITOS	% DE ELEITAS
	NOME	MUNICÍPIO	PARTIDO		
1982	Dalila Araújo Vasconcelos ^{oo} Ieda Goes Lago de Araújo Ma. Aparecida Oliveira Franco Gilka Borges Badaró Ma. Juvenice Farias Maia Raymunda Farias Carvalho Marieta Olímpica Borges Hora Clélia Chaves Rebouças ^{ee} Nilda Valença Batista ^{**} Josenilda Paim Pereira	Aurelino Leal Catiú Itajuba Itajuípe Jequiriça Maraú Mucuri Mutuípe Rio Real Tanquinho	PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS PDS	336 ¹	3,0
1985	Maria Íris Gomes	Várzea Nova	PDS	31 ²	3,2
1988	Dagmar Alves de Souza Djalмира de Carvalho Improta Lúcia Borges Cone Liete Carvalho Farias Teresa Caldas do Nascimento Valdice Cordeiro F.Santos Aldanice Ribeiro Novais ^{**} Ma. Nazarelo Soares Santos Elba Chagas Santos Rosália Rodrigues França Cleide José Santana	Boa Nova Cardeal da Silva C. Almeida Floresta Azul Itapicuru Milagres Paripá Rodelas S. das Margaridas Santa Brígida Ubatã	PDS PDS PFL PMDB PFL PDC PFL PMDB PMDB PSC s/inf.	415 ³	2,6
1992	Iara Maria Souza Santos Iraci Alves Gomes da Silva Dalila A. Vasconcelos ^{***} Vera Lúcia Ramos Costa Maria Angelica Juvenal M.Q. Heda Ma. Mascarenhas Alves Andreia de Souza Xavier Avani Andrade F.Santos Miriam Mara de Carvalho Cruz Gilka Borges Badaró ^{**} Ma. Juvenice Santos Maia ^{**} Raymunda F. de Carvalho ^{**} Ma. Helena F.Brito Fagundes Valdineia Damásio Josemilda Paim Pereira ^{**} Lidice da Matta Ma. do Socorro N.Coelho Célia Chaves Rebouças ^{***} Aurelia Barreto Farias	Almadina Aragosa Aurélio Leal Barra do Rocha Candeias Conc. de Feira Dias D'Ávila Encruzilhada Itaguaçu da Bahia Itajuípe Jiquiriça Maraú Matina Santa Luzia Tanquinho Salvador Crisópolis Mutuípe Br. de Macaúbas	PMDB PDT PFL PDC PL PFL PFL PFL PFL PTB PTB PDS PMDB PFL PDS/PFL PSDB PTB PFL PFL	415	4,57

(**) Prefeitas reeleitas

(***) Prefeitas eleitas por terceira vez

¹ inclui prefeitos nomeados pelo governo militar (2 em 1966, 4 em 1970, 11 em 1972, 13 em 1976 e 13 em 1982).

² eleições suplementares

³ inclui eleições suplementares de 1989

FONTE: Boletins Eleitorais. S.D.D. do TRE/Ba (dados agregados pela autora).

Durante a realização de nossa pesquisa, foi possível identificar que, em grande parte dos municípios onde as prefeitas são casadas, os maridos são os “chefes de gabinete” ou o “secretário geral” da prefeitura, funções que garantem um controle absoluto sobre os atos, os contatos, a correspondência, etc. das prefeitas em geral.

Esse tipo de prática leva uma prefeita eleita em 1982, questionada sobre a atuação política das mulheres, a afirmar:

“Vejo a mulher sem nenhuma atuação. É importante ressaltar que dez prefeitos baianos são mulheres e não vimos uma maior atuação das mesmas. Sentimos que algumas delas são lideradas pelos maridos”.

Nesse sentido, os homens lançam mão de suas mulheres – esposas, filhas, irmãs... – sempre que necessitam de alguém de confiança que os substitua formalmente na representação burocrática do poder, sem que isso signifique uma perda do controle desse poder. Historicamente, as mulheres tem se prestado muito bem a esse papel.

As últimas reformulações na legislação eleitoral e as restrições às candidaturas de familiares em primeiro grau dos ocupantes de cargos eletivos no executivo possibilitou o surgimento (na cena política brasileira) dos “divórcios” como forma de burlar a lei. Antigos casamentos são desfeitos para garantir candidaturas políticas e a conservação do poder.

Um fato de conhecimento público na Bahia foi a candidatura da “noiva” de um prefeito ainda em exercício. A “noiva”, reconhecida socialmente como “companheira do prefeito”, era a indicada como candidata à prefeitura pelo partido dominante, com o apoio do noivo. Sem nenhuma experiência política anterior, nem expressividade política no município, a “noiva” foi eleita graças ao apoio do prefeito e, portanto, da prefeitura, garantindo, assim, ao ex-chefe municipal a continuidade do controle do aparelho municipal.

Regressando à tipologia apresentada por Blay, a **prefeita por iniciativa própria**, foi o caso mais freqüente na pesquisa dessa autora. Mulheres que, a partir de uma aprendizagem política na família, decidem candidatar-se por rebeldia, ou mulheres que, através do prestígio adquirido no exercício de determinadas atividades profissionais, são identificadas, por políticos com mais experiência, como possíveis líderes e estimuladas a entrar na vida política formal. Esse também é o caso de muitas vereadoras, como veremos mais adiante.

Duas prefeitas baianas enquadram-se perfeitamente nessa tipologia: **Iara Maria Souza Santos**, recém-chegada ao município de Almadina, foi convidada

pelo prefeito (um familiar próximo) a assumir a Secretária de Bem-estar Social. Ao final de 4 anos à frente dessa secretaria, foi a única pessoa com prestígio e reconhecimento no município com possibilidades de ser eleita para a prefeitura.

A outra, **Vera Lúcia Ramos Costa**, do município de Barra do Rocha, foi a indicada para a candidatura através de uma pesquisa de sondagem de opinião realizada pelo prefeito. Vera foi quem teve maior apoio entre a população, e o resultado foi sua posterior eleição (Folha do Interior, fevereiro/março 1992).

1.2. As vereadoras

Na idéia de também estabelecer um perfil representativo da vereadora baiana, podemos dizer que ela tem 45 anos, é católica, viúva com quatro filhos, completou seus estudos de segundo grau e foi professora primária até ser eleita para a Câmara Municipal. Portanto, é mais jovem, com mais escolaridade e com um maior número de filhos que as prefeitas.

Tabela V – 5
IDADE DAS VEREADORAS

FAIXA ETÁRIA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
de 20 a 30 anos	07	–	06	13	10,2
de 31 a 40 anos	11	04	28	43	33,9
de 41 a 50 anos	13	10	16	39	30,7
de 51 a 60 anos	14	06	05	25	19,7
61 ou mais	01	02	01	04	3,1
sem informação	01	01	01	03	2,4
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Esse perfil não traduz, em sua amplitude, as especificidades que uma análise mais detalhada dos dados pode proporcionar. Só como exemplo, a simples utilização do ano eleitoral como base de análise faz com que esse perfil assuma outras características, como se pode ver a seguir.

Em 1982, as vereadoras eleitas na Bahia tinham uma idade média aproximada de 43 anos, coincidindo com a idade média apresentada por Tabak para as vereadoras brasileiras. Segundo essa autora, 30% das eleitas nesse ano tinham entre 35 e 44 anos (1987:15). Na eleição seguinte, na Bahia, foram eleitas mulheres mais velhas, com idade em torno dos 51 anos, mas isso não significou uma tendência de envelhecimento, já que, em 1992, houve uma sensível redução na idade média, que baixou aos 40 anos (Tabela V-5).

Tabela V-6
RELIGIÃO DAS VEREADORAS

RELIGIÃO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Católica	43	22	45	110	86,6
Evangélica	–	01	06	07	5,5
de 41 a 50 anos	–	–	05	05	3,9
de 51 a 60 anos	02	–	–	02	1,6
61 ou mais	02	–	–	02	1,6
sem informação	–	–	01	01	0,8
TOTAL	47	23	57	127	100,0

No que se refere à religião, a utilização do ano eleitoral como base de análise não altera o quadro existente. As vereadoras são predominantemente católicas (Tabela V-6), como a maioria da população brasileira, especialmente no nordeste, que, apesar da presença de muitas seitas afro-brasileiras, caracteriza-se pelo conservadorismo religioso. Nessa região, a Igreja Católica ainda permanece como uma força política importante e poderosa, garantindo seu poder não só através do controle religioso de seus fiéis, mas também da intervenção e pressão sobre as estruturas formais e não formais do poder.

Um fato curioso é a maioria absoluta de viúvas existentes (65,3%), uma característica presente nos três anos eleitorais estudados (Tabela V-7). A explicação possível para esse fato pode estar no próprio papel político que jogam estas mulheres no sentido de garantir a defesa dos interesses do grupo ao qual pertencem. Muitas delas se candidatam exatamente para ocupar o espaço político deixado pelo marido e salvaguardar os interesses familiares.

Tabela V-7
ESTADO CIVIL DAS VEREADORAS

RELIGIÃO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Solteira	–	–	01	01	0,08
Casada	08	01	11	20	15,7
Viúva	30	17	36	83	65,3
Divorciada	06	05	03	14	11,1
Separada	01	–	03	04	03,1
União livre	01	–	02	03	02,4
Não informou	01	–	01	02	01,6
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Em âmbito nacional, os dados para 1982 indicavam a existência de somente 5,7% de viúvas. A grande maioria (64,4%) eram casadas e tinham de um a quatro filhos (TABAK.1987:17).

O nível educativo das vereadoras permanece relativamente alto em todos os anos eleitorais, se o compararmos com o alto índice de analfabetismo na região, já que 37,8% das vereadoras têm o primeiro grau completo, apesar de só 6,3% terem um curso universitário (Tabela V-8). Esse é um dado muito distinto do quadro nacional, que apresenta 50,6% com nível superior e 19,5% com primeiro grau completo (TABAK.1987:21).

Tabela V-8
ESCOLARIDADE DAS VEREADORAS

GRAU DE ESCOLARIDADE	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Primeiro grau completo	07	05	10	22	17,3
Primeiro grau incompleto	08	04	11	23	18,1
Segundo grau completo	16	07	25	48	37,8
Segundo grau incompleto	08	—	04	12	09,5
Superior completo	04	02	02	08	06,3
Superior incompleto	04	02	01	07	05,5
Sem informação	—	03	04	07	05,5
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A análise do quadro ocupacional das vereadoras não é distinto do quadro geral de participação da mulher na força de trabalho e até mesmo na divisão sexual do trabalho. Mantendo a tendência geral apontada nas análises da população feminina economicamente ativa (ver Tabelas III-2, III-3 e III-4), as vereadoras que tinham uma atividade profissional antes de serem eleitas ocupavam, principalmente, profissões que refletem as atividades que as mulheres realizam no âmbito doméstico, como professoras primárias (52,8%), pequenas comerciantes (9,5%) etc. (Tabela V-9). Quinze por cento do total de nossa amostra não tinham uma atividade profissional anterior; se auto-definiam como donas de casa.

Também no estudo nacional feito por Tabak essa característica aparece, na medida em que 41,3% das vereadoras brasileiras tinham como ocupação o exercício do magistério (1987:19).

Tabela V-9
OCUPAÇÃO ANTERIOR DAS VEREADORAS

OCUPAÇÕES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Professora	26	07	28	61	48,0
Dona de casa	05	02	12	19	15,0
Comerciante	03	05	03	11	08,7
Enfermeira/aux.de saúde	03	04	03	10	07,9
Parteira	02	01	01	04	03,1
Funcionaria Pública	02	01	01	04	03,1
Trabalhadora no comercio	—	—	03	03	02,4
Costureira	01	—	01	02	01,6
Estudante	02	—	—	02	01,6
Trabalhadora rural	—	—	02	02	01,6
Trabalhadoras em escritórios	01	—	01	02	01,6
Profissional nível superior	02	—	01	03	02,4
Fazendeira	—	—	01	01	00,7
Cabeleleira	—	01	—	01	00,7
Sem informação	—	02	—	02	01,6
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Outro dado significativo é a presença de vereadoras nas áreas de saúde (médicas, enfermeiras, parteiras, auxiliares de saúde), ocupações que, em função da baixa qualidade ou inexistência dos serviços público, de saúde no Nordeste, possibilitam, para quem as exerce, prestígio, reconhecimento e a possibilidade da formação de uma ampla rede de clientes.

Seguindo também uma tendência existente no nordeste, onde as taxas de natalidade são as mais altas do Brasil, as vereadoras têm muitos filhos em relação à média nacional divulgada pelo censo demográfico de 1991 (Tabela V-10). Segundo esse censo, a média do número de filhos no Brasil, naquele momento, era de 2,7, o que representava uma redução muito grande com relação a 1980, em que o número médio foi de 4,35 filhos. Para o nordeste, a redução do número foi de 5,3 em 1981, para 3,7 em 1991. As vereadoras baianas têm, em média, 4,25 filhos, sendo que 18,7 delas têm entre 5 e 6 filhos.

Tabela V-10
NÚMERO DE FILHOS DAS VEREADORAS

NÚMERO DE FILHOS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Não tem filhos	10	02	08	20	15,7
De 1 a 3 filhos	23	10	23	56	44,1
De 4 a 6 filhos	08	07	18	33	26,0
De 7 a 9 filhos	04	01	07	12	09,4
Mais de 10 filhos	02	03	01	06	04,8
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A grande maioria dessas mulheres (do mesmo modo que as prefeitas) jamais exerceu um cargo eletivo anteriormente (64,5%). No âmbito nacional, esse número é ainda maior. Segundo Tabak, 75.9% das vereadoras estavam em seu primeiro mandato eletivo (1987:21). Na Bahia, o número das que conseguem reeleger-se é significativo: 15% da nossa amostra estava exercendo seu segundo ou terceiro mandato (Tabela V-11). Nacionalmente, só 13,7 estavam no seu segundo mandato. Com relação à totalidade das vereadoras eleitas, o percentual é em torno de 20%.

Não obstante, 51,2% possuem mais de um ano de experiência política anterior à candidatura (23% tinham mais de 10 anos de atividade política), porém é significativo o número de vereadoras que iniciaram sua prática política ao candidatar-se (Tabela V-12 e V-13), um percentual superior ao apresentado pelas prefeitas. Tabak aponta 75,8% para as vereadoras nacionalmente (1987:26).

Tabela V-11
VEREADORAS COM EXPERIÊNCIA ANTERIOR EM CARGOS
ELETIVOS POR ANO ELEITORAL

CARGOS ELETIVOS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Jamais teve um cargo eletivo	28	16	38	82	64,5
Vereadora	09	04	06	19	15,0
Suplente de Vereadora	02	—	01	03	02,4
Direção do partido	02	—	03	05	03,8
Direção de entidade social	01	01	01	03	02,4
Direção de sindicato	03	01	01	03	02,4
Direção de entidade religiosa	01	01	01	03	02,4
Direção de Ass.de Moradores	—	—	05	05	03,8
Sem informação	01	—	02	02	01,5
TOTAL	47	23	57	127	100,0

O início da militância política ocorre principalmente nos períodos eleitorais, ajudando nas campanhas políticas dos amigos e parentes (16,5%): como declara uma vereadora: “Sempre apoiei o grupo ao qual minha família esta ligada, ajudando nas campanhas eleitorais”. (PL, 51 anos)

Tabela V-12
INICIO DA MILITÂNCIA POLÍTICA DAS VEREADORAS

TEMPO DE MILITÂNCIA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Ao candidatar-se	19	12	27	58	45,6
Mais de 01 ano antes de candidatar-se	04	05	13	22	17,3
Mais de 05 anos antes de candidatar-se	05	—	03	08	06,3
Mais de 10 anos antes de candidatar-se	15	04	11	30	23,7
Desde que casou-se	—	—	01	01	00,8
Não declarou o período	04	02	02	08	06,3
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Os períodos eleitorais são momentos privilegiados da participação política dos setores populares não só nos pequenos municípios. Importantes setores da população brasileira, que geralmente se mantém afastados da vida político-partidária, ao chegar o período eleitoral, incorporam-se aos comitês eleitorais e às atividades típicas das eleições. Esse fenômeno não ocorre de forma distinta entre os gêneros, apesar de as mulheres participarem em percentuais inferiores.

Outras vereadoras começaram sua atuação política através do cotidiano familiar:

A experiência de conhecer os bastidores, por ser filha de político. Meu pai não se candidatava a cargos eletivos: comandava votos e os dava aos candidatos. Desde criança assisto à organização da estratégia de ganhar eleição”.(PDS, 42 anos)

Ou, como afirma outra vereadora:

“...eu era simplesmente esposa de um chefe político do meu povoado” (PDC, 37 anos).

Tabela V-13
PRIMEIRA MILITÂNCIA DAS VEREADORAS

TEMPO DE MILITÂNCIA POLÍTICA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Ao candidatar-se	18	10	29	57	44,9
Através da atividade profissional	05	02	05	12	09,4
Participando em sindicatos	02	01	01	04	03,0
Participando atividades sociais/comunitárias	03	03	08	14	11,0
Ajudando em campanhas eleitorais	11	01	09	21	16,5
Atuando no partido	02	01	02	05	04,0
No movimento estudantil	02	03	—	05	04,0
Resposta vaga	03	02	03	08	06,3
Não respondeu	01	—	—	01	00,9
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Esse contexto adequa-se muito bem à afirmação de Chaney sobre a politização das mulheres.

“A politização é o termo que se usa geralmente para denotar o processo através do qual um cidadão adquire os conhecimentos, as atitudes sociais e as características da personalidade que afetarão sua conduta política futura. Essa aprendizagem pode ser formal ou informal e pode realizar-se na infância ou posteriormente na vida. Esse ponto é importante para considerar a politização de futuras lideranças. Na maior parte da América Latina, o papel de líder não se converteu em uma possibilidade para a presente geração de mulheres senão até meados da década de 50, quando a maioria delas já haviam alcançado a idade adulta. Portanto, é lógico que encontremos uma forte influência familiar que predisponha as mulheres a entrar em uma carreira política” (1983:189).

No nordeste, a família é o espaço privilegiado de politização das mulheres, pelo menos no que se refere àquelas pertencentes as classes dominantes. É aí onde tem seus primeiros contatos com o mundo político e onde são socializadas para que se adequem às demandas políticas do grupo ao qual pertencem.

Tabela V-14
VEREADORAS COM FAMILIARES “POLÍTICOS”

FAMILIARES POLÍTICOS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Marido prefeito e/ou vereador	08	03	06	17	13,5
Pai prefeito e/ou vereador	03	03	05	11	08,8
Imão prefeito e/ou vereador	02	01	03	06	04,7
Marido e imão vereador	01	02	-	03	02,4
Pai prefeito e imão vereador	02	01	10	13	10,3
Outros familiares prefeitos e/ou vereadores	12	07	05	24	18,9
Outros familiares prefeitos, vereadores e deputados	16	05	25	46	36,3
Jamais teve familiares políticos	03	01	03	07	05,1
TOTAL	47	23	57	127	100,0

O início da experiência política junto a um Partido Político é muito rara, tanto na Bahia como no Brasil. Na maioria dos municípios, não existe vida partidária. O partido só existe para garantir a legenda política necessária às candidaturas e às articulações dos grupos políticos locais no âmbito estatal e federal; não é um espaço de formação e prática política. Nas zonas urbanas, os movimentos sociais são os espaços principais da iniciação política.

Chaney aponta exatamente o contrário para os casos do Chile e do Peru, onde o partido é um importante agente de politização e incorporação das mulheres à política formal (1983:203).

2. A família e as candidaturas

Durhan, partindo de um conceito de “instituição” utilizado por Malinowski, define a família como um grupo social concreto e que, como tal, existe na representação de seus membros, e é organizado em função da reprodução biológica e social, através da manipulação, das alianças, da descendência e da consangüinidade, além da prática da divisão sexual do trabalho. Por outro lado, a família por ser um grupo de procriação é também um grupo de consumo, apesar de ter perdido seu caráter de grupo produtivo com o processo de industrialização (1983:26-27).

A tendência geral dos grupos familiares é organizar-se como unidades ou subunidades domésticas e residenciais. Nesse sentido, podem restringir-se aos membros de uma família conjugal ou ampliar-se através da inclusão de serventes, agregados etc. Desse modo, constituem-se em um grupo doméstico, por exemplo, a família patriarcal brasileira, a qual, através de outras relações sociais (como as baseadas na amizade, no compadrio, na escravidão, na servidão, no trabalho assalariado, no clientelismo), incorpora como membros da família muitas pessoas sem vínculos de sangue.

Não obstante a perda do seu caráter produtivo, e, com ele, a diminuição do domínio patriarcal a partir da incorporação da mulher no mercado de trabalho, da valorização da inteligência e da capacidade individual para o trabalho, assim como a perda da importância do direito de sucessão, a família continua, como afirma Horkheimer,

“...constituindo o núcleo básico da nossa cultura. O respeito pela lei, a ordem no Estado parece inseparavelmente ligada ao respeito pelas crianças em relação aos adultos. As emoções, as atitudes e as crenças enraizadas na família explicam a coerência do nosso sistema cultural, constituem um verdadeiro elemento social. Parece pois, necessário que a sociedade as mantenham vivas, porque disso depende a vida e morte da civilização na sua forma atual” (1994:179-180).

Segundo esse autor, enquanto a sociedade industrial proclama o reino da racionalidade, o domínio das relações baseadas na oferta e demanda, a família permanece funcionando como se fosse uma instituição feudal baseada no princípio

do sangue, isto é, em princípios “totalmente irracionais” (1994:177), e essa é uma contradição que a família tem enfrentado desde o surgimento da sociedade burguesa: suas características feudais com a racionalidade moderna do capital (ADORNO e HORKHEIMER, 1984:213).

Para Adorno e Horkheimer, as relações autoritárias que se estabelecem na família se articulam dialeticamente com o autoritarismo social; o filho aprende a desenvolver o respeito à autoridade paterna através da idealização de seu papel. Nesse sentido, a

“... relação autoridade-família tem a função essencial de fixar, desde a infância, a necessidade **objetiva** do domínio do homem sobre o homem. A família se torna o terrível centro dos mecanismos de internalização da submissão, a mais funcional das agências psicológicas da sociedade” (1984:211)

Assim, a criança

“... aprende a respeitar e amar o que se lhe oferece a seu intelecto como afetivamente existente, aprende também a relação burguesa com a autoridade (...). A família se torna um lugar de adestramento para a adaptação social e formava os homens assim: tais como deviam ser para satisfazer as tarefas impostas pelo sistema social” (1984:217).¹⁰³

Talvez seja exatamente essa autoridade irracional a que foi capaz de submeter os homens ao trabalho assalariado, pois “Só a família poderia fazer com que surgira nos indivíduos a identificação com a autoridade, idealizada como ética do trabalho” (ADORNO e HORKHEIMER, 1984:215).

Nesse sentido, a família moderna é um instrumento onde o pai está submetido à pressão econômica do mundo, do mesmo modo que o filho está

¹⁰³ Para Habermas essa questão se apresenta da seguinte forma: “A família desempenha exatamente o papel que lhe é prescrito no processo de valorização do capital. Como uma consequência genealógica, ela garante a continuidade pessoal que, de fato, consiste na acumulação do capital e que, de direito, está ancorada na livre herança da propriedade. Antes de mais nada, ela serve como agência da sociedade, ela assume a tarefa da difícil mediação que, sob a aparência de liberdade, assegura no entanto a estrita observância das inevitáveis exigências sociais. (...) De qualquer modo, à autonomia do proprietário no mercado e na empresa privada correspondia a dependência da mulher e dos filhos em relação ao marido e ao pai: a autonomia privada lá convertia-se cá em autoridade e tornava ilusório o pretenso livre-arbítrio dos indivíduos. Também a forma do contrato de casamento que pressupõe a declaração autônoma da vontade de ambos os conjuges, era grandemente uma ficção, uma vez que o contrato de casamento, à medida que a família tivesse capital, não podia ficar livre de cuidados quanto à sua conservação e multiplicação” (1984:63-64)

submetido à autoridade paterna. Nessa estrutura, as mulheres estão em piores condições, na medida em que ainda subsistem na sociedade aspectos patriarcais fundamentais. As mulheres não

“...só se adaptaram, ao exercer uma profissão, a formas de vida moldadas por e para os homens, mas também ao seu patrimônio histórico, sua educação específica, imposta por uma sociedade sécularmente masculina, a preferência irracional de que gozam os homens em muitas profissões e o clima cultural em geral, criam uma série de problemas adicionais à mulher que trabalha e dificultam psicologicamente sua existência”. (HORKHEIMER, 1994:181)

No nordeste, pelo menos entre as classes dominantes, além dessas características apontadas, a família “moderna” guarda fortes características da família patriarcal dominante durante os períodos colonial e imperial, não só quanto à sua organização mas também no que se refere à manutenção de uma estrutura de poder baseada no domínio quase absoluto do pai. Essa família, organizada com base no grupo doméstico, incorporando a seu núcleo central, membros originários de outras relações sociais que não são as estabelecidas pelos laços de consanguinidade, tem por objetivo, além da função socializadora, o controle político da sociedade.

Por outro lado, em uma sociedade atrasada como a do nordeste, as mulheres na sua maioria, continuam relegadas à esfera privada, sob o domínio do homem. São poucas as que conseguem romper essas barreiras, sobressaindo na comunidade por serviços prestados através de seu trabalho profissional (geralmente como professoras, enfermeiras, parteiras etc. profissões tipicamente femininas) ou do prestígio que conquistaram, sendo chamadas a ocupar os espaços políticos na ausência de um homem mais apto. A mulher é chamada também para substituir um parente impossibilitado de concorrer ao cargo eletivo, como o comprova o depoimento de uma vereadora pertencente a uma família de políticos tradicionais cujo marido (eleito vereador várias vezes) faleceu e ela o substituiu na vida pública. Esse e outros exemplos, que apresentaremos mais adiante, demonstram o papel das mulheres na estrutura familiar e na vida política formal.

Na realidade, dentro da estrutura política brasileira, o papel da mulher tem sido, dessa forma, o de **força auxiliar** nos momentos de crises, conflitos ou reestruturação do poder local. Nos momentos de “tranquilidade” ou somente de “exaltação das virtudes” dos velhos chefes locais, seu papel tem sido o de adorno. A mulher é chamada a participar sempre que os interesses do grupo ao qual pertence estão em jogo. Do mesmo modo que ela é chamada a participar na produção social nos momentos de crises, ou para a atuação política sempre que o

grupo de interesse/família ao qual está vinculada, necessita de reforço, independentemente de viver nas grandes cidades ou nos pequenos e pobres povoados do interior da Bahia (COSTA.1984).

E é exatamente por isso que a grande maioria das mulheres eleitas para as prefeituras e câmaras municipais (como também o número significativo das eleitas para a Câmara Federal, como vimos anteriormente) pertencem a uma família de políticos.

No que se refere às prefeitas, todas as que fizeram parte de nossa amostra tinham familiares que já haviam exercido ou exerciam a chefia municipal ou outros cargos eletivos no legislativo municipal, estatal ou federal. Os maridos de 62,5% das prefeitas já haviam sido prefeitos no mesmo município; o pai de 50% havia exercido a mesma função anteriormente. Uma prefeita tinha o pai, o avô e o bisavô eleitos prefeitos em vários mandatos; o pai de outra havia sido prefeito e vereador, um tio deputado federal e estadual por duas vezes em cada função e outros tios e o avô haviam sido vereadores.

Esse é um “costume” que vem desde o período colonial no Brasil. O controle do poder local é a garantia não só de uma base eleitoral, instrumento de intercâmbio na negociação das regalias, cargos, recursos financeiros no âmbito estatal e federal. É fundamentalmente a manutenção do controle privado sobre o aparelho e os recursos públicos do município.

Uma prefeita, ao apresentar os motivos de sua candidatura, deixou clara a visão privatizante que esses setores têm do aparelho administrativo do município:

“... todas as vezes que meu esposo se empenhava vivamente na eleição de seu sucessor, este não correspondia a expectativa do desempenho administrativo com baixíssimo rendimento, além de deixar o município endividado, o que levava a tremendo esforço para o saneamento financeiro, grande desgaste perante a opinião publica e natural cobrança da comunidade”

Na verdade, “não corresponder às expectativas do desempenho administrativo” significa, de fato, atuar sob as ordens do “seu esposo”, isto é, do setor que controla o município.

Por outro lado, a “necessidade” de dar “continuidade ao trabalho realizado” por algum familiar que exerceu o cargo anteriormente é apontado por muitas prefeitas (75%) como o principal motivo de suas candidaturas. Segundo uma prefeita, exercendo seu segundo mandato, ela havia se candidatado

“... com o objetivo de dar continuidade à execução de algumas obras deixadas por meu pai, alcançando, dessa maneira, uma realização, servindo ao povo de minha terra”.

Do mesmo modo que as prefeitas, a maioria das vereadoras pertencem a uma família de políticos. Somente 5,1% não têm algum familiar político. Entre as vereadoras de nossa amostra, 13,5% tinham maridos que já foram prefeitos e/ou vereadores, outras (23,8%) tinham pais ou irmãos que haviam exercido também essas funções (TABELA V-14)

A descrição da família por parte de uma vereadora eleita em 1982 deixa claro esse quadro familiar, as estruturas de poder existente e, em especial, a divisão sexual do trabalho político:

“pai – membro do Diretório da Arena e, no passado possuía grande ascendência sobre os eleitores da região;

mãe – o importante papel da ‘mulher do político’ que tem de fazer cara bonita à invasão da sua casa, sua vida, por um mito, um ‘ideal’. No interior, é papel decisivo, que inclui saber cozinhar bem para multidões, no dia de eleição ou outros movimentos partidários;

marido – membro do Diretório do PDS. Foi quem, praticamente, fez minha campanha. Por ser filha de meu pai, eu teria mais chance de que ele de ser eleito, daí nossa opção” (PDS, 42 anos)

As razões apontadas por essas mulheres para candidatarem-se a esses cargos são muito variadas. Os interesses familiares são determinantes, apesar de encontrarem-se disfarçados em palavras como **convite**, **ajuda**, **solicitação** etc. que, de alguma forma, estão presentes nas respostas de 29% delas (Tabela V-15). “Me candidatei por insistência dos chefes políticos” ou “... só para ajudar um certo candidato”.

Tabela V-15
MOTIVO DAS CANDIDATURAS DAS VEREADORAS

MOTIVOS DAS CANDIDATURAS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Desejo de representar o povo	02	–	24	26	20,5
Possibilidade de lutar pela melhoria do povo	07	01	14	22	17,3
Atender solicitação da família e/ou amigos	05	05	10	20	15,7
Ajudar ao partido ou determinado candidato	02	01	01	04	03,1
Para melhorar o município	17	12	05	34	26,8
Para defender os interesses das mulheres	04	–	–	04	03,1
Para substituir um familiar	01	02	03	06	04,7
Para servir de exemplo a outras mulheres	02	–	–	02	01,6
Convite de algum político	07	–	–	07	05,5
Sem informação	–	02	–	02	01,6
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Uma vereadora cujo marido não possuía a **elegibilidade** necessária exigida pela Lei Eleitoral, por ter mudado de partido meses antes da eleição, explica assim, as razões de sua candidatura e a avaliação que faz de sua eleição:

“A campanha nasceu de uma necessidade de defender idéias, um trabalho que acredito, sobretudo porque trabalhei, tive uma experiência muito grande ao lado de ..., fomos colegas na Faculdade, fizemos pós-graduação juntos, trabalhamos juntos (...) De repente, teve uma fase da vida que não quis mais trabalhar com ele, mas sentia que o que nos unia não era trabalhar juntos, mas ter identidades, pensávamos igual, um ajudava o outro, se completava, algo em que se acredita. Por isso, aceitei ser candidata, para defender as coisas que os dois acreditamos. Não é pelo fato de ser marido. Tenho consciência que sou cobrada por acreditar e apostar no..., mas procuro estar sempre o menos vulnerável possível para as coisas que vêm de fora. Procuro sempre fazer o que quero e não o que as pessoas esperam, para agradar alguém.(...) Tenho consciência de que os ...votos não são meus, meus devem ser ... Na verdade os votos são do ... O mandato é meu, eu sou responsável pelo mandato. Na próxima eleição, posso ser eleita ou não, a depender do que fizer no meu mandato” (PMDB, 38 anos).

Muitas mulheres também entram na vida política a partir de outros objetivos, diversos dos interesses familiares. O desejo de melhorar as condições de vida da população e do município, por exemplo, é um motivo forte para mobilizar 44% das vereadoras. Em 1982, entre as mulheres de oposição, a consciência da importância política do momento levou muitas delas a candidatarem-se :

“... foi uma candidatura lançada a partir de uma avaliação política da importância de participar no parlamento, do ponto de vista de um espaço político que se tem hoje no país, da necessidade de fazer com que os setores populares e democráticos de nosso povo conquistassem realmente esse espaço e pudessem utilizar o parlamento como uma tribuna de denúncia da situação do nosso povo, que vive e também pôr este parlamento a serviço da organização popular” (PMDB, 39 anos).

A consciência de gênero parece não mobilizar muito as mulheres no sentido de candidatarem-se a essa função. Poucas (3,1%) tiveram como objetivo defender os interesses do sexo feminino, outras (1,65) somente queriam servir de exemplo às outras mulheres. Uma vereadora conhecida, por sua militância feminista, explica assim sua candidatura:

“...não tinha a idéia, mas depois de uma maior militância no Partido vi que o espaço era muito ocupado pelos homens, só os homens decidiam. Chega um momento que você sabe que é de um certo partido que tem um programa com um capítulo que se refere à mulher, mas que é muito pouco em relação ao que precisa mudar. Se não tiver mulher para defender esse pouco, vai cair no esquecimento. Incentivada por companheiras que sentiam que as mulheres que eram candidatas não tinham muito a ver com as bandeiras das mulheres ... eu jamais me candidataria para defender o que todo mundo defende, não é que vá nisso nenhuma originalidade, é porque é realmente uma necessidade que tenha alguém lá, para falar, para defender, para batalhar, para fazer com que também via parlamento alguma coisa seja modificada” (PMDB, 53 anos).

3. A campanha eleitoral

Os períodos eleitorais são momentos muito especiais no cotidiano dos pequenos municípios, alterando completamente a dinâmica tradicional de sua existência. Os conflitos familiares se incitam, as disputas políticas afloram, as antigas inimizadas adquirem novas forças e estabelecem-se novas alianças. É o momento das articulações partidárias, dos acordos, da busca de apoios.

Durante aproximadamente três meses, os candidatos e seus seguidores vivem em função das eleições. A inexistência dos modernos recursos dos meios de comunicação, nos pequenos e médios municípios, os leva a utilizar recursos mais tradicionais e de contato mais direto com a população, para expor suas idéias e propostas.

A organização da campanha em si é muito simples, independentemente do gênero e do cargo ao qual se aspira na estrutura municipal. Ao contrário das candidaturas aos cargos do executivo e legislativo estatal e federal, ou mesmo para prefeitos nos grandes centros urbanos, raramente se utilizam serviços profissionais de empresas especializadas em “marketing” político. Candidatos homens e mulheres, independentemente de serem candidatos à prefeitura ou à Câmara, realizam visitas aos principais líderes locais, fazem reuniões com a população (rural e urbana), visitam os chefes de famílias com importante peso eleitoral, atendem a pequenas solicitações, fazem manifestações públicas como demonstração de força e liderança (Tabela V-16). A campanha das mulheres distingue-se pelas visitas domiciliares, converças com as mulheres dos bairros e, em alguns casos, com a distribuição de roupas e cobertores para recém-nascidos.

Dependendo das condições econômicas do candidato e de seus vínculos com os grupos dominantes na região, o material de divulgação (folhetos, adesivos,

mosquitinhos, brindes, camisetas etc.) poderá ser vasto ou escasso. Os mais pobres limitam-se à distribuição de uma plataforma política com o nome, o número e uma frase de efeito¹⁰¹, raramente uma foto. Nessas chapas eleitorais se definem os compromissos que assumirão.

Em função dos nossos objetivos, buscamos identificar os compromissos assumidos por prefeitas e vereadoras em relação às demandas específicas das mulheres. Entre as prefeitas, 62,5% disseram ter assumido algum tipo de compromisso prévio em relação à questão feminina. Foram poucas as que usaram material de divulgação direcionado para as mulheres. As que assumiram esse compromisso o fizeram no sentido da melhoria na saúde pública e da educação para as mulheres.

Tabela V-16
ORGANIZAÇÕES DAS CAMPANHAS ELEITORAIS
DAS VEREADORAS BAIANAS

PRINCIPAIS AÇÕES NA CAMPANHA ELEITORAL	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Participação em ações filantrópicas	04	03	01	08	06,3
Realização de manifestações	03	01	01	05	03,9
Reuniões e manifestações	07	—	06	13	10,2
Visitas à zona rural	01	—	01	02	01,6
Visitas domiciliares	10	06	20	36	28,3
Atenção de solicitações	06	04	07	17	13,4
A campanha foi fruto do trabalho de base anterior	10	05	17	32	25,3
Teve o apoio de algum político de prestígio	02	03	01	06	04,7
Sem informação	04	01	03	08	06,3
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A mesma tendência pode-se notar na campanha eleitoral das vereadoras, na qual 67,7% não assumiram previamente qualquer compromisso com as mulheres. Já o restante das candidatas comprometeram-se a lutar pela melhoria na assistência pública à saúde da mulher e pela implantação de programas de planejamento familiar (Tabela V-16).

¹⁰⁴ Algumas frases utilizadas pelas candidatas a vereadora merecem destaque: “Uma mulher na luta pela democracia”, “Sua amiga na hora da dor” (utilizada por uma parteira); “Sua amiga de ontem, hoje e amanhã”, “Quem se interessa melhor pela causa da mulher, que uma mulher?”; “Quem fez mais aqui, para as mães e mulheres, que esta mulher?”; “... a mulher da luta junto com o trabalhador rural e mulheres sofridas”; “Uma mulher a serviço da educação”; “A força da mulher na defesa da comunidade” e “A luta está de pé com a força da mulher”.

Um dado interessante detectado na pesquisa é que 48,8% das vereadoras não assumiram qualquer tipo de compromisso prévio com os eleitores durante a campanha eleitoral. Isto é, foram eleitas sem que necessitassem assumir compromissos, um fato que seria inusitado na prática política formal, se não fosse pela vinculação dessas mulheres com os grupos políticos dominantes e as práticas dos currais eleitorais. Muitas dessas vereadoras não necessitaram realizar campanhas e, muito menos, assumirem compromissos. Algumas delas afirmam categoricamente “É suficiente o prestígio da família”.

Tabela V-16
COMPROMISSOS DE CAMPANHAS DAS VEREADORAS

COMPROMISSOS DE CAMPANHA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Não assumiu compromissos prévios	28	09	25	62	48,8
Trabalhar para o bem comum	06	04	09	19	15,0
Não acredita na possibilidade de realizá-lo	03	—	02	05	03,9
Mais creches, educação e informação	03	01	03	07	05,5
Lutar pelos direitos da mulher/igualdade	02	—	06	08	06,3
Atenção à saúde/maternidades/ planejamento familiar	01	04	06	11	08,6
Mais trabalho e melhores salários para as mulheres	—	—	04	04	03,2
Mais assistência social às mulheres carentes	01	05	01	07	05,5
Sem resposta	03	—	01	04	03,2
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Apesar de poucas vereadoras terem assumido compromissos prévios com as mulheres, é grande o número das que utilizaram sua condição de gênero no material de divulgação de sua candidatura, como forma de alcançar o eleitorado. Uma análise no material de propaganda dessas mulheres (Tabela V-17) é muito significativa. Entre as que elaboraram peças de campanhas especiais para as mulheres, vemos que 13,7% lançaram mão de estereótipos que, na verdade, reforçam as tradicionais discriminações e preconceitos contra a mulher. Outras buscaram (23,5%) mostrar-se como um exemplo a ser seguido pelas outras mulheres.

Essa análise possibilita também uma explicação sobre a utilização política das mulheres por parte de seus maridos, em especial. A divulgação de determinadas imagens que reforçam estereótipos, muito comum nos pequenos municípios, em uma cidade do porte de Salvador se transformam em instrumentos nocivos à luta das mulheres por sua emancipação. Dois exemplos merecem registro, em função da importância das candidaturas, da repercussão que houve na comunidade, assim como na utilização massiva dos meios de comunicação na sua difusão. Entre os exemplos, existem 10 anos de diferença e um mesmo contexto de utilização política das mulheres.

Tabela V-17

MATERIAL DE PROPAGANDA ELEITORAL DAS VEREADORAS

TIPO DE PROPAGANDA ELEITORAL ESPECIAL PARA MULHERES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Material que reforça estereótipos	03	01	03	07	05,5
Material em defesa da mulher do município	02	05	04	11	08,7
Material ressaltava necessidade representação feminina	04	02	05	11	08,7
Demonstra que a mulher pode fazer política	08	03	01	12	09,4
Utilizou material específico (sem explicação)	06	—	04	10	07,9
A campanha foi em defesa do povo em geral	05	04	06	15	11,8
Não utilizou material específico (sem explicação)	18	08	29	55	43,3
Sem informação	01	—	05	06	04,7
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Em 1982, Eliana Kertsz, candidata à Câmara Municipal de Salvador, centrou toda sua propaganda eleitoral no seu sobrenome de casada e em uma fotografia ao lado do marido, ex-prefeito nomeado de Salvador, com muito prestígio na cidade, inelegível por ter mudado de partido num prazo inferior ao exigido pela Lei Eleitoral (COSTA, 1984). Em 1992, Yolanda Pires, candidata à mesma função, utiliza o mesmo tipo de estratégia política. Inundou todo o município com grandes fotos (*out-door*), onde aparecia nos braços protetores do marido, deputado federal, ex-governador do Estado e inimigo político da administração atual do Estado. Para reforço do “quadro” a frase em grandes letras: “Valdir não é candidato, mas é como se fosse”.

As duas, eleitas para a Câmara Municipal, apesar da seriedade com que cumpriram seus mandatos, foram identificadas pela comunidade e, principalmente, atuaram nesse sentido, como legítimas representantes de seus maridos – e dos seus interesses – nesse espaço do poder municipal.

A utilização das mulheres não só ocorre com as candidatas. O outro lado da moeda, bastante cruel, é a utilização das mulheres como eleitoras. As promessas de emprego, de assistência médica e educacional para elas e seus filhos, de habitação etc. são fatos correntes que jamais se realizam.

No nordeste brasileiro, é cada vez mais freqüente a troca do voto feminino por uma cirurgia de laqueadura de trompas, isto é, de esterilização irreversível. As baixas condições de vida, a crescente condição de miséria da população, a falta de informação e assistência à saúde, levam milhares e milhares de mulheres a esse “negócio”, apesar das constantes denúncias por parte da imprensa e dos grupos de mulheres..

No município de Una, um candidato a deputado estadual recebia constantemente, durante o período eleitoral, ônibus cheios de mulheres dos municípios vizinhos para que fossem “operadas” na sua clínica particular, em

troca da garantia do voto. Uma vereadora do município de Catu, declarou como uma grande realização de sua campanha eleitoral, ter encaminhado "... quase mil mulheres para uma clínica de esterilização de um medico amigo". Número que representava quase 20% da população feminina em idade reprodutiva no município.

Exemplos como esses formam parte da realidade política das regiões norte e nordeste do Brasil, onde a esterilização em massa de mulheres se realiza sem nenhum controle das condições de higiene, de saúde ou sequer de idade. Isso **sempre** com a conivência ou aprovação dos órgãos públicos competentes.

Apesar ou mesmo em função dessa realidade, vereadoras e prefeitas consideram que a condição de gênero ajudou na sua eleição. O estereótipo da mulher boa, sensível, paciente, com mais "jeito" que os homens no trato com o povo, é a justificativa para tal fenômeno (Tabela V-18). Segundo uma vereadora, o fato de ser mulher

"Ajudou, porque como mulher tive condição de me aproximar das famílias, ajudando a sanar alguns problemas" (PDS, 52 anos).

Outra, na mesma linha, afirmou:

"Ajudou, porque, como vereadora, pude sentir os problemas da mulher no meu município que nem todo homem pode resolver" (PFL, 49 anos).

Tabela V-19
INFLUÊNCIA DO GÊNERO NA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS

CONDIÇÃO FEMININA NA CAMPANHA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
AJUDOU	26	17	33	76	59,8
Por ser a primeira mulher a candidatar-se	04	01	06	11	08,6
Porque a mulher sabe tratar melhor o povo	10	03	09	22	17,3
Exercia uma profissão tipicamente feminina	01	05	03	09	07,1
Os eleitores já não acreditam nos homens	06	03	05	15	11,8
Teve o voto das mulheres	05	05	05	15	11,8
DIFICULTOU	08	02	08	18	10,2
Existência de preconceitos contra a mulher	02	02	07	11	08,6
Preconceitos por parte das próprias mulheres	01	—	01	02	01,6
INDIFERENTE	13	04	16	33	26,0
Importante é o trabalho de base anterior	10	04	15	29	22,8
Depende do apoio recebido	01	—	01	02	01,6
Homens e mulheres são iguais	02	—	—	02	01,6
SEM RESPOSTA	05	—	—	05	04,0
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A pouca credibilidade na prática política masculina é outro fato que ajudou (25%) a eleição de muitas mulheres:

“Ajudou, porque muitas pessoas aqui no nosso município não acreditam mais nos homens na política, porque até hoje nunca fizeram nada. Atrapalhou, quando baixaram o nível e até de puta me chamaram” (PT, 29 anos).

A garantia da conquista dos votos femininos, aliada ao fato de ser a primeira candidata ao cargo no município, ajudou muitas outras (34,29%):

“Ajudou e muito, tanto que, no meu município tornei-me a primeira mulher a entrar para a história política. Tenho certeza que o fato de ser mulher me deu muitos votos, de mulheres principalmente” (PFL, 47 anos).

Por outro lado, algumas mulheres consideram que o sexo de um candidato é indiferente numa eleição (28,3%). O que pesa é o trabalho realizado anteriormente junto à população mais carente, o prestígio da família à qual se pertence, os apoios recebidos, assim como o dinheiro de que se disponha para os gastos da campanha eleitoral.

Poucas mulheres apontam sua condição de gênero como dificuldade para a eleição. Esse número é maior entre as vereadoras (12,5%) que entre as prefeitas. O machismo, os preconceitos contra a mulher são as principais causas apontadas, como atestam algumas:

“Atrapalhou um pouco, pois ainda existe discriminação em relação ao trabalho da mulher no comando político desse país, como se precisasse de força física para governar e não mentalidades bem formadas” (PTB, 47 anos).

Outra vereadora enfrentou dificuldades mais concretas:

“A primeira vez que me candidatei fui muito criticada por ser mulher. O povo aqui na nossa região achava que mulher só tinha nascido para as obrigações domésticas. Meu próprio marido me criticava e votou contra” (PMDB, 38 anos).

É importante ressaltar que nenhuma vereadora ou prefeita de nossa pesquisa apresentou qualquer tipo de argumento biologistas para explicar as dificuldades na campanha eleitoral. A consciência de que são os condicionamentos sociais os que mantêm a mulher afastada da vida política está presente tanto entre aquelas

com menor grau de instrução, como as mais isoladas geograficamente no seu pequeno município.

4. O exercício do mandato

Apesar da legislação brasileira pós-Constituição de 1988 garantir alguns mecanismos de controle e fiscalização popular da administração municipal¹⁰⁵, isso está longe de ser uma realidade nos municípios baianos.

A pressão popular só existe a partir da urgência das necessidades e da condição de abandono da população. Salvo alguns municípios onde a população está mais organizada, o que permanece é o total desconhecimento das prerrogativas legais por parte da população.

Na prática, porém, as possibilidades de aplicação dessas prerrogativas por parte das estruturas legislativas e executiva do poder local são mínimas. Não obstante a Reforma Tributária, a ampliação da autonomia municipal¹⁰⁶ e das

¹⁰⁵ A participação e controle popular no município estão garantidos através do Art. 29 da Constituição Federal de 1988, nos parágrafos:

“X – cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

XI – iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;”

Também no Art. 31, que define as formas de fiscalização do Município, fica garantido no 3º “As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei”.

¹⁰⁶ A Constituição de 1988 garante ao município a autonomia política, financeira e de política urbana (Art. 182). A autonomia política está garantida através das eleições diretas para prefeitos, vice prefeitos e vereadores (Art. 29, I e II); julgamento do prefeito perante o Tribunal de Justiça (Art. 29, VIII); organização das funções legislativas e fiscalização da Câmara Municipal (Art. 29, IX); criação, organização e supressão dos distritos (Art. 30, IV); legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar legislação federal e estadual (Art. 30, I e II); fiscalização do município pelo poder legislativo municipal e pelo sistema de controle interno do executivo (Art. 31); responsabilidade da Câmara Municipal de dar o parecer sobre as contas do Município.

A Constituição estabelece a autonomia administrativa municipal através da competência tributária (Art. 30, III); a competência legislativa (Art. 30, I e II); a organização dos serviços públicos (Art. 30, V e VI); ordenamento, controle, parcelamento e ocupação do solo (Art. 30, III); fixar remuneração do prefeito, vice prefeito e vereadores (Art. 30, V); proteção do patrimônio histórico cultural (Art. 30, IX) e a criação de guardas municipais (Art. 144, § 8º).

competências dos poderes¹⁰⁷, essas prerrogativas constitucionais de autonomia municipal e de controle cidadão são ainda “possibilidades teóricas”. Segundo Mara Pinto:

“... a democracia local obviamente não se dá de forma automática, apenas a partir do avanço formal-institucional e a ‘municipalização’ nem sempre significa a descentralização política, especialmente se está trabalhando o conceito também dentro dos limites do campo municipal.

¹⁰⁷ O município possui duas funções básicas de governo: a **função de legislar** (de competência da Câmara Municipal) e a **função executiva** (competência da Prefeitura). Esses poderes são exercidos de forma harmônica e independentes entre si, sob os seguintes pressupostos: a) proibição de acumulação de funções executivas e legislativas na mesma pessoa; b) a reserva à Câmara Municipal do poder de legislar e ao executivo do de administrar, sendo proibida a realização de atividades de um pelo outro; c) a impossibilidade de delegação incondicionada das funções entre os poderes; d) a colaboração do executivo na elaboração das leis através do poder de iniciativa, sanção e veto (SANTANA, 1993:54).

O poder executivo municipal concentra a maior parte do poder local. É composto pelo prefeito e seus auxiliares (pessoal de confiança), os dirigentes das Secretarias e outros órgãos públicos do município.

O prefeito representa o município, é a pessoa de direito público interno, centraliza o aparelho burocrático e todos os setores administrativos através da Prefeitura. Sua nomeação se dá através de eleições diretas por maioria simples, à exceção dos prefeitos das capitais e municípios com mais de 200 mil habitantes, e, no caso de nenhum candidato obter a maioria absoluta dos votos, deverá proceder-se a um segundo turno entre os dois candidatos mais votados, elegendo-se aquele que obtiver a maioria dos votos válidos.

O aparelho burocrático é o corpo responsável por levar a cabo e dar sustentação às políticas estabelecidas pela prefeitura, através de sua administração direta.

O poder legislativo local é exercido através da Câmara Municipal, composta pelos Vereadores eleitos pelo sistema de proporcionalidade, com um número proporcional à população do município, observando-se os limites estabelecidos pela Constituição Federal. O sistema de proporcionalidade estabelecido para os municípios garante a participação das minorias, ao estabelecer que as cadeiras no legislativo municipal se repartem entre os partidos que alcancem o cociente eleitoral.

A Câmara municipal tem as seguintes funções:

1) a **função legislativa**: essa função se realiza com a participação do poder executivo municipal, que possui a prerrogativa de apresentar iniciativas de projetos de lei, além do poder de veto sobre a legislação aprovada na Câmara.

2) a **função deliberativa**: é o exercício das atribuições de sua competência privativa que envolve a prática de atos completos, de resoluções referendadas, de aprovação, de fixação, de situações, de julgamentos técnicos, etc.;

3) a **função fiscalizadora**: é realizada através de vários mecanismos como as solicitações de informação ao prefeito, convocação do prefeito ou de seus auxiliares, investigação, etc.;

4) **função julgadora**: através dessa função, a Câmara Municipal tem a competência para julgar o prefeito e os vereadores por infração política administrativa (SANTANA, 1993:67 a 70).

Por outro lado, na dimensão relativa aos meios e instrumentos político-administrativos dos municípios, a realidade indica que estes, especialmente os pequenos, ainda experimentam as seqüelas deixadas por décadas de subordinação. Ainda dependem do repasse de recursos dos estados e da União, com os quais têm que articular-se para viabilizar politicamente seus programas” (1993:74).

Por outro lado, também as seqüelas da persistente crise econômica brasileira ao longo de décadas refletem-se de forma decisiva nos municípios. A crise na agricultura, o alto índice de desemprego, a falta de saneamento básico, saúde pública, educação, desnutrição generalizada e o conseqüente crescimento da marginalidade são problemas enfrentadas por grande parte dos municípios brasileiros e questões apontadas pelas prefeitas.

A sensação de impotência se vê claramente nas respostas de todas elas. Faltam recursos financeiros, técnicos e, principalmente, interesse por parte dos governos estaduais e federal. Os recursos provenientes dos ingressos tributários não são suficientes para manter o funcionalismo e a precária estrutura de assistência e atenção à população nas áreas de saúde e educação.

Apesar desse quadro de dificuldades, as prefeitas acreditam que sua atuação frente à prefeitura pode ajudar as mulheres através da implantação de programas de assistência materno-infantil, de educação e saúde para as mulheres e de planejamento familiar.

Aqui, se detecta, entre elas, a mesma visão contida na Constituição Federal e nas leis complementares, apontada por Souza-Lobo (1991:234-238). As mulheres são sempre vistas com reprodutoras, isto é, como uma cidadania de mães. Os programas relacionados pelas prefeitas são todos dirigidos às mulheres reprodutoras da força de trabalho, cujo produto de sua responsabilidade deve ser protegido. Só uma prefeita apresentou uma visão mais ampla, ao relacionar os programas citados anteriormente, com a necessidade de oferecer condições para que as mulheres desempenhem funções em igualdade com os homens.

Tomando por base essa perspectiva de cidadania de mães, a maioria das prefeitas implantaram, nos seus municípios, programas especiais de prevenção contra o câncer, assistência materno-infantil e a metade delas havia implantado programas de planejamento familiar.

Essa parece ser a grande preocupação entre as prefeitas em relação às mulheres de seu município. Muitas parecem ver, nesse tipo de programa, a saída para a solução de todos os problemas femininos, em especial das condições de miséria em que vivem.

Também entre as prefeitas, a compreensão do que seja um programa de “planejamento familiar” é pouco clara. Duas disseram haver implantado programas

de “controle da natalidade”, outra informou que havia um médico encarregado de receitar pílulas e pôr o “DIU” nas mulheres. Esse é o entendimento de “Planejamento” dominante entre elas.

Não obstante, todas concordam que esse deve ser um programa implantado pelas prefeituras sob a direção e orientação do governo federal. A prefeitura “porque esta mais perto do povo”, deve responsabilizar-se por sua realização.

Sobre sua atuação frente ao executivo municipal, todas consideram que tem sido boa, não só pela certeza que têm de estar cumprindo com o seu dever, mas também pelas repercussões que suas ações têm tido no município. Duas prefeitas comprovam essa aprovação de suas administrações através da aceitação dos candidatos que apoiou para a Câmara Municipal por parte do eleitorado.

Segundo uma prefeita, essa aceitação também é o resultado da especificidade de sua prática política, “...porque é uma mãezona, se preocupa com os funcionários, com a pobreza” e, nesse sentido, acredita que sua administração é muito diferente da masculina que “... não se preocupa com a condição de vida do cidadão, seu bem estar, das crianças, dos idosos... dificilmente vai lembrar de coisas pequenas”

Essa é uma característica assinalada por um número significativo de prefeitas, que consideram suas administrações distintas das assumidas pelos homens, porque as mulheres tem “...maior sensibilidade para sentir os problemas do povo”, ou por ser “... mais sensível às necessidades da comunidade”.

Para as vereadoras, a atuação no legislativo não é mais fácil. Além do desconhecimento de suas prerrogativas, o isolamento político muitas vezes dificulta suas ações. Apesar dessas dificuldades, algumas mulheres conseguem romper os bloqueios políticos e ter uma atuação destacada na Câmara Municipal, chegando inclusive a ocupar sua presidência, ainda que raras vezes consigam chegar a tal posto.

A grande maioria (77,2%) considera a Câmara Municipal como um espaço privilegiado de luta pela melhoria da condição de vida das mulheres, através da reivindicação de seus direitos, da criação de projetos, servindo de exemplo, incentivando o executivo para que implante projetos especiais (Tabela V-20).

“Elaborando um trabalho sério, decente, atendendo os interesses, as carências básicas da comunidade e perseverando incessantemente na igualdade dos direitos da mulher através da articulação e conscientização acerca de sua relevância e do seu papel na sociedade” (PDC, 37 anos).

Outra vereadora avalia assim seu mandato na Câmara:

“Mostrando que as mulheres também podem participar do poder, com direito de propor medidas alternativas para melhorar a situação e não ser mandada pelos homens políticos, como é o caso das 3 companheiras vereadoras aqui” (PT, 29 anos).

Tabela V-20
A CÂMARA MUNICIPAL COMO ESPAÇO DE LUTA
PARA A MELHORIA DA CONDIÇÃO FEMININA

POSSIBILIDADES DE AÇÕES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Reivindicando direitos para as mulheres	14	05	18	37	29,1
Criando projetos que beneficiem as mulheres	05	08	10	23	18,1
Servindo de exemplo (demonstrando capacidade)	07	05	10	22	17,3
Incentivando o executivo promover projetos especiais	09	02	05	16	12,6
Não se consegue fazer nada se é oposição	05	—	09	14	11,0
Não se consegue fazer nada mais que requerimentos	—	—	01	01	00,8
Não sabe	07	02	04	13	10,3
Sem informação	—	01	—	01	00,8
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Algumas vereadoras alegam o fato de estarem na oposição (11,1%) como o fator principal que lhes impede de ter uma melhor atuação na Câmara. Além de não contar com o apoio de seus companheiros, **sempre** na maioria e na situação, sofrem as perseguições típicas de quem tem o valor de ir contra o poder estabelecido. Segundo correspondência de uma vereadora que foi eleita por seu trabalho como parteira durante muitos anos no seu município, ela teve suas duas filhas (que trabalhavam na Prefeitura há mais de seis anos) demitidas pelo atual prefeito, como represália. “...tudo começou porque não votei no candidato a presidente da Câmara apoiado por ele”.

Em 1984, o jornal do município de Barreiras publicou a seguinte matéria:

“...fato rotineiro na Câmara é a notória perseguição à vereadora Ignêz Pita. Recentemente, a parlamentar teve sua palavra cassada pelo presidente, alegando que a mesma estava ferindo o código de ética da Casa, quando se dirigia a um grupo de colonos, presente na Galeria, tratando-os de “Vocês”. Nesse mesmo dia, um outro parlamentar cometeu o mesmo erro, sem que o presidente tomasse as mesmas providências” (Folha de Barreiras.1984(1-15/06):2).

A condição de oposição, aliada aos preconceitos de gênero, fazem da atuação no legislativo municipal também um perigo para algumas mulheres, como declara uma trabalhadora rural eleita pelo PT:

“...não sou casada, nem tenho filhos e nem marido e nunca os tive. Moro sozinha. Muitas vezes os homens me exploram quando preciso fazer algum trabalho na minha casa. Na Câmara, os colegas não querem respeitar minha opinião, mas também sinto que é por ser mulher e não ser casada e

não ter um homem. Me ameaçaram de baterem e de vez em quando eles baixam o nível e leva para o lado pessoal e a minha condição de mulher” (PT, 29 anos).

Em geral, pode-se dizer que existe pouca crença por parte das vereadoras sobre suas possibilidades de ação:

“A Câmara Municipal não tem muita influência na decisão do executivo, por isso me decepcionei muito com o cargo de vereadora, pois não aceito compactuar com as falcatuas da maioria dos políticos brasileiros” (PRN, 33 anos).

Uma vereadora, eleita em 1982, ainda sob as leis de exceção, via assim as possibilidades de mudar a condição feminina através de sua atuação na Câmara:

“... contribui mais de modo muito restrito, no caso do legislativo com o regime de exceção ele tem muito pouca força; no caso do vereador tem menos ainda pois tudo é tratado a nível estadual e federal. Na verdade a minha atuação e contribuição em relação às mulheres do ponto de vista da vereadora, serve um pouco de denúncia da situação das mulheres, pronunciamentos sobre a questão da mulher ou de algumas ações como indicações ao governo federal, proposições, projetos a nível do município, mas todas são muito limitadas para o nível que é necessário” (PMDB, 27 anos).

Outra vereadora descreve as limitações da função e as dificuldades de realizar qualquer projeto e sua tática para poder levar adiante seu compromisso com a luta das mulheres:

“... é muito difícil a gente realmente conseguir mudar as coisas, porque eu acho que as propostas, as indicações, os requerimentos, os projetos e estas coisas não dependem exclusivamente do vereador, você está ajudando legislar. De repente, o prefeito pode vetar o projeto. Você não dispõe de mecanismos para fazer o projeto efetivo. Através do mandato se pode tentar passar as bandeiras das mulheres. Desde o primeiro momento eu não deixo passar nada, absolutamente nada que fira os interesses das mulheres. Estou sempre denunciando, fazendo indicações para modificar alguma coisa, analisando projetos que estão no Congresso Nacional. Sabemos que a indicação não tem força de um projeto de lei, mas ela vem a plenário e é debatida – é uma oportunidade para passar a questão da

mulher para a assistência e ganhar espaço na imprensa, e para que os homens do parlamento se toquem para a questão da mulher" (PMDB, 53 anos).

Na verdade, as vereadoras apenas conseguem realizar pronunciamentos e fazer requerimentos (Tabela V-21). Somente algumas (19,6%) apresentam projetos legislativos e raras são aquelas que conseguem implementá-los. Isso só é possível com o apoio do Prefeito e, nesse caso, é necessário enfrentar-se com a falta de interesse em projetos específicos para as mulheres, a questão partidária, as alianças políticas, os "interesses" que o projeto pode render em termos eleitorais etc.

Através da pressão do movimento de mulheres, algumas vereadoras conseguiram realizar importantes projetos de interesse para as mulheres. Na Câmara Municipal de Salvador, essas possibilidades têm sido maiores, na medida em que aí também o movimento de mulheres é mais forte. Algumas ações desenvolvidas pelas vereadoras em Salvador merecem destaque, por sua importância e repercussão em prol da luta pelos direitos da mulher.

Tabela V-21
ATUAÇÃO DAS VEREADORAS NA CÂMARA MUNICIPAL

ATUAÇÃO NA CÂMARA MUNICIPAL	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Pronunciamentos e requerimentos	22	10	26	58	45,7
Apresentação de projetos na área da saúde	01	03	02	06	04,7
Apresentação de projetos na área de trabalho	03	01	03	07	05,6
Projeto de criação de Delegacia Especial à Mulher	-	01	02	03	02,3
Itens 2,3 e 4	04	-	-	04	03,1
Itens 2 e 3	02	02	01	05	03,9
Toda atuação está voltada para o povo em geral	06	02	07	15	11,8
Não fez nada	08	02	12	22	17,3
Sem informação	01	02	04	07	05,6
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Em 1984, a vereadora Amábilia Almeida conseguiu aprovar a criação de uma Comissão Parlamentar da Condição Feminina, no transcurso da qual se trataram as diferentes formas de discriminação sofrida pelas mulheres no Município. O produto final dessa Comissão foi a elaboração de uma série de propostas direcionadas à melhoria das condições de vida das mulheres, ao combate à violência e os preconceitos de gênero. Apesar da importância das propostas (para não sair da regra geral comum às práticas governamentais), não foram levadas a cabo por parte do executivo municipal.

Nessa mesma legislatura, a vereadora Lídice da Matta apresentou à Câmara Municipal o projeto de criação do Conselho Municipal da Mulher, depois de uma ampla discussão com o movimento de mulheres da cidade. Aprovado por ampla maioria dos vereadores, esse projeto ficou esperando para ser implantado pelo executivo durante longo período.¹⁰⁸

Durante a legislatura 1989/92, vale mencionar (por seu papel de articuladora) a atuação da vereadora Bete Wagner na elaboração da **Lei Orgânica do Município** em 1990, ao apresentar e defender as demandas do movimento de mulheres para fazerem parte do texto legal.

Nem sempre são fáceis, as relações do movimento de mulheres com respeito às vereadoras de Salvador. Por exemplo, o problema que ocorreu na Comissão Permanente da Mulher da Câmara Municipal de Salvador, cuja presidência se esperava que fosse para a vereadora Yolanda Pires, a única mulher eleita para a legislatura 1992/1996. Com larga trajetória na luta pelos direitos humanos, Yolanda preferiu dirigir a Comissão Permanente que trata desses problemas em detrimento da Comissão da Mulher. Em função de sua decisão, o presidente da Câmara indicou um vereador conhecido por seus vínculos com as entidades privadas de “planejamento familiar”, as chamadas “controlistas”. Imediatamente, fez-se presente o rechaço e a pressão do movimento de mulheres, exigindo a substituição do vereador, o que foi conseguido, somente depois de muita pressão, com a indicação do vereador Walter Pinheiro, que, apesar de não ter qualquer relação com o movimento de mulheres, era reconhecido por suas posições favoráveis às

¹⁰⁸ O Conselho Municipal da Mulher de Salvador foi criado por ato do executivo, pelo prefeito Manoel Castro, em dezembro de 1984, dois dias antes de dar posse a seu sucessor Mario Kertsz, como uma espécie de vingança política pelo fato de a oposição ter ganho as eleições, deixando, assim, ao seu sucessor, um “abacaxi” à descascar.

O CMM funcionou de forma precária durante os dois primeiros anos do mandato de Kertsz, sem recursos e força política dentro do executivo municipal, ao fim dos quais, foi desativado, porque o prefeito jamais indicou as novas titulares que deveriam assumir o Conselho.

O CMM permaneceu desativado até 1993 quando Lídice da Matta, a nova prefeita de Salvador, o reestruturou. Apesar do projeto original ter sido de autoria de Lídice e dos compromissos eleitorais assumidos por ela junto ao movimento de mulheres, a prefeita não deu a força política que o CMM necessitava. Até hoje, os objetivos iniciais do Conselho de propor políticas públicas, articular e assessorar a execução dessas políticas junto as respectivas secretarias, de promover a igualdade feminina etc. permanecem somente no texto original. Nesse período o conselho foi dirigido por três feministas (Maria Augusta Rosa Rocha, Adna Aguiar e Maria Helena Silva) cujas indicações foram resultante da articulação do movimento de mulheres.

lutas feministas. Porém, para o **Fórum de Mulheres de Salvador**¹⁰⁹, essa não foi uma vitória completa, na medida em que um homem permanecia na direção da Comissão da Mulher.

5. Conclusões

Da análise das características principais das mulheres baianas que atuam no poder local como prefeitas e vereadoras, podemos inferir que, apesar dessa atuação política adequar-se perfeitamente ao “modelo” de participação política feminina fortemente marcada pela prática “maternal” apresentada por Chaney(1983), mantém certas especificidades regionais que a distinguem.

As mulheres que participam no poder local na Bahia, como em toda região nordeste, integram-se à esfera pública não a partir de um processo de construção da cidadania, como era de se esperar, mas como um processo resultante da subordinação de gênero à qual estão submetidas é que as mantém subjugadas na esfera privada.

As mulheres são chamadas à vida pública para ocupar espaços políticos determinados, com o objetivo de preservar e garantir os interesses privados do seu grupo político/familiar ou ainda garantir a manutenção da ordem política vigente. Porém essa não é uma característica exclusiva do poder local baiano, pois, como vimos no capítulo anterior, algumas mulheres que estão no Congresso Nacional atendem aos mesmos objetivos.

Sua participação na esfera pública não rompe com as velhas estruturas patriarcais que as mantêm subjugadas, mas, ao contrário, são reforçadas com esses novos papéis que lhes são incorporados.

¹⁰⁹ O **Forum de Mulheres de Salvador**, criado em 1984 com o nome de Comissão de Luta Contra à Violência, buscava naquele momento articular os diversos grupos de mulheres existentes na cidade, na luta pela criação da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher. Posteriormente a Comissão se transformou em Forum de Mulheres, com o objetivo de levar de forma conjunta as lutas das mulheres. O Forum se destacou durante os trabalhos da Constituinte Estadual em 1989 e na Municipal (Lei Orgânica) em 1990, garantindo as reivindicações femininas, além de muitas outras atividades.

Atualmente o Forum esta constituído pelas seguintes entidades: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher da UFBa, Grupo de Estudos da Saude da Mulher da UFBa, Coletivo de Mulheres Negras, União de Mulheres de Salvador, Grupo de Mulheres do Movimento Negro Unificado, Coletivo de Mulheres do Calafate, de vários departamentos femininos sindicais a exemplo de professores, bancários, trabalhadores da saúde, empregadas domésticas e muitos outros grupos de mulheres integrantes de Associações de Moradores.

Para essas mulheres, a atividade política é mais uma tarefa a realizar-se na defesa dos interesses familiares e, exatamente por isso, a família constitui-se no espaço privilegiado de sua politização. Ali, a mulher socializa-se e prepara-se para assumir uma nova tarefa. Nesse sentido, é plenamente explicável que grande parte das mulheres que ocupam funções no poder local comecem a ter uma prática política participando nos comitês eleitorais de familiares e amigos, isto é, ajudando a eleger correligionários.

Não obstante serem levadas a essa situação em função dos interesses familiares, as mulheres não encontram aí um ambiente amigável de fácil adaptação. A maioria delas tem que adaptar-se a um ambiente hostil, com uma prática política para a qual não foram treinadas e que as fazem sentirem-se deslocadas.

Por outro lado, o exercício do poder que lhes é atribuído através do voto também as impossibilita chegarem mais longe. As vereadoras têm que conviver com os limites do poder legislativo municipal, com possibilidades mínimas de exercício das suas prerrogativas (muito pior se são de oposição). As prefeitas enfrentam a falta de recursos financeiros e técnicos, as condições de miséria da população, a inexistência ou a precária situação dos serviços básicos ou, como afirma parte significativa delas: "... com a falta de interesse dos órgãos públicos competentes".

Uma vereadora descreve (através de carta à autora) muito bem o contexto político do interior da Bahia e as dificuldades do desempenho político:

"... a política em si, é uma grande piada, principalmente as sessões de uma Câmara de Vereadores do interior. Vista por esse lado, até vale a pena.

No interior, acho que ainda não estamos na fase de lutar pela mulher, ainda estamos precisando promover as pessoas à categoria de gente. Eu leio e acompanho o movimento feminista, mas, para as minhas contêrneas, acho que ainda estão há anos-luz de assumir a idéia básica do que é ser humano. Onde falta educação, saúde, o atendimento básico por parte do poder judiciário, por exemplo, é tão falho, que se leva anos para obter a sentença em uma causa (...) Enfim, é todo o arcabouço de um ambiente opressor, que engole o humanitarismo e faz as pessoas empregarem todas as forças na luta pela sobrevivência e ficarem quase sem chances de poderem crescer; a nós, aqui no Além São Francisco, **tudo** nos é negado, ou melhor, nos é tirado, roubado (...) Para os altos políticos, nós não somos gente: somos só **eleitores**, e como tais, procurados apenas durante as campanhas eleitorais, quando nos ludibriam com promessas" (PDS, 42 anos).

Fechada em um contexto sócio-político limitante, às mulheres (como também à grande maioria dos homens) lhes restam poucas possibilidades de fugir à regra geral e ter um desempenho legislativo ou executivo mais autônomo, competente e voltado para os interesses da população. O papel periférico que desempenham nas relações de poder no país são somente um exemplo a mais, num sistema de dominação centralizador e autoritário.

6

A QUESTÃO PARTIDÁRIA

A debilidade do sistema partidário, ao longo da história política do país, sempre foi uma constante. A forte característica personalista e o clientelismo da política brasileira aliados às freqüentes mudanças na legislação partidária impediram que essas organizações se desenvolvessem como verdadeiros interlocutores entre a sociedade civil e o Estado, de forma a criar uma consciência partidária entre a população. Ao contrário, o que se vê, especialmente nos últimos 30 anos, é um total descrédito por parte da população não só em relação aos partidos como também aos políticos a eles filiados.

Essa é uma história que começa no período Imperial, com os dois partidos que se alternavam no poder: o Partido Conservador e o Partido Liberal. Por serem muito semelhantes, fortemente vinculados ao mundo rural, não havia diferenças significativas no fato de um ou outro ocupar o poder, pois não havia distinção política entre eles. Os políticos vinculados a um partido não tinham nenhum problema em votar nos do outro, sempre que seus interesses ou a lealdade a algum familiar estivesse em jogo. De qualquer forma, a força continuava sendo dos chefes locais (QUEIRÓZ.1969:46).

Durante a República Velha e o Estado Novo, os partidos políticos não passavam de agremiações locais sob o controle do coronel, muitos deles com uma existência efêmera. A oposição existia no âmbito local e, quando muito, no âmbito estadual. As lutas travadas pelo controle do município tinham como resultado o apoio do governo estadual ao vencedor e a conseqüente ocupação dos cargos públicos por amigos e aliados. Em geral, predominava um caráter governista entre os políticos:

“... dois coronéis lutavam doidamente, nas eleições municipais, estaduais ou federais, pela primazia, mas ambos eram governistas e apoiavam o governo, quer estadual, quer federal” (QUEIRÓZ.1969:101).

Depois de 1945, com a redemocratização, estabelece-se o multipartidarismo, que possibilitou o surgimento de diversos partidos e tendências ideológicas, dividindo os coronéis em várias facções. Os políticos mais destacados dos partidos encarregavam-se de atrair os coronéis que dominavam as regiões, com o objetivo de estruturar suas bases de poder no município.

“Laços de família, ligações comerciais e amizades pessoais, mas raramente ideologia, constituem os fatores decisivos na escolha de um coronel para membro do partido” (PANG.1979:234)

Não obstante, só dois partidos (nos primeiros anos da redemocratização) tinham condições para atender às exigências da legislação partidária, que estabelecia como condição para registro a existência de uma estruturação do partido em nível nacional: o Partido Social Democrata (PSD), que havia criado uma ampla rede durante a ditadura de Vargas, através da ação dos interventores e com o apoio dos coronéis e a União Democrática Nacional (UDN) que conseguiu associar-se a um sem número de pequenos partidos espalhados por todo o país, garantindo, assim, sua existência nacional.

Em 1966, como consequência da política autoritária dos militares, estabeleceu-se o bipartidarismo, dividindo-se formalmente o país entre os que apoiavam o governo e aqueles que ficaram na oposição. Já em 1979, com o objetivo de conter o avanço popular a partir da divisão da oposição, o governo militar através de uma nova reforma partidária, estabeleceu o multipartidarismo¹¹⁰, que permanece até hoje, apesar das constantes alterações na lei.

Apesar dessas mudanças no sistema partidário, mantiveram-se no país, as divisões regionais e o controle das oligarquias locais.

“Obrigados pela legislação eleitoral a pertencer a partidos de âmbito nacional, os políticos brasileiros regionalizam os partidos na prática ao retirar-lhes o poder sobre os representantes no Congresso. Nessas circunstâncias, eles podem pertencer a partidos nacionais de direito, mas representar sua clientela regional sem nenhuma interferência desses chamados partidos nacionais” (MAINWARNING. 1991:54)

Outra característica da estrutura partidária brasileira que contribui para essa fragilidade é a total autonomia dos políticos, um sintoma de um sistema elitista e patrimonialista. A maioria desses políticos aproveitam-se dessa autonomia para apropriar-se privadamente do aparelho estatal ou defender interesses dos grupos dominantes aos quais estão vinculados. A estes políticos não lhes interessam os programas ou plataformas políticas das organizações aos quais pertencem, mas os **benefícios** que podem tirar do seu cargo.

¹¹⁰ A reforma partidária contida na Lei nº 6 de 20 de dezembro de 1979 autorizava a formação de blocos parlamentares, sustentando os efeitos da legislação anterior, que tratava da fidelidade partidária. Os partidos criados, para garantir o registro definitivo, deveriam alcançar mais de 5% do eleitorado votante nas eleições para a Câmara de Deputados nas eleições de 1982.

Em geral, os partidos políticos, no Brasil, funcionam como simples máquinas de ganhar eleições, sem nenhuma coerência programática ou consistência ideológica, sem vida partidária e cujas decisões são tomadas por uma pequena elite dirigente ou por um **chefe** ou “**cacique**”, à revelia da base (CARVALHO NETO.1990:55).

As exceções a esse padrão dominante são os pequenos partidos identificados com a esquerda, com uma atuação fortemente ideológica e que, em função de sua própria natureza, possuem uma militância política ativa e disciplinada ideológica e organicamente. Nestes partidos as instâncias de decisão estão sob o controle da militância o que garante processos mais democráticos de deliberação. O exemplo mais típico desse tipo de organização no Brasil é o PT.

Uma questão também importante, na prática partidária da classe política brasileira, é o elevado número de mudanças de filiação partidária. Como não existe nenhum mecanismo de controle, um indivíduo que é eleito por um determinado partido, depois da posse, pode mudar para outro, sem que com isso ponha em risco seu mandato, ou sofra algum tipo de penalidade, mesmo quando sua eleição é fruto da força do partido, a exemplo dos casos em que o candidato não alcança o coeficiente eleitoral e é beneficiado pelo total dos votos obtidos pelo partido.

A mudança de partido é uma característica muito comum no poder local brasileiro. Muitas vezes, essas mudanças são consequência de disputas familiares. Geralmente, a facção minoritária, para não se submeter, muda para outro partido existente no município, ou lança mão de qualquer outra legenda disponível e cria seu próprio diretório municipal, passando a atuar como oposição no âmbito local. Durante o bipartidarismo do regime militar, o governo criou o instrumento da sublegenda¹¹¹, como forma de manter dentro do partido governista todas as facções em disputa.

Entre as vereadoras eleitas na Bahia, no período de 1972, a 1992 podemos afirmar que 40% das que conseguiram eleger-se para um segundo mandato o fizeram através de um partido distinto daquele pelo qual haviam sido eleitas anteriormente.

¹¹¹ “As sublegendas foram criadas pelo Ato Complementar nº4 de 20 de novembro de 1965 e modificadas pelos Atos Complementares nº25 de 1966, o nº26 de 1966, o 29 de 1966 e o nº7 de 1968 e pela Ley Federal nº5.453 de 14 de junho de 1968, que estabeleceu:

‘Os partidos políticos podem instituir, na forma da lei, três legendas nas eleições para governador e prefeito. As sublegendas são listas autônomas de candidatos concorrendo às mesmas eleições, dentro da mesma organização partidária, registradas na forma da lei’.

O Decreto-lei nº1.543 de 14 de abril de 1977 introduziu as sublegendas nas eleições para senador, facilitando a pressão sobre os diretórios estaduais da Arena para apresentar homogeneidade e uma unidade inexistente” (SOARES.1988:115)

Entre as prefeitas, esse tipo de mudança é menos freqüente, na medida em que sempre estão com o partido do governo ou com um seu aliado, acompanhando todas as transformações ocorridas no governo.

Esse tipo de prática cria uma grande confusão entre o eleitorado, que não consegue acompanhar as ações do seu candidato e ter o mínimo de controle sobre elas. Segundo Mainwaring,

“O hábito de mudar freqüentemente de partido poderia ser restringido pela legislação eleitoral. Os políticos são escolhidos para representar as pessoas por meio da instituição mediadora dos partidos políticos. Num contexto em que a desmoralização dos partidos e dos políticos é um problema sério, não há razão para autorizar os representantes a mudar de partido; as práticas correntes contribuíram para denegrir a imagem dos partidos e dos políticos”.(1991:41)

Esse descrédito em relação à estrutura partidária, assinalado por Mainwaring, não é uma exclusividade do eleitor, pois está presente também entre os “políticos”, como teremos oportunidade de tratar mais adiante, ao analisar a relação das prefeitas e vereadoras com seus partidos.

Esse fenômeno é fruto também da ausência de instrumentos de controle que garantam a vinculação dos políticos com os compromissos programáticos e orgânicos de suas agremiações. O instrumento da **fidelidade partidária** não existe para a grande maioria dos partidos brasileiros, ao contrário do que ocorre em muitos outros países, onde existem mecanismos muito rígidos que obrigam os políticos a seguirem as determinações do partido. Na Inglaterra e Irlanda, por exemplo, os representantes que votam contra a posição partidária devem renunciar a seu mandato. Na América Latina, em países como Argentina, Chile, México, Uruguai e Venezuela, onde os partidos não são altamente disciplinados ou organizados, exige-se dos políticos profissionais uma profunda fidelidade, de maneira muito semelhante ao que ocorre nos Estados Unidos (MAINWARNING. 1991:40).

No Brasil, o PT e o PC do B são os únicos partidos que mantêm uma posição rígida em relação à fidelidade partidária. No PC do B, por sua estrutura leninista, não existe espaço para a prática da infidelidade partidária. Já o PT teve de enfrentar e administrar, em vários momentos, esta questão¹¹².

¹¹² Dois exemplos se destacam na história do PT: em 1985, quando da eleição de Tancredo Neves através do Colégio Eleitoral, contrariando a decisão partidária, quatro petistas participaram desse processo e foram automaticamente expulsos, motivo pelo qual o partido foi acusado pela opinião pública de ainda viver na barbárie. Outro exemplo mais recente foi a expulsão de Luiza Erundina, ex-prefeita de São Paulo, por ter assumido o Ministério do Trabalho durante o governo de Itamar Franco, enquanto o partido se definia pela oposição.

Segundo Joviniano Carvalho Neto, para que um partido tenha um mínimo de organização, é necessário ter mecanismos de controle da fidelidade ao seu programa e de disciplina orgânica. A prática desses mecanismos deve ficar vinculada aos métodos de deliberação e discussão coletivas das decisões partidárias.

“A prática do instituto da **fidelidade partidária** exige, como corolário, a democratização interna dos Partidos. Não há como exigir disciplina se as decisões são tomadas a partir apenas da cúpula. As exigências de fidelidade e de democratização do processo decisório interno são fundamentais para o fortalecimento dos Partidos, tendo em vista principalmente corrigir nossa tradição de ‘fisiologismo’ e política de compadrio” (1990:58)

Outra questão que também contribui para o descrédito dos partidos é a forma de seleção dos candidatos, através de um processo altamente elitista e autodestrutivo. Geralmente, a lista de candidatos não atende às expectativas dos filiados, são elaboradas em circunstâncias controladas pelos chefes. Nesses partidos, os filiados não passam de simples “associados”, sem nenhum poder de decisão e controle. Além disso, não se pode esquecer os mecanismos perniciosos contidos na lei eleitoral.

Essas situações, assim como outras mais, trazem como consequência a falta de credibilidade e de motivação por parte da população para com as organizações partidárias. É em função disso que os movimentos sociais assumem, cada vez mais, o papel de intermediador na relação da sociedade civil com o Estado, um papel que, pelo menos ao nível teórico, constitui parte das funções partidárias.

Por outro lado, acreditamos que uma análise da relação das prefeitadas e vereadoras com seu partido político poderá explicar, de forma mais concreta, essa difícil relação, trazendo elementos para uma melhor compreensão da sociedade política brasileira e, em especial, do poder local, assim como da intervenção feminina nessas agremiações.

1. As mulheres no partido

Os partidos políticos são organizações historicamente masculinas, típicas da esfera pública e, na sua grande maioria, ainda vetadas às mulheres. Foram os anarquistas e a social democracia européia do século passado as primeiras organizações políticas a abrir suas portas às mulheres, antes que os sindicatos da classe operária o permitissem. No Brasil, algumas mulheres começaram a atuar partidariamente mesmo antes da conquista do direito de voto, ainda quando, nessas organizações, não existia qualquer tipo de preocupação em criar mecanismos

de absorção das mulheres, o qual tardou muito em acontecer. Uma das primeiras exceções foi o Partido Comunista – PCB – que, apesar de estar preocupado em não “prejudicar suas tarefas domésticas”, apontava, em 1947, a necessidade de criar mecanismos que facilitassem a incorporação das mulheres ao partido¹¹³.

Foi, porém, com o ressurgir do movimento feminista na década de 70 no Brasil e sua crescente mobilização por demandas específicas que os partidos foram forçados a reconhecer a importância do eleitorado feminino e a necessidade de incorporar as mulheres a suas fileiras, sob o risco de ficarem à margem do processo político em curso.

Apesar desse reconhecimento, na prática partidária, poucas ações foram desenvolvidas para atrair as mulheres como militantes e não só como eleitoras. Pelo contrário, dificultou-se o acesso das mulheres à direção partidária e às candidaturas aos cargos representativos, especialmente os de maior prestígio. Por outro lado, a legislação eleitoral, ao exigir, a filiação partidária como pré-requisito às candidaturas, manteve nas mãos dessas organizações uma poderosa arma contra a participação política da mulher na esfera formal.

Ao analisar a relação existente entre o número de mulheres candidatas e o número de mulheres eleitas, pode-se comprovar que existe um maior preconceito por parte dos partidos contra a atuação política da mulher, do que por parte do eleitorado. Pelo menos na Bahia, pode-se dizer que o eleitorado em geral vota nas mulheres. O boicote mantém-se graças aos partidos que não permitem candidaturas femininas¹¹⁴, salvo quando têm a segurança do potencial eleitoral de determinada mulher que tenha adquirido prestígio na sua vida política ou profissional.

¹¹³ Na Tese “Acelerar a organização de um poderoso movimento feminino de massas” preparada pelo Comitê Central do Partido para apresentar ao IV Congresso, o PCB afirma: “É indispensável fazer, em cada organismo do Partido, um estudo minucioso das condições em que vive a mulher, dos obstáculos que representam suas pesadíssimas tarefas domésticas para a possibilidade de qualquer atividade nas filas do nosso Partido, para reduzir ao mínimo possível as exigências estatutárias para que a mulher possa ser militante comunista, possa progressar politicamente como ativista do nosso Partido, sem prejudicar suas tarefas domésticas. Outro assunto a estudar é a vantagem ou não, de permitir a existência de células femininas em nosso partido, isso é, exclusivamente de mulheres. Estas células podem surgir através de organismos de massas femininas, e servir como pontos de partida, como força motriz para a organização feminina de massas” (COSTA P.1981:83)

¹¹⁴ Nas eleições municipais de 1992, 1030 homens candidataram-se as prefeituras baianas e somente 38,4% foram eleitos, já às mulheres, das 29 que conseguiram romper os bloqueios partidários e candidatar-se, 65,5% foram eleitas. Nesse ano, as mulheres representavam somente 2,7% do total de candidatos. Nas Câmaras Municipais, foram eleitos 13,1% dos candidatos homens e 14,3% das candidatas mulheres, que representavam somente 9,1% do total dos candidatos. Para a Assembleia Legislativa, as mulheres foram 6,3% dos candidatos em 1994 e 17,2% delas conseguiram eleger-se para só 13,45% dos homens candidatos.

Tomando-se como exemplo as três últimas eleições para as Assembléia Legislativa do Estado da Bahia para analisar a distribuição partidária das mulheres candidatas (Tabela VI-1), pode-se observar que, nos partidos menores, as mulheres encontram mais possibilidades de candidatarem-se.

Tabela VI-1
CANDIDATOS À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA
POR GÊNERO E PARTIDO

PARTIDOS POLITICOS	CANDIDATOS								
	1986			1990			1994		
	T	M	%	T	M	%	T	M	%
PDS	15	—	—	06	—	—	40	—	—
PDT	54	04	07,4	43	03	07,0	47	04	08,5
PT	41	01	02,4	44	05	11,3	47	07	14,8
PTB	48	02	04,2	60	09	15,0	20	02	10,0
PMDB	95	03	03,1	04	03	02,9	62	02	03,2
PDC	01	—	—	21	05	23,8			
U.Humanista	17	07	41,1						
PSC	02	—	—	35	01	02,8	08	—	—
PCB(PPS)	01	—	—	05	02	40,0	04	—	—
PC do B	21	07	33,3	07	01	14,2	05	01	20,0
PFL	82	03	03,6	68	04	05,8	45	05	11,1
PMB	06	—	—						
PSB	20	—	—	41	01	02,4	35	—	—
PSL				10	03	30,0			
PMN				09	—		42	02	04,7
PSDB				74	03	—	57	03	05,2
PRN				83	01	04,1	24	03	12,5
PT do B				01	—	01,1			
PST				01	—	—			
PL				04	—	—	20	—	—
PV						—	02	—	—
PSD				15	01	06,6	02	—	—
TOTAL	03	27	6,8	91	42	7,1	60	29	6,3

FONTE: Jornal “*Tribuna da Bahia*”. Suplemento Eleições 86, 14/10/1969. pp.13-16. Jornal “*A Tarde*”. Caderno Especial Eleições, 3/10/1990. p.10-12 e 2/10/1994. p.8-9.

Em 1986, foi a União Humanista (formada por pequenos partidos) que apresentou um maior percentual de mulheres candidatas (41,1%). Em 1990, foi o PCB que apresentou uma maior proporção, com a candidatura de duas mulheres, entre o total de 5 candidatos. Já em 1994, foi o PC do B que ficou na dianteira. Nos partidos maiores, são praticamente vetadas as candidaturas femininas para

os postos superiores: o PMDB apresentou percentuais insignificantes de candidaturas femininas nestas últimas eleições (3,1%; 2,9% e 3,2%). O outro grande partido, o PDS, não apresentou candidaturas femininas nesse período. Com base nos dados da Tabela VI-1, podemos levantar duas suposições:

1 – Nos partidos menores, a mulher encontra mais espaço para candidatar-se aos cargos eletivos;

2 – Os partidos identificados como de esquerda não mais propensos às candidaturas femininas do que os identificados como de direita ou centro.

De acordo com essa situação, a participação da mulher nos partidos políticos brasileiros ainda está muito pequena, com exceção dos partidos de esquerda (PT, PC do B e PPS, que tentam romper com o modelo dominante de partidos), onde as mulheres constituem um grupo ativo de militantes, atuando de forma regular e permanente e não só durante os períodos das campanhas eleitorais, como costuma acontecer normalmente nos outros partidos (TABAK.1994:29).

Os dados de 1991, no âmbito nacional, revelam que o PDT era o partido que apresentava um maior índice de mulheres na sua direção nacional (9,2%). O PSDB e o PT tinham um pouco mais de 6% de mulheres dirigentes nacionais. Já o PMDB, o maior partido político do país, tinha somente 3,3%. Nos outros partidos, esse percentual não alcançava 2% (TABAK.1994). Como se viu anteriormente, os partidos costumam estar controlados pelos políticos mais velhos e tradicionais, os **“caciques”**, que impedem, de forma brutal, o acesso das mulheres ou de qualquer um que possa pôr em risco seu controle.

Em 1993, fruto de uma forte pressão das mulheres militantes em suas fileiras, o PT estabeleceu o sistema de cotas (entendido como uma ação afirmativa) em todas as suas instâncias de deliberação. Seguindo uma prática internacional, esse partido estabeleceu uma cota de 30% como o mínimo da representação feminina em sua estrutura de poder.

O sistema de cotas, uma demanda do movimento feminista internacional, tem por objetivo oferecer ao gênero feminino em desvantagem um instrumento capaz de igualar as oportunidades de participação social, o qual constituiu uma realidade em muitos dos partidos europeus. No Partido Social Democrata Alemão, a cota era de 40%. A Internacional Socialista estabeleceu uma cota mínima de 30% para todos os seus filiados. Na América Latina, é importante mencionar a Argentina que adotou esse sistema nacionalmente para todos os seus partidos.

No Brasil, em 1995, atendendo a uma recomendação da IV Conferência Internacional da Mulher, patrocinada pela ONU, em Pequim (Beijing) na China,

e com o apoio do movimento de mulheres, a Deputada Federal Marta Suplicy apresentam ao Congresso Nacional um projeto de lei que estabelece o sistema de cotas para as eleições em todos os níveis no país. O projeto da Deputada tornaria obrigatória a reserva, para candidatas femininas, de um mínimo de 30% do total de candidatos apresentados pelos partidos. Esse projeto ainda se encontra em tramitação no Congresso Nacional, enfrentando a dura resistência parlamentar.

Não obstante, como fruto da forte pressão popular, as mulheres conseguiram garantir a inclusão do sistema de cotas na Lei 9.100/95, que regulamentou as eleições municipais de 1996. De acordo com o Parágrafo 3 do Artigo 11, os partidos foram obrigados a inscrever, no mínimo, 20% de mulheres nas suas chapas proporcionais.

Ao estabelecer esse percentual de 20%, essa Lei, além de não atender plenamente à reivindicação do movimento de mulheres, torna visível a persistência da discriminação contra a mulher nas estruturas partidárias, pois permitia (atendendo uma pressão das lideranças partidárias no Congresso Nacional) que o partido ampliasse em 20% o total de candidaturas que estaria apto a apresentar, para que, com isso, pudesse atender à lei sem alterar as práticas internas de exclusão feminina.

Por outro lado, apesar dos limites dessa lei e da resistência partidária, esse foi um momento ímpar de discussão da participação política da mulher no país, trazendo com ela a possibilidade de abertura de espaços concretos à participação feminina.

Entretanto, o sistema de cotas é somente um instrumento formal que não terá os efeitos desejados se as mulheres, como sujeitos políticos, não lutarem contra as barreiras objetivas e subjetivas existentes nessas organizações, as quais são impostas por relações patriarcais de dominação que atuam tanto sobre os homens como sobre as mulheres.

2. O partido político e as mulheres no poder local

Como se viu anteriormente, são os pequenos partidos e os de esquerda que oferecem maiores possibilidades de atuação política às mulheres, embora essa regra não apareça no âmbito do poder local na Bahia, onde, ocorre exatamente o contrário: as mulheres são eleitas quase que exclusivamente pelos partidos maiores e mais conservadores.

Ao analisar a filiação partidária das prefeitas eleitas a partir de 1958 (Tabela V-5), ano em que, pela primeira vez, uma mulher foi eleita para esse cargo na

Bahia, pode-se observar que, até 1882, invariavelmente, todas pertenciam aos partidos da direita governista e, a partir dessa data, algumas poucas pertenciam ao PMDB, mas já nesse momento isso não significava uma mudança ideológica significativa.

Na eleição de 1958, a única mulher eleita pertencia ao PSD, partido criado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, com a ajuda de seus interventores e que, a partir de 1945, com a democratização, constituiu-se na base fundamental de apoio aos setores dominantes, em especial aos grandes proprietários rurais e às antigas oligarquias nordestinas.

Em 1966, com o estabelecimento do bipartidarismo depois do golpe militar, as mulheres eleitas pertenciam ao partido governante, a ARENA, o mesmo ocorrendo nas eleições de 1970, 1972 e 1976. A partir de 1979, depois da reforma partidária, quando o partido governista se transforma em PDS e a oposição divide-se em vários partidos, a força hegemônica no Nordeste continuou sendo o governo, o que se confirmou com as eleições de 1982, quando este conseguiu a maioria absoluta das prefeituras e a totalidade das prefeituras eleitas.

Essa situação começou a dar mostra de uma pequena mudança a partir de 1985, quando são retirados todos os instrumentos “legais” de controle estabelecidos pelo governo militar, os “entulhos autoritários”. Na eleição de 1988 algumas prefeitas (27,3%) são eleitas pelo PMDB e todas as demais pertenciam aos principais partidos de direita (PDS e PFL) e seus aliados, os pequenos partidos (PDC e PSC).

No que se refere às mulheres que foram eleitas pelo PMDB, pode-se supor que muitas não representavam uma posição mais progressista, pelo simples fato de que, a partir de 1985, esse partido deixou de ser oposição ao assumir a presidência da República com base em uma aliança com o PFL, que era uma dissidência do PDS¹¹⁵, o que faz suspeitar de um “adesismo”, já que não se pode esquecer da **essência** governista dos políticos brasileiros.

¹¹⁵ O Partido da Frente Liberal, uma dissidência de PDS, surge entre os partidários da candidatura do vice-presidente da República, Aureliano Chaves, como oposição a candidatura de Paulo Maluf à presidência da República. “A mobilização da opinião pública em favor das eleições diretas, e a eleição pela Convenção do PDS da candidatura altamente polêmica de Paulo Maluf, produziram uma divisão profunda e irremediável no partido. Se formou a Frente Liberal liderada por Aureliano Chaves e por outros ‘notáveis antimalufistas’ do PDS, dispostos a negociar a transição com a liderança oposicionista” (LAMOUNIER e MENEGUELLO. 1986:82).

Através da Aliança Democrática constituída com o PFL, abrem-se as portas da “Nova República” às velhas oligarquias ligadas à burguesia mercantil, que, uma vez mais, mantiveram-se no poder.

Em 1992, a mudança permanece mínima. À exceção da prefeita de Salvador, eleita pelo PSDB, com o apoio de uma coligação de esquerda, e a prefeita de Amargosa, eleita pelo PDT, a grande maioria (80%) foi eleita pelos partidos identificados como de direita (PFL, PDC, PL, PTB, PDS) e só 10,5% pelo centro (o PMDB).

No que se refere às vereadoras, o quadro é ligeiramente distinto. Em 1972, a oposição ao regime militar conseguiu eleger 12% das vereadoras; em 1976 foram 12,8% e, em 1982, passou a 20,1% (Tabela VI-2). Do mesmo modo que para a eleição dos prefeitos, os partidos menores, criados a partir da reforma partidária de 1979, não tinham condições de estabelecer diretórios em todos os municípios, o que impedia a seleção de candidatos e, pior ainda, sua eleição. A disputa eleitoral de fato se deu entre os grandes partidos.

Tabela VI-2
DISTRIBUIÇÃO DAS VEREADORAS BAIANAS
PARTIDO E ANO ELEITORAL

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	ANO ELEITORAL				
	1972	1976	1982	1988	1992
Aliança de Renovação Nac. (ARENA)	126	163			
Movimento Democrata Brasileiro (PMDB)	17	24			
Partido Democrata Social (PDS)			167	11	32
P. Mov. Democrata Brasileiro (PMDB)			42	117	64
Partido da Frente Liberal (PFL)				105	149
Partido Democrata Cristão (PDC)				18	31
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)			–	35	54
Partido Social Cristão (PSC)				17	15
Partido Democrata Trabalhista (PDT)			–	09	18
P da Social Democracia Brasileira (PSDB)				02	11
Partido Liberal (PL)				06	61
Partido dos Trabalhadores (PT)			–	04	02
Partido Socialista Brasileiro (PSB)				06	06
Partido da Renovação Nacional (PRN)				06	07
Partido Trabalhista Renovador (PTR)					02
Partido Comunista do Brasil (PC do B)				01	–
Partido Social Trabalhista (PST)					05
Partido Municipalista Brasileiro (PMB)				07	–
Partido Comunista Brasileiro (PCB)				01	–
Alianças Partidárias				–	03
Sem informação				05	06
TOTAL GERAL	141	187	209	350	467

FONTE: Serviço de Documentação e Divulgação do Tribunal Regional Eleitoral/Ba (dados agregados pela autora)

Em 1988, enquanto a direita elegeu 56% das vereadoras, a esquerda só conseguiu 6%, e o PMDB, agora o maior partido de centro, ficou com 33,4%. Em 1992, não obstante a esquerda conseguir aumentar um pouco o número de mulheres eleitas (8,0%), o que se viu foi um forte avanço da direita (76,2%), em especial nos espaços ocupados pelo PMDB, que baixou a 13,7% sua representação feminina. Nesse momento o PMDB, já se encontrava em franca decadência, perdido ideologicamente no que se refere às suas definições políticas e organizacionais.

Apesar disso, não se pode dizer que esse quadro de conservadorismo seja uma exclusividade das mulheres, na medida em que ele reflete exatamente a composição partidária no Estado. É o retrato fiel da distribuição do poder e do predomínio das antigas relações baseadas no controle dos currais eleitorais, no compadrio e na prática do clientelismo que garantem o domínio absoluto do aparelho estatal e suas instituições representativas por parte desses setores.

Essas mulheres não são conservadoras em função do seu gênero, e sim como resultado do contexto sócio-político em que vivem, no qual a família e sua rede de compromissos e alianças joga um papel fundamental. É por esse motivo que a família é determinante na seleção partidária no nordeste brasileiro.

Ao analisarem-se as razões que levaram as vereadoras a optar por determinado partido, isso fica bem explicitado. Em nossa amostra, entre as que explicitaram as razões da sua escolha partidária (Tabela VI-3), 42,1% apontaram a **tradição familiar** ou as vinculações políticas com o grupo. As declarações de algumas vereadoras explicam melhor essa escolha:

“Porque foi o de todas as épocas da nossa família e nele estávamos juntos aos amigos a partir do governo.” (PDS, 67 anos).

“Primeiro, porque nasci dentro dele, isto é, naquele que ao evoluir originou o atual PDS. Segundo, porque não posso me identificar com a oposição daqui da minha terra. Poderei mudar, caso a oposição aqui mude as pessoas que lideram. A oposição aqui quem faz é o próprio PDS da ala de que faço parte.” (PDS, 42 anos).

“Porque meu esposo já era filiado nesse partido.” (PDC, 37 anos).

“Por questão de tradição. Meu pai foi ARENA, meu esposo foi ARENA, depois PFL e eu sou PFL. Eu gosto do partido” (PFL, 47 anos).

“Porque foi o partido que meu primo saiu como candidato e rogou muito até que saí, como sairia em qualquer outro que me desse apoio e que realmente tivesse bons representantes” (PDS, 37 anos).

Tabela VI-3
MOTIVOS DA ESCOLHA PARTIDÁRIA DAS VEREADORAS

FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Por ser de oposição	01	—	01	02	01,6
Por tradição familiar	11	05	11	27	21,3
Identificação com o programa	08	05	19	32	25,2
Por ser da situação/majoritário	09	—	03	12	09,4
Por ter vínculos políticos com o grupo	06	07	11	24	18,9
Falta de opção	05	02	02	09	07,1
Possibilidade de fazer mudanças sociais	04	01	02	07	05,5
Outro	01	02	05	08	06,3
Sem informação	02	01	03	06	04,7
TOTAL	47	23	57	27	100,0

Entretanto, essa não é uma característica exclusiva das mulheres que atuam na esfera formal do poder. Segundo um estudo realizado por Avelar(1985) sobre o comportamento do eleitorado feminino no Brasil, em geral as mulheres são mais motivadas por critérios pessoais do que partidários ou ideológicos na hora de votar. Tal comportamento é fruto de uma história onde ainda persiste a influência de organizações partidárias dominadas pela estrutura coronelista e de compadrio.

Outra razão importante na escolha partidária, que define muito bem o contexto político da Bahia e do Nordeste, é o que poderíamos chamar **oportunismo político**, uma prática historicamente estabelecida na região. A lei fundamental da prática política do político brasileiro tradicional é estar sempre junto ao governo, estar sempre no partido governante ou com um seu aliado, como forma de continuar usufruindo dos privilégios, das regalias e da utilização privada do aparelho estatal.

Tabela VI-4
DISTRIBUIÇÃO DAS VEREADORAS POR PARTIDO
E MOTIVO DA ESCOLHA PARTIDÁRIA

PARTIDO	MOTIVO DA ESCOLHA PARTIDÁRIA ¹¹⁶									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
PMDB	01	05	11	–	04	–	05	–	02	28
PDS	–	12	03	09	04	06	–	01	02	37
PFL	01	05	03	01	06	01	–	03	–	19
PDT	–	–	–	01	02	–	–	–	–	04
PTB	–	01	05	–	02	–	–	01	–	09
PT	–	–	–	–	–	–	–	–	01	01
PDC	–	02	03	–	01	01	–	01	–	08
PSC	–	–	01	–	01	–	–	–	–	02
PSB	–	–	01	–	–	–	–	–	–	01
PSDB	–	–	01	–	01	–	–	01	–	03
PL	–	02	03	01	03	–	01	01	01	12
PRN	–	–	–	–	–	01	–	–	–	01
PTR	–	–	–	–	–	–	–	–	–	01
PMN	–	–	–	–	–	–	01	–	–	01
TOTAL	02	27	32	12	24	09	07	08	06	27

No caso das vereadoras, 10% apontam essa a razão para sua escolha partidária, apesar de grande parte delas vincularem esse motivo às uniões familiares,

“Porque nós do interior só conseguimos alguma coisa quando estamos ao lado do governo, assim quase sempre temos que tomar posição em seu favor” (PDS, 43 anos)

“Talvez pela tradição da família, pois desde criança que meus pais e familiares votam com o governo” (PDS, 52 anos).

¹¹⁶ ESPECIFICAÇÕES PARA O MOTIVO DA ESCOLHA PARTIDARIA

1 = Por ser de oposição

2 = Por tradição familiar

3 = Identificação com o programa

4 = Por ser da situação/majoritário

5 = Por ter vinculações políticas com o grupo

6 = Falta de opção

7 = Possibilidade de fazer mudanças sociais

8 = Outro

9 = Sem informação

Tabela VI-5
 RELAÇÃO ENTRE PARTIDO E TAMANHO DOS MUNICÍPIOS
 QUE ELEGERAM VEREADORAS

PARTIDOS	1988			1992		
	TAMANHO DO MUNICÍPIO			TAMANHO MUNICÍPIO		
	PEQ.	MED.	GRN.	PEQ.	MED.	GRN.
PDS	08	08	—	08	17	—
PMDB	34	80	03	18	37	09
PFL	21	83	—	25	110	14
PTB	12	24	01	15	33	06
PL	01	05	—	25	28	08
PT	—	03	01	—	02	—
PDC	09	08	01	13	17	02
PDT	03	06	—	02	12	03
PSC	08	09	—	04	09	02
PSDB	—	02	—	—	06	05
PSB	—	06	—	01	02	03
PMB	01	06	—	—	—	—
PRN	06	—	—	03	02	02
PC do B	—	01	—	—	—	—
PCB	—	—	01	—	—	—
PTR	—	—	—	01	—	01
PST	—	—	—	—	05	—
S/Informação	—	06	—	02	05	—
TOTAL VE- READORAS	98	245	07	117	292	58
TOTAL DE VEREADORES	1197	174	163	1053	2902	836
% DE MULHERES	08,2	07,7	04,3	11,1	10,1	06,0
TOTAL DE MUNICÍPIOS	133	267	14	117	244	55
MUNICÍPIOS C/ VEREADORAS	63	148	05	81	161	27
% MUNICÍPIOS C/VEREADORA	47,3	55,4	37,7	69,2	65,0	49,1

FONTE: Serviço de Documentação e Divulgação – Tribunal Regional Eleitoral/Ba (dados agregados pela autora).

Por outro lado, 26,4% das vereadoras apontam como motivo da escolha a identificação partidária, a concordância com o programa. Essa também é a explicação dada pela metade das prefeitas participantes da nossa pesquisa¹¹⁷.

¹¹⁷ Uma pesquisa realizada por Fanny Tabak entre as candidatas à Assembléia Nacional Constituinte, nas eleições de 1986, no Estado do Rio de Janeiro, apontou que muitas delas somente haviam se filiado ao partido para atender uma exigência legal, justamente para poder participar na eleição. “Estas candidatas demonstravam desconhecer a estrutura partidária, o programa e os estatutos do partido pelo qual estavam se candidatando à eleição”(1987:36)

Por outro lado, ao relacionarem-se as categorias que explicam as razões da escolha partidária com o partido político da vereadora, nota-se que 81% das vereadoras que apontaram como um motivo a “tradição familiar” pertenciam aos partidos de direita, sendo que 44,5% estavam filiadas ao PDS. Do mesmo modo, as que responderam “identificação partidária”, em sua maioria, pertenciam a esses partidos. Contudo, foram também as vereadoras do PDS as que mais indicaram (75%) a categoria “por ser o partido majoritário”.

Por outro lado, são nos municípios de médio e pequeno porte que os grandes partidos têm fundamentalmente sua base eleitoral e, portanto, elegem mais representantes, independentemente do gênero. Os pequenos partidos, especialmente os de esquerda como o PT, PC do B, PPS, PSB e PDT, quase não existem nos pequenos municípios, tendo um melhor desempenho nas grandes cidades, onde se concentra, geralmente, sua militância (Tabela VI-5). Raramente conseguem eleger prefeitos ou vereadores.

2.1. O partido na campanha eleitoral

Apesar de os partidos funcionarem, na maioria dos municípios, quase exclusivamente nos períodos eleitorais, conseguem ter um peso importante na eleição de prefeitas e vereadoras, não só no que se refere à exigência legal de vinculação partidária. A maioria das prefeitas (50%) e vereadoras (59%) considera que o partido tem contribuído para sua eleição. Poucas são aquelas que apontam a atuação do partido como prejudicial na sua campanha eleitoral (12,5% das prefeitas e 7,9% das vereadoras). Entretanto, ao analisarem-se esses dados de forma mais detalhada, pode-se detectar que essa “ajuda” apresenta uma diversidade muito interessante para o entendimento da prática partidária no Município (Tabela VI-6).

Entre as vereadoras que reconhecem a atuação do partido como benéfica, um grande número (48,6%) o apontam em função do apoio político que receberam, geralmente através da liderança partidária local, vinculada ao grupo político ao qual pertence. Esse apoio traduz-se em ajuda financeira e divulgação desse apoio entre as bases eleitorais, em geral os currais. O depoimento de uma vereadora revela essa rede de apoios: “Ajudou, pois o prefeito é meu amigo, me deu alguns incentivos...” (PDS, 34 anos).

Tabela VI-6
INTERFERÊNCIA PARTIDÁRIA NA ELEIÇÃO DAS VEREADORAS

INTERFERÊNCIA PARTIDÁRIA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
AJUDOU	27	17	31	75	62,5
Porque é o mais simpático para o povo	05	03	10	18	15,0
Porque é mais fácil estar do lado do governo	07	—	01	08	06,6
Por ser de oposição	02	—	02	04	03,4
Porque teve apoio político	10	10	15	35	29,1
Porque teve apoio também de outro partido (coalizão)	—	02	01	03	02,5
ajudou...	03	02	02	07	05,8
DIFICULTOU	07	—	03	10	08,4
Por ser do governo	04	—	—	04	03,4
Por ser de oposição	03	—	03	06	05,0
INDIFERENTE	09	05	21	35	29,1
O partido não importa e sim o candidato	06	01	16	23	19,2
Indiferente...	03	04	05	12	10,0
Sem informação	04	01	02	07	—
TOTAL	47	23	57	27	100,0

Um número significativo de vereadoras (25%) que se inclui nessa categoria, considera também, o fato de o partido ter uma boa penetração entre o eleitorado, o que representou uma ajuda na sua eleição. Para uma prefeita do PDS, a ajuda do partido foi fundamental, porque, no seu município, a “maioria é de direita”, votando sempre com o governo. Quando o município é essencialmente oposicionista, o fato de pertencer a um partido de oposição traz o mesmo resultado.

Esse é um fenômeno interessante que aparece nestes dados, assinalado por um pequeno número de vereadoras. Para 6,3% do total de nossa amostra de vereadoras, o fato de pertencerem ao partido do governo tornou mais fácil sua eleição. No entanto, para outros 3,1%, essa condição caracterizou-se como uma dificuldade da sua campanha eleitoral. Dados semelhantes aparecem entre as mulheres dos partidos oposicionistas com significado contrário, pois há um maior índice entre as que apontam o fato de ser oposição como importante para sua eleição. Tudo isso depende das características políticas do município e a correlação de forças existente.

Uma vereadora expressa muito bem esse contexto:

“Ajudou, porque me filiando a um partido oposto ao governo da época, teria mais condições de ganhar a eleição devido ao descontentamento dos munícipes com a administração atual” (PTB, 47 anos)

É importante destacar que ser de oposição ou estar no governo nem sempre se refere ao partido dominante no âmbito estadual ou federal, pois muitas vezes, partidos que, nessas esferas, são aliados, no município, em função das disputas locais, são inimigos irreconciliáveis, a exemplo do partido da vereadora anterior. Na nossa pesquisa, muitas vereadoras, eleitas pelo PDS, PFL ou outros partidos aliados no âmbito federal ou estadual, auto-definem-se como de oposição, referindo-se à posição em que se encontra o seu grupo político em relação ao partido e/ou grupo dominante no município.

Por outro lado, muitas prefeitas (37,5%) e vereadoras (27,5%) consideram que o fato de estarem vinculadas a tal partido não trouxe qualquer tipo de influência na sua eleição. Para elas, no município, o que interessa é o candidato, sua família, e não o partido. O voto é pessoal, baseado em compromissos, alianças. É uma espécie de reconhecimento do trabalho realizado anteriormente pelo candidato ou pelo grupo político/familiar ao qual se está vinculado.

“O partido não interferiu em nada. Talvez seja porque o povo não dê muita importância aos partidos e sim para os representantes” (PRN, 33 anos)

“Para ser sincera, a sigla de partidos aqui não influencia muito, quem faz o partido é a pessoa, se ela trabalha, o povo acredita, se não, o partido não ajuda”. (PDC, 38 anos)

2.2. A prática partidária e as mulheres

Como viu-se anteriormente, em geral, os partidos não criam as condições para a participação feminina, chegando, em muitos casos, até mesmo a dificultar essa atuação. No que se refere ao município, essa tendência mostra-se de forma mais acentuada em função do próprio tipo de prática partidária dominante. Os partidos permanecem sendo estruturas essencialmente masculinas, às quais as mulheres são incorporadas quando a conjuntura assim o exige.

Entre as vereadoras, somente 33,6% das que responderam sobre essa questão consideram que a mulher é valorizada no partido e que aí não existem preconceitos. As outras apontam a existência de muita discriminação (21,2%), a falta de integração e incorporação das mulheres (26,5%), assim como a inexistência de vida partidária no município (Tabela VI-7).

As prefeitas também não destacam a atuação do partido em relação às mulheres; as queixas mais constantes são de que o partido não tem a preocupação de incorporar as mulheres e que essas são chamadas a participar só nos momentos

eleitorais, geralmente para realizar as tarefas de mobilização do eleitorado e divulgação dos candidatos.

“... a situação da mulher dentro do partido é olhada de modo atravessado. Por causa da concorrência, os homens acham que a mulher com tantos atributos pode tomar o lugar deles, o que não é verdade, os direitos são iguais” (PFL, 44 anos)

“Com discriminação e falta de confiança para assumir posições superiores” (PSDB, 49 anos)

Tabela VI-7
SITUAÇÃO DAS MULHERES NA ESTRUTURA
PARTIDÁRIA VEREADORAS POR ANO ELEITORAL

SITUAÇÃO DA MULHER	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
A mulher não participa efetivamente	07	04	08	19	15,0
Existe muita discriminação no partido	09	01	14	24	19,0
Participa na hora de votar e fazer campanha	03	—	01	04	03,1
É valorizada, não existem preconceitos	05	03	07	15	11,8
O partido dá todo apoio às mulheres	06	04	13	23	18,1
Falta mais integração	06	01	04	11	08,6
Não existe vida partidária	05	03	03	11	08,6
Não sabe	03	02	01	06	04,8
Sem informação	03	05	06	14	11,0
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Por outro lado, o partido não realiza ação alguma para atrair as mulheres; essa é uma característica apresentada por prefeitas (50%) e vereadoras (59%). As outras prefeitas entendem que o fato de o partido oferecer uma possibilidade de candidatura já é importante. Mas essa não é uma situação reconhecida pelas vereadoras, na medida em que somente 5,6% reconhece que o partido oferece oportunidade de ingresso na vida política. Para 27,1% das vereadoras, o partido só estimula a participação feminina nos momentos eleitorais.

Essa crítica apresentada pelas mulheres, entretanto, não difere muito da prática partidária em geral. Salvo as discriminações específicas de gênero apontadas pelas vereadoras, os partidos que atuam nos municípios não possuem uma política de integração dos seus filiados. De fato, não existe uma vida partidária; isso só

ocorre nos períodos eleitorais, como o denomina Moacir Palmeira, no “tempo da política” (1991:118)¹¹⁸.

Muitas das mulheres que conseguiram romper os bloqueios impostos pelos partidos e desenvolvem uma militância partidária buscam criar, dentro dessa estrutura, instâncias de recrutamento, de integração feminina e de formação política orientada para as mulheres. Essas instancias são os Departamentos Femininos.

Apesar dos esforços dessas militantes, os Departamentos não conseguem ter uma atuação significativa ou romper as práticas discriminatórias existentes nessas organizações, ficando, muitas vezes, restritos às capitais, ou transformados em “guetos” sem possibilidades de atuação.

Essa fragilidade dos Departamentos femininos reflete-se claramente na nossa amostra. Apesar de ter uma existência reconhecida formalmente na maioria dos partidos, muitas prefeitas (62,5%) desconhecem sua existência. Entre as vereadoras, o quadro não é distinto: 36,8% afirmaram que não existia departamento feminino no seu partido e 43% não sabiam se existia ou sequer, o que era. As poucas que tinham informação sobre essa estrutura no seu partido destacavam que a mesma só existia na capital, ou que não tinha um trabalho efetivo entre as filiadas

Tabela VI-8
AÇÕES PARTIDÁRIAS ORIENTADAS PARA AS MULHERES
VEREADORAS POR ANO ELEITORAL

AÇÕES PARTIDÁRIAS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Atua só nos períodos de eleições	03	03	01	07	06,5
Oferece oportunidade de ingressar na “política”	02	—	04	06	05,6
Oferece condições de trabalho	02	02	04	08	07,5
Incentiva a participação das mulheres	08	05	08	21	19,6
Não faz nada/não dá apoio as mulheres	15	09	27	51	47,6
Discrimina as mulheres	—	—	02	02	01,8
Poucas ações	08	01	03	12	11,2
Sem informação	09	03	08	02	—
TOTAL	47	23	57	127	100

¹¹⁸ Segundo Palmeira, o tempo de política “... na expressão usada pelas pessoas para referir-se ao período das eleições, representa o momento em que as facções são identificadas e em que, por assim dizer, existem como verdadeiras facções políticas, em conflitos abertos, durante o tempo que é definido como o tempo da política. É nesse tempo de política que aquelas municipalidades se dividem de forma pouco habitual nas grandes cidades. É durante esse tempo que o próprio espaço físico da cidade é dividido segundo a linha das facções e nas que se desenvolvem interdições com relação aos bares, barbearias, farmácias, em suma, os locais públicos controlados pela facção adversária”(1991:118)

Essa fragilidade, contudo, não é só uma responsabilidade do departamento feminino ou das mulheres que aí atuam. É, principalmente, fruto da pouca importância dada à organização das mulheres no partido e aos preconceitos existentes por parte da direção partidária. Segundo uma vereadora do PMDB, um dos partidos que, desde sua formação, tem um Departamento Feminino atuante, é a própria direção que dificulta o trabalho desse setor ao não reconhecer sua importância na estrutura partidária. Para essa vereadora,

“... estatutariamente verificamos que o Departamento Feminino não tem os mesmos direitos que os outros departamentos. O Departamento Trabalhista, por exemplo, que tem direito a indicar candidatos, o Departamento feminino não, então enviamos abaixo-assinado à direção nacional, reivindicando um reconhecimento oficial do departamento feminino com os mesmos direitos que os outros têm; por isso, necessitamos rearticulá-lo, pois, sem força, não podemos reivindicar nada. O objetivo nosso deve ser esse, que ele influencie decisivamente e, por isso, necessitamos o reconhecimento formal e que tenha um papel preponderante de definição política dentro do partido... O Departamento se formou em uma conjuntura de luta de definições no partido, de afirmações de princípios e ele agora precisa ser reativado, mas de forma distinta, ter uma prática mais atuante no movimento de mulheres.(PMDB, 27 anos)

Tabela VI-9
O DEPARTAMENTO FEMININO NO PARTIDO
SEGUNDO AS VEREADORAS

SOBRE O DEPARTAMENTO FEMININO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Não existe no Partido	10	08	24	42	6,8
Não sabe se existe	07	03	10	20	7,5
Não sabe o que é (resposta vaga)	02	—	—	02	0,5
Sabe que existe mas não tem trabalho efetivo	—	—	12	12	0,5
Jamais havia ouvido falar	08	05	05	18	5,8
Resposta errada(sobre outra coisa)	10	06	01	17	5,0
Não respondeu	02	01	—	03	2,7
	08	—	05	13	2,7
TOTAL	47	23	57	27	100,0

Não obstante, as mulheres estão conscientes da importância do partido e da necessidade de que essas organizações criem as condições necessárias para a incorporação das mulheres na sua estrutura, independentemente ou não da

existência de Departamentos Femininos. Para as vereadoras, o partido deveria organizar ou participar mais ativamente nos movimentos de mulheres, incentivar sua participação (61,1%), oferecer trabalhos e oportunidades de atuação (11,1%), promover a mulher na comunidade (Tabela VI-10). Também as prefeitas apontam a necessidade de que o partido esteja mais próximo das mulheres. Para uma prefeita, o partido deve

“... divulgar toda a iniciativa tomada e ações executadas pelas mulheres, a fim de que se crie consciência de que as mulheres podem participar na vida econômica ou pública, sem descuidar a educação dos filhos e as atividades domésticas”

Já, algumas prefeitas (25%) defendem a idéia de que o partido não deve desenvolver qualquer tipo de ação específica para as mulheres; ao contrário, são elas que devem procurar filiar-se, lutar para abrir novos espaços de atuação. São as mulheres as únicas responsáveis pela eliminação das relações patriarcais existentes nas estruturas partidárias, para adequá-las a sua luta e reivindicações.

Tabela VI -10
AÇÕES QUE O PARTIDO DEVERIA REALIZAR
PARA ATRAIR AS MULHERES, SEGUNDO AS VEREADORAS

AÇÕES DOS PARTIDOS	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Organizar movimentos, incentivar a participação	20	12	34	66	61,1
Oferecer vantagens, trabalhos, oportunidades	07	01	04	12	11,1
Fazer campanhas em benefício da comunidade	02	—	—	02	01,8
Promover a mulher na comunidade	04	02	05	1	10,1
Conceder cargos importantes no partido	02	03	—	05	04,7
Respostas ligadas a práticas clientelistas	01	—	03	04	03,7
Não deveria fazer nada	02	—	01	03	02,8
Não sabe	—	03	02	05	04,7
Sem informação	09	02	08	19	—
TOTAL	47	23	57	27	100,0

Mas essa não é uma pratica corrente entre as mulheres. Os condicionamentos sócio-culturais resultantes da dominação patriarcal mantêm as mulheres submetidas a essas práticas discriminatórias nas organizações partidárias como as mantêm na sociedade em geral, apesar de estarem conscientes de que essas práticas são nocivas às mulheres e à sociedade como um todo.

Esse é o caso de uma vereadora que, até então, pertencia ao partido dominante e que, no momento de nossa pesquisa, estava mudando para outro, como consequência das lutas internas. Depois de conviver muitos anos no partido, aponta a necessidade de que este se transforme, para que

“... desse liberdade e prestigiasse a mulher mas isso não acontece, pois o regime do meu partido é de ditadura, coronelismo, onde o povo vive oprimido, pressionado, coagido e se não fizer o que eles querem são perseguidos sem direito a nem um atendimento no hospital” (PDS, 37 anos)

Outra vereadora descreve a política partidária no interior do Estado como muito discriminadora.

“A política é feita na base de apadrinhamento. O partido só faz para quem interessa a ele. É dose mesmo, no interior, a coisa é muito quente, é discriminativo” (PFL, 44 anos).

No poder local, os compromissos políticos familiares mantêm às mulheres submetidas a essas práticas e, na maioria das vezes, alienadas por sua condição de gênero.

2.3. A função da mulher no partido

Entretanto, algumas dessas mulheres não estão contentes com o papel periférico que desempenham nessas organizações, decorrentes a todas as limitações patriarcais que as cercam, e estão reivindicando um papel mais ativo para as mulheres.

Sobre as funções que as mulheres deveriam exercer nos partidos políticos, prefeitas e vereadoras não diferem muito na sua visão. Para as prefeitas, é necessário trabalhar com seriedade e fazer com que outras mulheres se incorporem para que, juntas, possam lutar por seus direitos. Para as vereadoras, é necessário que as mulheres participem mais ativamente no partido (Tabela VI-11), que lutem por um espaço, que apresentem reivindicações (62,1%); outras apontam no sentido de que as mulheres devem assumir as mesmas funções que os homens, inclusive na direção partidária (27,8%). Poucas são aquelas prefeitas ou vereadoras que mencionem ações típicas dos papéis tradicionais femininos, como atuar mais na área da assistência social, fazer mais filantropia.

Tabela IX-11
A FUNÇÃO DA MULHER NOS PARTIDOS
SEGUNDO AS VEREADORAS

A FUNÇÃO DA MULHER NO PARTIDO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Participar ativamente	14	07	33	57	7,0
Assumir funções de direção	07	04	02	13	1,3
Assumir as mesmas funções que os homens	11	04	04	19	6,5
Fazer assistência social/filantropia	03	01	04	08	7,0
Fazer reivindicações/lutar por espaços	05	05	08	18	5,6
Não sabe	01	—	02	03	2,6
Sem Informação	06	02	04	12	—
TOTAL	47	23	57	27	100,0

3. Conclusões

Os partidos políticos, apesar da crescente participação feminina em suas fileiras, continuam sendo organizações essencialmente masculinas, estruturadas e conduzidas segundo esse modelo, cujas instâncias principais de decisão política ainda permanecem vetadas às mulheres.

No Brasil, o partido constitui-se em um dos principais instrumentos da ideologia patriarcal que mantém as mulheres afastadas da participação política formal, na medida em que, além de dificultar as candidaturas femininas aos cargos eletivos de maior prestígio, não cria mecanismos de absorção dessa parcela significativa do eleitorado.

É nos pequenos partidos de esquerda, preocupados em ampliar sua base eleitoral e desenvolver formas mais democráticas de deliberação política, onde as mulheres encontram maiores oportunidades e estímulos a sua participação.

Apesar dessa característica dominante no Brasil, no poder local baiano ocorre exatamente o contrário, isto é, são os grandes partidos, identificados como mais à direita e de centro, os que apresentam um maior número de candidaturas femininas.

Contudo, isso não significa uma maior abertura destes partidos à “causa feminista” e, muito menos, um reconhecimento da igualdade feminina. Representa, isso sim, o reconhecimento do potencial do eleitorado feminino em termos quantitativos. Mulheres que adquiriram algum prestígio em sua atuação social (principalmente através da profissão, em especial na área de assistência social e educação), são convidadas a candidatar-se aos cargos eletivos como uma espécie de isca, que tem por objetivo exclusivo atrair votos. No âmbito da estrutura de poder no partido não se lhes abre qualquer espaço.

No município, a prática desses partidos não é muito diversa. Ali, por não conseguirem ser algo mais que uma representação formal dos grupos político-familiares dominantes, os partidos incorporam as mulheres à sua estrutura reproduzindo as mesmas relações que caracterizam o mundo doméstico-privado. A mulher é filiada ao partido quando os interesses do grupo estão em risco, ou quando seu prestígio pode contribuir para a manutenção do poder.

Não obstante, para a maioria das mulheres que atuam no poder local, a incorporação a um partido se dá somente porque a legislação eleitoral assim o exige. No caso de serem possíveis candidaturas independentes, esses partidos dificilmente conseguiriam existir nos municípios. Os partidos, na maioria dos municípios baianos, não passam de representação legal de um poder tradicional, do qual as mulheres fazem parte como coadjuvantes.

É nesse sentido que, para a maioria das mulheres que atuam nas instâncias do poder local nos municípios, o partido é a extensão do seu grupo familiar, sobre cuja vinculação não pôde decidir, já que lhe foi legada como uma herança familiar.

Contudo, independentemente do fato de essas mulheres formarem parte desse jogo de dominação, onde são somente uma peça a mais no controle do poder e, portanto, manejadas, o fato de estarem atuando na esfera pública, fora do isolamento do mundo doméstico, pode abrir-lhes as portas da consciência de sua de subordinação e criar as condições para a **rebelião**. Essa é exatamente o tema sobre o qual se tratará no próximo capítulo.

A CONSCIÊNCIA DE GÊNERO

Ao longo deste trabalho, vem sendo demonstrado como foi atribuída à mulher uma **identidade** vinculada ao privado, à subordinação, impedindo-a de constituir-se como sujeito político. Essa **identidade**, fruto de uma larga construção histórica, assumiu diversas formas e modalidades culturais específicas, de acordo com as necessidades do sistema de dominação patriarcal na sua simbiose capitalista e racista.

Essas necessidades reproduzem-se dia a dia, nas diversas relações sociais de que a mulher participa e se integram à sua **vida cotidiana**¹¹⁹. É o caráter repetitivo da vida cotidiana, as crenças, as aspirações, as representações da realidade e a ideologia que configuram a **identidade feminina**, e é através dela que se reproduz o modelo de **feminilidade**, definidor do que é e do que deve ser a mulher para o sistema dominante, constituindo um verdadeiro controle para a mulher.

A idéia de identidade como um sistema de sentimentos e representações que especifica e singulariza o indivíduo dentro de sua cotidianidade precede um processo de consciência, entendida como um produto da situação social e da resistência. É esse processo de transformação da identidade em consciência o objetivo do feminismo, ao pressupor o surgimento de uma consciência feminina de gênero, ou seja, consciência feminista, na qual se projetam e se reelaboram as desigualdades vividas pelas mulheres. É um processo coletivo, que deve acontecer no contexto das relações de gênero, e que se materializa nas práticas sociais (COSTA e SARDENBERG.1994:83).

Os condicionamentos econômicos, sociais, políticos e culturais determinam os níveis de consciência de gênero, possíveis em determinado momento na história. Parafraseando Thompson (1987:10), pode-se dizer que o feminismo é um

¹¹⁹ Vida cotidiana é entendida aqui na perspectiva desenvolvida por Agner Heller. "... o conjunto de atividades que caracterizam a reprodução dos homens particulares, os quais criam a possibilidade da reprodução social (...). A vida cotidiana é a vida do homem **inteiro**: ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade. Nela, colocam-se 'em funcionamento' todos seus sentidos, todas as suas capacidades intelectuais, suas habilidades manipulativas, seus sentimentos, paixões, ideias, ideologias (...) São partes orgânicas da vida cotidiana: a organização do trabalho e da vida privada, os lazeres e o descanso, a atividade social sistematizada, o intercâmbio e a purificação" (1985:17-18)

fenômeno que surge quando algumas mulheres, como resultado das experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses e os direitos que lhe são negados em relação aos homens. As experiências comuns são determinadas por sua situação de sexo subordinado. A consciência de gênero é a forma com se tratam essas experiências em termos culturais, isto é, materializadas nas tradições, sistemas de valores, idéias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não acontece com a consciência de gênero. “A consciência de gênero surge da mesma forma em tempos diferentes, mas jamais exatamente da mesma forma” (COSTA e SARDENBERG.1994:84).

A manifestação dessa consciência de gênero surge no Brasil na primeira metade do século XIX, através das obras de Nísia Floresta Augusta Brasileira¹²⁰ e, durante quase um século, concentrou-se na luta pelos direitos civis, a sonhada igualdade de direitos entre homens e mulheres.

Na Bahia, essa consciência de gênero tardou em manifestar-se, pois nem sequer a luta sufragista mobilizou as mulheres baianas em seus primeiros momentos. Fechadas numa forte estrutura patriarcal, as baianas tardaram a descobrir o feminismo como sua alternativa de luta. A primeira organização feminista criada na Bahia foi a Federação Baiana pelo Progresso Feminino em 1931, filiada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que, sob a liderança de Bertha Lutz, comandou a luta sufragista no Brasil.

A Federação Baiana, desde seu início, congregou mulheres das classes média e alta, com facilidade de acesso às estruturas governamentais e aos meios de comunicação, o que facilitou a divulgação de sua doutrina e suas principais demandas, chegando, inclusive, a eleger uma deputada estadual em 1934, Maria Luiza Bittencourt.

Durante os anos seguintes, surgiram várias organizações de mulheres no Estado, quase sempre sob a tutela do Partido Comunista. Durante o período do Estado Novo, destacou-se o Movimento de Mulheres pela Anistia e, posteriormente, a Associação Baiana de Mulheres pela Democracia.

No final da década de 70, a Bahia não ficou atrás do ressurgimento das lutas femininas no país e, já em 1979, foi criado o primeiro grupo feminista baiano dentro dessa nova perspectiva. O Grupo Feminista Brasil Mulher, que surge inicialmente como um núcleo de apoio ao primeiro jornal feminista do país de caráter nacional, posteriormente, assume uma estrutura autônoma em

¹²⁰ Nísia, considerada a primeira feminista brasileira, depois de ter vivido 28 anos na Europa, regressou ao Brasil com toda uma carga de ideias em vigência lá. Em 1842, publicou o livro “Conselhos a minha filha” e, em 1856, “A mulher”, além de ter traduzido para o português, em 1852, a obra de Mary Wollstonecraft, “Vindication of the Rights of Women”. (COSTA P. 1981:54)

concordância com o modelo organizacional dominante nesta nova militância e na defesa desse novo feminismo.

Trata-se um feminismo distinto, questionador tanto das relações de produção da vida material como das relações entre os gêneros, das relações afetivas e sexuais, assim como de tudo que constitui as relações patriarcais típicas da vida privada. A partir da afirmação de que o **pessoal é político**, esse feminismo buscou redefinir conceitualmente o **pessoal** e o **político**, bem como transformar a realidade existente.

O feminismo brasileiro, assim como o de outros países latino-americanos, viveu conjunturas similares de regimes autoritários, aliado à luta geral da sociedade pela democracia. É um feminismo caracterizado, desde seu primeiro momento, como de esquerda, por sua identificação com as lutas transformadoras da sociedade.

A partir de 1982, o feminismo começa a sair do gueto e a espalhar-se por toda a sociedade. Atendendo às reivindicações do movimento de mulheres, são criados vários Conselhos Estaduais da Condição Feminina, um processo que culminou, em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, ligado ao Ministério da Justiça. Nas universidades e centros de pesquisas, são criados núcleos e grupos de estudos da condição feminina e das relações de gênero, como elementos de disseminação e produção de conhecimento. É a institucionalização do feminismo (COSTA e SARDENBERG.1994:107). Progressivamente, começa a surgir uma consciência de gênero e, com ela, constitui-se um movimento feminista entre os setores populares com fortes recortes de classe e raça nos quais se destacam o Movimento de Mulheres Negras, os grupos de mulheres das associações de moradores, assim como as comissões de mulheres nos sindicatos rurais e urbanos¹²¹.

Na medida em que se amplia o movimento feminista, a sociedade brasileira é obrigada, cada vez mais, a reconhecer a especificidade da condição feminina e as desigualdades sociais de gênero, legitimando, gradualmente, suas lutas, propostas e conquistas.

“Assim, questões inicialmente levantadas por feministas, como a questão dos direitos da mulher, da sexualidade feminina, da violência sexual ou mesmo da ainda polêmica questão do aborto, que antes provocavam

¹²¹ Sobre o feminismo nos setores populares na Bahia ver:

MOTTA, Alda Britto. “Relações de gênero em movimentos de bairros em Salvador.” *II Encontro de Antropólogos do Norte e Nordeste*. Recife: UFPe, 1991;

GARCIA, Antonia, PACHECO, Ana e SANTOS, Célia. *Rompendo as amarras: o movimento de mulheres na periferia de Salvador*. FFCH/UFBa. 1992

reações contrárias, se não verdadeiros escândalos, hoje já são tratadas abertamente em público, sem causarem maiores constrangimentos. Entram nas salas de visita das “melhores famílias” e nas salas de aulas dos colégios “mais tradicionais”; em algumas instâncias, foram incorporadas nos programas e plataformas de partidos políticos; figuraram, inclusive nos discursos e campanhas televisivas de diferentes candidatos. Sem esquecer o fato de que muitas das “bandeiras feministas” já se transformaram em direitos constitucionais extensivos a todas as brasileiras” (COSTA e SARDENBERG.1994:109).

São poucos os lugares e pessoas que ainda não foram afetados, de alguma forma, pelo feminismo e seus posicionamentos. Mas isso não significa que a sociedade brasileira tenha adquirido uma consciência de gênero, que as idéias feministas tenham sido incorporadas pela população em geral ou pelos organismos governamentais. Não obstante toda essa ampliação do feminismo, não se conseguiu uma mudança radical nas mentalidades da sociedade brasileira, as quais continuam regidas por bases essencialmente patriarcais, nas quais a maioria das mulheres está submersa, num mundo dos estereótipos que compõem a chamada **feminilidade**.

É nesse sentido que o objetivo deste capítulo é identificar os níveis de consciência de gênero e, ao mesmo tempo, detectar os graus de penetração das bandeiras do movimento feminista brasileiro entre as prefeitas e as vereadoras, a partir da análise de seus posicionamentos sobre determinadas questões básicas para a compreensão da condição feminina.

1. Visões e contextos

A luta por direitos iguais entre homens e mulheres está na origem das lutas feministas, tendo suas raízes teóricas no Movimento Ilustrado, sobretudo no conceito de universalidade.

No Brasil, apesar de essas lutas terem começado no século passado (como foi visto anteriormente), só em 1932 as mulheres lograram emancipação política, enquanto que a emancipação civil passou por um longo processo até a Constituição de 1988, quando grande parte das reivindicações do movimento de mulheres brasileiras foi incorporada ao texto constitucional.

Hoje, a Constituição brasileira, no seu Capítulo I, que trata dos “direitos e deveres individuais e coletivos”, garante, no Art. 5-I, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações”. Apesar disso, essa **igualdade**, na prática, permanece só no papel e ainda não conseguiu chegar para milhões de mulheres,

persistindo ainda a subordinação, a discriminação, a violência doméstica e sexual, como afirma muito bem a **Declaração das mulheres brasileiras para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher**¹²².

Foi com o propósito de conhecer como as mulheres atuantes no poder local percebem a problemática da igualdade entre homens e mulheres, que apresentamos, no nosso instrumento de pesquisa, a questão - se homens e mulheres são iguais - de forma ambígua, de modo a permitir o entendimento a partir da perspectiva legal ou da perspectiva da vida cotidiana feminina.

O interessante é que, apesar de todas as prefeitas e 88,7% das vereadoras responderem afirmativamente a essa questão, nenhuma direcionou sua resposta no sentido jurídico, mas o fizeram direcionado à vida real das mulheres. Merece destacar-se, também, o fato de essas mulheres, submetidas a um contexto sócio-cultural onde predominam relações patriarcais de dominação, reafirmarem a igualdade entre os sexos.

Entre essas mulheres, contudo, o entendimento do que é essa “igualdade” alcança uma diversidade muito significativa. A grande maioria das vereadoras (53,6%) entendem o conceito de igualdade no âmbito das **capacidades** e **recompensas**, isto é, as mulheres podem fazer tudo que os homens fazem e, como já demonstraram do que são capazes, são, portanto, merecedoras dessa igualdade (Tabela VII-1). Outras (18,2%) o entendem em uma perspectiva mais universalista do ser humano.

Entre as prefeitas, os entendimentos não diferem muito, e os argumentos vão desde o fato de que “todos são filhos de Deus, não podemos viver com diferenças, pois não necessita do outro em sua total igualdade”, até o argumento de que a diferença é só sexual.

¹²² Consta do texto aprovado na Conferência Nacional de Mulheres, realizada entre 15 e 18 de junho de 1995, no Rio de Janeiro, com a participação de mais de 600 mulheres, os seguintes itens, dentre outros:

- “– Não pode haver igualdade enquanto a um número expressivo de mulheres é negado os direitos trabalhistas básicos e muitas vezes são submetidas às condições sub-humanas de trabalho. Somos 37% da força de trabalho no país e recebemos pouco mais da metade do salário dos homens. Soma-se a esta desigualdade de gênero a desigualdade desonrosa da discriminação racial submetendo às mulheres negras a ganharem aproximadamente metade dos rendimentos das mulheres brancas;
- Não pode haver igualdade enquanto permanecer o servilismo aos valores e costumes patriarcais que discriminam mulheres segundo sua raça, etnia, idade, condição física e orientação sexual;
- Não pode haver igualdade enquanto a violência doméstica e sexual, o tráfico de mulheres, a prostituição infanto-juvenil contarem com a indiferença do Executivo, do Poder Judiciário e do Ministério Público no combate efetivo e erradicação dessa negação dos direitos humanos básicos das mulheres”.

Tabela VII-1
A IGUALDADE DE DIREITOS
ENTRE HOMENS E MULHERES PARA AS VEREADORAS

ESPECIFICAÇÕES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
SIM	01	03	03	07	05,6
Porque a mulher é também um ser humano	08	04	08	20	16,2
A diferença é só sexual	05	—	02	07	05,6
A mulher pode fazer tudo que o homem faz	12	08	24	44	35,5
Mulher já mostrou que é capaz	02	01	12	15	12,1
Mas com limites	11	01	05	17	13,7
NÃO	—	01	—	01	00,7
Não pode fazer tudo que o homem faz	02	—	01	03	02,4
Ainda é vista como inferior	04	03	02	09	07,5
Tem direitos distintos, problemas de educação	01	—	—	01	00,7
Não respondeu	01	02	—	03	—
TOTAL	47	23	57	127	100

Apesar disso, algumas mulheres apontam que o exercício dessa igualdade deve ter limites (15,5% das vereadoras e 25% das prefeitas), que é necessário que a mulher saiba exercê-lo, isto é, uma vez mais o ideal da igualdade como um prêmio. Só aquelas mulheres merecedoras podem exercê-lo, portanto, deve estar vetado ou exercido sob controle para as “incapazes”. Nesse sentido, muitas se auto-identificam como possuidoras da igualdade, porque já demonstraram suas potencialidades na vida pública.

A **capacidade** passa também pelo exercício da **feminilidade**, como bem o demonstra a argumentação de uma prefeita, ao afirmar que a mulher deve ter os mesmos direitos, mas,

“... devendo apenas manter sua feminilidade e discrição, para que seja ouvida e acatada sobretudo, respeitada. Passa a mulher a ter os mesmos direitos que o homem no momento em que mantém o respeito por si mesma e respeitando o homem”.

Essa idéia de igualdade como recompensa é tão forte entre as prefeitas e vereadoras baianas, que algumas afirmam textualmente que as mulheres não têm direitos iguais, porque não conseguem fazer o que os homens fazem. Poucas são as que apontam a desigualdade em função de uma situação de subalteridade ou que identificam distintos direitos em função de certas especificidades, como, por exemplo, a maternidade.

Essa idéia da capacidade reflete-se também na visão que têm da condição feminina no país, pois, em geral, são muito otimistas e acreditam que a situação é boa, ou que esta melhorando (66,1% das vereadoras (Tabela VII-2) e 62,5% das prefeitas), especialmente no campo profissional, já que as mulheres cada vez mais estão ocupando novos postos.

Tabela VII-2
SITUAÇÃO DA MULHER NO BRASIL SEGUNDO AS VEREADORAS

SITUAÇÃO DA MULHER	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Ainda é explorada no trabalho	02	01	—	03	02,4
Muito boa, uma vencedora, ocupa cargos, espaços	05	03	05	13	10,6
A mulher necessita ter mais liberdade	05	01	03	09	07,2
Regular, a mulher está começando a assumir seu papel	03	04	07	14	11,3
Melhorando, ampliando direitos, destacando-se	18	07	30	55	44,4
Ruim, não tem espaço, os direitos estão somente no papel	02	03	02	07	05,6
Existe ainda muito preconceito	07	04	08	19	15,3
As mulheres são ainda muito dependentes dos homens	04	—	—	04	03,2
Não respondeu	01	—	02	03	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Segundo uma prefeita,

“... a partir do momento em que ela pode trabalhar, expressar-se sem rodeios diante de varias questões (...) tornando-se independente, a mulher tem conquistado sua verdadeira posição na sociedade igualando-se em direitos, diminuindo os preconceitos”.

Para ela, a melhoria da condição feminina deve ser fruto do esforço individual de cada mulher para estar à altura de sua independência. Já para uma vereadora,

“Hoje a mulher pode considerar-se uma vencedora, pois conseguiu conquistar lugar de destaque em todos os âmbitos da sociedade brasileira. Nós saímos do fogão, da lavanderia, da pia e até mesmo da cama e fomos para as ruas, trabalhar, alcançamos votos jamais imaginados por minha mãe, minha avó. Hoje somos acreditadas e respeitadas” (47 anos, PMDB).

Outra vereadora vê a melhoria na condição feminina como uma concessão dos governantes:

“Está muito evoluída, pois os governantes do país abriram espaços para que a mulher brasileira participe em igualdade com os homens dos problemas nacionais” (39 anos, PFL).

Por outro lado, poucas são aquelas que têm uma visão mais crítica da condição feminina no Brasil e que assinalam que ainda existem muitas discriminações e preconceitos em relação às mulheres (30% das vereadoras e 37,7% das prefeitas). Segundo uma vereadora,

“Ainda é uma situação de submissão e preconceito. A própria mulher não está disposta a mudar muito as coisas. Somente alguns grupos culturalmente mais desenvolvidos pensam nas conquistas da mulher e luta por elas. A mulher tem medo ainda do homem e o vê ainda como soberano. E o homem, ciente disso, explora e diminui a mulher sempre que pode. A mulher é a principal incentivadora do machismo” (43 anos, PMDB).

Por outro lado, além daquelas que vêem de forma otimista a condição feminina no Brasil e aquelas que têm uma visão mais crítica sobre as dificuldades que ainda persistem entre as relações de gênero, outras vereadoras vão em uma linha distinta, ao apontar a necessidade de frear, de pôr limites aos “avanços” da mulher. São aquelas que ainda não conseguiram romper com as cadeias de uma cultura machista e patriarcal.

Este é o caso de uma vereadora, eleita em 1982, que, apesar de ter todas as condições sociais (classe social, nível de escolaridade, acesso aos meios de comunicação etc) para adquirir uma consciência de gênero de uma perspectiva feminista, ainda continua atada a concepções estereotipadas da feminilidade. Segundo ela,

“... a mulher hoje está conquistando seu lugar, mas também está havendo um exagero; ao lado da emancipação, a mulher está querendo uma igualdade mais exagerada, está querendo competir demais. Esse exagero está levando a mulher a perder um pouco sua feminilidade. A mulher tem que ser um pouco ingênua, um pouco doméstica, tem que ter os dois lados. Ela está ficando um pouco masculina... O feminismo exagerado leva a isso. Acho que ela pode conciliar a vida profissional com a de mãe. Eu gosto de costurar uma camisinha, bordar uma blusa, pregar um botão na camisa do marido, eu gosto de ser ingênua para certos assuntos, de não saber tudo, às vezes gosto até de esconder o que sei, pois, com isso, às vezes a gente lucra e não deixa de ser igual ao homem e ele valoriza e incentiva a mulher. Que a mulher seja feminina, que não perca aquele dom que ela tem, que se arrume, que procure cuidar de sua beleza para atrair também o homem e isso é fundamental e elas estão perdendo isso, estão perdendo sua feminilidade” (38 anos, PMDB).

Porém, é quanto à compreensão que as vereadoras e prefeitas têm do papel da mulher na família que se pode obter uma melhor visão da ação dos estereótipos sobre elas, na medida em que é na estrutura familiar onde manifestam-se mais claramente as relações de dominação (Tabela VII-3). Para a maioria delas, a mulher ainda é pouco valorizada na família e, em muitos casos, permanece sendo uma escrava do lar, apesar das mudanças que se apresentam nas relações de gênero em seu interior e mesmo no papel da mulher.

“Desde a década de 50, quando teve que sair para garantir e ajudar no sustento da família, a mulher começou a ter, dentro da família, outra atuação. Ainda temos hoje mulheres que são totalmente coagidas pelos homens. Mas hoje, pela própria necessidade, essa consciência está sendo forçada, os homens estão aceitando que a mulher trabalhe fora e, na medida em que ela trabalhe fora, ela garante, dentro de casa, um respeito, porque a questão econômica é uma coisa seríssima que interfere na vida do casal. Então ela sai, se conscientiza lá fora de sua participação no lucro da economia e, com isso, vê a necessidade de sua participação política”. (28 anos, PC do B).

Tabela VII-3
A MULHER NA FAMÍLIA SEGUNDO AS VEREADORAS

SITUAÇÃO DA MULHER NA FAMÍLIA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Ainda não é valorizada	08	03	12	23	20,3
A mulher assume cada vez mais o controle da família	07	02	10	19	16,6
Companheira, equilíbrio (estereótipos)	09	09	07	25	21,9
Discriminada, ainda é a escrava do lar	04	03	03	10	08,7
Situação difícil	09	02	04	15	13,2
Está melhorando	01	02	15	18	15,8
Os direitos ainda estão só no papel	01	—	—	01	00,8
Não sabe	01	—	02	03	02,7
Não respondeu	07	02	04	13	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A incorporação das mulheres à esfera pública tem provocado muitas transformações na estrutura familiar e lhes trouxe novas responsabilidades. Para uma prefeita,

“A família mudou. Antes, a responsabilidade de alimentar era do pai e a de educar da mulher. Hoje é a mulher a que tem que fazer tudo, é uma sobrecarga e quem tem que fazer tudo não faz nada bem. Ela precisa dividir as responsabilidades como homem”.

Na verdade, cada vez mais as mulheres estão assumindo o controle do lar. Essa afirmação é comprovada estatisticamente. Ana Maria Goldani, nos seus estudos sobre o perfil sócio econômico e demográfico das famílias brasileiras, com base nos censos oficiais, mostrou que a proporção de famílias dirigidas por mulheres no Brasil passou de 11% em 1981, para 18% em 1989. É no Nordeste onde essa proporção apresenta níveis mais altos, a exemplo das taxas alcançadas nas três principais capitais da região, Fortaleza, Recife e Salvador, onde o crescimento do número de mulheres chefes de família é da ordem de 30,8%, 19,8% e 26% respectivamente (1994:305 e 310).

A situação da mulher na família ainda é vista através de estereótipos, tal como expressam duas vereadoras:

“Considero o esteio da família, a mulher é a linha mestra, é capaz de administrar pequenas receitas e realizar milagres para a sobrevivência da família. É ainda com sua força que dirige os filhos para o caminho certo” (63 anos, PTB);

“A mulher é o centro da família, a ela cabe controlar, coordenar e minimizar todas dificuldades que envolve a família” (44 anos. PMDB).

Mas, a mulher também é vista como responsável pela crise na família, na medida em que assume novos papéis e novas demandas na sociedade e ainda não conseguiu conciliar essa nova vida com a semi-escravidão do trabalho doméstico. Na verdade, a mulher ainda não conseguiu ser a “**Mulher Maravilha**” ou a “**Supermãe**” que a sociedade espera dela e, o que é pior, ela mesma o esperava. Essa expectativa esta bem explicitada nas palavras desta vereadora:

“A família esta se desintegrando, a mulher esta perdendo o seu verdadeiro papel, porque, ao ter necessidade de trabalhar para **ajudar** o marido, ela esta deixando a casa em segundo plano. Não são todas as que têm **força de vontade** para, quando terminar a primeira jornada, pegar a segunda e, às vezes, a terceira. É muito difícil conciliar o trabalho da casa. Para aquelas que têm método e têm também **disposição** e **disponibilidade**, tudo bem. Mas estou vendo que os filhos não estão encontrando os pais, está faltando diálogo na família. A mulher deve procurar conciliar o trabalho com a casa. Muitas não estão **sabendo** fazer isso, e os filhos estão abandonados, o índice de criminalidade está crescendo. O pai esta **acompanhando** a mãe. A mulher tem que conciliar, eu estou conciliando, minhas obrigações com a família eu não abro mão... Temos

que abrir mão de uma série de coisas para realmente cumprirmos nosso papel de mãe” (38 anos, PMDB)¹²³.

De fato, a sociedade brasileira incorporou as mulheres ao mercado de trabalho sem oferecer-lhes condições e/ou alternativas para liberá-las das tarefas domésticas. Em realidade, essa incorporação significou para elas uma jornada de trabalho a mais, já que a mulher continuou sendo responsável pelo trabalho doméstico.

Em geral, raros são os equipamentos coletivos postos à disposição da família com o objetivo de diminuir as tarefas domésticas da mulher. Um exemplo disso é o escasso número de creches disponíveis.

No Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1946 estabelece, no Art.389-I, que as empresas que tenham mais de 30 empregadas em idade reprodutiva devem contar com uma creche ou estabelecer convênios com instituições especializadas. Também o Art.7 da Constituição Federal, que trata dos direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, estabelece, no item XXV, a “assistência gratuita dos filhos e dependentes desde o nascimento até os seis anos em creches e jardins de infância”, para todos os trabalhadores, independente do sexo. Porém a situação é bem distinta. São leis que (como sempre ocorre no Brasil) ficaram somente no papel. Poucas são as empresas que cumprem a lei. Nem a administração pública mantém creches para os filhos de seus servidores. O que se vê na prática corrente, são mulheres trabalhadoras que deixam os filhos sozinhos, aos cuidados de filhos mais velhos ou de vizinhas, enquanto saem para trabalhar.

É principalmente em função desse quadro que a maioria das prefeitas (75%) e das vereadoras (56,4%) apontam a necessidade do estabelecimento de programas governamentais específicos para as mulheres, reconhecendo, portanto, que elas têm problemas específicos que necessitam uma intervenção mais direta do poder público. Dentre esses problemas, destacam-se os relacionados com as discriminações trabalhistas e civis.

Por outro lado, a maioria das vereadoras assinala a necessidade de políticas públicas para a melhoria das condições de vida da população feminina, através de uma melhor oferta dos serviços de saúde, educação, empregos e moradia (Tabela VII-4).

Já as prefeitas demonstram uma maior preocupação em relação à anticoncepção. Como vimos anteriormente, essa preocupação manifesta-se claramente a partir da implantação de programas de planejamento familiar como

¹²³ destaques da autora

projetos prioritários nas administrações municipais femininas. Muitas prefeitas acreditam que o grau de miséria da população sob sua jurisdição é fruto das altas taxas de natalidade.

Tabela VII-4
PROBLEMAS FEMININOS DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
SEGUNDO AS VEREADORAS

PROBLEMAS ESPECÍFICOS DAS MULHERES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
São muito discriminadas	14	07	15	36	32,7
Faltam escolas, saúde, trabalho e moradia	04	04	02	10	09,1
Legalização do aborto e planejamento familiar	02	—	—	02	01,8
Violência doméstica	—	03	01	07	06,4
Falta de empregos	03	03	01	07	06,4
Homens e mulheres são iguais	02	—	01	03	02,7
Mulheres não têm problemas específicos	18	04	23	45	40,9
Não respondeu	04	02	11	17	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Apesar disso, um número significativo de prefeitas (25%) e vereadoras (43,6%) não logram identificar problemas específicos das mulheres, que mereçam sua atenção como executivas públicas e legisladoras. Para a maioria delas, mulheres e homens necessitam igualmente de políticas públicas que não privilegiem a um sexo ou outro, isto é, mostram-se contrárias às chamadas ações afirmativas, mesmo com a divulgação massiva, através dos meios de comunicação, sobre as taxas de mortalidade materna, sobre o processo crescente de feminização da pobreza e sobre os altos índices de violência contra as mulheres.

Com o objetivo de ver qual seria a reação de prefeitas e vereadoras frente a um problema mais identificado socialmente como específico das mulheres, optou-se por questioná-las sobre a legalização do aborto. Uma questão polêmica, que tem mobilizado muitos grupos de mulheres em todo o mundo e que tem gerado muitas controvérsias, em especial com a igreja católica.

A luta pela legalização do aborto tem mobilizado o movimento feminista brasileiro desde a década de 70, trazendo uma questão até então identificada como privada para o mundo público. Através de várias campanhas nacionais, as feministas têm mobilizado os meios de comunicação, conquistado aliados importantes e, ao mesmo tempo, ferrenhos opositores.

A legislação brasileira continua muito restritiva em relação ao aborto, e só permite sua realização em caso de risco de vida para a parturiente, ou quando a

gravidez é fruto de um estupro. Fora desses casos, o aborto é considerado um crime regulamentado no Artigo 124 do Código Penal Brasileiro, motivo pelo qual milhares de mulheres se vêem obrigadas, diariamente, a recorrer aos abortos clandestinos, geralmente sob péssimas condições de higiene e em mãos de pessoas não especializadas. As doenças resultante de seqüelas de abortos mal feitos são as principais causadoras da mortalidade feminina, além de serem as que mais proporcionam gastos na área da saúde publica.

Com a idéia de garantir às mulheres o direito ao aborto, vários projetos de lei propondo sua despenalização, retirando essa questão do Código Penal e remetendo a um código de Saúde, foram apresentados ao Congresso Nacional nos últimos anos¹²⁴.

Tabela VII-5
A QUESTÃO DO ABORTO SEGUNDO AS VEREADORAS

SITUAÇÃO DA MULHER	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
O aborto é um crime	09	05	06	20	16,3
Contra, por motivos religiosos	05	02	09	16	13,0
Contra, com argumentos em defesa da família					
Contra, porque existem métodos preventivos	03	—	05	08	06,5
Favorável no caso de gravidez fruto de violência	03	02	04	09	07,3
A favor, se for um ato consciente	02	01	04	07	05,7
A favor, para evitar mortes por abortos mal feitos	07	02	06	15	12,2
Respostas vagas	01	01	01	04	03,2
Contra (sem explicação)	—	03	01	04	03,2
A favor (sem explicação)	08	02	04	14	11,4
Sem resposta	04	—	—	04	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

¹²⁴ Atualmente, encontram-se em tramitação no Congresso Nacional, cinco projetos que tratam da despenalização ou ampliação do aborto legal:

1. O PL 1135/91 dos Deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling (do PT), que tem por objetivo suprimir o Art. 124 do Código Penal;
2. O PL 176/95 do Deputado José Genoíno (do PT), que trata da interrupção da gravidez até 90 dias;
3. O PL 3280/92 do Deputado Luis Moreira (do PFL), que amplia os casos de aborto legal, ao garantir a interrupção da gravidez até a 24ª semana, quando o feto seja portador de anomalias físicas ou mentais irreversíveis;
4. O PL 1174/91 também dos Deputados Eduardo Jorge e Sandra Starling, que tem por objetivo ampliar os casos de aborto legal incluindo os casos onde haja risco para a saúde física ou mental da mulher, em caso de doença grave ou hereditária;
5. PL 20/91 do Deputado Eduardo Jorge, que dispõe sobre de obrigatoriedade de atenção aos casos de aborto previstos na lei pelo sistema de saúde publica (FEMEA, 1995:4)

Apesar de todo esse esforço para despenalizar o aborto, essa ainda é uma questão que não conseguiu o apoio unânime das mulheres. Entre as vereadoras e prefeitas da nossa pesquisa, há uma grande maioria contrária à legalização do aborto, por considerá-lo um crime contra o ser humano, ou outros argumentos em defesa da família ou de tipo religioso. Em geral, essas mulheres não explicam muito o motivo de sua posição contrária ao aborto. As respostas como “porque é crime”; “porque é uma ofensa a Deus” parecem resumir e finalizar toda a controvérsia (Tabela VII-5). Dentre as que se manifestaram contrárias ao aborto, apenas uma vereadora expressou seu posicionamento ao afirmar:

“Não concordo pela minha formação, pois acho que ninguém tem o direito de tirar uma vida principalmente uma mãe tirar o direito de seu filho nascer. Eu acho que existem meios de se evitar uma gravidez, inclusive gratuito; o que precisamos é conscientizar as pessoas para terem mais responsabilidades evitando a gravidez para não aumentar o problema social do país.” (41 anos, sem partido)

Não sucede o mesmo entre as que defendem a legalização do aborto. A maioria busca justificar sua posição através de explicações geralmente em defesa da vida da mulher e pela preservação dos futuros filhos, tendo em vista as condições de miséria existentes no país. O argumento básico do direito da mulher a ter o controle sobre seu corpo jamais foi mencionado. Os posicionamentos a seguir traduzem muito bem essa problemática:

“...hoje o aborto está generalizado, as mulheres, principalmente as de baixa renda, sofrem com abortos mal feitos por enfermeiras, aparadeiras, correm riscos, chegam perto da morte. Sou favorável à legalização do aborto na medida em que as mulheres vão ter direito a fazê-lo em clínicas com toda a garantia de sua vida com todas as condições que a mulher da classe média tem: anestesia, clínicas e pessoal especializado. Não o aborto como método anticoncepcional, mas que dêem o direito à mulher de decidir ter o filho ou não, se quer ou se pode ter o filho. Antes de tudo que ela tenha o direito de conservar o filho, e esse direito é negado, na medida em que o governo não dá um salário digno para que ela possa dar comida aos filhos.” (28 anos, PC do B [82])

“... acho que é necessário que essa luta seja travada, pois os prejuízos que o aborto traz à mulher brasileira são superiores aos causados pelo câncer e de tudo que é doença. O aborto não é um método anticoncepcional, mas a mulher que engravidou e não tinha condições de ter este filho, que decide não tê-lo, deve ter esse direito. Está na hora de

acabar com essa piedade para com a alma do feto, esta na hora de pensar é na vida da mãe e dar condições para criar esses filhos que nasceram. É uma luta que vai demorar, mas que é necessária” (53 anos, PMDB)

“Já passou do tempo de legalizá-lo, pelo fato de a mulher praticá-lo clandestinamente, em situações perigosas, submetendo-se ao charlatanismo e curiosos, por falta de condição de acesso a um médico especializado. O aborto é determinado pelo homem que não quer assumir o filho, poucas vezes por vontade livre da mulher.” (43 anos, PMDB).

2. Feminismo e feminismos

Falar de feminismo no Brasil, atualmente, é tratar de uma pluralidade de entendimentos e práticas políticas que tornam impossível pô-lo no singular. A grosso modo, podemos dizer que existe um feminismo das militantes de grupos autônomos, das ONG's, das militantes partidárias, das sindicalistas, das militantes do movimento negro, das mulheres dos setores populares das periferias das grandes cidades, das católicas, das “genéricas” acadêmicas, o feminismo institucional dos Conselhos da Condição Feminina etc. Enfim, vários feminismos com sabores e cores distintos, mas todos dirigidos à um objetivo comum: a transformações das relações de gênero.

Dentro desse leque de possibilidades, é uma tarefa impossível definir o que é o feminismo como doutrina e movimento social e as mensagens que tem conseguido levar às mulheres.

Com o objetivo de identificar como se apresenta essa diversidade entre prefeitas e vereadoras, buscou-se trabalhar com definições sobre o feminismo, na medida em que suas respostas tornam possível demarcar claramente o tipo de mensagens que foram captadas e em que grau foram assimiladas.

São poucas as mulheres que dizem não saber o que é o feminismo (12,5% das prefeitas e 15,4% das vereadoras). Para as primeiras, o feminismo é entendido predominantemente como a luta pela igualdade no plano jurídico (75%). Uma prefeita é mais precisa nessa definição, ao afirmar que o feminismo “É uma luta das mulheres por sua valorização como pessoa, como profissional, como ser humano”.

Entre as vereadoras, a diversidade de compreensão do feminismo é mais marcada (Tabela VII-6). Somente 12,8% o define como igualdade de direitos civis e políticos. A maioria o entende numa perspectiva mais ampla, como o movimento das mulheres por direitos iguais (50,4%), por uma maior consciência, valorização e liberdade para as mulheres (17,1%).

Tabela VII-6
O FEMINISMO SEGUNDO AS VEREADORAS

O FEMINISMO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Movimento de mulheres por direitos iguais	16	14	29	59	50,4
Igualdade de direitos civis e políticos	07	03	05	15	12,8
Movimento de consciência das mulheres	04	01	04	09	07,7
Ações de reforço aos papeis tradicionais	01	—	—	01	00,8
Liberdade da mulher	02	01	02	05	04,3
Autovalorização da mulher	03	01	02	06	05,1
Movimento radical	04	—	—	04	03,4
Não sabe	05	02	11	18	15,5
Não respondeu	05	01	04	10	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

Essa compreensão fica mais explícita a partir destas duas declarações:

“ Eu acho que o feminismo é a coragem que a mulher que vive oprimida tem de se libertar, sem ligar para os preconceitos da sociedade. Toda mulher que ama a si mesma, não admite ser explorada; por isso, se torna uma feminista para balançar o coreto dos machistas” (38 anos, PDC)

“Seria a mulher se assumir como pessoa, assumir e respeitar os outros igualmente, não exigir privilégios pelo fato de ser mulher; ver os filhos não como sua propriedade, mas como ‘filhos e filhas da vida’. Dar primazia aos valores do espírito ao esmalte das unhas e o corte e penteado dos cabelos. No casamento, ligar-se mais, por exemplo, ao sexo do que a arrumação da casa e modelo da roupa.”(42 anos, PDS).

Uma vereadora tem uma visão mais radical do feminismo:

“Na teoria, é um meio de revolucionar o mundo e querer firmar um direito que já é nosso. Na pratica, é a busca da liberdade feminina”(34 anos, PMDB).

Outra, apesar do rechaço aos momentos mais radicais do movimento, o vê como uma possibilidade real de transformação da condição feminina:

“Esquecendo os excessos que na década de 70 se apregoava, acho que é um sentimento de se sentir um ser pensante, capaz e apto. Uma luta que eclodiu em todo mundo e contribuiu para ‘sacudir’ as mulheres.”(47 anos, PMDB).

Como se pode observar, a maioria das prefeitas e vereadoras têm, em geral, uma visão valorativa do feminismo. Poucas são aquelas que o vêm de forma estereotipada, estilo “guerra dos sexos” ou como movimento radical que destruirá os valores morais, pondo em risco as próprias mulheres:

“... acho que nós mulheres devemos assumir o caráter de ser feminina com pudor moral, autenticidade nos limites morais” (58 anos, PMDB)

Raras também são aquelas que vinculam o feminismo a “feminilidade”. Isto é, o feminismo seria uma espécie de mecanismo que tornará as mulheres mais “femininas”, boas mães e esposas a partir do reforço de estereótipos.

Por outro lado, a maioria das vereadoras tiveram acesso, pela primeira vez, ao feminismo através dos meios de comunicação (51,7%). Essa incidência foi bastante maior entre as vereadoras eleitas em 1982 e 1988 (Tabela VII-7), período em que os programas para as mulheres alcançavam os maiores índices de audiência.

Sempre foi um fato comum a existência de programas femininos na televisão brasileira, onde os temas variavam entre receitas culinárias, informações sobre beleza, cuidados das crianças etc.

Tabela VII-7
FORMA DE ACESSO INICIAL AO FEMINISMO
SEGUNDO AS VEREADORAS

ACESSO AO FEMINISMO	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Não sabe	05	01	25	31	25,4
Através dos meios de comunicação	21	15	23	59	48,4
Através de programas femininos	04	—	—	04	03,3
Participando em eventos	02	01	—	03	02,5
Através da Igreja	—	01	—	01	00,8
Através do partido	01	—	—	01	00,8
Através de eventos em outras cidades	13	05	05	23	18,8
Não respondeu	01	—	04	05	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

A partir do início da década de 1980, o avanço do movimento feminista e a força com que suas bandeiras chegavam à população feminina fizeram com que as empresas televisivas levassem em conta esse novo manancial de audiência e, conseqüentemente, de lucros. Assim, a Rede Globo, a maior empresa de comunicação do país, lançou, em cadeia nacional, o programa TV Mulher, um

programa feito com a assessoria de especialistas feministas e apresentado por mulheres de destacada atuação no movimento do Rio de Janeiro e São Paulo.

As receitas culinárias deram lugar a uma sexóloga que falava do orgasmo feminino, do aborto, do lesbianismo com a mesma naturalidade com que sua antecessora dava pequenos conselhos de como fazer para que o bolo ficasse mais suave. As “aulas” de beleza foram substituída por uma jurista que falava dos direitos da mulher, criticava a legislação existente por ser discriminatória, denunciava as formas de violência contra a mulher... A partir daí, o feminismo invadiu a televisão brasileira. Todos os canais criaram seus programas “femininos”, e as heroínas das telenovelas deixaram de ser submissas, passivas, choronas e domésticas para tornarem-se lutadoras, dinâmicas, profissionais e foram envolvidas em uma constante guerra entre os sexos para mostrar o quanto eram superiores.

Dessa forma, a televisão, ao tempo que abria espaços para o debate da problemática feminina e do próprio feminismo como movimento social, buscava cristalizar outro estereótipo oposto: o da “mulher masculinizada”. Estereótipo tão opressivo às mulheres feministas ou não quanto os estereótipos da feminilidade.

“São imagens de mulher igualmente opressivas às mulheres, justamente porque resultam de um processo de construção de uma identidade feminina segundo o modelo de uma ideologia patriarcal, que apregoa a subordinação da mulher. Na verdade, são estereótipos produzidos simultaneamente como opostos, porque enquanto instrumentos de subordinação da mulher, um não faz sentido sem o outro. Como assegurar a submissão da ‘bem-amada’ sem delinear o que espera - ser ‘mal-amada’ - caso se rebele?” (COSTA e SARDENBERG, 1994:111).

Assim, graças à televisão, o feminismo, movimento essencialmente urbano, conseguia chegar a todos os rincões do país, dando sua mensagem, a milhões de mulheres. Mas, junto com sua mensagem levavam outras que reproduziam e espalhavam uma imagem distorcida do próprio feminismo. Vem daí, a imagem que as prefeitas e vereadoras, assim como milhares de mulheres brasileiras, têm do feminismo e, por conseguinte, das próprias feministas.

Na década de 1990, esses programas já haviam perdido seu aspecto de novidade, pois muitas das suas mensagens já formavam parte da vida cotidiana de muitas mulheres e, por isso, deixaram de ser uma referência para o feminismo. Além disso, que o próprio movimento já havia conseguido romper o cerco da urbanidade, e muitos grupos haviam se articulado nas pequenas cidades. Para muitas mulheres, o feminismo deixava de ser um assunto da televisão, para formar parte do seu cotidiano.

Para as mulheres eleitas em 1992, o feminismo já era uma realidade mais concreta e, portanto, foi mais difícil detectar de onde veio e como chegou; daí a diferença; em termos percentuais, alcançadas pela categoria “não sabe” (47,1%) nesse ano eleitoral.

Entretanto, não é suficiente saber o que é o feminismo, ou como chegou, que meio utilizou como doutrina e movimento social para chegar até às mulheres. O interessante é saber até que ponto essas mulheres o assimilaram, com que matizes e que possibilidades de transformação trouxe a suas vidas.

Entre as prefeitas, a metade não se considera feminista. Uma afirma que ainda não o é porque falta muito conhecimento sobre a questão. Outras (37,5%) auto-definem-se como feministas em função de seu posicionamento frente às dificuldade que tem enfrentado como mulher: “... sempre lutei para conquistar meu espaço no mundo, ser respeitada como pessoa, independente da condição de ser mulher”.

Outra prefeita explica seu feminismo a partir da relação com outras mulheres, seu empenho em criar condições, enquanto esteja à frente do executivo, para que as mulheres vão em frente: “... estou sempre preocupada com as mulheres, incentivando-as a lutar por seus direitos, fazendo cursos etc”.

Não obstante, é entre as vereadoras que o feminismo parece ter uma maior penetração, na medida em que um número significativo (73,1%) auto-definem-se como tal (Tabela VII-8). São feministas, porque defendem os direitos das mulheres, acreditam na sua força, identificam-se com as idéias e princípios do movimento, ou porque têm uma prática de vida identificada como típica de uma feminista, mesmo que essa prática seja à reprodução de um estereótipo vinculado a idéia de “feminilidade”, ou seu oposto “feminista”, como a vereadora que afirma ser feminista “...porque adoro dar ordens, quero fazer de tudo.” (35 anos, PDS).

Acreditamos que os depoimentos seguintes traduzem melhor a visão que as vereadoras têm do feminismo e como se definem:

“Sou, porque luto pelos meus direitos, a minha liberdade de ação e expressão, pela minha independência econômica, não sou submissa, não deixo me manipularem ...” (41 anos, sem partido);

“... porque trabalhando estou contribuindo de alguma forma para o reconhecimento do valor do papel da mulher na sociedade” (39 anos, PMDB);

“...porque me contraponho às desigualdades, às discriminações, aos preconceitos no tocante ao sexo feminino” (37 anos, PIDC);

“... porque não luto só para adquirir direitos iguais, mas também procuro mostrar que posso fazer tudo ou quase que os machistas fazem.” (30 anos, PDS);

“Acredito que sou uma feminista por natureza, talvez seja por isso que tenha recebido algumas críticas, por não me submeter à vontade de alguns machistas que acham que mulher é empregada do lar para servir cama e mesa “(38 anos, PTB)

Tabela VII-8
AS VEREADORAS E O FEMINISMO

SE É OU NÃO FEMINISTA	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Sim, porque defende os direitos das mulheres	09	08	14	31	29,8
Sim, porque concorda com o movimento feminista	01	02	01	04	03,8
Sim, acredita na força da mulher e em sua igualdade	09	02	14	25	24,1
Sim, desempenha com competência seu papel (estereótipo)	08	02	02	12	11,5
Sim, porque é independente	03	—	01	04	03,8
Não, porque é feminina	01	04	02	07	01,9
Não, porque não aceita movimentos radicais	04	—	03	07	06,8
Um pouco	02	03	07	12	11,5
Não sabe	09	02	12	23	—
Não respondeu					
TOTAL	47	23	57	127	100

Por outro lado, somente 8,6% das vereadoras não identificavam-se como feministas. Entre essas, predomina uma visão estereotipada do que é “ser mulher” ou o que é o feminismo.

“Não, porque tenho consciência de que tem certos casos que a mulher não vai ter os mesmos direitos que o homem” (35 anos, PDS);

“Acho que em parte tenho o mesmo direito que o homem tem. Em outras não. Os direitos entre homem e mulher não pode ser recíproco.” (54 anos, PMDB);

“... defendo um feminismo sem radicalismo, acho os movimentos muito radicais, por aí não é o caminho certo.” (42 anos, PFL);

Há também algumas mulheres que não chegaram a uma definição, pois têm dúvidas, estão buscando mais informações, mais segurança para definir-se:

“Sou uma pessoa que estou observando, lendo, incorporando bandeiras feministas, mas que tem uma preocupação muito grande de como passar estas bandeiras na sociedade no seio da grande massa de mulheres. Pensa que talvez ainda não tenha atingido o estágio de me assumir feminista.” (53 anos, PMDB);

Apesar desse número significativo de mulheres que se definem como feministas, poucas (12,5% das prefeitas e 11,5% das vereadoras) têm algum tipo de experiência em grupos de mulheres mais identificados com uma prática feminista, apesar do alto índice de mulheres que têm experiências em grupos de mulheres. Esses grupos de mulheres geralmente são vinculados a organizações religiosas, partidárias, a comitês eleitorais etc.

Tabela VII-9
EXPERIÊNCIA DAS VEREADORAS
COM GRUPOS DE MULHERES

VINCULAÇÃO Á GRUPOS DE MULHERES	ANO ELEITORAL			TOTAL	
	1982	1988	1992	Nº	%
Clubes de Mães	03	02	01	06	04,8
Grupos de assistência social e filantropia	06	01	02	09	07,3
Grupos de mulheres vinculados a partidos	04	—	—	04	03,2
Grupos de mulheres feministas	04	06	04	14	11,3
Grupos vinculados à Igreja	07	03	09	19	15,3
Grupos de jovens	01	—	—	01	00,8
Grupos de mulheres em comitês eleitorais	02	—	23	25	20,2
Jamais participou de grupos de mulheres	20	11	15	46	37,1
Não respondeu	—	—	03	03	—
TOTAL	47	23	57	127	100,0

3. Conclusões

Apesar do contexto de subordinação ao qual estão sujeitas essas mulheres e os motivos que as levaram a ocupar espaços do poder político no município, como uma tarefa a mais a realizar-se em função dos interesses familiares ou do grupo político ao qual pertencem, podemos dizer que, na maioria delas, começa a desenvolver-se um processo de criação de uma consciência de gênero, o primeiro passo para a construção de uma nova identidade feminina. Uma identidade entendida na perspectiva apontada por Lena Lavinas (1988:15), como novas representações positivas e com novos significados.

A experiência da atuação na esfera pública e a comprovação de suas possibilidades como agente político abrem, para essas mulheres, um horizonte a descobrir. A consciência de sua subordinação e, com ela, o desejo de mudar, de transformar sua vida e as relações sociais e afetivas nas quais esta envolvida, começa a ser uma presença em seu cotidiano.

Ao demonstrar sua posição sobre a condição da mulher no Brasil e na estrutura familiar, ou mesmo frente ao aborto, essas mulheres demonstram o processo de transformação que estão vivendo. Junto a velhos preconceitos, manifesta-se a preocupação por uma mudança na qualidade de vida das mulheres, nas relações de gênero, isto é, já se pode observar claramente uma assimilação das principais bandeiras do feminismo.

Apesar de essa “assimilação” ainda não ser suficiente para transformar a condição de vida dessas mulheres e das relações às quais então submetidas, poucas são aquelas que conseguem identificar como resultantes de sua subordinação os “motivos” que as levaram a candidatar-se, assim como a identificar sua prática política dentro desse contexto.

Outro exemplo disso é que continuam entendendo sua participação política na esfera formal do poder como um sacrifício, uma missão que é necessário cumprir para “ajudar” à família ou ao grupo político e, da qual devem livrar-se, por conseguinte, o mais rápido possível.

Essa visão sobre sua atuação reflete-se na falta de perspectivas políticas a longo prazo. A grande maioria das prefeitas e vereadoras aspiram somente a terminar o mandato e regressar à sua vida doméstica cotidiana, quando muito voltar a candidatar-se ao mesmo cargo. Entre as prefeitas de nossa amostra, nenhuma planejava candidatar-se a um posto mais elevado, mesmo aquelas que já estavam no seu segundo ou terceiro mandato no executivo municipal. O horizonte político dessas mulheres não vai além do município.

Ir mais além do poder municipal, além da família, “abandonar” o lar, não é uma perspectiva que se apresenta para essas mulheres. Este é um sacrifício que terão que fazer só em caso de extrema necessidade.

CONCLUSÕES

A título de conclusão geral, faremos algumas considerações em relação à nossa intenção de examinar a participação política da mulher baiana no âmbito do município. Com base nessa perspectiva, buscamos, ao longo desse trabalho compreender:

- a) a especificidade da participação política da mulher e sua relação com o poder político formal;
- b) a dinâmica histórica da participação política da mulher na Bahia nas esferas formais do poder, assim como sua inserção ao nível nacional;
- c) o sujeito político prefeita e vereadora;
- d) a inserção feminina na dinâmica do poder local na Bahia;
- e) o discurso e a prática das mulheres baianas em sua atuação política;
- f) as mudanças de mentalidade ocorridas à luz dos posicionamentos feministas.

Para entender esses objetivos, buscamos construir um marco de referência teórica que nos permitisse entender a relação da mulher com a esfera pública a partir de sua condição subalterna. Para isso, recorremos aos conceitos de dominação patriarcal e de relações de gênero, na medida em que esses conceitos constituem os fundamentos da **Teoria Feminista** e permitem um exame menos androcêntrico das relações de dominação nas quais estão envolvidas as mulheres.

A partir desse marco de referência teórica, de onde tentamos resgatar algumas questões fundamentais para a compreensão da condição feminina, buscamos reconstruir a trajetória da cidadania feminina e da sua participação nas esferas formais do poder político, com ênfase especial no poder local.

A partir daí, chegamos a várias conclusões, que se foram apresentando ao longo deste trabalho e que aqui voltamos a pontualizar, algumas delas somente como recapitulação. Na realidade, essas conclusões são desdobramentos de uma conclusão mais ampla, fundamentada na tese que conduziu nosso trabalho, isto é:

1. As mulheres atuantes no poder local na Bahia (e, porque não dizê-lo, no Nordeste) formam parte da estratégia de conservação e manutenção do poder patriarcal e oligárquico, que as incorpora sempre que os interesses do grupo familiar/político ao qual pertencem necessite de reforços para sua preservação.

Não obstante, como tivemos oportunidade de tratar no Capítulo IV, essa não é uma especificidade do poder local na Bahia, já que está presente na política nacional através da atuação feminina no Congresso Nacional, onde uma parte significativa das mulheres que compõem a bancada feminina são esposas, filhas ou irmãs de políticos tradicionais brasileiros, responsáveis pelo controle de grandes

currais eleitorais e que ainda controlam o poder político no Brasil. As mulheres são convocadas na ausência ou por impedimento de um homem mais apto, com mais prestígio e mais confiável.

Outro fato que confirma nossa hipótese é uma maior concentração de mulheres eleitas na Região Nordeste, em especial, nos pequenos e médios municípios. Aqui, as relações de poder permanecem sob o controle dos grupos oligárquicos, e as mulheres estão mais fortemente subordinadas às relações patriarcais de dominação, nas quais a família desempenha um papel fundamental.

A participação política da mulher nas esferas formais do poder, nessa região, não significa uma conquista a mais no exercício da cidadania feminina, e sim mais uma vertente do seu papel de subordinada, ou como dissemos anteriormente, **como um processo resultante da subordinação de gênero e que a mantém subjugada na esfera privada.**

Nesse sentido, essa é uma conclusão mais ampla, que se desdobra em outros pontos conclusivos, os quais estabelecem uma característica muito específica à participação política das mulheres na região e que a distinguem dos contextos mais gerais da participação feminina:

1.1 Essas mulheres pertencem a famílias de políticos que tradicionalmente controlam o poder no município por séculos, através de práticas clientelistas e de compadrio, ou pela distribuição e controle dos cargos públicos entre parentes e correligionários. Raras são aquelas mulheres que ocupam um lugar na Câmara Municipal ou na chefia da prefeitura como reconhecimento do seu labor partidário ou da sua atuação em um movimento social. A regra geral é ser “convidada” por um parente ou amigo. Esse fato nos leva ao ponto conclusivo seguinte;

1.2 As mulheres atuantes no poder local não chegam aos cargos do executivo ou legislativo municipal a partir de uma trajetória de militância política própria. Seu acesso à vida pública é fruto de compromissos e acordos político-domésticos e de um contexto mais amplo de dominação político-econômica com bases patriarcais.

Este fato é comprovado pelo alto percentual de mulheres que iniciam sua atuação política ao candidatar-se a cargos públicos. Para muitas, o aprendizado político se dá no interior da família, através da convivência (ou da vida cotidiana) com os próprios membros dessa, os políticos profissionais, que controlam a vida política municipal, ou também, a estadual e a federal.

1.3 Em função desse quadro de dominação, o partido político desempenha um papel secundário, representando a mera satisfação de uma exigência legal. Esse contexto se fortalece pela própria dinâmica política brasileira, onde a prática partidária não está submetida a nenhuma disciplina ou concepção programática. No município, o partido é a cobertura legal, a representação pública dos grupos

políticos dominantes, em contraposição à tendência geral apontada por estudos realizados em muitos países, onde as mulheres são eleitas especialmente pelos pequenos partidos com posições mais à esquerda, Na Bahia, são os grandes partidos e os mais conservadores os que mais elegem as mulheres. Isso acontece não porque no Brasil, esses partidos sejam mais sensíveis à incorporação feminina, mas sim pelos tipos de interesses que representam.

Por outro lado, apesar do avanço das mulheres, as organizações partidárias permanecem essencialmente masculinas, estruturadas a partir de uma dinâmica sexista e excludente. No âmbito do município, a regra geral são partidos elitistas, controlados por um pequeno grupo de homens, que pertencem às famílias detentoras da hegemonia política local, fechadas em praticas excludentes, sexistas, racistas e classistas. Somente em momentos eleitorais é que o partido se abre às mulheres, a fim de atrair votos.

1.4 Essa inclusão das mulheres em um contexto mais amplo de dominação oligárquica e patriarcal se reflete nitidamente em sua prática política, no que se refere ao mandato, na medida em que elas não conseguem ir mais além de uma prática “maternal” (usando as palavras de CHANEY.1983) e são encaminhadas aos interesses do grupo ao qual pertencem, sem conseguirem romper os limites impostos pela prática política tradicional no âmbito do poder formal no município. Une-se a isso o desconhecimento das prerrogativas legais que a assistem, garantidas constitucionalmente, o que lhes impossibilita uma ampliação de seu campo de ação.

1.5 Apesar desse quadro de dominação e controle no qual estão envolvidas as mulheres ativas no poder local, elas começam a dar mostras de significativas transformações ao nível das mentalidades. A possibilidade do exercício de uma atividade pública trouxe a muitas delas a consciência de suas potencialidades e de um novo mundo a descobrir. Uma consciência que, embora ainda dê seus primeiros passos, já faz vislumbrar a possibilidade de grandes mudanças.

É nesse sentido que, para a maioria dessas mulheres, o feminismo é uma ferramenta para a mudança, a qual será utilizada em um futuro próximo, mas que, por agora, ainda se mostra um pouco atemorizante (radical) para muitas delas. O temor de romper com os limites estabelecidos pelas relações patriarcais as impede de soltar a âncora e assumir novas práticas políticas baseadas em relações mais equitativas.

A partir desses pontos, podemos dizer que, apesar de algumas mulheres na Bahia conseguirem romper o bloqueio sexista da participação política nas esferas formais do poder, o número das que conseguem romper com os contextos de condição subalterna e opressão de gênero ainda é muito pequeno. Em geral, a mulher que atua na política formal na Bahia permanece fechada em um mundo de preconceitos e discriminações.

Não obstante os séculos de lutas contra a exclusão das mulheres da vida pública, a prática política moderna contradiz esse anseio de emancipação. De fato, a promessa liberal-democrática (de liberdade e igualdade), depois de séculos de existência, continua excluindo as mulheres. Na realidade, a cultura ocidental, dominada pelos homens, tem poucas possibilidades de incluir de modo equitativo as mulheres, ou, como disse Iris Marion Young, esses ideais

“...acham-se profundamente prejudicados pelos preconceitos masculinos sobre o que significa ser humano e a natureza da sociedade”.
(1992:67)

Mas, como vimos no Capítulo III, essa exclusão se encontra também na própria origem do liberalismo e da forma em que foi construído o âmbito público burguês. Na análise que faz dos estudos de Habermas sobre a esfera pública, Nancy Frazer faz referência a Joan Landes¹²⁵, ao afirmar que o problema chave para a exclusão das mulheres da esfera pública oficial, na perspectiva liberal, está na própria construção do “*ethos*” da nova esfera pública republicana na França e, posteriormente, na Inglaterra e Alemanha.

Trata-se de uma construção baseada na oposição deliberada ao outro âmbito público dominante naquele momento, o âmbito dos salões, onde prevalecia uma cultura mais amigável em relação às mulheres, uma cultura que os republicanos estigmatizavam como **artificial, afeminada e aristocrática**.

“... como consequência promoveu-se um novo e austero estilo de discurso e comportamento público: um estilo considerado como **racional, virtuoso e viril**. Dessa maneira, as consequências masculinistas de gênero foram construídas na mesma concepção do âmbito público republicano, assim como a lógica que no apogeu do regime Jacobino levou à exclusão formal da mulher da política. Aqui, os republicanos utilizaram a tradição clássica que considera que a feminilidade e o público são coisas contraditórias” (FRAZER.1993:28).

A exclusão de gênero, assim como outras exclusões, por exemplo a de classe e a de raça, foram o elemento dominante no processo de formação da classe burguesa como uma elite emergente, interessada em afastar as velhas elites aristocráticas e garantir, assim, seu domínio sobre os estratos populares. Segundo Frazer, esse processo de exclusão

¹²⁵ LANDES, Joan. Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution. Ithaca, NY. Cornell University Press, 1988.

“... ajuda a explicar a exacerbação do sexismo, característica do âmbito público liberal; as novas normas de gênero, que prescrevem a domesticidade feminina e uma marcada separação entre os âmbitos público e privado, funcionavam como signos chaves da diferença entre burguesia e as classes altas e baixas. O fato de que posteriormente estas normas tornaram-se hegemônicas é o modo de medir o êxito do projeto burguês.” (1993:29).

Assim, está no próprio conceito de cidadania representativa nas sociedades burguesas a exclusão das mulheres. Uma cidadania construída a partir de um modelo masculino, “racional, virtuoso e viril”, como o próprio âmbito político. Às mulheres cabe a construção de um novo conceito de cidadania, onde a diferença sexual não seja razão de exclusão. Uma cidadania fruto de

“... um conjunto de posições de sujeitos, correspondentes a multiplicidade das relações sociais em que se inscreve. Esta multiplicidade se constitui dentro de discursos específicos que não se relacionam necessariamente, mas que têm formas de articulação contingentes e precárias” (MOUFFE.1993:13-14).

Essa nova cidadania seria a base de uma democracia radical e plural. Uma cidadania, segundo Chantal Mouffe, baseada nos princípios políticos da democracia pluralista moderna, isto é, da liberdade e igualdade para todos.

Nesse sentido, a nova cidadania seria,

“... Um princípio articulador que afeta as diferentes posições de sujeito do agente social ao tempo que permite uma pluralidade de lealdades específicas e o respeito da liberdade individual”(1993:14)

Dessa maneira, resgata-se, de forma distinta, a dicotomia publico/privado, como esferas interrelacionadas. Assim, os

“... desejos, decisões e opiniões são privados porque são responsabilidade de cada indivíduo, mas as realizações de tais desejos, decisões e opiniões são públicas, porque têm que restringir-se dentro de condições especificadas por uma compreensão particular dos princípios ético-políticos do regime que provê a ‘gramática’ da conduta dos cidadãos” (MOUFFE.1993:16).

Assim, o exercício da cidadania se baseia no compromisso com os princípios éticos-políticos da moderna democracia e seu

“... objetivo é construir um “nós” como cidadãos democráticos radicais, uma identidade política coletiva articulada mediante o princípio da **equivalência** democrática” (MOUFFE.1993:17).

Esse novo conceito de cidadania possibilitaria a realização de uma democracia de fato, sem discriminações e exclusões de gênero, raça, classe etc., incorporando, assim, as mulheres à vida pública, a partir da garantia de sua representatividade política.

BIBLIOGRAFIA

Livros e artigos

ALMEIDA, Maria Amélia. *Feminismo na Bahia: 1930-1950*. (Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais). Salvador: FFCH/UFBa, 1986.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia & Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1980.

AMORÓS, Celia. *Feminismo, igualdad y diferencia*. México: PUEG/UNAM, 1994.

_____. *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Madrid: Anthropos Ed. del Hombre, 1985.

ARBOLEDA, María. *Ecuador: mujeres en el poder local. Ediciones de las mujeres El espacio posible. Mujeres en el poder local Nº 19*. Chile: Isis Internacional/IULA/CELCADEL, 1993.

ARENDT, Hannah. *La condición humana*. Barcelona: Paidós, 1993.

_____. *Da revolução*. Brasília: UNB, São Paulo: Ática, 1988.

ASTELARRA, Judith. *Las mujeres podemos: otra visión política*. Barcelona: Icaria, 1986.

AVELAR, Lucia. *O voto feminino no Brasil*. (Tese doutoral em Ciências Sociais) São Paulo: PUC/SP, 1985.

BAHIA, Assembléia Legislativa. *Cartas de ontem: 1891 a 1967*. Salvador: Assessoria de Comunicação Social da Assembléia Legislativa, 1989.

BAMBERGER, Joan. O mito do matriarcado: porque os homens dominavam as sociedades primitivas. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHIERE, Louise (org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BARBIERI, Teresita. Sobre la categoria género. Una introducción teórico-todológica. *Revista Interamericana de Sociología*. Ano VI, nº 2 – 3 (maio/dezembro). México: Instituto Mexicano de Cultura, 1992.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo*. Vol.1, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- BENHABID, Seyla e CORNELL, Drucilla. Além da política do gênero. In: BENHABID, Seyla e CORNELL, Drucilla (org.) *Feminismo como crítica da modernidade*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- BENSTON, Margaret. Para una economía política de la liberación femenina. La liberación de la mujer. Año cero. Buenos Aires: Granica, 1975.
- BIANCHI, Susana. Las mujeres y el peronismo (Argentina 1945-1955). In: DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *Historia de las Mujeres*. Vol.10. España: Taurus, 1993.
- BLAY, Eva. *As prefeitas*. Rio de Janeiro: Avenir, 1981.
- _____. Aspectos da participação política da mulher no Brasil: as prefeitas. Primer Simposio Mexicano Centroamericano de Investigación sobre la mujer. México: El Colégio de México, 1977.
- BREMAEKER, François E. *Perfil do prefeito brasileiro: 1989-1992*. Rio de Janeiro: IBAM/CPU/IBANCO, 1990.
- BRITO, Maria Noemi. Operárias, feminino plural. (mimeo.). Trabalho apresentado en el *IX Encontro Anual da ANPOCS*. São Paulo, 1985.
- BRUSCHINI, Cristina. O trabalho da mulher brasileira nas décadas recentes. Seminário Nacional: Políticas econômicas, pobreza e trabalho. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.
- _____. Mulher, casa e família. Cotidiano nas camadas médias paulistanas. Revista dos Tribunais. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Vertici, 1990.
- BURSZYN, Marcel. *Opoder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- CANO, Gabriela. Las feministas em campaña. Revista Debate Feminista. Ano 2, Vol. 4 (setembro). México, 1991.
- CARVALHO NETO, Joviniano de. Brasil 89: testando uma democracia de massas. In: CARVALHO NETO (org.) *Eleição, democracia e cidadania*. Salvador: OEA/UFBa/Egba, 1990.

CHANEY, Elza M. *Supermadre. La mujer dentro de la política en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

COMBES, Danièle e HAICAULT, Monique. Produção e reprodução. Relações sociais de sexos e de classes. In. KARTCHEVSKY-BULPORT (org.). *O sexo do trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

COSTA, Ana Alice(A). Mulheres, feministas, baianas e eleitoras. Uma vitória a ser conquistada. In. Olszewski, Sofia (org.). *O modernismo na Bahia*. Salvador: Museu de Arte Moderna da Bahia, 1994.

_____. A participação da mulher nas eleições de 1982 na Bahia. VII Encontro anual da ANPOCS. São Paulo, 1983.

_____. A vereadora baiana e seu papel na vida política. VIII Encontro Anual da ANPOCS. São Paulo, 1984.

_____. (B). *Seminário Nacional Gênero e Relações de Poder (Relatório)* Salvador: NEIM/UFBa/Ministério de Relações Exteriores, 1994.

_____. *Avances y definiciones del movimiento feminista en Brasil*. (Tese de Mestrado em Sociologia). México: FCP y S/ UNAM, 1981.

_____. e SARDENBERG, Cecília Maria(A). Teoria e Práxis feministas na Academia: Os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. *Revista Estudos Feministas*. Número especial. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994.

_____. (B). Feminismos, feministas e movimentos sociais. In. BRANDÃO, Maria Luiza y BINGEMER, Maria Clara (org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994.

COSTA, Edgard. *A legislação eleitoral brasileira. Histórico, comentários e sugestões*. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1964.

DALLA COSTA, Mariarosa e JAMES, Selma. *El poder de la mujer y la subversión de la comunidad*. México: Siglo Veintiuno, 1977.

DAVIS, Natalie Zemon. Mujeres y política. In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. *História de las mujeres*. Espanha: Taurus, 1993. Vol. 5.

- DESAIVE, Jean-Paul. Las ambigüedades del discurso literario. In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol.6.
- DIAP. *Quem foi quem na constituinte: nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1988.
- DULONG, Claude. De la conversación a la creación. In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol.6.
- DUPONT, Christine. El principal enemigo. *La Liberación de la mujer...* op. cit.
- DURHAM, Eunice R. Família e reprodução humana. *Perspectivas antropológicas da mulher*, Nº 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- EISENSTEIN, Zillah (comp). *Patriarcado capitalista y feminismo socialista*. México: Siglo Veintiuno, 1980.
- ENGELS, Frederic. *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. Obras Escolhidas, T.III. Moscou: Progreso, 1974.
- FIRESTONE, Shulamith. *A dialética dos sexos*. Rio de Janeiro: Labor do Brasil, 1970.
- FLAX, Jane. Pós-modernidade e relações de gênero na Teoria Feminista. In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.
- FRANCHETO, Bruna; CAVALCANTI, Maria L. e HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e feminismo. *Perspectivas Antropológicas da Mulher I*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- FRASER, Nancy. Repensar el ámbito público: una contribución a la crítica de la democracia realmente existente. *Revista Debate Feminista*, Ano 4, Vol. 7 (março). México, 1993.
- _____. Que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero. In. BENHABID, Seyla e CORNELL, Drucilla (org.). op. cit.
- GARCIA, Antonia; PACHECO, Ana e SANTOS, Célia. *Rompendo as Amarras: O movimento de mulheres na Periferia de Salvador* (mimeo.). Salvador: FFCH/UFBA, 1992.

- GODAL, Joan Kelly. La relación social entre los sexos: implicaciones metodológicas de la historia de las mujeres. In. ESCADÓN, Carmen Ramos (comp.) *Género e Historia: La historiografía sobre la mujer*. México: UAM/Instituto Mora, 1992.
- GODELIER, Maurice. Las relaciones hombre mujer: el problema de la dominación masculina. *Revista En Teoria*. Abril/junho, 1980.
- GOLDANI, Ana Maria. Retratos de família em tempos de crise. *Revista estudos feministas*. (nº especial). Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, 1994.
- HABERMAS, Jürgen. *Teoria da acción comunicativa II. Critica da razão funcionalista*. Buenos Aires: Taurus, 1989.
- _____. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850/1973*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Para mudar a vida: felicidade, liberdade e democracia (entrevista a Ferdinando Adornato). São Paulo: Brasiliense, 1982.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Abril Cultural (Coleção Os pensadores), 1979.
- HORKHEIMER, Max e ADORNO, Theodore. Sociologia da Família. In. CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da família. Gênero, estrutura e dinâmica de uma instituição repressiva*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- HORKHEIMER, Max. La familia y el autoritarismo. In. FROMM, HORKHEIMER, PARSONS et. al. *La familia*. Barcelona: Península, 1994.
- INESC. *A nova Constituição. Avaliação do texto e perfil dos constituintes*. Rio de Janeiro: INESC/Revan, 1989.
- IULA/CELCADL. Brasil: mujeres en el poder local, proyectos y contextos. *Cuadernos de desarrollo local*. (março). Quito, 1993.

IZQUIERDO, María Jesús. Uso y abuso del concepto de género. In. VILANOVA, Mercedes (org.) *Pensar las diferencias*. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres y Sociedad/Universidad de Barcelona e Institut Català de la Dona, 1994.

JONES, Kathleenb. Hacia una revisión de la política. *Revista Política y Cultura*. México, 1992 (apud. MASSOLO, Alejandra, 1994).

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, presas y locas*. México: UNAM, 1993.

LAMAS, Marta. Cuerpo, diferencia social y género. *Revista Debate Feminista*, Vol. 10 (setembro). México, 1994.

LARGUIA, Isabel e DUMOULIN, John. *Hacia una ciencia de la liberación de la mujer*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1975.

LARGUIA, Isabel. Contra el trabajo invisible de la mujer. *La liberación de la mujer...* op. cit.

LAVINAS, Lena. Identidade de gênero. Um conceito da pratica. XII Encontro Anual da ANPOCS. Minas Gerais: 1992.

LOCKE, John. *Ensaio sobre o governo civil*. (Coleção: Os Pensadores) São Paulo: Abril Cultural, 1978.

LUNA, Lola. Historia, género y política. In. LUNA, Lola y VILLARREAL, Norma (org.) *Historia, género y política, movimientos de mujeres y participación política en Colombia, 1930-1991*. Seminário Interdisciplinar Mujeres y Sociedad. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1994.

MACKINNON, Catherine. Feminism, marxism, method and the state: an agenda for theory. *Signs*, 1982.

MAINWARING, Scott. Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa. *Novos Estudos*, nº 29. São Paulo: CEBRAP, 1991.

MARX, Karl e ENGELS, Frederic. *El manifiesto comunista*. Obras Escogidas, T.I. Moscu: Progreso, 1974.

_____. *La ideologia alemana*. México: Fondo de Cultura Popular, 1977.

MARX, Karl. *El Capital, Libro I, Capitulo VI (Inedito)*. México: Siglo Veintiuno, 1978.

_____. *El Capital, crítica de la Economía Política*. T.I. México: Fondo de Cultura Económica, 1975.

_____. *Contribución a la crítica de la Economía Política (Prologo)*. México: Fondo Cultura Popular, 1977.

MASSOLO, Alejandra. *Los medios y los modos. Participación política y acción colectiva de las mujeres*. México: PUEG/El Colegio de México, 1994.

MCAFFE, Kathy e Wood, Mynna. Bread and roses (pan y rosas). *La Liberación de la mujer...* op. cit.

MEILLASSAUX, Claude. *Mujeres, graneros y capitales*. México: Siglo Veintiuno, 1977.

MILLET, Kate, *Politica sexual*. México: Aguilar, 1975.

MITCHELL, Juliet. *Las mujeres. La revolución más larga*. In. RANDAL, Margaret (org.). *Las mujeres*. México: Siglo Veintiuno, 1979.

_____. *Psicanálise e feminismo. Freud, Reich, Laing e a mulher*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

_____. *La condición de la mujer*. México: Extemporaneos, 1974.

MOTTA, Alda Britto. Familiarizando(-se com) o público e politizando o privado. In. XIMENES, Tereza (org.) *Novos paradigmas e realidade brasileira*. Belém: NAEA/UFPa, 1993.

MOUFFE, Chantal. Feminismo, ciudadanía y política democrática radical. *Revista Debate Feminista*, Año 4, Vol.7 (março), México, 1993.

NICHOLSON, Linda. Hacia un método para comprender el género. In. ESCADÓN, Carmen Ramos, op. cit.

OLIVEIRA, Eleonora Menecucci. Reflexões a partir do IX Encontro Nacional Feminista. In. COSTA, Ana Alice e SARDENBERG, Cecilia Maria. (org.) *Anais do Seminário Nacional O feminismo no Brasil: Reflexões teóricas e perspectivas*. Salvador: NEIM/UFBa, 1988.

OLIVEIRA, Neuza Maria(A). *Corpo feminino, corpo masculino: suporte simbólico das relações desiguais entre gêneros* (mimeo). Salvador: NEIM/UFBa, 1994.

_____. (B). *Damas de paus. O jogo aberto dos travestis no espelho da mulher*. Salvador: UFBa, 1994.

OPITZ, Claudia. Vida cotidiana de las mujeres en la Baja Edad Media (1250-1500). In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol.3.

ORTNER, Sherry. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In. ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHIER, Louise (org.). op. cit.

PALMEIRA, Moacir. Política e compromisso. Alguns significados do voto. Anais do IV Encontro de Ciências Sociais do Nordeste: *Classes e práticas sociais. Poder e representações. Estado e políticas públicas*. Salvador: CRH/UFBa, 1991.

PANG, Eul Soo. *Coronelismo e oligarquias 1889-1930. A Bahia na Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PASSOS, Elizete. *Mulheres moralmente fortes*. Salvador: Instituto Feminino da Bahia, 1993.

PATEMAN, Carole, *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PEITT, Cristina Molina. *Dialéctica feminista de la ilustración*. Barcelona: Anthropos, 1994.

PINTO, Mara D. Biasi Ferrari. Brasil. Ejecutivo local en femenino. El espacio posible. Mujeres en el poder local. op. cit.

PINTO, Luis de Aguiar Costa. *Lutas de família no Brasil: Introdução ao seu estudo*. São Paulo: Nacional/INL, 1980.

PINTO; Celi. Participação (representação?) Política da mulher no Brasil: Limites e perspectivas. In. SAFFIOTI, Heleieth e MUÑOZ-VARGAS, Monica (org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ NIPAS e Brasília: UNICEF, 1994.

POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRÀ, Jussara Reis. *Representação política da mulher no Brasil (1982-1990): a articulação de gênero no sul do país e a questão institucional* (Tese doutoral em Ciência Política). São Paulo: FFLCH/USP, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1970.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira. *O mandonismo local na vida política brasileira. Da Colônia à Primeira República*. São Paulo: IEB/USP, 1969.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In. ROSALDO, Michelle Zimbalist e Lamphere, Louise (org.) op. cit.

ROSSEAU, Jean Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

ROWBOTHAM, Sheila. *Feminismo y Revolución*. Madrid: Debate, 1978.

_____. et. al. *Além dos fragmentos. O feminismo e a construção do socialismo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "Economia Política" do sexo*. Recife: SOS Corpo, 1993.

SACKS, Karen. Engels Revisitado: A mulher, a organização da produção e a propriedade privada. In. ROSALDO, Michelle Zimbalist e LAMPHERE, Louise (org.). op. cit.

SAFFIOTI, Heleieth. Movimentos sociais: face feminina. In. CARVALHO, Nanci Valadares (org.) *A condição feminina*. Revista dos Tribunais. São Paulo: Vértice, 1988.

_____. Rearticulando gênero e classe. In. COSTA, Albertina de Oliveira e RUSCHINE, Cristina (org.) op. cit.

_____. *A mulher na sociedade de classes: Mito e realidade*. Petrópolis: Vozes, 1977.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Poder e representação. O Legislativo da Bahia na Segunda República (1930 a 1937)*. Salvador: Assembléia Legislativa da Bahia, 1992.

SANTANA, Jair Eduardo. *Competências legislativas municipais*. Belo Horizonte: Del Rey, 1993.

SARDÀ, Amparo Moreno. La realidad imaginaria de las divisiones sociales: una aproximación no-endrocétrica. In. LUNA, Lola (org.). *Mujeres y sociedad. Nuevos enfoques teóricos y metodológicos*. Barcelona: Seminario Interdisciplinario Mujeres y Sociedad/ Universitat de Barcelona. 1991.

SCOTT, Joan. (b) El problema de la invisibilidad. In. ESCADÓN, Carmen Ramos. op. cit.

_____. (a). *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1992.

_____. (c). História das mulheres. In. BURK, Peter (org.). *A escrita da História, novas perspectivas*. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1992.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público. As tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SIMÕES, Solange de Deus. *Deus, pátria e família: as mulheres no Golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1985.

SINEAU, Mariette. Las mujeres en la ciudad: derechos de las mujeres y democracia. In. DUBBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol.10.

SLEDZIEWSKI, Elisabeth G. Revolución Francesa. El giro. In. DUBY, Georges e PERROT, Michelle. op. cit. Vol. 7.

SOARES, Glaucio Ary Dillon. A política brasileira: novos partidos e velhos conflitos. In. FLEISCHER, David (org.). *Da distensão à abertura. As eleições de 1982*. Brasília: UNB, 1988.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. COSTA, Albertina Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

_____. et al. Informalidade e precariedade: gênero e raça no Brasil em 1990. *Seminário Nacional: Políticas econômicas, pobreza e trabalho*. Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

SOTO, Lilian. Paraguay y espacios de poder en los municipios. In. *El espacio posible. Mujeres en el poder local*. op. cit.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense e SMC/PMSP, 1991.

TABAK, Fanny. O perfil da vereadora brasileira. *Revista de Administração Municipal*. Vol. 35, Nº 186 (janeiro/março). Rio de Janeiro: IBAM, 1988.

_____, *O perfil da vereadora brasileira*. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1987.

_____, Representação política e prática democrática. In. OLIVEIRA, Eleonora Menecucci (org.). *Mulheres: da domesticidade à cidadania. Estudos sobre movimentos sociais e democratização*. Brasília: CNDM/ANPOCS, 1987.

_____, *A nova ordem legal. Mulheres na Constituinte*. Rio de Janeiro: NEM/PUC, 1989.

_____, *A mulher Brasileira no Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1989.

_____, Participação política da mulher no Brasil. *Seminário Nacional Gênero e Relações de Poder*. Salvador: NEIM/UFBa/Ministério de Relações Exteriores, 1994.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. Representação política e participação popular. In. NETO, Joviniano de Carvalho (org.). *Eleição, democracia e cidadania*. Salvador: OEA/UFBa/Egba, 1990.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Vol. I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TOSCANO, Moema. A mulher na política. In. TABAK, Fanny e TOSCANO, Moema (org.). *Mulher e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WEBER, Max. *Economia y sociedad. Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

WEINBAUM, Batya. *El curioso noviazgo entre feminismo y socialismo*. Madrid: Siglo Veintiuno, 1978.

YOUNG, Iris Marion. A imparcialidade e o público cívico. Algumas implicações das críticas feministas da teoria moral e política. In. BENHABIB, Seyla e CORNELL. Drucilla (org.). op. cit.

2. Periódicos:

Jornal *Tribuna da Bahia*. Salvador/BA 14/10/86 (Suplemento eleições 86).

Jornal *A Tarde*. Salvador/BA 03/10/1990 (Caderno especial “Eleições 90”) 02/10/1994, 12/10/1994, 14/10/1994.

Jornal *Folha de São Paulo*. São Paulo. 01/10/1990 (Caderno Especial), 06/06/1994, 18/10/1994.

Jornal *Folha do Interior*. Bahia. Fevereiro/março/1992.

Jornal *Folha de Barreiras*. Barreiras/BA 01 a 15/06/1984.

Jornal *La Jornada*. México. 13/10/1995.

Jornal *FEMEA*. Brasília: Cfemea. Números 19 (setembro/1994), 21 (novembro/1994) 22 (dezembro/1994); 23 (janeiro/1995); 24 (fevereiro/1995); 25 (março/1995).

Revista *Veja*. São Paulo. Agosto/setembro. 1994.

Cadernos do Terceiro Mundo. São Paulo. Janeiro/1995.

Diário do Congresso Nacional. Brasília: Centro de Documentação e Informação Coordenação de Estudos Legislativos. 12/05/1956; 16/04/1958, 15/05/1963, 31/05/1989, 09/03/1990.

Diário da Constituinte. Brasília: Congresso Nacional. 04/06/1987, 13/02/1987.

Diário Oficial do Estado da Bahia. Salvador. 22/04/1987, 08/03/1988, 15/03/1991, 02/04/1991.

Boletim do Comitê Eleitoral de Amábíia Almeida, 1986.

3. Outros documentos:

Boletins Eleitorais. Resultado das eleições para o Senado e Câmara de Deputados. Serviço de Documentação e Divulgação do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia. Anos de: 1954, 1958, 1962, 1966, 1970, 1974, 1978, 1982, 1986, 1990.

Alerta Mulher. Frente Popular, 1990.

Atas da Assembléia Legislativa da Bahia: 11/03/1991, 10/03/1992, 03/11/1992, 01/04/1993, 08/03/1994.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

Declaração das mulheres brasileiras para a Conferência Mundial sobre a Mulher. Rio de Janeiro, 1995.



EMPRESA GRÁFICA DA BAHIA

Rua Melo Moraes Filho, nº 189,

Fazenda Grande do Retiro

CEP: 40.346-900

Tels.: (071) 380-2850/2806

Fax: (071) 380-2902

Salvador-Bahia

3116 - 2850



O núcleo central deste estudo é resgatar o passado político da mulher baiana, decifrar as características da atuação feminina na política formal buscando entender como se dá sua relação com o poder, com a família e com o feminismo, bem como analisar o papel que desempenha a estrutura familiar na participação política da mulher ao nível do poder local (município).

Apoio:



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DA BAHIA